

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v.24 • n.2 • ABR./JUN. 2014

ISSN 0103 8117

AGRICULTURA FAMILIAR





BAHIA ANÁLISE & DADOS

ISSN 0103 8117

Bahia anál. dados

Salvador

v. 24

n. 2

p. 217-410

abr./jun. 2014

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

**Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI)**
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Informações Geoambientais (Digeo)
Claudio Emílio Pelosi Laranjeira

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Afonso de Castro Neto

BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. Disponível para consultas e download no site <http://www.sei.ba.gov.br>. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e na *Library of Congress* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conselho Editorial

Ângela Borges, Ângela Franco, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirã, Eduardo L. G. Rios-Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Guaraci Adeodato Alves de Souza, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Lino Mosquera Navarro, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renato Leone Miranda Léda, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

Conselho Especial Temático

Abdon Jordão Filho, Daniel Costa Ferreira, Edonilce da Rocha Barros, Franklim Sales Soares, Ivan Fontes, Maria de Lourdes Novaes Scheffer, Marina Siqueira de Castro, Mônica de Moura Pires, Paulo Nazareno Alves Almeida, Sílvia Maria Bahia Martins, Thomaz Borges Araripe Barbosa

Coordenação Editorial

Aline Rocha (SEI)
Lucigleide Nery Nascimento (SEI)
Lilane Sampaio Rego (EBDA)

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)

Ana Paula Porto

Editoria-Geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão de Linguagem

Laura Dantas

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Capa

Julio Vilela

Editoração

Autor Visual

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Isabel Dino Almeida

Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia, 2014.
v.24
n. 2
Trimestral
ISSN 0103 8117

CDU 338 (813.8)

Impressão: EGBA
Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., nº 435, 2º andar – CAB
CEP: 41.745-002 Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 3116-1781
sei@sei.ba.gov.br
www.sei.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação	221	Biodiesel e agricultura familiar: reflexões sobre a sustentabilidade <i>Patrícia da Silva Cerqueira</i> <i>Alceu Pedrotti</i> <i>Ricardo Pereira Castelo Branco</i>	327
Entrevista: Agricultura familiar abastece o mercado interno e mantém empregos no campo <i>Wilson Vasconcelos Dias</i>	223		
Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua capacidade de sobreviver e se consolidar no Brasil <i>Amílcar Baiardi</i> <i>Cristina Maria Macêdo de Alencar</i>	229	Agroecossistema cacau cabruca sob manejo de base ecológica em dois assentamentos de reforma agrária no sul da Bahia: mudança nos atributos químicos dos solos <i>Durval Libânio Netto Mello</i> <i>Cinira de Araújo Farias Fernandes</i> <i>Eduardo Gross</i>	337
Agriculturas e agricultores familiares <i>Vitor de Athayde Couto</i>	247	A inserção das mulheres agricultoras familiares do município de Seabra no PNAE: uma análise de gênero <i>Cristiane Nascimento Santos</i> <i>Edimare Ribeiro Costa</i>	349
Desenvolvimento rural baiano: o Território do Sisal em suas múltiplas dimensões <i>Felipe Fonseca</i> <i>Gilca Garcia de Oliveira</i> <i>Érica Imbirussú</i>	259	Agricultura familiar e pluriatividade: reflexões conceituais <i>Eliandro Francisco de Oliveira</i> <i>José Antônio Lobo dos Santos</i>	365
A reforma agrária no litoral sul da Bahia: uma análise histórico-geográfica <i>Paulo Fernando Meliani</i> <i>Ludmila Girardi Alves</i>	277	Agricultura familiar e pluriatividade no povoado Lagoa de Melquíades no município de Vitória da Conquista, na Bahia <i>Wanderleya Fernandes dos Santos Freitas</i> <i>Ana Emília de Quadros Ferraz</i>	379
Análise do desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Itabuna, na Bahia <i>Thays Silva de Matos</i> <i>Angye Cássia Noia</i>	297	Estudo das condições competitivas das cooperativas do Programa Cacau Orgânico na região Transamazônica do Pará no Brasil <i>Katianny Gomes Santana Estival</i> <i>Solange Rodrigues Santos Corrêa</i>	395
Agricultura familiar e os desafios na transição agroecológica: o caso do município de Rio Real, na Bahia <i>Andréia Alcântara</i> <i>Noeli Pertile</i>	311		



APRESENTAÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome caracteriza a agricultura familiar como um processo de produção de bens agrícolas e agropecuários diversificado, com integração entre gestão e trabalho, associando o familiar e, eventualmente, o assalariado. A agricultura familiar emprega grande número de trabalhadores no campo, produz alimentos para o mercado interno e pode garantir a subsistência dos agricultores e de suas famílias, além de gerar excedente para a comercialização.

Como o tema extrapola as barreiras disciplinares, essa edição da revista *Bahia Análise & Dados*, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), apresenta perspectivas múltiplas sobre a questão e engloba aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos. A fim de elevar o entendimento sobre a complexidade da agricultura familiar, a revista traz reflexões teóricas e estudos de caso para a Bahia e o Brasil.

A publicação inclui análises de resultados de políticas públicas e programas de incentivo a esta forma de produção; uma visão da agricultura familiar como alternativa contra a pobreza e como política de segurança alimentar e nutricional; considerações sobre a atividade como forma de inclusão socioeconômica no espaço rural e instrumento de desenvolvimento de capital social; observações da questão de gênero; e abordagens de mecanismos de inserção em novos mercados. Também são apresentados desafios como a questão do crédito, a assistência técnica e a logística da comercialização.

Para concretizar esta edição, a SEI contou com o apoio da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), com a parceria da Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf) da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri), além da contribuição dos autores dos textos, do seu conselho editorial e de outros profissionais que constituíram o conselho temático. Agradecemos a todos que participaram desse trabalho, que é composto por dois números, sendo que o segundo constituirá a próxima *Bahia Análise & Dados*.

Agricultura familiar abastece o mercado interno e mantém empregos no campo

ENTREVISTA COM WILSON DIAS



Superintendente de Agricultura Familiar da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri) e secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Governo da Bahia, Wilson Vasconcelos Dias é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestrando em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Trabalhou na assessoria técnica de importantes organizações não governamentais brasileiras, como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), em Feira de Santana, a Associação de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário da Região Sisaleira da Bahia (Apaeb), em Serrinha e Valente, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), no Rio de Janeiro, a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene), em Recife, o Instituto Agropolos, em Fortaleza, e a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol), em Brasília. Atuou também como consultor e avaliador de projetos de organismos internacionais, como Visão Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação Interamericana (IAF) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). No setor público, atuou na Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Confrac). Nesta entrevista, Wilson Dias expõe sua concepção e entendimento sobre as principais questões que envolvem a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil e explica como o estado da Bahia vem dando tratamento diferenciado a este segmento.

BA&D – *Qual o papel da agricultura familiar no contexto da agricultura como um todo? Quais avanços ou retrocessos podem ser vislumbrados e quais as principais causas?*

Wilson Dias – De tudo o que a agropecuária brasileira produz, 54% vêm da agricultura familiar, embora este segmento social detenha apenas 31% da área, o que revela uma alta eficiência produtiva, além de responder por 85% dos empregos rurais. No Brasil, 70% dos principais gêneros alimentícios que chegam à mesa dos brasileiros provêm da agricultura familiar, e na Bahia este índice é ainda maior: 77%. Desta forma, enquanto o agonegócio produz insumos para as indústrias, com destaque para a soja, o milho e o algodão, e *commodities* para o mercado externo, empregando pouco em função da alta mecanização, a agricultura familiar abastece o mercado interno e mantém empregos no campo.

BA&D – *Quais os grandes desafios que ainda persistem?*

WD – Há dois grandes desafios a serem superados: a área limitada de terra por família para expandir as atividades produtivas e o acesso ao mercado. Metade dos agricultores familiares do Brasil está no Nordeste e 75% destes estão nas piores terras do semiárido brasileiro, com áreas inferiores a cinco hectares. Assim, não há tecnologia e investimento que possam incluir

produtivamente estas pessoas de forma mais definitiva. Mas, evidentemente, que produzir de forma submissa à cadeia de intermediação que chega a ficar com 85% do valor final de alguns produtos pagos pelos consumidores é outro grande desafio que precisa ser superado, e isso só se faz com organização social a partir da implantação e do fortalecimento de cooperativas e associações rurais.

BA&D – *A maior parte dos alimentos consumidos diariamente é proveniente da agricultura familiar, mas grande parte da população não tem conhecimento disso. Você acha importante que haja uma movimentação das entidades que representam a agricultura familiar para divulgar tal informação amplamente na sociedade?*

WD – Imprescindível. Já há um movimento neste sentido, mas ainda muito restrito a alguns nichos de mercado, como os de orgânicos e os de base agroecológica. Neles, tem-se evidenciado uma relação de consumo mais responsável, e, nesta faixa de mercado, apenas a agricultura familiar tem condições de ofertar os produtos. Para tomar uma dimensão mais ampla é preciso maior investimento, como, por exemplo, o do Selo de Identificação de Participação da Agricultura Familiar, o SIPAF, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. É um caminho aberto para ser incre-

mentado. Outra estratégia são as feiras de produtos da agricultura familiar que têm ocorrido em escalas crescentes nos estados, incluindo a Bahia.

BA&D – *Quais os programas mais importantes que têm demonstrado mais sucesso em apoio à agricultura familiar? Como os resultados são medidos?*

WD – O programa de maior visibilidade nacional é o crédito rural, denominado de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Ele foi criado pelo governo federal no final dos anos 90 depois de uma ampla negociação dos movimentos sociais que atuam no meio rural do Brasil. Mas este programa tomou efeito de política pública a partir de 2003, quando o volume de recursos aplicados anualmente foi gradativamente crescendo, saindo de um patamar de R\$ 2,3 bilhões para alcançar R\$ 25 bilhões nesta recente safra. Associado ao Pronaf, em cada Plano Safra anual, um conjunto de outros programas foi criado e fortalecido, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, especialmente, aqui para o Nordeste, o Programa Garantia Safra. Todos esses programas foram criados por lei e com largo alcance. Os resultados são medidos com o número de agricultores que acessam estas políti-

cas e o impacto delas na renda e na segurança alimentar e nutricional das famílias. No crédito rural, três de cada quatro agricultores familiares já obtiveram pelo menos um financiamento; o Garantia Safra já beneficiou um milhão de famílias, e o PAA e o PNAE, juntos, quase 500 mil famílias. Não há dúvida de que estes programas se somaram ao Bolsa Família e às Cisternas de Abastecimento de Água para formar a grande rede de proteção social que tirou o Brasil do mapa mundial da fome, segundo dados da FAO, elevando o consumo das famílias que saíram da linha de pobreza extrema.

BA&D – *Quais as perspectivas para o futuro? Existe algum plano para a ampliação/melhora dos programas de apoio à agricultura familiar? Se afirmativo, o que vai ser aprimorado?*

WD – Todos os programas têm passado por sucessivos aprimoramentos ano a ano. O Pronaf tem ampliado os tetos de financiamento, aumentado os subsídios, estendido os prazos de reembolso e criado novas linhas para atender grupos específicos, como os mais pobres, as mulheres, os jovens, os quilombolas, os pescadores, os que vivem no semiárido, os seringueiros e os povos indígenas. O PAA passou também a ser operacionalizado pelos municípios, aumentou os valores por família e o portfólio de produtos, além de qualificar o controle social. O Programa

Garantia Safra se expandiu para todo o Brasil e ampliou o número de culturas e área coberta pelo seguro que indeniza as famílias em caso de perda da safra. Vejam, portanto, que estes programas estão em permanente qualificação e devem seguir assim. Outras ações, como a reforma agrária, o crédito fundiário, a regularização fundiária e o biodiesel, precisam de uma atenção maior para que a concepção e os objetivos sejam mantidos, mas uma execução melhor planejada, para produzir os efeitos que a população rural precisa, é sempre esperada e desejada por todos.

BA&D – *Existe alguma forma de assistência técnica diferenciada, específica às necessidades do agricultor familiar?*

WD – Sim. No Brasil foi instituída a Lei Federal 12.188/2010, que especifica como devem ser a assistência técnica e a extensão rural para a agricultura familiar, na qual são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e os métodos de aplicação da lei. As instituições interessadas em fazer ATER, públicas ou privadas, precisam estar credenciadas, comprovando capacidade técnica e estrutura para os serviços; somente depois ficam habilitadas a participar de editais que estabelecem a localização, os beneficiários, as cadeias produtivas e as finalidades. Pela lei, cada técnico só pode atender um número máximo de 100 famí-

lias e precisa prestar no mínimo 96 horas de ATER por ano em atividades individuais, como as visitas nas propriedades e atividades coletivas, cursos, seminários, intercâmbios e dias de campo. A base tecnológica dos serviços de ATER é a agroecologia e deve permear todos os elos das cadeias produtivas. Alguns estados, como a Bahia, seguiram no mesmo caminho do governo federal e instituíram uma lei estadual de ATER. Com as leis federal e estadual, os serviços são pagos pelos resultados alcançados e não são mais feitos convênios como no passado, em que os pagamentos não eram vinculados aos resultados.

BA&D – *A crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental em todos os níveis econômicos pode ser revertida em ganho para a agricultura familiar? Quais os reflexos na consciência social dos agricultores e em quais setores podem ser mais sentidos?*

WD – Pode e certamente vai ser. Naturalmente, o agricultor familiar é preservacionista. Ele tem a perfeita noção da relação água-solo-planta-clima, em absoluta harmonia para garantir a produção e o futuro dos sistemas produtivos. Ninguém melhor do que o agricultor familiar sabe estabelecer práticas de complementaridade entre agricultura e pecuária, adubação orgânica produzida na própria propriedade, conservação das

plantas nativas e proteção dos recursos hídricos: coisas essenciais para um modelo de produção sustentável. Neste sentido, a sociedade vai crescentemente reconhecer este papel de quem cultiva a terra com a família, sem máquinas pesadas e com a utilização mínima de insumos externos, leia-se aqui agroquímicos e produtos geneticamente modificados. Essa chance de associação entre agricultura familiar e produção sustentável com consumo consciente é eminente e acredito que será aproveitada em favor do crescimento ainda maior do segmento.

BA&D – *A crescente preocupação com a segurança alimentar, a origem dos alimentos, tem assumido hoje papel cada vez mais forte e crescente. Como os agricultores familiares podem se inserir nesse nicho de mercado e quais os principais desafios nesse sentido? Quais são os principais impactos na economia rural, considerando-se essa questão? E, ainda, como as instâncias governamentais estão trabalhando no intuito de fortalecer a vertente na agricultura familiar?*

WD – Por tradição, os agricultores familiares primeiro plantam e criam para satisfazer as suas necessidades de consumo. Para o mercado, é destinado o excedente da produção. A busca atual, e é o que tem sido priorizado pela nova assistência técnica e extensão rural, é pela ampliação e diversificação da produ-

ção para alimentar a família com maior qualidade e permanência. Daí o estímulo ao plantio de verduras nos quintais produtivos, ao criatório de cabras e vacas com maior aptidão leiteira em detrimento das raças de corte, aos pequenos plantios irrigados de fruteiras e hortaliças, ao peixamento de aguadas, entre muitas outras práticas que têm se multiplicado nos últimos anos em todo o território nacional. Na medida em que o agricultor familiar produz uma maior diversidade de produtos para seu consumo, também produz para o mercado, e assim o leque de oferta se amplia. Programas como o PAA e o PNAE têm estimulado esta diversificação, já que o governo tem comprado através desses programas para entrega direta a outras famílias carentes que estão nos grupos de risco de desnutrição e insegurança alimentar.

BA&D – *A agricultura familiar tem potencial para entrar competitivamente no mercado? Isso já pode ser indicado como realidade?*

WD – Na maioria sim, mas evidentemente existem alguns setores da agricultura em que os custos de produção atual não permitem a colocação de produtos da agricultura familiar com preços competitivos do mercado, como são os casos da soja, do algodão, do milho, do frango de corte, do boi gordo e do suíno. Por outro lado, em lavouras

e criatórios que exigem muita mão de obra e têm limitações no uso de insumos e equipamentos externos à propriedade, o segmento é competitivo. A produção leiteira em pequena e média escala, a produção de mandioca e seus derivados, de mel, de feijão, de verduras, entre muitas outras, são exemplos de produtos que chegam aos mercados com preços estabelecidos a partir da competitividade interna na própria agricultura familiar. Produtos diferenciados como queijos artesanais, doces caseiros, frango caipira, entre muitos outros, são tipicamente produzidos exclusivamente pela agricultura familiar, e há mercado já definido e sem concorrência do agronegócio para eles. De outro lado, muitas cooperativas da agricultura familiar implantaram pequenas e médias agroindústrias e se lançaram nos últimos anos a transformar produtos agregando valor comercial a eles e firmando posição no mercado e se consolidando. Já temos produtos como palmitos, castanhas, polpas de frutas, cafés, cachaças, doces, geleias, carne caprina, embutidos e defumados. Todos com marcas e embalagens atrativas aos olhos dos consumidores.

BA&D – *Qual o papel dos programas de incentivo à agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico, ou seja, os programas contribuem de alguma forma para a redução da pobreza?*

WD – Alguns são de enfrentamento direto, como é o caso do Programa Garantia Safra. Por este programa, uma família pode ser indenizada em R\$ 850,00 em cinco parcelas mensais de R\$ 170,00. Logo, já fica acima da linha de pobreza, e neste ano teremos 1,35 milhão de famílias beneficiadas. A distribuição de insumos, como sementes e animais, também reverte de imediato a condição socioeconômica das famílias. Mas o mais importante são as ações estruturantes, como a ATER, o crédito do Pronaf e os programas de comercialização, como o PAA e o PNAE. Por estes, os sistemas produtivos são intensificados e passam a ser mais rentáveis. A família passa a dispor de mais alimentos para o consumo e para a venda. Vejamos o caso da Bahia: temos estudos que mostram a variação da receita bruta obtida por hectare nas diversas partes, tendo como menor valor R\$ 119,00 e o maior R\$ 60.000,00. Entre um e outro está a grande diversidade de clima, solo e relevo influenciando, mas há, também, o acesso ao conhecimento, à tecnologia. Por isso, uma pequena carga de informação e um investimento de crédito simplificado podem fazer ampliar bastante o rendimento gerado por cada hectare. A decisão do que plantar ou criar, onde, como e quando, pode sim está atrelada, num primeiro momento, à existência de políticas

públicas locais. Contudo, para elas serem eficientes enquanto tais, precisam ter um caráter emancipatório e, por isto, todas elas precisam ser assumidas como provisórias e propulsoras. O desenvolvimento socioeconômico vem desta compreensão e desse jeito de fazer.

BA&D – *Em caso de sucesso das políticas públicas de assistência técnica para a agricultura familiar, é possível fazer algum balanço sobre o recuo ou a estabilização da migração de agricultores familiares para os centros urbanos? Ainda há avanço?*

WD – O último censo agropecuário que temos é o de 2006 e precisaríamos ter outro neste momento em que acontece um conjunto de políticas públicas que, a princípio, “freiam” o processo migratório campo-cidade, para termos um dado mais seguro. Embora com maior densidade de políticas para os agricultores, não podemos esquecer que os demais atrativos para a juventude seguem com maior altivez nas cidades, tais como a escola de melhor qualidade, o atendimento à saúde, acesso à internet e o lazer. O mundo rural é maior que o mundo agrícola. Nas outras partes do planeta, a população rural dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento tem uma tendência natural de diminuir e ficar com taxas inferiores a 5%. O que acredito é que, no caso brasileiro, a velocidade de queda seja menor.

BA&D – *Como os agricultores familiares vêm-se organizando em termos de associações e/ou cooperativas, a fim de obter a sistematização do que é produzido, desde a escolha das culturas mais adequadas ao potencial local e até a distribuição da produção (logística)?*

WD – Isto tem ocorrido, mas ainda de forma insatisfatória. Este, a meu ver, é um dos grandes desafios da próxima geração de políticas públicas para o meio rural. Uma coisa boa é que o preconceito contra o cooperativismo foi vencido. Esta forma de organização tomou força nos últimos anos em todas as regiões do país e não está restrita apenas ao ramo agropecuário, já que, também, inúmeras foram as cooperativas de crédito e de serviços que apareceram. Instituições de representação do setor, como a Unicafe, a Unisol e a Concrab, surgiram e se firmaram para quebrar a unicidade da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Nos estados, estas novas instituições criaram suas unidades representativas e têm ajudado a impulsionar o aparecimento de novas organizações locais. Junto com elas, agroindústrias e espaços de comercialização foram implantados e redes solidárias, criadas.

BA&D – *Os movimentos de luta pela terra e na terra continuam como importantes representantes da agricultura familiar, inclusive como forma de expandir e fortalecer a atividade?*

WD – Continuam. No Brasil já é próximo de um milhão o número de famílias assentadas. Este contingente representa 25% da agricultura familiar e está em franca expansão, dado o número de imóveis em vias de desapropriação e o número de famílias acampadas à espera de um lote de terra para produzir. A luta, porém, desses movimentos ainda é muito agrária, da conquista da terra. Há, contudo, sinais de mudança nos assentamentos mais antigos. Já temos assentamentos com áreas de produção significativas, com escolas profissionalizantes e até com ensino superior voltado para a produção agropecuária. A nossa crença é para

que, nos próximos anos, as questões agrárias e agrícolas estejam mais ligadas e interdependentes, com rebatimento no caráter dos movimentos representativos. O que esperamos é que a luta pela produção seja tão forte como é hoje pela obtenção da terra.

BA&D – *A pressão do agronegócio sobre a agricultura familiar para a expansão das áreas causa conflitos de terra. Qual o panorama dessa situação no atual contexto político?*

WD – Já causou mais no passado. Os conflitos agora são menores e mais localizados. O caminho agora é no sentido contrário. Pela via da reforma agrária ou pelo crédito fundiário, há

uma tendência de repartição de algumas propriedades de grande porte, o que não significa a exterminação do latifúndio, mas tão somente a circunscrição dele a algumas regiões. É fato que o crescimento da área plantada de algumas lavouras, como a soja, o eucalipto, e o criatório do gado de corte preocupam, mas, de um lado, os movimentos de luta pela terra se levantam e, do outro, o governo tem procurado atuar na mediação, como ocorreu, por exemplo, na Bahia, onde três grandes empresas de reflorestamento com eucalipto cederam 11 mil hectares de suas terras para assentar famílias dos diferentes movimentos sociais.

Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua capacidade de sobreviver e se consolidar no Brasil

*Amilcar Baiardi**

*Cristina Maria Macêdo de Alencar***

* Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (UCSal). amilcarbairdi@uol.com.br

** Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e mestre em Ciências do Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social na Universidade Católica do Salvador (UCSal). cristinamm@ucsal.br

Resumo

Este artigo pretende inicialmente identificar referências e posicionamentos acerca da agricultura familiar no pensamento em ciências humanas, apontando enfoques ou interesses que o tema despertou entre economistas e sociólogos em várias partes do mundo e em diferentes momentos. Pretende-se ainda narrar como avançaram as pesquisas sobre a importância e o papel dessa organização produtiva nas comunidades acadêmicas brasileiras. Em continuação, com base em autores clássicos, tenta-se refletir sobre a natureza, as especificidades e os fundamentos da agricultura familiar, visando obter explicações concernentes a sua resiliência no Brasil. O material utilizado são publicações que, em diferentes modos e diferentes níveis de aprofundamento, se referem ao tema. O método de pesquisa é bibliográfico, o que não se confunde com revisão bibliográfica, por ser um conjunto ordenado de procedimentos visando a uma reconstrução histórica. **Palavras-chave:** Pequena produção agrícola. Pensamento econômico social. Resiliência da agricultura familiar.

Abstract

*The article aims firstly to identify referrals and opinions on the family farm into the human sciences thinking, pointing approaches or interests that the subject provoked among economists and sociologists in some parts of the world at different times. It also intends to report how the research concerning the importance and the role of the family farm increased among Brazilian academic communities. Continuing, based on classical authors, it reflects about the nature, the characteristics and the fundamentals of family farming in order to obtain answers concerning its resilience in Brazil. The material used are publications in different ways and different levels of depth refer to the subject and the research method is a bibliography inquire, that is not the same that literature review, because it is an ordered set of procedures, aiming an historical reconstruction. **Keywords:** Family farm. Human sciences thinking. Family farm resilience.*

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, ou a unidade de produção agrícola familiar, tem especificidades que a distinguem de outros empreendimentos familiares, e a principal delas é a estabilidade, não estando tão sujeita a conjunturas e a ciclos de crescimento e de extinção, como habitualmente acontece com atividades na área de serviços, oficinas artesanais, pequenos negócios etc.

Que leitura se pode fazer deste atributo? Talvez a principal seja a de que as determinantes do mercado não são tão óbvias e definitivas no caso da unidade de produção agrícola familiar, não obstante a competição desenfreada, o aquecimento do mercado de terras e as vantagens inequívocas de escala obtidas no setor não agrícola. Para o agricultor familiar, a decisão de permanecer na atividade tem peso expressivo, mesmo que seja por razões afetivas e culturais. As razões econômicas não chegam a ser de última instância. Costuma-se dizer que o agricultor familiar, mais intensamente quando era camponês¹ ou no estágio de transição de camponês para agricultor familiar moderno ou contemporâneo, tem uma relação lúdica com a terra, dedicando tempo e esforço físico à sua unidade de produção, sem os limites estabelecidos pelos calendários ou pelo clima. Ao longo da história, esta unidade de produção foi objeto de apoio, regulação, desestímulo e proibição.

Malgrado não tenha sido a primeira modalidade de organização produtiva, uma vez que durante a primeira revolução agrícola, ocorrida no estágio neolítico, os arranjos produtivos coletivos fo-

ram pioneiros, estima-se que há cerca de dez mil anos, mediante incessantes mudanças técnicas e organizacionais, a agricultura familiar começou a se fazer presente na história das civilizações². As

Não foram eficazes os condicionamentos impostos pelos inúmeros paradigmas de produção agrícola, concebidos após a revolução industrial, levando à monocultura, à *plantation* e à empresa capitalista mecanizada e automatizada

coletivizações forçadas, impostas mais por razões ideológicas do que econômicas, como as que sucederam na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), nos anos 30 da primeira metade do século passado, e no Camboja mais recentemente, bem como a

usurpação de terras comuns para ampliar a produção capitalista, os *Enclosure Acts*³ na Inglaterra, não lograram extinguir a agricultura familiar.

Do mesmo modo, não foram eficazes os condicionamentos impostos pelos inúmeros paradigmas de produção agrícola, concebidos após a revolução industrial, levando à monocultura, à *plantation* e à empresa capitalista mecanizada e automatizada. Por mais que este modelo tenha se tornado eficiente, ele não determinou o fim da agricultura familiar. Nem as coletivizações compulsórias e a expropriação das terras comuns e nem as determinantes econômicas extinguiram a agricultura familiar. Onde houve coletivização compulsória, cessadas as turbulências políticas, a agricultura familiar reapareceu, como um processo quase natural.

Nesta análise da capacidade de a agricultura familiar resistir, da sua resiliência, reassumindo pa-

¹ Em debates entre vertentes de pesquisadores voltados para temas rurais no Brasil, sobretudo na Universidade Estadual de Campinas, estabeleceu-se que a denominação de camponês tem condicionamentos históricos relacionados com a transição da economia natural e da organização fundiária herdada do Império Romano para o sistema feudal, não se aplicando ao caso do brasileiro.

² Evidências pré-históricas com base na cultura material permitem formular a hipótese de que a organização familiar da agricultura surgiu quando os sistemas coletivos presentes no Neolítico começaram a perder força em decorrência das mudanças nas estruturas sociais e nas aglomerações urbanas. Durante a primeira revolução agrícola – que livrou o *Homo sapiens* da condição de nômade na qual se encontrava por cerca de 200 mil anos e o fixou no território – predominou o ordenamento coletivo da agricultura baseado na posse comunal da terra. De acordo com Moseley e Wallerstein (1978), com fundamento em visão evolucionista no âmbito da sociologia pré-capitalista, é possível contemplar dois modos de produção que surgiram com as primeiras organizações humanas: o modo caçador/coletor, mais cooperativo, igualitário com compartilhamento e reciprocidade, e o modo agricultor, com divisão de trabalho, apropriação da terra, hierarquia etc.

³ Legislação que extinguiu as áreas comuns nas comunidades camponesas na Inglaterra.

péis importantes e ensejando a construção de novos modelos de desenvolvimento rural, não se pode deixar de considerar que a sua estratégia de sobrevivência incorpora certos arranjos institucionais extremamente criativos que a levam a obter ganhos de escala. Entre eles está o consórcio, de maior operacionalidade e flexibilidade que as cooperativas, para obtenção de ganhos de aglomeração e ganhos de escopo ou de funcionalidade específica, quando a agricultura familiar se insere em uma cadeia produtiva, na qual a empresa capitalista decida não participar (FANFANI, 2009).

Para melhor entender a capacidade de resiliência, há que se refletir sobre a essência da agricultura familiar contemporânea e da forma que lhe antecedeu, a camponesa, falar de sua lógica, de sua natureza etc. Antes, contudo, convém, com a brevidade devida e a partir de uma revisão histórica, destacar abordagens conceituais e teóricas sobre esta unidade de produção no pensamento econômico e sociológico do Ocidente, principalmente aquele que emerge nos ambientes acadêmicos dos países considerados centrais na produção do conhecimento, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Na sequência, e também com brevidade, tentar escrutinar tratamentos que este mesmo tema teve no Brasil.

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO OBJETO DE ESTUDO: DO PENSAMENTO CLÁSSICO À CONTEMPORANEIDADE

A agricultura familiar enquanto unidade de produção, embora tenha merecido referências elogiosas de filósofos da natureza na Antiguidade Clássica e no Renascimento, começa a merecer maior atenção dos pensadores das áreas econômica e social a partir de meados do século XIX. Seu as-

pecto virtuoso, sua integração com a natureza, suas dificuldades em lidar com determinados avanços tecnológicos, sua funcionalidade à acumulação capitalista, sua capacidade de se diferenciar e se

converter em empresa são, entre outros, alguns ângulos analisados. Os fisiocratas, ao sugerir que a origem do excedente econômico estivesse na agricultura, viam como agentes desse processo tanto o pequeno produtor, que detinha a posse ou a propriedade da terra, como os grandes produtores, fos-

sem eles proprietários de terra ou arrendatários. Na visão desta escola de pensamento, a variação da escala de produção determinaria se o trabalho na agricultura seria provido pela organização familiar ou pela contratação de trabalhadores, pagos em espécie ou em moeda.

A herança deixada por Petty, Cantillon, Quesnay e Mirabeau foi absorvida pelos economistas clássicos no que se refere às bases do sistema econômico e à importância dos fatores terra e trabalho. A agricultura familiar como unidade de produção é integrada na economia política, merecendo referência como um modelo de interesse social. Os filósofos que se dedicavam à economia incorporavam preocupações sociais, característica da economia política. Isto se explica porque a sociologia, como área do saber, ainda não havia adquirido estatuto de ciência. Nestas concepções sobre o sistema econômico e o corpo social, a produção familiar na agricultura cumpria um papel, tanto na reprodução do campesinato como no abastecimento das cidades, via participações variadas, em volumes e produtos, no mercado, não se estabelecendo qualquer dicotomia entre o campo e a cidade, mas sim complementaridade.

Nos primórdios da Revolução Industrial, teve início o despovoamento compulsório do campo na Inglaterra. Os *enclosure acts*, leis de extinção de

áreas de pastagem e bosques comuns que levaram à redução numérica dos camponeses nesse país, ocorreram mediante o argumento de ser a produção familiar menos eficiente que a emergente organização capitalista da agricultura. Esta última teria mais capacidade de utilizar em larga escala o conhecimento científico disponível, aquele que precedia as descobertas de Liebig, mas que incorporava avanços, como aumentar a produtividade do trabalho mediante a mecanização e elevar a produtividade da terra por meio da utilização de adubos orgânicos.

Os economistas clássicos não convergiam neste entendimento. David Ricardo não distinguia a agricultura familiar da capitalista no que tange à eficiência, desde que ambas fossem bem administradas e receptivas ao conhecimento científico. No célebre debate entre Ricardo e Thomas Malthus – no qual apresentaram argumentos quanto a poder ou não haver fome no mundo caso o crescimento da produção de alimentos não acompanhasse o crescimento da população –, embora houvesse divergência quanto a quem caberia a apropriação da renda da terra, não houve falta de confiança na agricultura familiar. Para esses autores, a agricultura familiar teria capacidade de se manter, principalmente as unidades que sobreviveram aos *enclosure acts*. Ambos não distinguiram a grande da pequena unidade de produção da agricultura quanto à capacidade de absorver técnicas que levassem à maior eficiência (BAIARDI; DULLEY, 2012 e MALTHUS; RICARDO, 1983).

Na sequência histórica, Marx (1974) trata da eficiência da agricultura capitalista, discorrendo sobre as formas de renda da terra. Como tinha conhecimento de novos avanços na mecanização, na nutrição vegetal e na química agrícola, propunha ser a grande unidade de produção capitalista, mesmo na vigência da fórmula trinitária, a forma de produção que evoluiria e se tornaria hegemônica com o capitalismo. Para Marx, a vantagem de escala seria um fenômeno óbvio que persistiria quando a organização capitalista fosse substituída pela organização socialista.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. (...) Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade (MARX, 1978, p. 114-115).

Entre os seguidores de Marx, Karl Kaustsky (1974) aprofundou esta percepção e denominou de industrialização da agricultura a utilização intensa de técnicas próprias dos sistemas industriais, o que levaria à divisão do trabalho e ao aumento da escala produtiva. Segundo Trapeznikov (1979), Lenin, com base nos estudos de Chayanov (1974) e se afastando das concepções de Marx, Kautsky e do que ele próprio escrevera em 1899, admitia que a organização familiar poderia conviver com a organização produtiva não familiar, ambas beneficiando-se do conhecimento científico mais avançado. Para Lenin, a organização produtiva, na fase de transição para o socialismo, não se reduziria à produção camponesa na agricultura, podendo ir além desta forma (LENIN, 1973). Stalin, que sucedeu Lenin, entendia que só a organização produtiva em larga escala e tecnologicamente avançada era compatível com o socialismo, dando início à desorganização da produção familiar na União Soviética (URSS). Após a morte de Stalin, tanto na URSS como fora dela, no conjunto do bloco socialista, a produção familiar passou a ser tolerada e até mesmo estimulada após a difusão dos trabalhos de Tepitch (1972). Na URSS, a propriedade familiar era definida como “fazenda auxiliar” de gestão pessoal, segundo Platón (1985).

O pensamento neoclássico, sucessor do clássico, tinha seus fundamentos nas teorias do equilíbrio geral e do equilíbrio parcial, que nascem com Walras, Marshall, Menger, Edgeworth, Jevons, Pareto, Barone, Fisher, Clark e Wicksell, tendo como fundo

um otimismo incontido e a presunção positivista de se constituírem em um unificado corpo científico, tudo dentro de um mundo vitoriano (BAIARDI, 2007). Esta visão não deu destaque à agricultura familiar enquanto unidade de produção. A forma como ocorria a combinação de fatores e a busca do lucro máximo valia para todas as escalas de produção. As economias e as deseconomias de escala regulariam a combinação mais racional, observadas as leis de rendimentos crescentes e decrescentes. A agricultura familiar enquanto unidade de produção sujeitar-se-ia, como toda e qualquer forma de gestão, à teoria da firma, segundo as palavras de Throsby (1974):

The study of a problem in the economics of agricultural production must accept, explicitly or otherwise, some models of the firm as the basis for analysis..... Traditionally, the basic model used has contained a fully rational profit maximizing entrepreneur operating under perfect competition with perfect knowledge in a static environment (THROSBY 1974, p. 150-151).

As abordagens sociológicas sobre agricultura familiar, enquanto unidade de produção, têm alguma concomitância entre os Estados Unidos e a Europa, mas com paradigmas distintos. Nos Estados Unidos elas têm um *approach* funcionalista e nascem sob a égide da necessidade de incorporar plenamente ao mercado, com níveis de eficiência inequívocos, grande número de agricultores refratários às inovações tecnológicas, já disponibilizadas pela pesquisa, desde o início do século XX. Segundo Kirken-dall (1966), o ideólogo deste processo foi William I. Myers que, tanto como cientista social voltado para o meio rural quanto como *policy maker* no período do *New Deal*, teve um papel essencial na transformação dos agricultores tradicionais em empreendedores, aumentando o seu produto e movimentando milhões de pessoas do meio rural para as cidades.

Durante o período no qual atuou no *Farm Credit Administration*, ele foi crítico dos pequenos agricultores familiares, *small* ou *family farmers*, por julgá-los ineficientes. Era defensor dos *farmers*, voltados para a agricultura comercial, inclusive para exportação. Sua ação política e acadêmica sempre o aproximou dos valores do *farm bureau* e das propostas de corporações que produziam produtos, insumos e equipamentos consumidos pelos agricultores.⁴

Já na metade do século XX, após o nascimento das diversas agências da Organização das Nações Unidas, uma forte corrente na sociologia americana envolveu-se com temas de posse da terra e reforma agrária, principalmente na América Latina. Alguns nomes, como Ernest Feder, produziram dezenas de estudos com relevante importância para a implantação de políticas agrícolas e reformas agrárias (CIDA, 1970).

No caso da Europa Ocidental, o interesse pela agricultura familiar vem dissociado de um problema imediato de modernização tecnológica. Ele se explica mais por razões acadêmicas voltadas a dar continuidade às várias pesquisas de Max Weber⁵ sobre campesinato nas sociedades antigas e a comprovar hipóteses como as de Moore⁶, de que as revoluções camponesas levaram às democracias estáveis.

⁴ Schneider (1997, p. 227) apresenta uma periodização na sociologia rural norte-americana: 1) no primeiro período, de 1900 até meados de 1950, foram lançadas as bases da sociologia rural e a produção agrícola era enfocada como um elemento complementar à compreensão da comunidade rural; 2) o segundo período, de 1950 a meados de 1970, caracterizou-se pelo predomínio da abordagem psicológico-behaviorista, perspectiva que conceituava o agricultor como um ator que respondia aos estímulos das novas tecnologias, da educação, das oportunidades ocupacionais e outras. Em razão de sua excessiva preocupação com a difusão e a adoção de novas práticas agrícolas, esta corrente foi designada de difusionismo ou *diffusion research*; 3) o terceiro e último, que se estende até hoje, é apontado como a "nova sociologia da agricultura", que se concentra na análise da estrutura da agricultura e no sistema agroalimentar.

⁵ Max Weber: *The agrarian sociology of ancient civilization*. London: Verso, 1988, e *História agrária romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

⁶ Barrington Moore: *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston: Beacon Press, 1970.

O interesse também visa conceber políticas de apoio aos produtores familiares na Europa, vistos como fator de estabilidade política e de segurança alimentar. A contribuir com esta tese está o fato de a agricultura familiar ter na Europa Ocidental um peso absoluto no setor agrícola, maior que nos Estados Unidos.

A comunidade de sociologia rural europeia também teve como acicate de seus estudos o que acontecia no mundo rural, nas ex-colônias da África, da Ásia e também da América Latina e do Canadá. A importância da agricultura familiar como objeto pode ser percebida pelo dinamismo de comunidades que se agrupavam em torno do periódico *Journal of Peasant Studies*, editado por professores da School of Oriental and African Studies, University of London. Em 2001, a mesma comunidade criou outro periódico, o *Journal of Agrarian Change*. Na Europa foram também obras seminais na forma de livros a de Teodor Shanin (1976), também editor do periódico referido, e as de Mendras (1976), Ellis (1993), Lamarche, (1993) e Allen e Lueck (2003).

ABORDAGENS ECONÔMICAS E SOCIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A tradição da economia rural no Brasil até os anos 70 do século passado era analisar a possibilidade do desenvolvimento agrícola sem levar em conta as classes sociais e a estrutura agrária presentes na agricultura brasileira. Discutiam-se a eficiência alocativa e as condições de gestão da produção, pensadas para os produtores familiares dos países industrializados (*peasants, paysants, contadini, nômin, family farmers, farmers*), como aplicáveis aos agricultores brasileiros, fossem estes latifundiários rentistas ou pequenos produtores familiares, na maioria minifundistas, com diferentes graus de acesso aos mercados.

A influência mais visível que a comunidade de economia agrícola ou rural no Brasil recebia provinha das tendências então dominantes na Purdue University

Esta visão, que fazia uma transposição mecânica de conceitos e teorias, era influenciada, dentre outros, por Mellor (1967), Johnston e Kilby (1977) e Schultz (1956), que propunham políticas de desenvolvimento agrícola para todos os países com grande população rural e baixa renda *per capita*, e também por Schuh (1971), que cogitava o desenvolvimento agrícola brasileiro a partir do que ocorreu nos Estados Unidos, dando grande ênfase à pesquisa como instrumento de mudança, com resultados semelhantes aos obtidos por William I. Myers, nos Estados Unidos. Estes autores não faziam referência à necessidade de uma reforma agrária no Brasil, entendendo que o avanço técnico e o mercado dissolveriam a concentração de terra e ajustariam as relações de produção, sempre de acordo com o preço relativo dos fatores e, eventualmente, tendo como coadjuvantes algumas políticas públicas.

Nesta direção, a influência mais visível que a comunidade de economia agrícola ou rural no Brasil recebia provinha das tendências então dominantes na Purdue University (USA). Esta hipótese tem consistência porque, na decisão de se criar a Sociedade Brasileira de Economia Rural (Sober), teve papel relevante o corpo de professores do Instituto de Economia Rural da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (IER/UREMG), que negociou e implantou o convênio dessa universidade com a Purdue University. A confirmar esta suspeita está o fato de o primeiro presidente da Sober, posteriormente seu presidente honorário, ter sido o professor Eryl Dias Brandão, que, durante cinco anos, codirigiu o referido convênio.

Esta hipótese não exclui a possibilidade de outros centros universitários dos Estados Unidos terem também exercido algum tipo de condicionamento no pensamento econômico então vigente na Sober, a exemplo da Ohio State University, da Cornell University e da University of Wisconsin,

que acolheram sócios fundadores e futuros associados. As semelhanças então observadas, de tema e de *approach* metodológico entre a produção científica brasileira em economia agrícola e aquela publicada pelo *American Journal of Agricultural Economics*, confirmam essa suspeita (BAIARDI, 2007).

A produção acadêmica sobre a agricultura brasileira na esfera do pensamento econômico dominante abstraía a existência de relevante heterogeneidade de agentes produtivos e admitia que, em princípio, a quase totalidade pudesse se converter em empresários inovadores, atuando em diferentes escalas, que era a meta da política oficial e o desejo dos que pesquisavam a agricultura brasileira. No máximo, admitia-se que, diante de diferentes dotações de recursos naturais, de desequilíbrios sociais e regionais e de diferentes disponibilidades de fatores de produção tradicionais, de terra e de força de trabalho, pudesse ocorrer diversidade de intervenções públicas na forma de políticas para o meio rural. Estas políticas corretoras poderiam contemplar tributação progressiva à terra e estímulos ao cooperativismo, sempre visando ampliar as oportunidades e corrigir distorções, fossem elas de excessiva concentração fundiária ou de anomia, ou seja, baixa propensão à cooperação por parte dos agricultores. De outro modo, não haveria solução para o atraso tecnológico e para a pobreza no meio rural fora do mercado, e ao Estado conviria atuar regulando, dando incentivos, fomentando externalidades etc.

Em decorrência da divulgação no Brasil no início da década de 1970 das pesquisas de Ruttan (1974) e Hayami e Ruttan (1988), dando ênfase à pesquisa induzida e endógena para viabilizar o desenvolvimento agrícola, alguns autores brasileiros mudaram o foco de análise. Começaram a identificar vicissitudes no desenvolvimento da agricultura no Brasil e a vê-lo como um processo mais complexo, dependente do que ocorresse no setor não agrícola e condicionado a negociações entre trabalhadores rurais e produtores patronais.

Paiva (1968 e 1971) chamava a atenção para decisões do produtor de não absorver tecnologias em virtude de o setor não agrícola apresentar dinamismo insuficiente para gerar demanda ou oferecer fatores a preços menores, o que ficou conhecido como o mecanismo de “autocontrole,” que geraria uma dualidade tecnológica. Para o autor, apenas seriam protagonistas de uma agenda de modernização da agricultura brasileira aqueles que pudessem avaliar as vantagens da adoção do progresso técnico diante de preços comparativos dos fatores de produção, influenciados pelo crescimento do setor não agrícola.

Alves (1981), por seu turno, via a pobreza e a desocupação na agricultura com origem na ruptura de um suposto pacto existente entre empregador e empregado. O autor chega a afirmar que a mecanização da agricultura foi consequência e não causa do processo migratório rural-urbano.

Estas observações, aparentemente preocupadas com o social, não significam uma mudança de paradigma e não anulam outras afirmações, as quais refletem bem até onde pode ir a visão neoclássica na sua incapacidade de analisar a força de trabalho fora do estrito e frio limite do mercado de fatores e da ótica dos preços relativos. Em mais de uma ocasião, Ruy Miller Paiva (1968 e 1971), dependendo do contexto, ora propõe uma política agrária que acelere os fluxos de transferência da população rural para as cidades, visando desestimular a pequena agricultura refratária à modernização, ora recomenda uma política salarial que evite valorizações “artificiais” para conter custos trabalhistas que induzam a uma mecanização precoce da agricultura.

Ainda na linha das análises que negligenciaram os problemas sociais e ignoraram as especificidades da agricultura familiar, tem-se a afirmação de Alves (1981), que via no êxodo rural a ruptura de um pacto existente entre o empregador e o empregado, pelo qual este último se comprometia a trabalhar sob as condições existentes e o primeiro, a preservar a ocupação.

A industrialização rompeu o pacto pelo lado do empregado. Criou alternativas de emprego vantajosas em relação às do campo: melhores salários, facilidade de acesso à educação, medicina, proteção das leis trabalhistas, relacionamento impessoal entre empregado e patrão e, enfim, as luzes da cidade. Os empregados, atraídos pelas cidades abandonaram o campo, deixando ao fazendeiro a alternativa de substituí-los por máquinas e equipamentos e redirecionar a produção para culturas e criações facilmente mecanizáveis ou, então, menos exigentes em mão de obra. A lealdade do patrão foi quebrada com a aplicação das leis trabalhistas ao campo... (ALVES, 1981, p. 8).

Para Alves, na medida em que o trabalhador aceitou o oferecimento de maiores salários, oportunidades de educação, saúde e lazer, o empregador desobrigou-se de preservar-lhe o emprego ou de ceder-lhe parcelas de terra, optando pela mecanização.

No campo de delimitação imprecisa da economia e da história econômica, no qual também eram inseridos aspectos sociais, havia os pensadores marxistas e outros de influência estruturalista. Ao analisar o meio rural brasileiro, estes autores não omitiram as classes sociais e nem o papel de cada uma delas na revolução burguesa no campo, que tinha como equivalência a modernização da agricultura, precedida de reforma agrária ou de amplas conquistas sociais.

Nessa vertente do pensamento brasileiro, há uma divisão clara entre os que atribuíam um papel crucial à pequena produção familiar na agricultura e defendiam para esta uma reforma agrária que a promovesse à classe média rural integrada aos mercados, e outro grupo que via uma predominância de relações capitalistas de produção no rural brasileiro, sugerindo que o sentido da modernização seria a valorização dos trabalhadores rurais, assim como a formação de sindicatos fortes, exatamente como ocorria no meio urbano. Entre estes au-

tores distinguiam-se, de um lado, Nelson Werneck Sodré (1963) e Alberto Passos Guimarães (1977), e, do outro, Caio Prado Jr. (1966) e Celso Furtado (1972). Merecem também referência especial Moisés Vinhas (1980) e Jacob Gorender (1986), que, inicialmente, integravam o primeiro grupo, mas que refizeram suas análises, apontando a inequívoca presença mercantil na organização agrária brasileira e sepultando as teses feudais. Estes pensadores eram, na maioria, marxistas, ortodoxos e heterodoxos, que defendiam a reforma agrária ou as reformas trabalhistas como portadoras da justiça social para o campo. Incluía-se, entre os ideais, a criação de um setor moderno de agricultores familiares e de assalariados organizados e integrados com a burguesia industrial ou agroindustrial, não descartando a associação dos primeiros com cooperativas, que atuariam como empresas capitalistas, buscando economias de escala.

As teses que defendiam o caráter feudal ou o caráter capitalista na evolução da agricultura brasileira têm hoje uma importância meramente histórica. Nos anos 60, entretanto, estas teses forneceram argumentos para um célebre debate que orientaria as visões de mundo e as construções programáticas de agrupamentos políticos que objetivavam, simultaneamente, derrotar militarmente o Estado ditatorial e construir uma nova sociedade livre de injustiças. Este debate só seria, de certo modo, superado quando da publicação do trabalho de Moisés Vinhas (1980), mais de uma década depois. Este autor, com base em elementos empíricos, relativizou o peso dos “restos feudais” na agricultura brasileira, mostrando que a generalização do modo de produção capitalista já era uma realidade incontestável.

Os anos 80 e 90 do século passado trouxeram outra realidade, que desautorizou completamente as análises e tendências feitas pela quase totalidade desses autores clássicos. Em decorrência de mudanças técnicas e institucionais, parte dos latifundiários converteu-se em empresários capitalistas. A agricultura brasileira, inequivocamente,

modernizou-se – processo visto por alguns autores como socialmente excludente, autoritário, assemelhado à “via prussiana” definida por Moore (1970) – e passou a cumprir suas funções nas relações intersetoriais, não por obra exclusiva de empresários ex-latifundiários e nem por obra de um campesinato que resultasse de reforma agrária, uma vez que os assentamentos apresentavam os piores indicadores de aproveitamento racional do solo.

Nesse período, as discussões tomaram outro rumo. Foram de tal ordem as mudanças estruturais, determinando o esvaziamento demográfico no campo e o aumento da produtividade, que se passou a duvidar da eficiência da reforma agrária como fator modernizante. As evidências empíricas das transformações capitalistas no campo e o reflexo destas em termos de avanços tecnológicos na agricultura e na agroindústria no Brasil tornaram-se visíveis e começaram a motivar novas abordagens. As percepções anteriores tinham subestimado a força expansiva da industrialização em setores relacionados com a produção vegetal e animal. Tornara-se ocioso discutir se o monopólio da posse da terra, seja ele de caráter feudal ou patronal capitalista, inviabilizaria o desenvolvimento da agricultura, da agroindústria e o surgimento do complexo agroindustrial. Havia um amplo reconhecimento de que a expansão do capitalismo no campo ocorrera malgrado a posse da terra continuar concentrada, como demonstravam inúmeras pesquisas de Rodolfo Hoffman (1971). Mais que isto, em certos casos, a propriedade da terra foi fundamental para a expansão da *plantation*, viabilizando garantias reais para o financiamento, pelo Estado, da grande produção capitalista na forma de monocultura, voltada para a exportação (BAIARDI, 1982).

O foco dos debates passou a ser se a expansão da empresa patronal levaria ao desaparecimento da agricultura familiar ou se, a exemplo dos países industrializados, a produção familiar se tornaria hegemônica ao se impor. A inequívoca tendência de modernização do latifúndio e de diferenciação social da produção ou “diferenciação camponesa”,

no sentido leninista, não levou ao desaparecimento com proletarização do agricultor familiar e nem à perda de relevância do estabelecimento familiar (MÜLLER, 1979; SILVA, 1983; ALENCAR, 1983; BAIARDI, 1987 e SZMRECSÁNYI, 1984). Igualmente foi negada a tese contrária, qual seja a de que a produção patronal não sobreviveria porque a renda da terra e a taxa de lucro seriam destruídas na agricultura empresarial capitalista (NAKANO, 1981, AIDAR e PEROSA, 1981).

Neste curso emergem contribuições que sinalizam para a peculiaridade do fenômeno da industrialização da agricultura, categoria, se não criada, amplamente divulgada por Kautsky (1974). A generalização, nos meios acadêmicos brasileiros, das metodologias para o estudo dos negócios agroindustriais, principalmente as teorias de formação das *filiières* e dos sistemas agroindustriais complexos, impulsionou pesquisas sobre o surgimento dos complexos agroindustriais, o que colocaria em outro nível o debate sobre o rural brasileiro, tornando ultrapassados os esforços anteriores para identificar vias de desenvolvimento com base na trajetória histórica iniciada com a ocupação do território. Já repercutiram os trabalhos de Jacob Gorender (1986), que, além de proceder uma crítica teórica às visões de passado feudal ou mercantil do rural brasileiro, propunham haver existido no Brasil um modo de produção peculiar, o escravista colonial. A consequência desta proposição foi sugerir que, na formação histórica do complexo rural brasileiro, mais de uma via esteve presente, e que tanto a propriedade latifundiária como o estabelecimento familiar moldaram-se e funcionalizaram-se à expansão do capitalismo.

Ademais, da força dos argumentos aduzidos por Gorender, vieram à luz outros trabalhos realizados por pesquisadores vinculados à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), os quais versavam sobre as transformações recentes da agricultura brasileira. Entre esses tornaram-se mais conhecidos os de Graziano (1978 e 1981), Delgado (1985) e, como clímax desta safra, o relatório de pesquisa

coordenado por Ângela Kageyama (1986) sobre a formação dos complexos agroindustriais, os CAI, cuja gênese e evolução passaram a ser chamadas de processo de “caificação”.

As evidências eram muito fortes ao apontar que o impulso de expansão capitalista – o processo de acumulação induzido pelo Estado e articulado com o capital financeiro e com o capital industrial – tinha transformado e modernizado a agricultura brasileira, gerado um departamento de bens de produção e demais fatores de procedência industrial e, também, expandido o segmento de processamento dos derivados primários, a um ponto que nem mesmo os mais otimistas poderiam supor. O complexo agroindustrial, integrador e articulador dos vários elos relacionados com a produção vegetal e animal, na qual estavam presentes as unidades patronais e familiares, passava, então, a ser o que de mais dinâmico e relevante existia nos negócios que tinham nexos com a agricultura brasileira.

Essas mesmas evidências sugeriam haver, no Brasil, médios e pequenos produtores agrícolas eficientes, que não tinham vinculação histórica com latifúndio e nem eram oriundos da reforma agrária. Os mais inovadores tinham sua gênese ligada à ocupação do cerrado ou à condição de irrigantes de perímetros públicos de irrigação. Posteriores pesquisas qualitativas revelaram que se tratava de um segmento com valores da agricultura familiar, cuja história, próxima ou remota, vincula-se à imigração não ibérica, que teve lugar principalmente nas macrorregiões Sul e Sudeste. Este segmento, por limitação de recursos e por cultura, não se converteu numa empresa capitalista inovadora, mas se transformou, segundo categorização mais ampla e de acordo com a escala produtiva, no *family farmer* ou *farmer* brasileiro: gestão familiar inovadora, com propensão a cooperar, eventualmente contratante de trabalho permanente ou não permanente, predominantemente com residência no estabelecimento

e geograficamente disperso no bioma cerrado, do Mato Grosso do Sul até o Piauí e nas antigas áreas de colonização. Este segmento é a demonstração óbvia da agricultura familiar inovadora, estável e que não desaparecerá (ABRAMOVAY, 1992; CHONCHOL, 1994; BAIARDI, 1999).

O pensamento sociológico brasileiro, diferentemente do econômico, sempre incorporou as classes sociais no campo, dando destaque à produção familiar no campo, dando destaque à produção familiar, denominada de camponesa por alguns, ou merecendo denominações nacionais ou regionais como: parceiros, caiçaras, burareiros, faxinais, ribeirinhos etc. Na esfera da sociologia rural, a tradição, até meados dos anos 70 do século passado, era predominantemente de estudos de caso voltados para determinadas lavouras, para núcleos populacionais no campo ou para movimentos sociais, numa perspectiva de sociologia da atividade agrícola e não de abordagens mais complexas e sistêmicas. Nesse período, a comunidade de sociólogos rurais não estava ainda integrada à Sober, o que começou a ocorrer no início dos anos 1980, sendo que a revista da sociedade somente se abriu para a sociologia rural em 1988.

Com alguma imprecisão pode-se sugerir como pioneiros em sociologia rural no Brasil: Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido, Manuel Correia de Andrade, Vitor Nunes Leal, Otávio Velho, Aspásia Camargo, Beatriz Maria Alásia de Herédia, Juarez Brandão e Maria Nazareth Baudel Wanderley, quase todos eles frequentemente citados e fonte de inspiração para uma segunda geração formada, no Brasil, por Afrânio Garcia (1990), José Vicente Tavares dos Santos (1978), José de Souza Martins (1980), Oriovaldo Queda (1972) e Bernardo Sorj (1982). Estes dois conjuntos influenciaram a sociologia rural na América Latina, a exemplo da obra de Jacques Chonchol (1994).

Em grande medida, esta produção estava voltada para exibir os problemas do meio rural brasi-

O pensamento sociológico brasileiro, diferentemente do econômico, sempre incorporou as classes sociais no campo, dando destaque à produção familiar

leiro, tanto do ponto de vista do poder político, das relações de trabalho, da extração de excedente por meio de relações de troca, do acesso à terra, das precárias condições de vida, das injustiças sociais, entre outros, e foi de valor inestimável para outros estudos e para políticas públicas de distribuição de terra e renda, assim como para a fiscalização das condições de trabalho e da aplicação da legislação trabalhista. Contudo, poucas análises, de modo geral apenas aquelas inspiradas pela antropologia, avaliaram a natureza da produção familiar. Quando muito, trataram da estratégia de reprodução do que denominaram de campesinato. No fim dos anos 70 do século passado foi criado o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), que se tornou uma referência em pesquisas sobre economia e sociologia rural, contribuindo para mudar o foco das investigações e avançando em relação a outros centros, como a Unicamp e a Escola de Agronomia Luiz de Queiroz, vinculada à Universidade de São Paulo (USP). No CPDA começaram a se generalizar as pesquisas sobre agricultura familiar com foco na lógica de sobrevivência e reprodução. Uma síntese das pesquisas desde 1970 foi organizada por Moreira (1999).

Mais recentemente expandiu-se por todo o país o interesse em pesquisar a agricultura familiar a partir de sua essência, seus elementos constitutivos, e relacioná-la com projetos, arranjos e modelos de desenvolvimento rural. Com o mesmo risco de imprecisão, avalia-se que o centro que mais se tem destacado em analisar as contribuições e o papel da agricultura familiar e como ela concebe estratégias de sobrevivência, mediante pluriatividades e inserção em cadeias produtivas longas ou breves, é o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), responsável pela série Estudos Rurais, com contribuições, dentre outros, dos pesquisadores Jalcione Almeida e Zander Navarro (1997) e Sérgio Schneider (2003).

Estudos socioeconômicos recentes, baseados no Censo Agropecuário de 2006, e que foram rea-

lizados por Gasques et al (2012), Alves e Rocha (2010), Fornazier e Vieira Filho (2012) e Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013), informam que significativas mudanças na agricultura brasileira levaram a expressivos aumentos na produtividade da terra e do trabalho em alguns estabelecimentos, a um empobrecimento e decadência em outros e a uma expressiva concentração da produção: 8,7% dos estabelecimentos rurais são responsáveis por 85% desta.

Segundo os dados do censo, os avanços de produtividade da terra e do trabalho não tiraram da situação de pobreza um grande número de agricultores que produzem apenas para a subsistência e com rendimentos negativos ao nível de estabelecimento: mais da metade dos estabelecimentos agrícolas no Brasil tem renda inferior a meio salário mínimo mensal. Se o quadro nacional é preocupante, o do Nordeste é mais grave, visto que a região abriga 47% da população rural brasileira, essencialmente composta de agricultores familiares, cuja estratégia de sobrevivência varia de ecossistema para ecossistema.

Os dados também revelam que a categoria censitária “familiar com contrato”, aquelas unidades com gestão e utilização da mão de obra familiar e que, eventual ou regularmente, utilizam mão de obra assalariada, responde por cerca de 15% do número total de estabelecimentos em nível nacional e nas regiões. Ademais, tem uma distribuição geográfica predominantemente no cerrado, está relativamente bem posicionada em valor da produção e em receitas e apresenta o segundo menor índice de desigualdade dentro da categoria. Este segmento é formado por agricultores familiares que inovam, participam dos mercados, administram bem o negócio e têm estabilidade. Se a este se agregar parte da categoria exclusivamente familiar localizada no Sul e Sudeste do país, principalmente nas áreas de colonização não ibérica, tem-se um grupo de agricultores familiares com capacidade de gestão que responde pela maior parte da produção agrícola brasileira. São, no Brasil, as unidades tipo *farmer* e *family farmer*.

ÍNDOLE, NATUREZA E ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS FONTES DA RESILIÊNCIA

Ao tratar da resiliência da produção familiar na agricultura, não se pode negligenciar sua gênese e lógica constitutiva e sua capacidade de adaptação a inúmeras mudanças ocorridas, tanto no plano econômico, aí incluindo os impactos das várias revoluções agrícolas, quanto no plano político, quando governos revolucionários e com propostas socializantes se defrontam com um campesinato estabelecido, com séculos de tradição. Ao se pensar a capacidade de adaptação, é imperativo conhecer a obra de Chayanov (1974), que trata da natureza, da índole, das características, enfim, da essência e da organização da unidade econômica familiar na agricultura por ele denominada “camponesa”. Sua obra é essencial nas reflexões sobre a agricultura familiar, onde quer que ela aconteça. No Brasil, sua divulgação teve início no âmbito da pós-graduação, na segunda metade da década de 70 do século passado, em decorrência da maior liberdade de pensamento trazida pelo enfraquecimento político da ditadura militar. Foi o início de um debate heterodoxo sobre a agricultura familiar e a questão camponesa.

A obra de Chayanov nasceu em meio a um intenso debate entre duas tendências que se propunham a modernizar a agricultura russa: a marxista e a populista. A primeira tentando aplicar as leis do materialismo histórico, que levariam, no médio prazo, à socialização das terras, e a segunda, tida pelos bolcheviques como corrente pequeno-burguesa, defendia a abolição do absolutismo czarista e a transferência das terras dos latifúndios para o campesinato. Os populistas consideravam-se socialistas, mas o seu socialismo, na visão dos bolcheviques, era utópico porque se colocava contrariamente às teses marxistas, uma vez que entendia

ser o campesinato, e não o proletariado, a principal força revolucionária.

Em meio a esta polarização, Chayanov deu início, em 1911, às suas pesquisas para entender

a essência da organização produtiva camponesa, considerando-a uma unidade econômica com leis e fundamentos próprios. Nesse ambiente, começou, em 1912, a produzir artigos científicos e, em 1923, reuniu vários textos

e publicou como livro, no idioma alemão, *A Organização da Unidade Econômica Camponesa*⁷. Dois anos mais tarde, a obra foi publicada em russo e em inglês, com o título *Peasant Farm Organization*, pelo Instituto de Pesquisa em Economia Agrícola de Moscou, na URSS. A partir de 1911 organizou-se na Rússia a Escola para Análise da Organização e Produção Camponesa, da qual Chayanov participou com grande protagonismo.

Os argumentos centrais de Chayanov, que iriam tornar sua obra seminal, são que a economia camponesa não é tipicamente capitalista. Nela não se pode determinar objetivamente os custos de produção, pela ausência da categoria salário. Os retornos do camponês não são lucros, e o excedente é percebido como uma retribuição ao trabalho e impossível de se avaliar em moeda. Além disso, existe uma dimensão subjetiva do tempo de trabalho:

[...] tomamos la motivación de la actividad económica del campesino no como la de un empresario que como resultado de la inversión de su capital recibe la diferencia entre el ingreso bruto y los gastos generales de la producción, sino más bien como la motivación del obrero por un peculiar sistema de salario a destajo que le permite determinar por si mismo el tempo y la intensidad de su trabajo (CHAYANOV, 1974 p. 33).

⁷ *Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft: Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft in Landbau.*

O núcleo dessa teoria é o balanço entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. O objetivo do camponês é a subsistência e, por isso, segundo Chayanov (1974), só se pode falar de modo de produção camponês quando há apropriação total do trabalho por parte da família. No contexto da sua racionalidade econômica, esses agentes produtivos fomentam a diversificação de lavouras para prover as necessidades da família, no tempo e no espaço.

A obra de Chayanov foi seminal e teve seguidores que tentaram dar legitimidade e importância à agricultura familiar nos países socialistas e outros que estudaram a natureza desse tipo de produção nas economias capitalistas avançadas e em países da Ásia, da África e da América Latina. Deles vieram contribuições relevantes sobre a transição da agricultura camponesa para a agricultura familiar, com graus diferentes de integração ao mercado. Segundo Tepicht (1973), o ponto de partida da cultura camponesa é marcado pela tendência a realizar o esforço possível para obter renda, seja em dinheiro ou em bens, por meio do trabalho e levando em conta as limitações naturais de estrutura agrária, mercado etc. As regras de parentesco são as que definem tanto a gestão da unidade de produção quanto a de consumo, formando uma simbiose entre “empresa agrícola” e família. Shanin (1980), por sua vez, entende o camponês como participante de um mundo diferente, com peculiaridades e características próprias, motivado a estabelecer um padrão de relações sociais diferente dentro da sociedade. A unidade familiar tem um grau elevado de suficiência e sua organização interna orienta-se em função da produção, do consumo, da sociabilidade e dos valores, o que manifesta propensão a cooperar e a promover a ajuda mútua. Neste sentido, a maior ou menor integração ao mercado é sempre uma possibilidade.

O sistema de produção familiar é compatível com a economia capitalista, desde que não sejam rompidas as relações de produção que lhe são próprias, dentre as quais se destaca o trabalho familiar

Outro seguidor de destaque é Mendras (1978), que realizou a ambiciosa tarefa de verificar as identidades nas diferentes formações camponesas em todo o mundo. Suas conclusões, plenamente válidas para a agricultura familiar, é que este tipo de organização produtiva tem sua racionalidade própria, que não é similar à economia mercantil. Para o autor, a estabilidade dessa forma de produção decorre do fato de conter variadas formas de sociabilidade, muito ricas em ensinamentos. Para o autor, em qualquer época ou lugar que sejam estudadas, as sociedades camponesas exibem traços comuns. O sistema de produção familiar é compatível com a economia capitalista, desde que não sejam rompidas as relações de produção que lhe são próprias, dentre as quais se destaca o trabalho familiar, seu traço dominante.

Ao ressaltar peculiaridades e traços comuns na agricultura familiar, Lamarche (2003) afirma que situações particulares e contextos econômicos adversos são reveladores da enorme capacidade de adaptação do objeto sociológico que é a exploração familiar. Segundo este autor, a heterogeneidade na agricultura familiar não é nada mais que faces do mesmo objeto. Em todas elas há um traço cultural comum, uma capacidade de se adaptar superior e um desejo, nem sempre explícito, de dar continuidade às tradições. Lamarche propõe uma escala de tipologia da agricultura familiar, que variaria do modelo quase fechado ao mercado, que ele chama de “selvagem”, até o mais integrado, definido como “ideal”.

Visões recentes, relacionadas com capacidade de adaptação e de transição do camponês (*peasant*) para o agricultor familiar (*family farmer* ou *farmer*) e seu papel na agricultura moderna, merecem análise. Abramovay (1992), referindo-se às inúmeras contribuições para entender a agricultura familiar e sua maior ou menor inte-

gração ao mercado, que têm início com Marx e Chayanov, sugere que estas permitem propor que o tipo de organização produtiva no capitalismo avançado não seja a camponesa, embora continue sendo familiar. Na unidade camponesa existiria a fusão entre a função produção e a função consumo, o que lhe conferiria uma flexibilidade que a permitiria se ausentar do mercado. Na *family farm*, ou modelo ideal de Lamarche, isto já não é possível e o que predomina é a lógica do mercado, mas com gestão familiar.

Outra visão no pensamento brasileiro é a de Souza Martins (1980), que define a possibilidade de a organização produtiva familiar no Brasil ser camponesa, ou não, a partir da concepção de propriedade e uso da terra, “terra de trabalho” e “terra de negócio”, camponesa e não camponesa, respectivamente. Em quaisquer perspectivas, o autor ressalta que, de algum modo, ambas estariam adaptadas ao mercado.

Ao tratar da natureza e da lógica das economias camponesas na América Latina, Chonchol (1994) diz que o campesinato, uma categoria que, segundo ele, continuaria, mesmo residualmente, a existir, constitui um grupo social que apresenta quatro características ligadas entre si: 1) a unidade de produção familiar como essencial e multifuncional; 2) o cultivo da terra e a criação de animais como principal meio de vida; 3) uma cultura tradicional específica e intimamente ligada às formas de vida das pequenas comunidades rurais, e 4) subordinação ao poder de entidades sociais exteriores à comunidade camponesa. O mesmo autor também apresenta a ideia, já esboçada por Abramovay (1992), de que o campesinato é uma categoria de transição entre a economia natural (tradicional) e a agricultura familiar (moderna), inserida no capitalismo plenamente constituído. Destarte, *peasant* é o produtor familiar com um modo de vida

tradicional, integrado intimamente com a agricultura, mas que não realiza investimento visando obter lucro. Por sua vez, os *family farmer* e o *farmer* exercem a agricultura voltada para o comércio e vê a terra, nem sempre, como um modo de vida.

A tentativa, nos limites deste texto, de buscar referências e posições acerca da estabilidade e adaptabilidade da agricultura familiar no âmago do pensamento econômico e sociológico conduz, precipuamente, à obra de Chayanov

estabilidade e adaptabilidade da agricultura familiar no âmago do pensamento econômico e sociológico conduz, precipuamente, à obra de Chayanov. Aleksander Vasil'evich Chayanov foi o único pensador que ofereceu uma teoria coerente sobre o fenômeno da unidade de produção camponesa, na sua estrutura interna e acerca de sua capacidade de sobrevivência, em um sistema capitalista ou não. Os vários enfoques sobre campesinato e agricultura familiar que se seguiram às teses de Chayanov, as quais foram resultado de minuciosas pesquisas empíricas envolvendo observações de mais de uma década, não ofereceram reparos ao arcabouço teórico por ele construído.

O que muitos fizeram foi o que Redfield chamou de valorização das características culturais, tais quais uma íntima e reverente atitude diante da terra, associada à ideia de que o trabalho agrícola tem um valor maior que o mercado e a tendência a enfatizar o trabalho como primeira virtude (REDFIELD, 1960).

Destarte, encontra-se na teoria de Chayanov a possibilidade de entender toda a capacidade de adaptação, de superação das dificuldades e de reinstalação que a agricultura familiar tem. Efetivamente, isto fica claro nas diversas análises: as determinantes culturais terminam por ser de última instância. Chayanov *não deixava passar a oportunidade de apontar que somente uma intimidade com elementos constitutivos da produção camponesa permitiria*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa, nos limites deste texto, de buscar referências e posições acerca da

que se penetrasse em todas as dimensões da unidade de produção familiar e, a partir daí, fossem verificadas as peculiaridades, as articulações internas e externas e a própria capacidade de sobrevivência nos sistemas capitalista e socialista.

Segundo Chayanov, a adaptabilidade da unidade econômica camponesa permitia a esta se ligar ao mercado capitalista de produtos e de insumos, sofrer influência do capital financeiro, obter financiamentos bancários, coexistir com a indústria organizada no modo capitalista e, em alguns lugares, se relacionar com a agricultura capitalista.

No caso do Brasil, a produção familiar na agricultura, assim definida por haver uma gestão e a presença preponderante do trabalho da família, o que inclui as categorias censitárias “de exclusivamente familiar” e “familiar com contrato”⁸, responde por 82,2% do número de estabelecimentos, 57,9% da área destes estabelecimentos e 46,65% do valor gerado nestes, segundo o censo agropecuário de 2006⁹. A magnitude dos números mostra o peso dessa organização produtiva na agricultura brasileira, mas os dados do censo também revelam acentuados desequilíbrios nas duas categorias e no agregado delas. Na população formada pelas duas categorias censitárias tem-se desde o minifúndio do bioma caatinga, no semiárido, que depende de programas compensatórios para sobreviver, até o agricultor familiar do bioma cerrado, que está integrado a várias cadeias do agronegócio e tem expressiva presença na exportação. Estão presentes na população os dois extremos da escala de Lamarche (2003), o “selvagem”, no caso do produtor excluído do semiárido, sem chan-

ces de prosperar, e o *farmer* brasileiro, que, na inadequada definição, eivada de subjetividade ideológica, é considerado como integrante do agronegócio.

A real resiliência, a capacidade de se adaptar e de disputar um lugar diante das transformações do mundo rural e das economias contemporâneas, vale somente para uma parte do agregado formado pelas categorias censitárias “exclusivamente familiar” e “familiar com contrato”. O problema brasileiro não é a sobrevivência da agricultura familiar que cultiva valores dessa organização produtiva, tem acesso ao conhecimento, ao crédito e geograficamente se encontra em biomas cujos recursos de clima e solo reduzem os riscos da atividade produtiva. O problema nacional é como oferecer alguma perspectiva de prosperidade para a maioria dos pequenos produtores familiares que estão fora dessas condições e que, segundo os estudos já referidos com base no censo de 2006, estão fixados no semiárido e correspondem a cerca de 47% da população rural do país. A persistência deste problema é um desafio maior e ele próprio, em si, requer reflexões e pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC; UNICAMP, 1992.

AIDAR, A. C. K.; PEROSA JUNIOR, R. M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 3, 18-40, jul./set. 1981.

ALENCAR, C. M. M. *Em terras (de) alguém: estudo sobre as transformações no processo de organização da produção de pequenos produtores num projeto de colonização*. 1983. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)-Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

ALLEN, D. W.; LUECK, D. *The nature of the farm: contracts, risk and organization in agriculture*. Cambridge: MIT Press, 2003.

ALVES, E. R. *A Mudanças tecnológica da agricultura brasileira*. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária, EMBRAPA, 1981. Documentos, 10.

⁸ A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, e a Portaria nº 17, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 23 de março de 2010, estabelecem condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/Pronaf), instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. Este dispositivo exclui do Pronaf grande parte da produção familiar e penaliza a eficiência econômica obtida mediante inovação tecnológica e economia de escala.

⁹ KAGEYAMA et al. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. *Revista de economia e sociologia rural*, Brasília, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan/mar 2013.

AGRICULTURA FAMILIAR, SEU INTERESSE ACADÊMICO, SUA LÓGICA CONSTITUTIVA
E SUA CAPACIDADE DE SOBREVIVER E SE CONSOLIDAR NO BRASIL

- ALVES, E. R. A.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. In: GASQUES, J. G. et al. *Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010. p. 275-291.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- Araújo, P. F. C. de; SCHUH, G. E. *Desenvolvimento da agricultura: estudos de casos*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.
- BAIARDI, A. A penetração do capitalismo na agricultura e a reforma agrária. *Reforma Agrária*, Campinas, SP, v.12, n. 1, p. 03-13, jan./fev. 1982.
- _____. A descontinuidade do tempo de trabalho na agricultura e as implicações sobre a estabilidade da empresa capitalista: uma análise da visão de Marx. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 96-104, abr./jun. 1987.
- _____. Formas de agricultura familiar à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e inserção no mercado Internacional. In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz de Iguaçu, PR. *Anais...* Brasília: SOBER, 1999. p. 285-297.
- _____. Gênese e evolução do pensamento econômico da sociedade brasileira de economia e sociologia rural, SOBER. In: SZMRECSANYI, T.; COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 257-269.
- BAIARDI, A.; DULLEY, R. D. Da falha metabólica à nanotecnologia, o pensamento progressista em relação à organização produtiva e à mudança técnica na agricultura. In: NAISY S. S. et al. (Org.). *Políticas públicas, agricultura e meio ambiente*. Ilhéus, BA: SOBER; UESC, 2012. p. 562-583.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHONCHOL, J. *Sistemas agrarios en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- COMITÉ INTERAMERICANO DE DESARROLLO AGRÍCOLA. *Monografías sobre algunos aspectos de la tenencia de la tierra y el desarrollo rural en América Latina*. Washington: CIDA/OEA, 1970.
- ELLIS, F. *Peasant economics: farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- FANFANI, R. *Il sistema agroalimentare in Italia: i grandi cambiamenti e le tendenze recenti*. Milano: Eedagricola, 2009.
- FORNAZIER, A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário brasileiro: evidências a partir do censo agropecuário de 2006*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão, 1708).
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GARCIA JR., A. R. *O sul: caminho do roçado*. Brasília: Marco Zero; UNB, 1990.
- GASQUES, J. G. et al. Productivity and structural transformation in Brazilian agriculture: analysis of Agricultural Census data. In: MARTHA JUNIOR G. B; FERREIRA FILHO J. B. S. (eds.). *Brazilian agriculture development and changes*. Brasília: EMBRAPA, 2012. p. 43-72.
- GORENDER, J. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- GRAZIANO da SILVA, J. (coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: EMBRAPA, 1988.
- HOFFMAN, R. *Contribuição à análise da distribuição de renda e da posse da terra no Brasil*. 1971 260 f. Tese de Livre Docência [Concurso interno]- ESALQ/USP, Piracicaba, 1971.
- JOHNSTON, B. F.; KILBY, P. *Agricultura e transformação estrutural, estratégias econômicas de países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. C. et al. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1986. p. 113-223
- _____. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. *Revista de economia e sociologia rural*, Brasília, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan/mar 2013.
- KAUTSKY, K. *La cuestión agraria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores S/A, 1974.
- KIRKENDALL, R. S. *Social scientists and farm politics in the age of Roosevelt*. Columbia: University of Missouri Press, 1966.
- LAMARCHE, H. (coord.) *Agricultura familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- LENIN, V.I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1973.
- MALTHUS, T. R.; RICARDO, D. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Notas aos princípios de economia política de Malthus. In: _____. *Princípios de economia política e ensaios sobre a população; Notas aos princípios de economia política de Malthus*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1974, 6v.

- MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- MELLOR, J. W. *O planejamento do desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro (Estado da Guanabara): Edições O Cruzeiro, 1967.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MOORE, B. *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston: Beacon Press, 1970.
- MOSELEY, K.P; WALLERSTEIN, I. Pre capitalist, social, structures. *Annual Review of Sociology*, v. 4, p. 259-290, 1978.
- MOREIRA, R. J. (org.) *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: MAUAD/REDCAPA, 1999.
- MÜLLER, G. *Penetração de empresas transnacionais nos complexos agroindustriais de pecuária de carne, de pecuária de leite, cereais, oleaginosas e fumo*. São Paulo: CEBRAP, 1979.
- NAKANO, Y. 1981 A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 3, 3-16, jul./set.
- PLATÓN, M. *Problemas socioeconômicos del campo contemporáneo*. Moscú: Editorial Progreso, 1985.
- PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.
- PAIVA, R. M. O mecanismo de autocontrole no processo de expansão de melhoria técnica da agricultura. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 03, p. 5-68, set. 1968.
- _____. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 171-234, dez. 1971.
- REDFIELD, R. *The Little Community - Peasant Society and Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- RUTTAN, V. W. Induced technical and institutional change and the future of agriculture. In: HUNT, K (org.) *The future of agriculture, technology, policies and adjustment*. Oxford: Alden Press, 1974, p. 35-52.
- SANTOS, J.V.T. *Oscolonosdovinho*. São Paulo: HUCITEFC, 1978.
- SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.2, p.225-256, 1997.
- _____. *História agrária romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHUH, G. E. *Pesquisa sobre desenvolvimento agrícola no Brasil*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1971.
- SCHULTZ, T. W. *La organizacion economica de la agricultura*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- SHANIN, T. *Naturaleza y logica de la economia campesina*. Barcelona: Anagrama, 1976.
- SILVA, S. S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: BELLUZO L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 177-192.
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- SORJ, B. et alii *Camponeses e agroindústria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SOUZA MARTINS, J. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970); O Brasil republicano, economia e cultura. In: FAUSTO, B (org) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1984. Partes 1, 2 e 4.
- SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.) *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1972.
- TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.
- THROSBY, C. D. New methodologies in agricultural production economics: a review. In: HUNT, K (org.) *The future of agriculture, technology, policies and adjustment*. Oxford: Alden Press, 1974. p. 150-169.
- TRAPEZNIKOV, S. *El leninismo y el problema agrario y campesino*. Moscú: Editorial Progreso, 1979.
- VINHAS, M *A terra, o homem, as reformas*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- WEBER, M *The agrarian sociology of ancient civilization*. London: Verso, 1988.

Este texto foi originalmente apresentado e debatido em sessão sobre agricultura familiar no 52º Congresso da Sober, realizado em Goiânia em julho de 2014.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 23 de setembro de 2014.

Agriculturas e agricultores familiares

Vitor de Athayde Couto*

Vi que não há Natureza,
Que Natureza não existe,
Que há montes, vales, planícies,
Que há árvores, flores, ervas,
Que há rios e pedras,
Mas não há um todo a que isso pertença.
Um conjunto real e verdadeiro
É apenas uma doença das nossas ideias.
(Fernando Pessoa)

* Pós-doutor em Reestruturação Produtiva e Mundialização Financeira pela Université Paris 13 e em Globalização, Tecnologias e Mercados pela Université de Rouen. Professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). vitor@ufba.br

Resumo

Discutem-se os vários tipos de agriculturas e agricultores familiares. Levantam-se questões sobre as diferentes abordagens e políticas públicas, particularmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Analisam-se a importância e a participação da agricultura familiar no chamado agronegócio, assim como as diferentes produtividades do trabalho e do crédito rural, comparadas às da agricultura não familiar. Alerta-se para os maus resultados das políticas agrícolas, destacando-se, nos últimos dez anos de vigência do Pronaf, o aumento da desigualdade social e regional, sempre em favor das regiões mais ricas. Propõem-se metodologias participativas para a formulação de políticas geridas por conselhos locais. Ao contrário do exclusivo critério de demanda e concorrência, propõe-se que os agricultores mais fragilizados também participem dos benefícios do crescimento e das inovações tecnológicas e organizacionais.

Palavras-chave: Políticas agrícolas. Agriculturas familiares. Pronaf. Conselhos locais.

Abstract

It discusses the various types of agriculture and family farmers. There are questions about the different approaches and public policies, particularly the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). It analyzes the importance and participation of family's agriculture in called agribusiness. Also analyzes the different labor productivity and rural credit, compared to non-family's agriculture. Alert to the poor results of agricultural policies, especially in the last ten years of the Pronaf, increasing social and regional imbalance, always in favor of the wealthiest regions. Participatory methodologies are proposed for the formulation of policies managed by local councils. Unlike the sole discretion of demand and competition, it is proposed that the most vulnerable farmers also participate in the benefits of growth and technological and organizational innovations.

Keywords: Agricultural policies. Family's agriculture. Pronaf. Local councils.

INTRODUÇÃO

Agricultura familiar, agricultor familiar são abstrações, são conceitos. A sua existência concreta revela uma diversidade raramente captada pelos técnicos que lidam com a agricultura familiar, ou melhor, com as diversas agriculturas familiares existentes no Brasil. Essa pluralidade encerra grandes diferenças, que vão

desde o mais simples agricultor de subsistência para o autoconsumo familiar (produtor exclusivo de valor de uso) até o mais complexo, tecnificado, integrado mediante rigoroso contrato com os capitais agroindustriais das firmas-rede, nacionais ou não (produtor exclusivo de valor de troca). Parece tratar-se aí de uma nova espécie, o “agricultor familiar comoditizado”. Nesse intervalo de mais de quatro milhões de estabelecimentos encontram-se incontáveis tipos de agricultores familiares¹.

Muitas abordagens e políticas públicas genéricas reportam-se aos agricultores familiares e outros públicos-alvo, como se todos eles fossem movidos pela mesma racionalidade. Independentemente das suas diversas histórias agrárias, objetivos, ritos, relações com os movimentos sociais, itinerários técnicos, práticas históricas, níveis tecnológicos, níveis de organização (orçamento e gestão, inclusive do trabalho), custos de oportunidade, níveis de integração interna e externa, sistemas de produção, subsistemas e escalas..., a natureza do seu patrimônio familiar é quase sempre confundida com a do capital. Daí costura-se um confuso e arquetípico agricultor “descapitalizado” (sic), compartimentado por sucessivos governos. São categorias submetidas à mesma racionalidade concorrencial de chamadas de editais, mediados por um menu de projetos padronizados e formulários prêt-à-porter. Esses “pro-

jetos” online são pilotados pela mesma máquina financeira-extensionista que, há décadas, executa políticas neoadjetivadas do velho crédito rural, repaginado a cada mandato governista, conforme o paradigma tecnológico da vez.

Muitas abordagens e políticas públicas genéricas reportam-se aos agricultores familiares e outros públicos-alvo, como se todos eles fossem movidos pela mesma racionalidade

Neste artigo levantam-se questões conceituais relacionadas com o entendimento do que se costuma chamar agricultura familiar, mal entendida como oposição ao agronegócio, como se estivesse fora

dele. Embora bastante difundido pela mídia, não se trata aqui de opor agronegócio e agriculturas familiares, como se encontra à farta na literatura. Primeiro porque, estatisticamente, o agronegócio abrange a empresa agrícola, o latifúndio, as organizações coletivas, as agroecologias (no plural) e a própria agricultura familiar – principalmente quando integrada² –, além de muitos outros setores da economia.

O que é agronegócio? Para muitos, agronegócio é entendido como oposição à agricultura familiar – como se o agronegócio fosse apenas o conjunto das empresas agrícolas mais o latifúndio. Analistas de curto prazo, apoiados na grande mídia, confundem agronegócio com algo exclusivamente patronal, empresarial, tecnificado, eficiente e competitivo. Competitivo, convém dizer, desde que se abstraia a avaliação das ajudas públicas e também os impactos de longo prazo, principalmente sociais e ambientais. Como se não bastasse confundir empresa e latifúndio, outro problema persiste e até se agrava: o termo original, agribusiness, tem sido mal traduzido e mal interpretado. Em outras palavras, agronegócio vem sendo difundido a partir de uma tradução ao pé da letra do termo agribusiness, como se traduzir fosse apenas abrir um bom dicionário (agri + business ou agro + negócio).

¹ O Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, definidos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

² Agricultura familiar integrada é aquela comandada, mediante contrato formal, pelo capital agroindustrial. No Brasil, os melhores exemplos encontram-se no complexo avícola. Esses sistemas de produção relacionam, de um lado, os integrados (avicultores familiares) e, de outro, as firmas integradoras, como Sadia, Perdigão, Avipal. (COUTO, 1999, p. 33).

Desde os anos 70, Alberto Passos Guimarães³ já havia proposto uma tradução bem mais correta, procurando demonstrar, com genial didática, que o agribusiness é sistêmico, como um sanduíche clássico, daqueles com duas fatias de pão. Uma fatia foi denominada setor a montante (insumos industriais para a agricultura), enquanto a outra fatia estaria relacionada ao setor a jusante (produtos industriais da agricultura).

Por sua vez, o recheio do sanduíche foi definido como o enclave central, ou seja, a agricultura propriamente dita. Para definir o enclave, Guimarães não precisou recorrer ao termo “agropecuária”, porque tinha consciência do significado correto e da larga abrangência do termo agricultura – que muitos ainda confundem com atividades de produção exclusivamente vegetal (lavouras).

Finalmente, ele chamou o sanduíche de Complexo Agroindustrial (CAI), tradução corretíssima do conceito havardiano de agribusiness. Mais detalhes encontram-se, por exemplo, em Garreau (1977), além de muitos outros autores estrangeiros que tratam cientificamente do tema. No Brasil prevalece o bem-sucedido lobby (agronegócio, agropecuária...) que provou ser capaz de mudar até o nome do antigo Ministério da Agricultura (MA), bem como da antiga Confederação Nacional da Agricultura (CNA), além de influenciar parlamentares, tecnoburocratas e pesquisadores em seu favor.

Quanto aos CAI, no plural, são conceitos que foram sendo afinados por pesquisadores, principalmente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que tiveram o cuidado de não confundi-los com chain ou chaîne (cadeia agroindustrial, cadeia produtiva, cadeia agroalimentar...) nem com filière (no dicionário encontra-se fileira, mas, na literatura

³ Provavelmente, pela primeira vez, no Brasil, o termo *agribusiness* tenha sido tratado na conferência de Alberto Passos Guimarães, no Teatro Casa Grande, Rio de Janeiro. A conferência foi pronunciada durante um ciclo de debates, em outubro de 1976. Logo em seguida, a íntegra da conferência foi publicada no jornal Opinião.

sobre agricultura familiar, não existe tradução adequada para o português; pesquisadores mais cuidadosos preferem manter o conceito e o verbete filière original, em francês, a exemplo de terroir, também de difícil tradução).

O que se pretende é considerar que as diversas agriculturas familiares, integradas ou não, fazem parte, todas elas, do mesmo (e um só) agronegócio complexo e sistêmico, numa unidade dialética de contrários e conflitos

A didática de Guimarães continuou operando, quando ele se perguntou, referindo-se a montante do sistema (inputs da matriz de relações intersetoriais): quanto da produção da indústria de cimento é consumido pela

agricultura (em canais de irrigação, barragens, estábulos, silos, etc.)? Quanto da produção industrial de fármacos é consumido pela agricultura (vacinas, antibióticos, etc.)? Quanto da produção industrial de plásticos é consumido pela agricultura (tubulações para irrigação, embalagens, estufas, plasticultura em geral, etc.)?

A jusante do sistema (outputs da matriz), perguntou: quanto compra a indústria de transformação (alimentos e outros produtos) em matérias-primas de origem agrícola? Vê-se logo que essas e outras questões suscitam dados suficientes para se rodar uma grande matriz de relações intersetoriais, daí o termo “Complexo” (o “C” de CAI). O Produto Interno Bruto (PIB) agrícola participa com menos de 10% do PIB nacional, enquanto o PIB do chamado agronegócio pode alcançar a sua terça parte, portanto, números longe de se confundirem⁴.

Em resumo, o que se pretende é considerar que as diversas agriculturas familiares, integradas ou não, fazem parte, todas elas, do mesmo (e um só) agronegócio complexo e sistêmico, numa unidade dialética de contrários e conflitos. Eventualmente, esses contrários e conflitos podem convergir para os mesmos interesses, como é o caso da integração agroindustrial. O agricultor familiar, ao ser integrado, pode (embora nem sempre) usufruir de eco-

⁴ Numa leitura sistêmica, o agronegócio pode ser aqui entendido preliminarmente como CAI.

nomias de escala a jusante, e da valorização dos preços finais dos seus produtos, quando eles são processados e distribuídos sob a denominação de uma grande marca consolidada no mercado, como é o caso da avicultura, da suinocultura, do leite, da laranja... Daí a necessidade de se utilizarem os termos agriculturas e agricultores familiares, no plural, para que se possa operar uma análise mais correta, por ser mais próxima da realidade.

Todavia, esse tratamento plural não é original. Em fevereiro de 1998, o autor deste artigo já havia participado, como observador, de um atelier de travail (oficina), promovido pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), em Montpellier, França. A oficina, que teve por tema *Agricultures familiales* (Agriculturas familiares), reuniu pesquisadores de vários e diferentes países – o que tornou essa realidade muito mais complexa. A diversidade de países representados na oficina contribuiu para que se multiplicasse ainda mais a heterogeneidade da agricultura familiar.

Na oficina, a heterogeneidade da agricultura familiar foi cuidadosamente demonstrada por Campagne (1998) e Lamarche (1998). O primeiro apresentador abordou a diversidade das agriculturas familiares na região do Mediterrâneo. O segundo procurou definir as agriculturas familiares como uma realidade “polimorfa e evolutiva”. As demais apresentações e debates convergiram para a necessidade de se proporem políticas desiguais para uma realidade desigual – bem ao contrário do que se vem fazendo no Brasil. Esse tema é tratado aqui na seção *Perspectivas*.

A propósito das desigualdades, neste artigo levantam-se questões para a discussão de alguns resultados a que chegaram as políticas agrícolas brasileiras, particularmente o Pronaf. No entanto, importa antes conhecer a participação da agricultura familiar em geral – ou das agriculturas familiares:

- na estrutura de propriedades rurais, conhecida como posse e uso “da terra” (sic);

- no Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola total e pessoal ocupado;
- no VBP e na quantidade produzida dos principais alimentos, e também do café;
- no número de pessoas ocupadas por 100 hectares de área total.

Importa também saber qual é a participação do número de estabelecimentos familiares baianos sobre o total de estabelecimentos no Nordeste e no Brasil.

Finalmente, na seção *Perspectivas*, pergunta-se: qual o futuro da agricultura familiar? Nesse ponto, recorre-se, mais uma vez, à experiência europeia, particularmente a francesa e a belga. Conclui-se com uma crítica ao processo de comoditização padronizada da agricultura familiar e pela necessidade de se tratarem desigualmente os desiguais – o que só se pode fazer com o recurso das metodologias participativas e de inclusão.

IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Censo Agropecuário de 2006 contabilizou-se um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, dos quais 85% são estabelecimentos familiares em geral. Apesar de ocuparem apenas 25% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 4.367.902 agricultores familiares geram, com seu trabalho, cerca de 40% do VBP. Calculado por hectare/ano, o VBP familiar atinge quase o dobro do VBP não familiar, mais precisamente R\$ 677,00 contra R\$ 388,00. Esses dados sinalizam que as agriculturas familiares são mais intensivas em meios de produção e em trabalho vivo⁵. Além disso, uma maior relação VBP por unidade de área revela menor impacto sobre os recursos naturais. Há quem chame isso de produtividade “da terra” (sic), quando, a rigor, trata-se de produtividade do trabalho.

⁵ Por oposição ao “trabalho morto” (capital constante cristalizado, a exemplo de máquinas, equipamentos e matérias-primas), que se desgasta na produção, o “trabalho vivo” é o trabalho do produtor direto, que se realiza e cria valor novo durante o processo produtivo. (MARX, 1999).

A significativa participação na quantidade produzida de alimentos confirma a história dos agricultores familiares e suas criativas estratégias de sobrevivência: são pequenos e médios produtores não patronais, produtores de baixa renda, de subsistência, colonos, parceiros, meeiros, rendeiros, agregados, moradores, cassacos, corumbas, cambonistas, diaristas e outros pluriativos dapeados e não dapeados. Cassaco, corumba e cambonista (derivado de cambão, espécie de corveia) são regionalismos que designam trabalhadores rurais nos seus territórios – e respectivos sistemas agrários historicamente determinados, no conceito de Mazoyer e Roudart (2010). No jargão tecnoburocrático, dapeado é o agricultor familiar cadastrado que conseguiu uma Declaração de Aptidão (DAP) ao Pronaf junto a órgãos e entidades autorizados, ou um representante legal dos agricultores familiares ou ainda prestador de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Tradicionalmente, o representante sindical era apenas um líder capaz de organizar a sua categoria. Por sua vez, o técnico extensionista era apenas aquele que “sabia mais do que os agricultores” e, por isso, vivia pra lá e pra cá, em carros oficiais, receitando os insumos ditos “modernos”, compilados dos cânones do Manual de Crédito Rural (MCR). Insumos mecânico-fármaco-químico-industriais, da revolução verde, que acabaram produzindo um modelo de agricultura petróleo-dependente. Esse modelo ainda vem causando impactos ambientais sem precedentes na história das agriculturas do mundo.⁶

Atualmente, aqueles líderes e técnicos estão podendo muito mais e são também autoridades ontológicas, por terem o poder de decidir, legitimando quem deve ser ou não ser agricultor familiar dapeado para o Pronaf. Sabe-se lá quantos

agricultores familiares têm sua DAP negada quando, por exemplo, o burocrata acha que são famílias urbanas só porque estas moram no arruamento de alguma cidade imaginária – como é o caso das

milhares hortas de quintais produtivos que asseguram alimentos frescos e de qualidade. No seu livro *Cidades imaginárias*, Veiga (2002) critica a velha metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no cálculo demo-

gráfico que superestima o número de municípios urbanos. Segundo o professor da USP, no Brasil tudo é cidade, são 5.562 cidades. Todavia, apenas 455 municípios podem ser considerados urbanos.⁷

O Pronaf foi criado pelo Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996. Três décadas antes, a intelligentsia do regime militar já havia treinado líderes sindicais para atuarem como gerentes de ambulatórios médicos e dentários doados pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). A sala de espera do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) virou sala de espera de consultório. Esses líderes também carimbavam e assinavam formulários de aptidão à aposentadoria. Assim, não lhes sobrava tempo para organizar a categoria, para pensar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores rurais. A esses líderes atribuiu-se também o poder de testemunhar ou atestar a montagem do trabalhador rural aposentável por idade. Não raro, a inexistência de certidões de nascimento facilitava o arbítrio.

Nos anos 1960 e 1970, os chamados “velhos do Funrural” lotaram paus-de-arara e outros meios de transporte e encheram as burras de muitos transportadores e quitandeiros nos grotões mais recônditos do regime. Encheram também as urnas com votos para a velha Aliança Renovadora Nacional (Arena).

⁶ Mais detalhes em Dufumier (2010).

⁷ Mais detalhes em http://www.zeeli.pro.br/Textos/Disciplinas/cid_imag_artigo_jusp_livro.htm.

Apesar de tudo, a epopeia do abastecimento resiste e prossegue, com números ainda surpreendentes, mesmo diante dos discursos e do descaso histórico para com esses agricultores familiares brasileiros que produzem 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 30% dos bovinos consumidos no mercado interno. Além do mercado, o autoconsumo realiza boa parte do abastecimento familiar e, embora quase nunca seja contabilizado, contribui silenciosamente para a segurança e soberania alimentares, e para a reprodução das famílias pluriativas e da força de trabalho geradora de riqueza, inclusive a riqueza excedente que valoriza o capital, dentro e fora da agricultura.

Mais significativa ainda é a contribuição das agriculturas familiares para a ocupação de nada menos que 75% dos brasileiros que trabalham nos estabelecimentos agropecuários. São 12,3 milhões de pessoas ocupadas nos diversos sistemas de produção, contra 4,2 milhões de ocupados, mas não necessariamente empregados nos estabelecimentos não familiares. Em cada grupo de 100 hectares, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares é nove vezes maior: 15,3 contra 1,7 nos estabelecimentos não familiares. Em outras palavras, as agriculturas familiares detêm a mais elevada produtividade do trabalho por unidade de área.

Segundo estimativas de Souza e outros (2011), pesquisadores que trabalharam com dados oficiais do IBGE, para cada R\$ 1.000,00 gerados no segmento familiar, foram utilizados aproximadamente R\$ 132,00 de crédito. O segmento não familiar foi premiado com financiamento em torno de R\$ 490,00, quase metade do valor produzido. Isso equivale a 3,7 vezes o volume de crédito por valor produzido na agricultura familiar.

Toda essa assimetria reflete a estrutura de dis-

tribuição da propriedade rural no Brasil, historicamente tão desigual quanto intocável. Cálculos do IBGE e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apontam o índice de Gini sempre acima de 0,8, desde 1940, quando começou a ser calculado. O índice brasileiro praticamente nunca se alterou, nem mesmo depois da execução de políticas agrárias do tipo PNRA⁸ – o marketing e a grande mídia levaram muita gente a pensar que se tratava “da” reforma agrária. Ao se aproximar da unidade (1,0), o índice de Gini sinaliza desigualdade máxima. No ranking mundial das desigualdades agrárias, destaca-se a brasileira, quando comparada às do resto do mundo (BRASIL, 1997).

CRESCER O ABISMO

No plano macrorregional confirma-se a mesma desigualdade, com destaque para a Bahia, estado onde se encontram 665.831 agricultores familiares, a maior concentração do país. Comparativamente ao Nordeste, com 2.187.295, e ao Brasil, com 4.367.902, os agricultores familiares baianos representam, respectivamente, 30% e 15% desses totais.

Os dados do IBGE revelam também que metade dos agricultores familiares concentra-se no Nordeste brasileiro. Essa forte concentração nunca mereceu, de nenhum governo, políticas agrárias ou agrícolas que correspondessem à representação numérica desses agricultores. Ao contrário, no caso do crédito do Pronaf, os últimos dez anos mostraram um aumento da desigualdade inter-regional. Isso vem, mais uma vez, comprovar a inocuidade das políticas de balcão, que visam ao “desenvolvimento” (sic).

⁸ Plano Nacional de Reforma Agrária, nas versões I e II, por enquanto.

Não raro, essas referidas políticas são tocadas pela demanda, através de chamadas de editais intermediadas por projetos cada vez mais complexos e outras exigências burocráticas e cartoriais. Esses velhos mecanismos só beneficiam os espaços mais dinâmicos e competitivos, dotados de tecnologias de bandas-largas, onde se concentram redes telemáticas mais robustas, imprescindíveis na elaboração de projetos online. Concentram-se também lobistas e outros coadjuvantes dos conectores da tecnoburocracia política, que nunca desistem de gargarejar a palavra “desenvolvimento” – nem mesmo quando se referem apenas à modernização e ao crescimento de PIB social e espacialmente desiguais. Não raro, ainda adjetivam o desenvolvimento: sustentável, por exemplo, é o preferido.

Souza e outros (2011) também calcularam o valor médio do crédito concedido pelo Pronaf. Em 2009, cada estabelecimento familiar nordestino obteve um financiamento 12 vezes menor, no valor médio de R\$450,00 contra R\$5.540,00 no Sudeste, “próximo de 6 e 7 mil reais nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente.” (SOUZA et al., 2011, p. 117). Em dez anos de funcionamento, o Pronaf agravou ainda mais essa desigualdade regional. No ano de 1999, o crédito concedido por unidade de área (um hectare), no Nordeste, foi estimado em R\$ 24,70, equivalente à metade da média nacional (R\$ 24,70 contra R\$ 50,00). Dez anos depois, em 2009, a média nordestina caiu para um terço da média nacional (R\$ 34,90 contra R\$ 107,60). “Tal como observado no segmento não familiar, os maiores valores estão associados aos estados da Região Sul, em particular Santa Catarina e também Rio Grande do Sul. Em seguida, encontra-se a Região Sudeste, onde se sobressai o estado do Espírito Santo” (SOUZA et al., 2011, p. 119-120).

É nesse contexto de subdesenvolvimento em relação aos parâmetros nacionais que se diferen-

ciam as agriculturas familiares do Nordeste, em relação às do Sul e do Sudeste. Com relação aos agricultores familiares dessas duas últimas regiões, “não há necessidade de alugar seus braços (o que ocorre frequentemente no Nordeste). Ao contrário, empregam assalariados, muitas vezes de origem nordestina. Este é, por exemplo, o caso dos antigos colonos do café, da região de Leme, próximo à cidade de Campinas, estado de São Paulo” (LAMARCHE et al., 1993, p. 186).

**No plano microrregional,
importa saber quais são os
sistemas agrários e os tipos típicos
de agriculturas e agricultores em
cada território**

LEVANTAR QUESTÕES, FORMULAR HIPÓTESES

No plano microrregional, importa saber quais são os sistemas agrários e os tipos típicos de agriculturas e agricultores em cada território. Entre os limites do intervalo (agricultores de subsistência para autoconsumo familiar e agricultores integrados em firmas-rede), podem-se encontrar mutuários do crédito oficial (Pronaf, Cresol, Crediamigo, anuidos...), por oposição àqueles que não utilizam crédito rural ou são vítimas de agiotas. São agricultores familiares tecnificados ou não, patronais ou semipatronais, em transição para o mercado, em processo de integração ou de valorização do patrimônio familiar – ou, no outro extremo, em processo de proletarianização e consolidação da prática da “pluriatividade como estratégia de sobrevivência”, no conceito de Couto Filho (2007).

Além da pluriatividade como estratégia de sobrevivência no “novo rural subdesenvolvido”, Couto Filho também se refere à pluriatividade como ocupação do tempo ocioso dos agricultores familiares inovadores, ou integrados a cadeias agroindustriais, que conseguem encurtar o tempo de produção. Esse fenômeno foi observado inicialmente como part-time farmer ou agricultor em tempo parcial.

Dessemelhanças em relação à pluriatividade e suas variantes polêmicas do tipo farm ou farming

não fazem sentido neste artigo. Em todo caso, a modernização não implica necessariamente aumento dos rendimentos familiares. Nem é automática a valorização dos ativos fixos, que acaba sendo neutralizada pelo passivo real (exigível) e pela ausência do cálculo contábil da depreciação. É nessa circunstância que operam economias de escopo versus custos de oportunidade marshallianos, forçando muitos agricultores tecnificados a praticarem atividades não agrícolas, daí verificando-se a pluriatividade até mesmo no mundo rural “moderno”.

Famílias pluriativas que pensam o orçamento doméstico unificado já diversificam os itens de entradas (receitas) e de saídas (despesas). Entre as despesas constam, por exemplo, reservas para amortização de dívidas mal contraídas via “projetos” de viabilidade econômica. Infelizmente ainda são numerosos os técnicos “projetistas” que têm o mau hábito de superestimar, com receitas imaginárias, a capacidade de pagamento (reembolso) dos mutuários do crédito rural. Volta o mesmo filme: endividados correm atrás de solução política, anistia, renegociações, etc.

Existem ainda os agricultores familiares que se diferenciam em relação às suas principais atividades: extrativismo vegetal e animal, lavouras, criação, pesca de captura, aquacultura, sistemas de beneficiamento e sistemas de produção mais ou menos complexos, mais ou menos integrados. Finalmente, encontram-se diversos sistemas de atividades e pluriatividades como fontes de rendimentos não agrícolas, cada vez mais significativas na formação do orçamento doméstico unificado. Na agricultura familiar é prática corrente misturar as contas pessoais dos membros da família com as contas dos sistemas de produção agrícola, e também das atividades não agrícolas. Analisar esses orçamentos não é tarefa para extensionistas principiantes.

Em todas as comunidades visitadas e estudadas

pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos últimos 15 anos, observou-se que os agricultores familiares sempre praticam diferentes

Na agricultura familiar é prática corrente misturar as contas pessoais dos membros da família com as contas dos sistemas de produção agrícola, e também das atividades não agrícolas

sistemas de produção. Esses sistemas são, por sua vez e não raro, complexas combinações de atividades agrícolas praticadas pelas famílias. A hipótese do “novo rural brasileiro”, originalmente formulada por Silva (1997), revela

que a pluriatividade também se encontra presente em todas as comunidades, sem exceção, quando pelo menos um membro da família pratica atividade não agrícola.

Quanto à propriedade da terra, os agricultores ainda se diferenciam. São várias as razões para um agricultor dizer-se proprietário. Além de herdeiros, que nunca concluíram ou sequer providenciaram inventário e a regularização da documentação, há os proprietários mais estáveis, de terras tituladas. Mas há também os não titulados, proprietários com escritura registrada ou não, com recibo, declaração cadastral ou, simplesmente, com o reconhecimento social de direito individual ou coletivo, como é o caso dos faxinais, fundos de pasto e outros territórios comunitários.

Os agricultores diferenciam-se também como posseiros, parceiros, arrendatários, ocupantes, assentados em Projetos de Reforma Agrária (PRA), em territórios quilombolas, indígenas, demais coletividades e outras comunidades tradicionais. Observam-se ainda ocorrências de comodato, principalmente em propriedades de parentes ainda vivos, afins, protetores e de protegidos, além dos anuídos – ou beneficiários de cartas de anuência, quando mutuários do crédito rural convencional.

Cresce o número de idosos, aposentados, pensionistas, beneficiários de políticas sociais, assentados ou não, que se instalam em condomínios populares rurais. Pouco se sabe da contribuição desses condomínios para que não se agravem os

problemas nas metrópoles, inclusive problemas de abastecimento e segurança alimentar.

Na ausência do Estado, emerge um surpreendente, criativo e silencioso planejamento popular do espaço, estruturado com base em quintais produtivos, educativos, sagrados e lúdicos. Nesse novo mundo rural e multifuncional, entre outras funções, os idosos nutrem,

criam e educam netos e bisnetos, reproduzindo a família. Assim, fica assegurado o trabalho livre dos filhos e netos adultos, que ofertam parte da mão de obra requerida pelos mercados de trabalho formal e informal. Valoriza-se, com isso, o capital sem risco e sem custo de reprodução da força de trabalho, contribuindo para a histórica manutenção de salários baixos, sobretudo para trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação.

Além dos condomínios de classe média, os condomínios populares já são bem visíveis no espaço rural, sejam informais ou formalmente constituídos nos projetos de assentamentos, por exigência da burocracia.

Instalados em pequenos sítios, milhões de brasileiros, cansados da violência e do estresse urbanos, estão reinventando o pomar, o jardim, a vizinhança, a cooperação, a memória, a família, a felicidade, e, por que não dizer, as tristezas contemporâneas. Os instrumentos ortodoxos de análise econômica já não servem para explicar esse novo fenômeno, que é também mundial. Enquanto isso, na outra ponta, a construção civil e os demais capitais urbanos já recrutam e capacitam trabalhadores do Paraguai, da Bolívia..., reinventando as migrações no Brasil.

PERSPECTIVAS

Qual o futuro das agriculturas familiares? Mesmo fazendo parte do agronegócio, aqui entendido como um sistema complexo agroindustrial, as agriculturas familiares ainda assim são objeto dessa e de outras questões no capitalismo contemporâneo.

Os instrumentos ortodoxos de análise econômica já não servem para explicar esse novo fenômeno, que é também mundial

O futuro da agricultura familiar foi um dos objetos da conferência de abertura do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, na Unicamp, realizado de 02 a 05 de setembro de 2014. O professor-pesquisador belga Marc Mormont, da Universidade de Liège, tratou, em resumo, do futuro das populações rurais, enfatizando o problema das disparidades e exclusões. “Desigualdades

e exclusões podem ser interpretadas no âmbito de processos pelos quais espaços e populações rurais se integram nas dinâmicas da modernidade”. Em seguida, propôs um esquema teórico elaborado a partir de uma leitura histórica das ruralidades europeias. Recorrendo a exemplos do que acontece nos países europeus, destacou os casos da Bélgica e principalmente da França, onde “a agricultura familiar permanece no centro dos debates, entre a globalização e os bens públicos”.

Mormont alertou para a capacidade de resistência que os agricultores familiares ainda demonstram ante a expansão do capitalismo contemporâneo. Nesse ponto, o que mais importa observar é a sua organização social e política, inclusive as novas alianças. Essas alianças incluem outras lutas em torno de, pelo menos, três questões fundamentais: a regulamentação dos bens públicos, as agroecologias e a proteção dos territórios. Nesta última, o conferencista enfatizou o exemplo francês, em que as Indicações Geográficas (IG) já existem de longa data, protegendo territórios e, principalmente, os produtos das agriculturas familiares. Na Europa, milhares de produtos já são protegidos por IG. No Brasil, contam-se apenas três dezenas, e ainda levará algum tempo para que os pesquisadores se deem conta da sua importância para o fortalecimento dos produtos agrícolas familiares em seus respectivos territórios de origem demarcada e controlada.

Na política agrária brasileira, as questões acima raramente são consideradas. Os debates giram quase exclusivamente em torno da “terra”, quando deveriam girar em torno da propriedade fundiária.

Embora “terra” e propriedade fundiária permaneçam na ordem do dia, não se podem excluir outros elementos ao se tratar da questão agrária. Esses outros elementos são mais ou menos importantes e estratégicos, a depender do país onde eles estão sendo considerados.

Recorrendo mais uma vez ao exemplo francês, pode-se considerar que a maioria dos problemas decorrentes da concentração da propriedade da terra tenha sido resolvida pela Revolução de 1789. Mesmo assim, a questão agrária não acabou. Seguindo a dinâmica do capitalismo, ela sempre existe, por ser resultado de contradições e conflitos. Permanece uma questão agrária na França – e na Europa em geral – que não se mede simplesmente por índices de desigualdade das propriedades fundiárias.

Na nova questão agrária emergem outros problemas, para além das ideias fundamentais referidas, como bens públicos, agroecologias e proteção. Tomando-se o turismo como exemplo (inclusive o turismo rural), em que a França é líder mundial, a questão agrária tomou outro rumo, deslocando-se da propriedade da terra para problemas como incêndios nas florestas, além dos impactos ambientais decorrentes do avanço do modelo produtivista do CAI. Entre os problemas que afetam tanto o turismo urbano (praias) quanto o rural destacam-se a poluição das águas, a degradação da paisagem e o mau cheiro produzido pelos feed-lots (criatórios intensivos de animais confinados). Montanhas de fezes e urina deslocam-se, poluindo lençóis freáticos e águas de superfície. Chegando até as praias, esses superesgotos expulsam os banhistas e inviabilizam a vida marinha costeira. Essa é a grande questão agrária do capitalismo contemporâneo europeu, em que as agriculturas familiares, as agroecologias e a proteção dos produtos territoriais (IG) são apontadas como únicas saídas.

No Brasil, embora a desigualdade da propriedade da terra continue sendo historicamente importante e estratégico na luta política dos agricultores familiares, o debate já avança em outras direções,

**No Brasil, embora a
desigualdade da propriedade
da terra continue sendo
historicamente importante e
estratégico na luta política dos
agricultores familiares, o debate
já avança em outras direções,
enriquecendo o menu da
questão agrária**

enriquecendo o menu da questão agrária. No mesmo Encontro da Rede de Estudos Rurais, acima referido, foram realizadas várias mesas-redondas. Uma delas teve como tema o Ano Internacional da Agricultura Familiar: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A mesa contou com a

participação de Guilherme Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), que destacou a heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil. Essa heterogeneidade não é apenas regional, como muitos ainda insistem, mas é também decorrente das diferentes escalas e formas de organização da produção e do trabalho, bem como das desigualdades tecnológicas e de integração aos diferentes mercados.

Dos debates resultaram duas grandes sinalizações referentes às perspectivas da agricultura familiar no Brasil. A primeira chama a atenção para a inadequação das políticas que tratam igualmente os desiguais, no caso, os diferentes agricultores familiares. A segunda denuncia a visão tecnocrática que considera como agricultura familiar, para fins de inclusão nas políticas públicas, apenas a que for competitiva e integrada ao mercado capitalista. Essa nova agricultura familiar, que ficou conhecida nos debates como “agricultura familiar comoditizada”, incorpora-se ao repertório da extensa tipologia apresentada acima, na seção “Levantar questões, formular hipóteses”⁹.

⁹ *Commodity* significa mercadoria. O objetivo da “agricultura familiar comoditizada” é produzir valor de troca, desprezando-se o autoconsumo, um risco para a segurança alimentar.

‘NOIS VAI’, NÓS VAMOS

Além de tratar desigualmente os desiguais, conclui-se que uma política verdadeiramente republicana não pode prescindir de um bom diagnóstico, de um marco zero. Do contrário, não se podem avaliar resultados. Um bom diagnóstico participativo permite que se façam políticas diferenciadas, por categorias de agricultores familiares. Políticas generalizantes, gestadas em Brasília ou nas capitais, sempre foram fadadas ao fracasso, principalmente porque são facilmente “prefeituráveis”. Um bom diagnóstico não se faz a distância, e, sim, com metodologias participativas.

Todavia, não basta só um bom diagnóstico. Felizmente já existem políticas territoriais que vêm fortalecendo algum controle local multimunicipal, particularmente através dos conselhos territoriais de desenvolvimento. Esses conselhos, representativos das agriculturas e dos agricultores familiares, devem opinar. Mais ainda, devem definir diretrizes, projetos de investimento, enfim, tomar decisões independentemente do tecnicismo e das prefeituras locais.

Conceitos exóticos, como geração de emprego, geração de renda, agregação de valor, arranjos produtivos, clusters, novas configurações, produtos diferenciados, nichos de mercado, empreendedorismo, etc., são palavras ao vento, tão desprovidas de sentido quanto de realidade. Tal como “agricultura familiar”, não passam de abstrações dispendiosas que denunciam o desconhecimento dos problemas e do bom encaminhamento de soluções formuladas pelos atores locais interessados.

Quem vive no lugar conhece os problemas do lugar. Juntos, representantes e técnicos, desde que capacitados e respeitadores do conhecimento tradicional, podem, sim, formular, executar, acompanhar e avaliar políticas de intervenção, longe das capitais, perto da realidade, sem preconceitos e sem imposição de projetos e da linguagem padrões. É melhor dizer “nois vai”, sabendo para onde ir, do que dizer “nós vamos”, sem saber para onde vai.

De tudo isso o povo sabe. Sim, o povo tem saberes, mas... o que é o povo? Ora, o povo é mais uma abstração, mais um conceito... “É apenas uma doença das nossas ideias”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Governo Fernando Henrique Cardoso. Reforma agrária: compromisso de todos. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM>. Acesso em: 31 maio 2011.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- CAMPAGNE, Pierre. Aborder la diversité des agricultures familiales autour de la Méditerranée. Montpellier: CIRAD, 1998.
- CENTRO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DE PESQUISA AGRONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO. Agricultures familiales. Montpellier, França: CIRAD, 1998.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. Brasília: MDA. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 200 p.
- COUTO, Vitor de Athayde Couto. O carro e o chocolate: dois casos de mundialização da indústria no Brasil. 1999. 166 f. Tese (Concurso para Professor Titular Livre)-Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas. Tradução: Vitor de Athayde Couto. Salvador: Edufba, 2010. 326 p.
- GARREAU, Gérard. L'Agrobusiness. Paris :Calmann-Lévy, 1977. 302 p.
- LAMARCHE, Hugues et al. A agricultura familiar. São Paulo: Unicamp, 1993.
- _____. Les agricultures familiales, um réalité polymorphe et évolutive. Montpellier: CIRAD, 1998.
- MARX, Karl. Le capital. Paris: Éditions Sociales, 1974. Tome 1, livre 1.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp, 2010. 567 p.
- SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio, 1997.
- SOUZA, P. M. et al. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 42, n. 1, p. 105-124, jan./mar. 2011.
- VEIGA, José Eli. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. 304 p.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 8 de setembro de 2014.

Desenvolvimento rural baiano: o Território do Sisal em suas múltiplas dimensões

*Felipe Fonseca**

*Gilca Garcia de Oliveira***

*Érica Imbirussú****

* Graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). felipelvfonseca@gmail.com

** Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) especialista em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (Ufla). Professora da Faculdade de Ciências Econômicas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). ggo@ufba.br

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). ericaimbirussu@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho realiza uma análise multidimensional do desenvolvimento rural baiano através de índices – populacional, de bem-estar social, econômico e de meio ambiente. Para a compreensão deste foram revisados os conceitos de desenvolvimento e ruralidade, além da análise histórica e empírica das transformações ocorridas no estado. O aporte metodológico utilizado foi baseado no Índice de Desenvolvimento Rural de Kageyama (2004), adaptado para a disponibilidade de dados que reflitam a realidade baiana, e foi constituído através da base de dados do IBGE e da SEI. Por conseguinte, foi criada uma classificação em três níveis (crítico, regular e bom) de desenvolvimento, agrupados em 26 territórios de identidade, destacando-se o Território do Sisal. Identifica-se como vem ocorrendo o desenvolvimento rural baiano com a possibilidade de subsidiar a promoção das ações de políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Índice. Bahia. Território do Sisal.

Abstract

This study performs a multidimensional analysis of rural development of Bahia through indexes of Population, Social Welfare, Economic and Environment. For understanding of the concepts of development and rurality were reviewed, in addition to historical and empirical analysis of the changes occurring in the State. The methodological approach used was based on the Index of Rural Development Kageyama (2004) adapted to the availability of data that reflect the reality and Bahia were made by IBGE database and SEI. Therefore, a classification was created in three (critical, fair and good) levels of development grouped into 26 territories of Identity, highlighting the Territory Sisal. Identifies itself as is occurring Bahian rural development with the possibility of subsidizing the promotion of public policy actions.

Keywords: Rural development. Indexes. Bahia. Território do Sisal.

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento, entendido em sua forma multidimensional, possibilita uma análise mais qualitativa do que quantitativa do espaço a ser analisado. Esta última abarca principalmente indicadores de crescimento econômico. Entretanto, crescer por si só não é condição suficiente para que se alcancem mudanças qualitativas, que traduzem com mais propriedade o que se defende como desenvolvimento. É necessário, além da dimensão econômica, que se tenha um bom desempenho em dimensões que são indissociáveis, como: social, política, cultural e ambiental. Com este mesmo princípio deve ser compreendida a análise de desenvolvimento rural.

Dentre os aspectos formadores do cenário rural baiano, a questão agrária e as relações que se estabelecem a partir dela constituem-se como fatores fundamentais para o desenvolvimento rural da Bahia. A estrutura fundiária do estado é marcada pela alta concentração de terras, com um número reduzido de produtores explorando extensas áreas agricultáveis e um grande número de pequenos produtores, agricultores familiares, limitando uma pequena área para sua reprodução social.

Esta estrutura fundiária determina o padrão de produção que é caracterizado por apresentar grandes monoculturas voltadas para o mercado externo, ou seja, produtores principalmente de *commodities*. Enquanto isso, os minifúndios apresentam policultivos direcionados para o autoconsumo e/ou para o abastecimento do mercado interno de alimentos. Esta estratificação se revela como pano de fundo para a conformação dos indicadores aqui apresentados.

O objetivo deste trabalho é analisar, de forma multidimensional, o desenvolvimento rural baiano a partir dos índices: populacional, de bem-estar

social, econômico e de meio ambiente. Para a compreensão da estrutura do desenvolvimento rural baiano a análise foi realizada sob o enfoque espacial dos territórios de identidade, num total de 26¹. Neste estudo, realiza-se uma análise mais minuciosa no Território do Sisal.

Primeiramente, destacam-se alguns conceitos de desenvolvimento e ruralidade, chegando-se ao que se entende, neste estudo, por desenvolvimento rural. Em seguida, faz-se um breve levantamento histórico do rural baiano e do Território do Sisal, em particular, a partir da análise de sua formação, seguindo para uma discussão de suas características atuais baseada em indicadores técnicos e estruturais.

O método usado para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural foi o de Kageyama (2004) adaptado para a realidade baiana, constituído com o suporte da base de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Este índice síntese é composto por quatro índices parciais que são classificados em três níveis de desenvolvimento: crítico, regular e bom. Calcula-se também a dispersão dos índices parciais através do Coeficiente de Variação (CV), com o objetivo de se verificarem os desvios do ponto médio e, assim, compreender realidades territoriais aqui espacializadas.

Em seguida são feitas a apresentação e a análise dos resultados obtidos para o estado de forma agregada, destacando-se o Território do Sisal. Este território, com forte concentração fundiária, representa 88,5% da produção brasileira de sisal (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2009) e ainda foi uma das primeiras regiões de atuação

Dentre os aspectos formadores do cenário rural baiano, a questão agrária e as relações que se estabelecem a partir dela constituem-se como fatores fundamentais para o desenvolvimento rural da Bahia

¹ Este trabalho foi desenvolvido em 2011, ano em que o estado da Bahia estava dividido em 26 territórios de identidade. No entanto, no ano de 2012, o estado passou a ter 27 territórios de identidade pela divisão do Território Extremo Sul em dois: Costa do Descobrimento e Extremo Sul.

do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 1995, principalmente pelo envolvimento de crianças e jovens trabalhando no cultivo, na colheita e no processamento da cadeia produtiva do sisal. Esta última atividade, desenvolvida através da máquina paraibana, foi responsável pela ocorrência de graves acidentes, inclusive com relatos de mutilações de braços. Entretanto, este tipo de acidente ocorre com menor frequência desde que a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) criou um dispositivo de proteção que impede o contato de partes do corpo junto ao rotor. Compreender as relações de desenvolvimento rural, neste território, torna-se assim relevante como subsídio para a proposta de ações que promovam o verdadeiro desenvolvimento rural.

DESENVOLVIMENTO E RURALIDADE

Para Furtado (1980), o homem está no centro da ideia de desenvolvimento a partir da morfogênese cultural da sociedade. Desenvolvimento nada mais seria que crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002).

O termo desenvolvimento acaba por englobar vários aspectos, incluindo na sua conceituação os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Dado o enfoque no desenvolvimento rural neste trabalho, uma discussão específica se faz necessária.

O conceito de desenvolvimento rural é dinâmico e não há um consenso, por isso, as discussões acerca do tema são tão constantes e válidas (GOMES et al., 2010). Apesar de haver concordância

ao se destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final desse desenvolvimento, os meios para esse objetivo ser atingido são divergentes e, por caminhos diferentes, procuram alcançar as mesmas metas.

O desenvolvimento rural refere-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio

A análise do rural é fundamentada na discussão de diferenciação entre rural e urbano. Essas estruturas seriam caracterizadas por aspectos demográficos,

econômicos, sociais e culturais. Tal abordagem passou por grandes transformações ao longo do século XX. O que antes era visto como domínio de grandes propriedades, regiões isoladas, com muita pobreza, passou, aos poucos, a ser reconhecido, como um espaço em que os latifúndios não são mais absolutos, onde a modernização se impõe, a renda é crescente e as indústrias começam a se estabelecer, ou seja, o rural deixou de ser exclusivamente agrícola (KAGEYAMA, 2004).

Especificamente, o desenvolvimento rural refere-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio. As áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam.

A modernização da agricultura, antes vista como paradigma, aos poucos vem sendo substituída pela ideia de desenvolvimento rural, com base na conformação de novas políticas e medidas de aumento da renda e da qualidade de vida da população das áreas rurais. Além disso, é buscado um novo modelo para o sistema rural, onde haja novos objetivos para as economias regionais, como produção de bens públicos, sinergias com o ecossistema local, pluriatividade das famílias rurais, dentre outros (VAN DER PLOEG et al., 2000).

Uma política de desenvolvimento rural mostra-se cada vez mais como uma política multissetorial e que deve considerar aspectos territoriais específicos para potencializar este desenvolvimento,

dadas as diversidades entre as zonas rurais, principalmente quando se considera um país de dimensões continentais como o Brasil.

Os aspectos específicos de cada região são decisivos no planejamento de políticas, mas as medidas propostas devem visar principalmente à melhoria da qualidade de vida e à luta contra o isolamento (KAGEYAMA, 2004). Mas este conceito do IBGE tem uma formulação muito simplista, de modo que,

neste trabalho, o conceito de rural será tratado a partir dos pontos de concordância entre os estudiosos sobre o tema. Segundo Kageyama (2004, p. 382),

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

BREVE HISTÓRICO DO RURAL BAIANO

As transformações no rural do estado da Bahia, em um período mais recente – entre 1985 e 1996 –, estão alinhadas com o Brasil. O avanço da industrialização do campo no país permitiu um enriquecimento relativo generalizado da agricultura industrializada e um empobrecimento da tradicional. Com políticas de crédito rural subsidiado, foram facilitados o desenvolvimento e a industrialização do latifundiário. Para Britto (2004), a política de crédito rural não só estimulou a modernização agrícola, como também favoreceu a integração de capitais, resultando no estímulo ao processo de concentração de terras e centralização de capitais. Apesar

de diversas mudanças que ocorreram ao longo da história do rural brasileiro, a concentração fundiária e a dicotomia da estrutura produtiva se mantiveram.

As condições e relações de produção residem, de um lado, na alta concentração da estrutura fundiária e, de outro, na dicotomia entre a grande maioria de pequenos estabelecimentos e uma minoria de estabelecimentos de grande porte, que ocupam a maior parte das áreas disponíveis (SZMRECSÁNYI, 1996, p. 83).

Esse quadro, que caracteriza o panorama do rural no Brasil, também se manifesta no estado da Bahia. Essas áreas, de pequenos estabelecimentos, representadas pelos minifúndios, são basicamente constituídas de agricultura familiar, enquanto que as áreas de grande porte são áreas de agricultura patronal.

As áreas de lavoura dos minifúndios ocupam uma proporção muito maior que as áreas das grandes propriedades, tanto no que se refere às lavouras temporárias como às lavouras permanentes (SZMRECSÁNYI, 1996, p. 86). As áreas de agricultura familiar caracterizam-se pela produção diversificada das culturas e são direcionadas principalmente para a produção de alimentos que visam ao autoconsumo e/ou ao mercado interno. As grandes propriedades estruturam sua produção basicamente para *commodities* exportáveis. No entanto,

[...] os latifúndios do Brasil têm se caracterizado pela grande apropriação das terras para fins não produtivos ou pouco produtivos e pela preferência, entre os fins lucrativos, por áreas de reflorestamento, ou, quando muito, de pastagens plantadas, em vez de lavouras permanentes ou temporárias (SZMRECSÁNYI, 1996, p. 87).

Entre os fins não produtivos destaca-se a utilização das terras como reserva de valor que se constitui numa prática comum entre os grandes proprietários, que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se valorizem por efeito de investi-

mentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas. Além disso, outras atividades que antes eram executadas apenas em caráter residual, também passaram a fazer parte da ocupação nas áreas rurais: lazer, prestação de serviços e turismo.

Para realizar a análise da atual estrutura do estado, que apresenta um total de 417 municípios, foram utilizados os dados IBGE, comparando os anos de 1996 e 2006. No caso da estrutura fundiária e de pessoal ocupado, a análise econômica foi realizada para 2006.

A estrutura fundiária do estado, dado recorte temporal, apresentou um crescimento de 8,93% em termos absolutos, sendo 699.126 em 1995 e 761.528 em 2006. Este fato ocorreu principalmente devido à expansão da fronteira agrícola no estado, ocupando regiões que ainda não eram ocupadas, processo que vem arrefecendo nos últimos anos. Contudo, tanto a área total quanto o pessoal ocupado apresentaram uma redução de 2,22% e 8,27% respectivamente. Esta pode ser justificada pelo crescimento do número de tratores utilizados, na ordem de 8,27% no mesmo período (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Assim percebe-se como o processo de tecnificação, que vem ocorrendo de forma contínua desde o processo de modernização agrícola, bloqueou a incorporação de um maior número de trabalhadores, mesmo com o processo de expansão da fronteira agrícola que incorporou novas áreas que até então não eram utilizadas na produção.

A Tabela 1 indica como estão distribuídos os estabelecimentos e a área total segundo grupo de área. Observa-se que poucas mudanças ocorreram entre 1996 e 2006 e que a maior parte dos estabelecimentos concentra-se na categoria de até dez hectares, ocupando, no entanto, uma área mínima. Por sua vez, em áreas a partir de 100 hectares está um pequeno número de estabelecimentos que correspondem a mais de metade da área total. Esse quadro expõe o alto grau de concentração que existe no rural baiano.

Tabela 1
Estabelecimentos agropecuários e área total por grupo de área, em percentual – Bahia – 1995 e 2006

Categoria e indicadores por ha	1996	2006
Até 10		
Nº de estabelecimentos	57,48	59,85
Soma das áreas totais	4,60	4,69
De 10 a 100		
Nº de estabelecimentos	36,02	34,74
Soma das áreas totais	25,25	26,74
De 100 a 1.000		
Nº de estabelecimentos	5,99	4,97
Soma das áreas totais	35,61	32,96
Mais de 1.000		
Nº de estabelecimentos	0,51	0,45
Soma das áreas totais	34,54	35,61

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011).
Elaborado por Santos (2011).

Quanto à distribuição de pessoal ocupado por grupo de área total observa-se que não houve mudanças significativas no período avaliado. Nas áreas de até dez hectares os estabelecimentos apresentaram, em 1995 e 2006, respectivamente, 50,29% e 50,53% de pessoal ocupado. Nas áreas de dez a 100 hectares, 38,66% e 36,60%. Enquanto que, nas áreas de 100 a 1.000 ha, 9,28% e 8,44%. Nas áreas de mais de 1.000 ha, 1,75% e 2,30% de pessoal ocupado. Infere-se, a partir destes dados, que à medida que crescem os extratos de área, há uma diminuição no percentual de ocupação. Enquanto as áreas com até dez hectares empregam pouco mais da metade da mão de obra rural, as áreas de 100 a 1.000 hectares e com mais de 1.000 hectares, empregam juntas apenas 10,74%. Estes dados demonstram que a maior parte da população ocupada no campo concentra-se nas pequenas propriedades que, na maioria, são representadas pela agricultura familiar.

A Tabela 2 apresenta as transformações que ocorreram no padrão de utilização das terras, o que evidencia a distribuição produtiva do setor agrícola. Observa-se que as áreas totais de lavoura cresceram 33,31% entre 1995 e 2006, com um aumento

Tabela 2
Número e taxa de crescimento das áreas ocupadas das atividades agrícolas e participação percentual das atividades agrícolas na área total – Bahia – 1995 a 2006

Dados estruturais	Absoluto	Taxa de crescimento (%)	% das atividades agrícolas na área total		
			1995	2006	1995/2006
Área total (ha)	29.842.900	29.180.559	-2,22		
Utilização das terras (ha)					
Lavouras permanentes	1.348.743	1.686.553	25,05	4,52	5,78
Lavouras temporárias	2.541.086	3.498.815	37,69	8,51	11,99
Lavoura total	3.889.829	5.185.368	33,31	13,03	17,77
Pastagens naturais	7.836.814	5.126.787	-34,58	26,26	17,57
Pastagens plantadas	6.652.955	7.707.514	15,85	22,29	26,41
Matas naturais	6.839.132	9.817.732	43,55	22,92	33,64
Matas plantadas	297.429	264.265	-11,15	1	0,91

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006).
 Elaborado por Santos (2011).

de 125,05% das lavouras temporárias e 37,69% das permanentes. Observa-se que esse crescimento das áreas totais de lavoura refletiu num aumento da participação relativa desta no uso total das terras que, em 1995, ocupava 13,03% da área total e, em 2006, passou a ocupar 17,77%. Vale salientar que, em termos relativos, o percentual de áreas de lavoura permanente quase não se alterou, passando de 4,52% em 1996 para 5,78% em 2006. O de lavouras temporárias obteve um crescimento mais relevante: representava, em 1996, 8,51% da área total, enquanto que, em 2006, era de 11,99%. Esse crescimento da lavoura temporária ocorreu principalmente no oeste baiano, com produtos como soja, milho e algodão, que vêm assumindo papel central na economia baiana.

As pastagens naturais² apresentaram uma queda de 34,58% entre 1996 e 2006. Essa redução também pode ser percebida na diminuição da sua participação relativa na utilização total das terras, perdendo importância dentro da distribuição do uso da terra no estado. As áreas de pastagens plantadas³ aumentaram entre 1995 e 2006, crescimento este que também pode ser visto no aumento da sua

participação relativa na utilização total das terras, em 1996 era 22,29% e em 2006 era de 26,41%.

No que tange às áreas de matas naturais⁴, observa-se que houve um expressivo crescimento entre 1970 e 2006, passando de 6.839.132 para 9.817.732 hectares, o que representou um aumento de 43,55%, situação confirmada pela participação relativa destas na área total, que passou de 22,92% para 33,64%. Já as áreas de matas plantadas⁵ reduziram-se entre 1996 e 2006, em 11,15%. Mas é importante ressaltar que, apesar do crescimento expressivo, sua participação no total de uso, que era reduzido, assim permaneceu devido ao maior crescimento percentual das demais atividades.

Destarte, de maneira geral, observa-se que ocorreram mudanças significativas em todo o setor rural do estado. Afetado principalmente pelo processo de “modernização” agrícola que ocorreu em todo o país, o campo baiano passou por uma tecnificação com concentração de terras e expulsão dos trabalhadores do campo, que refletiram na constituição da estrutura atual.

² Segundo o IBGE (1996), pastagens naturais constituem áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante o plantio, ainda que tenham recebido algum trato.

³ Segundo o IBGE (1996), abrangem as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.

⁴ Segundo o IBGE (1996), são formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.

⁵ Segundo o IBGE (1996), compreendem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

Estrutura atual do Território do Sisal

O Território do Sisal, que apresenta maior dinamismo na cadeia produtiva do sisal (*Agave sisalana* Perrine), é composto por 20 municípios, a saber: Araci, Barrocas, Biringanga, Can-deal, Cananção, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Desse modo, os municípios que compõem este território apresentam uma identidade relativamente comum, especialmente no que se refere à situação fundiária e à dinâmica socioeconômica e cultural. O cultivo do sisal destaca-se como promotor do desenvolvimento rural, principalmente para os pequenos produtores. O estado responde por 88,5% da produção brasileira de sisal (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2009).

O Território do Sisal situa-se na região semi-árida da Bahia, com especificidades em seus recursos naturais, o que dificulta o desenvolvimento de diversas culturas, sendo também marcada por vulnerabilidades sociais e econômicas, fazendo com que este seja um território com elevado fluxo migratório. A população local permanece enquanto há atividades a serem desenvolvidas e, nos períodos de estiagem, a população migra para a capital do estado ou para outras regiões em busca de oportunidades de trabalho.

Desde a introdução do sisal na Bahia no início do século XX, este foi visto como uma alternativa para a integração do Território do Sisal ao mercado internacional. Durante os períodos de crescimento da demanda mundial desta fibra⁶, passou a ser visto como uma alternativa para a inclusão do semiárido baiano no mercado mundial de produção e consumo.

⁶ Este crescimento da demanda mundial da fibra é impulsionado pela 2ª Guerra Mundial.

Segundo o Sindicato das Indústrias de Fibras do Estado da Bahia, o estado representa 80% das exportações dos produtos extraídos a partir do sisal no país

Segundo o Sindicato das Indústrias de Fibras do Estado da Bahia, o estado representa 80% das exportações dos produtos extraídos a partir do sisal no país. Com o destino da produção voltado ao mercado internacional, principalmente devido à insuficiente demanda do produto no mercado interno, a produção ficou dependente da procura externa e, portanto, sujeita às variações cambiais. Quando o câmbio está valorizado é necessário aumentar o volume exportado, pressionando a baixa de preços no mercado interno, principalmente do sisal bruto, com o objetivo de obter rendimentos que assegurem a continuidade da atividade.

A cadeia produtiva do sisal é composta por agentes ofertantes e demandantes da fibra em várias fases. No campo, desenvolvem-se as fases de plantio e colheita da folha, assim como o processo de desfibramento. Posteriormente, na cidade, são desenvolvidas as fases de batimento, industrialização e, por fim, comercialização. A comercialização está inserida em uma estrutura oligopsônica; a aquisição do sisal é antecipada e feita majoritariamente via atravessadores, fato que inviabiliza a formação de capital dos pequenos agricultores e aumenta a concentração do setor industrial e exportador, que também atua como atravessador.

Outro ponto marcante da cadeia, por proporcionar o baixo desenvolvimento, é o atraso tecnológico, presente principalmente nas três primeiras fases, impactando na produtividade e na qualidade do produto. O baixo desenvolvimento tecnológico também expõe os trabalhadores a riscos de saúde, pois, devido à informalidade do setor, esses agricultores não apresentam garantia de direitos. As atividades de colheita e beneficiamento são intensivas e em condições precárias, configurando-se um processo perverso de exploração de trabalho feminino e infantil.

Até meados da década de 1990, o trabalho infantil era considerado comum na região, afastando centenas de crianças das escolas. Como se observa em um dos depoimentos:

“Muitas pessoas achavam que o trabalho infantil era uma solução para pobreza, para a educação da criança pobre. Não achavam que o trabalho infantil fosse um problema”. Depoimento do Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RETIROLÂNDIA, 2000).

A partir de 1995, com a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), a exploração do trabalho infantil se retraiu, o que refletiu inclusive em melhorias no nível educacional no território. A atuação articulada dos serviços socioeducativos ofertados para as crianças e adolescentes afastados do trabalho precoce e a transferência de renda às famílias, através do Bolsa Escola⁷, potencializaram a função protetiva e os vínculos familiares e comunitários, garantindo a presença das crianças no âmbito escolar. Cabe ressaltar que o processo de fiscalização do trabalho infantil é mais efetivo na cidade do que no campo.

A situação fundiária do Território do Sisal apresenta-se em consonância com a estrutura do estado. Conforme apresentado na Tabela 3, observa-se que as propriedades de até 20 hectares, que pertencem à categoria composta por quase 80% dos estabelecimentos deste território, ocupam uma área mínima, onde é desenvolvida a cultura do sisal consorciada com a cultura de subsistência. Por sua vez, as áreas acima de 100 hectares, formadas por um pequeno número de estabelecimentos, ocupam uma área maior que 50% do total das propriedades. Dentre os grandes proprietários, os que se dedicam à atividade sisaleira, predominantemente, situam-se em propriedades rurais entre 100 e 200 hectares. Acima de 200 ha situam-se os demais, que se dedicam predominantemente à pecuária (HORA, 2008).

Tabela 3
Estabelecimentos agropecuários e área total por grupo de área, em percentual, Território do Sisal – Bahia – 2006

Categoria e indicadores por há	– 2006
Até 20	
Nº de estabelecimentos	47,462
Soma das áreas totais	242,986
De 20 a 100	
Nº de estabelecimentos	10,254
Soma das áreas totais	414,599
De 100 a 200	
Nº de estabelecimentos	1,146
Soma das áreas totais	157,800
Mais de 200	
Nº de estabelecimentos	1,030
Soma das áreas totais	571,823

Fonte: Bahia (2010 apud CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A economia sisaleira integra-se a uma rede de pequenos municípios, articulados a outros de médio porte, a exemplo de Serrinha, que é um centro regional para escoamento da produção agropecuária. Conceição do Coité, Retirolândia, Valente e Santaluz são outros municípios que constituem o centro dinâmico do comércio e onde se identifica maior concentração em todas as fases do processo produtivo: plantio, unidades de beneficiamento de sisal (batedeiras), indústrias e exportadores. Estes municípios foram os primeiros beneficiados pela ação do PETI.

O município de Valente destaca-se ante os demais pela presença de uma entidade que se destaca como promotora de desenvolvimento da região, a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), criada em 1980, visando à melhoria da qualidade de vida da população através de políticas de convivência no semiárido. Para tanto, além de avanços no processo produtivo do sisal, foram criadas novas oportunidades para os pequenos agricultores, incentivando e oferecendo a estes capacitação para diversas atividades, a exemplo da criação consorciada do reba-

⁷ Desde 2005, o Programa Bolsa Família tem a finalidade de unificar benefícios ofertados pelo governo federal.

nho de caprinos⁸ com o sisal e a apicultura, gerando renda no período de chuva e acesso ao crédito para os associados. Tem-se também uma batadeira comunitária e a fábrica de tapetes que gerou cerca de 580 empregos diretos em 2008 e que, dado o valor agregado, permitiu aumentar o volume de ações sociais da instituição, de acordo com Misael Lopes da Cunha, presidente da APAEB em 2009.

METODOLOGIA

A metodologia desse estudo tem como base uma análise de índices fundamentada no estudo de Kageyama (2004) e replicada em Fonseca (2011). O primeiro compreendeu a construção de índices de forma categorizada, utilizando-se de dados secundários para todo o estado de São Paulo. Já em Fonseca (2011) foi proposto o mesmo estudo para o estado da Bahia. Para tanto, foram utilizados os dados secundários da base de dados do IBGE e da SEI. Destaca-se que os trabalhos citados abordaram a análise espacial dos municípios, enquanto no presente trabalho, a metodologia é compreendida espacialmente por territórios de identidade, além de contemplar a análise por municípios do Território do Sisal.

Neste caso foi selecionado um conjunto de indicadores que são divididos nas seguintes dimensões: fatores condicionantes do desenvolvimento, de caracterização do desenvolvimento e de seus efeitos econômicos e sociais. Esses indicadores foram selecionados com base no estudo de Kageyama (2004) e foram adaptados conforme disponibilidade da base de dados para a Bahia. Essas variáveis foram agrupadas para a construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), utilizado para classificar os territórios de identidade de acordo com o seu grau de desenvolvimento rural. Portanto, esta análise para o estado da Bahia foi realizada através de um enfoque espacial agrega-

do. Os territórios foram analisados a partir de seu perfil em relação aos indicadores selecionados.

A partir dos quatro aspectos apontados, foram calculados quatro índices parciais que compõem o IDR, conforme equação (1). Cada um desses índices parciais foi composto pela média aritmética de indicadores simples. O IDR, por sua vez, é a média aritmética dos quatro índices parciais.

$$IDR = (IPOP + IBES + IECO + IMA) / 4 \quad (1)$$

Onde se tem que:

IDR – Índice de Desenvolvimento Rural

IPOP – Índice Populacional

IBES – Índice de Bem Estar Social

IECO – Índice de Desempenho Econômico

IMA – Índice de Meio Ambiente

Segundo Kageyama (2004), os componentes do IPOP procuram medir o dinamismo populacional que deveria favorecer o desenvolvimento rural. Em linhas gerais, quanto maior a densidade demográfica, menor o isolamento das áreas rurais e maiores as oportunidades de estabelecimento de redes sociais; quanto maior a população rural, maior a capacidade da área rural de reter população; quanto maior a proporção de pessoas que vieram de outros municípios, maior a capacidade de atração que aquele município exerce na região.

Para o cálculo do IPOP é utilizada a média aritmética de três variáveis: densidade demográfica, população rural em números absolutos e em sua comparação com a população total do município. A variável de densidade demográfica foi padronizada de acordo com o método de Kageyama (2004), onde é feita uma transformação, que é o quociente (valor da variável – mínimo)/(máximo – mínimo).

A participação relativa utilizada em valor percentual é utilizada no cálculo com o seu valor decimal. As três variáveis possuem relação positiva com o IPOP, ou seja, quanto maior seus valores, melhor sua relação com o índice.

Enquanto o IPOP é composto por variáveis relativas aos territórios de identidade como um todo, o IBES refere-se mais à situação de bem-estar nos domicílios rurais, através da média aritmética das

⁸ A caprinocultura não era valorizada pela população da região, sendo que este rebanho é mais adaptado ao clima semiárido do que o gado bovino.

variáveis. Nele estão incluídos índices capazes de refletir a condição social dos indivíduos: a taxa de alfabetização (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2001), o número de docentes por habitante no ano de 2009, o nível de pobreza do município em 2003 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), a proporção entre a área destinada à agricultura familiar e a destinada à patronal (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006), e de um índice de referência, o Firjan (2007).

Uma observação importante é que o índice de pobreza que é apresentado em percentual foi invertido para haver uma relação positiva com o IBES, passando a ser um índice de não pobres. Além disso, a taxa de alfabetização que é concebida em percentual foi utilizada em valor decimal.

O terceiro índice refere-se ao tamanho das áreas de agricultura familiar em relação às áreas de agricultura patronal padronizada. Outro índice utilizado foi o número de docentes por habitante, que foi obtido através do cálculo da proporção entre docentes e habitantes em cada município; o índice apresentava um valor muito baixo, o que era de se esperar já que foi dividido o número de docentes pelo número total de habitantes e não por alunos. Dessa forma, também foi feita uma padronização para que a variável pudesse expressar um valor mais condizente com o índice. Observa-se que alguns destes índices não foram encontrados exclusivamente para a área rural, tendo sido utilizados, neste caso, os seus valores totais.

O IECO tenta traduzir o nível de desenvolvimento econômico dos territórios de identidade, trazendo indicadores tradicionais que refletem o valor do setor agropecuário por: território; proporção do Produto Interno Bruto (PIB) (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006); nível de concentração das terras, medido pelo índice de Gini (GEOGRAFAR, 2006); produtividade do trabalho na agricultura, através da relação do valor da produção por hectare pelo número de pessoas ocupadas na área rural por município, e indicador de pluriatividade, que são

as possibilidades de trabalho no município, sendo ele somente agrícola ou oferecendo outras possibilidades ao trabalhador (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Já o IMA destaca as variáveis relevantes para o desenvolvimento rural no âmbito das questões que envolvem a preservação e conservação ambiental. Para a composição do IMA foram utilizados dois indicadores: o de uso de agrotóxicos (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006) foi calculado utilizando a relação entre o número de estabelecimentos que não os usam pelo número de estabelecimentos totais, havendo uma relação positiva com o índice parcial. Já para o índice de conservação do solo (elaborado a partir de IBGE, 2006) foram calculados os estabelecimentos que não praticam atos de conservação e que praticam queimadas. Após essa seleção, foi feita a divisão pelo número total de estabelecimentos; ao fazer isso foi encontrado o índice de má conservação do solo. Feita a inversão encontrou-se o índice de conservação do solo, aqui utilizado. Nas regiões onde predomina o uso de agrotóxicos e o mau uso do solo, infere-se que há maior degradação deste solo, implicando em risco ao meio ambiente, o que indica valores do IMA mais próximos de zero. Por sua vez, valores próximos a um significam diversificação agrícola e impactos ambientais locais menores.

São estes os quatro índices que foram utilizados para compor o IDR e todos são responsáveis pelo mesmo peso na formação deste índice. Além deste, é apresentado o índice de dispersão, coeficiente de variação (desvio padrão/média) que, conforme Kageyama (2004), pode auxiliar na análise do desenvolvimento rural.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de discutir os resultados, é preciso não perder de vista a premissa em que se baseia o

índice, que é, segundo Kageyama (2004), o fato de que o desenvolvimento rural não é a melhoria de apenas uma das dimensões de análise, como, por exemplo, a elevação de renda ou a melhoria da infraestrutura doméstica, nem somente um setor rural mais dinâmico. O índice tem por objetivo contemplar todos esses aspectos e, por isto, nem sempre a expectativa que se possa ter a respeito da classificação de um determinado espaço físico é cumprida.

Outro fator importante é que a maioria dos indicadores utilizados na composição dos índices parciais é relativa, ou seja, o IDR não tem a intenção de medir o grau de importância dos territórios de identidade e nem o quanto ele contribuiu, em relação ao setor rural, para a economia deste. Ele tenta dar um valor de acordo com as características previamente descritas que pode ser utilizado de diversas formas.

Resultados do estado por territórios

Observa-se, por meio da espacialização dos índices, que não há homogeneidade em sua expressão entre os territórios baianos.

Quando se calcula o IPOP para os territórios de identidade da Bahia, é possível observar os maiores índices no Território Metropolitano de Salvador (0,4331), no Portal do Sertão (0,3243) e no Recôncavo (0,3233); enquanto aqueles que apresentam os menores índices são: Oeste Baiano

(0,1580), o de Piemonte do Paraguaçu (0,1914) e Itapetinga (0,1938).

Para o IBES, os maiores valores encontrados foram os do Território de Itapetinga (0,5252), seguido do Território de Itaparica (0,4845) e do Agreste de Alagoinhas (0,4799). Os menores valores foram os de Vitória da Conquista (0,3795), do Vale do Jiquiriçá (0,3797) e o de Irecê (0,3807). Os territórios com maior nível de desenvolvimento econômico, segundo o IECO, foram: Bacia do Jacuípe (0,4856), Chapada Diamantina (0,4238) e Irecê (0,4167). Os menores foram: Litoral Sul (0,2561), Itapetinga (0,2488) e Piemonte da Diamantina (0,2483).

Já os territórios de identidade com maior diversificação agrícola e menores impactos ambientais (IMA) foram o Sertão Produtivo (0,7343), o do Semiárido Nordeste II (0,6805) e Piemonte Norte do Itapicuru (0,6695). Aqueles com menor diversificação e maiores impactos foram Chapada Diamantina (0,5556), Portal do Sertão (0,5438) e Agreste de Alagoinhas (0,4986).

São apresentadas na Tabela 4 algumas estatísticas descritivas que servem como base para a avaliação global dos valores do IDR. É possível notar que o IDR apresentou resultados que variaram de 0,4581 (Região Metropolitana de Salvador) a 0,213 (Médio Sudoeste da Bahia). Na média, este valor esteve em 0,40 com pequena dispersão. Este indicador é composto da média aritmética dos demais, portanto, uma análise deste é bastante relevante para verificar seus efeitos sobre o IDR.

Tabela 4					
Valores máximos, mínimos, médios e desvio padrão, índices parciais e IDR – Territórios de identidade – Bahia					
	IDR	IPOP	IBES	IECO	IMA
Valor máximo	0,458	0,433	0,525	0,486	0,734
Valor mínimo	0,363	0,158	0,380	0,223	0,499
Média	0,400	0,251	0,432	0,300	0,618
Desvio padrão	0,021	0,056	0,035	0,067	0,049

Fonte: elaboração própria (2011).

Verifica-se que há uma variação relevante entre os valores máximos e mínimos dos indicadores parciais. Apesar dessa diferença, os desvios padrão apontados não apresentaram valores muito elevados, sendo que aquele indicador com maior desvio padrão foi o IEÇO, de 0,067, e aquele com menor desvio padrão foi o IBES, 0,035.

A Tabela 5 apresenta os valores do IDR encontrados por quartis, de forma a categorizar e sintetizar os territórios de identidade espacialmente. Essa classificação coloca 25% desses territórios em cada extremo, e 50% em uma faixa intermediária. Com isso, tem-se que os territórios que apresentaram o IDR com valor abaixo de 0,387 são considerados de desenvolvimento rural crítico; aqueles com valores intermediários, de 0,387 a 0,412, apontam os territórios de identidade em situação considerada regular, e os acima de 0,412 passam a ser considerados como os de bom desenvolvimento.

Tabela 5
Classificação do Índice de Desenvolvimento Rural em Quartis por território identidade – Bahia

Quartil	IDR	Desenvolvimento rural
1°.	Valor \leq 0,3871	Crítico
2°.	0,3871 < valor \leq 0,4121	Regular
3°.	Valor > 0,4121	Bom

Fonte: elaboração própria (2011).

A partir de uma análise do Mapa 1, que apresenta o IDR por territórios de identidade do estado da Bahia, é possível notar que há uma dispersão no nível de desenvolvimento no estado. Percebe-se uma grande representação na espacialização deste indicador, ao se colocar como referência o 3º quartil do IDR, considerado bom. Estes apresentam índices consistentes, apesar de diferenças em sua composição, destacando-se os territórios do Extremo Sul e a faixa concentrada que vai do Metropolitano de Salvador, passando pelo Recôncavo, o Portal do Sertão, o do Sisal e o de Piemonte da Diamantina. Embora tenham os melhores índices, há internamente aos territórios fatores que devem ser desenvolvidos.

A relatividade típica do índice pode ser obser-

vada quando se verifica que a grande produção de grãos no oeste baiano, fator importante para o IEÇO, não foi passível de observação no mapa, do ponto de vista agregado, pois os demais índices encontram-se na faixa de crítico a regular. Este fato denota a necessidade de análise sistêmica dos índices, de modo a explicitar os entraves ao desenvolvimento, não apenas ao crescimento econômico.

No mesmo sentido, ao analisar os coeficientes de variação encontrados para cada território, verifica-se que o Território de Piemonte da Diamantina possui alto coeficiente de variação (>50%) e um “bom” IDR (acima de 0,4121), o que indica que este território tem um alto desenvolvimento, porém desequilibrado. Assim, vê-se a necessidade de identificar a razão deste desequilíbrio e implementar políticas que o corrijam.

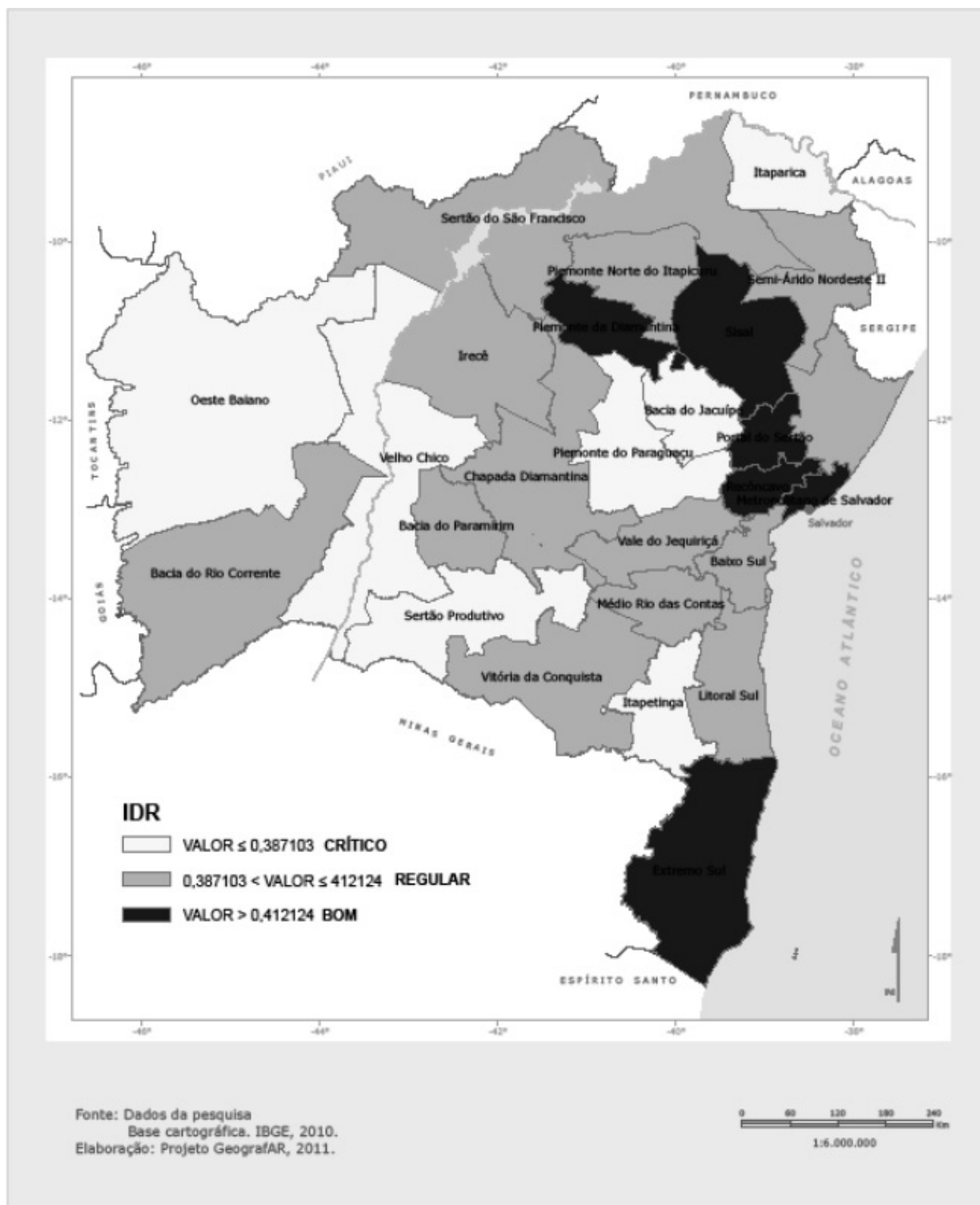
Além deste, outros três territórios apresentam um alto coeficiente de variação: Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe e Irecê, porém apresentam IDR considerados regulares, o que indica que, além de não terem um bom desenvolvimento, ele se mostra desequilibrado.

Todos os demais territórios apresentam coeficientes de variação médios (entre 20% e 50%), com IDR variados, necessitando de análises específicas, como é o caso do Território do Sisal.

De maneira geral, a análise dos índices nos permite perceber que a formatação do IDR é bastante diversificada e a contribuição dos índices parciais é muito variada, sendo possível encontrar áreas com grande força econômica, mas que não representam bem-estar social para a sua população. De forma agregada, essas diferenças tendem a se diluir, prevalecendo o nível de desenvolvimento mais comum para os territórios de identidade.

Resultados do Território do Sisal

A avaliação agregada do Território do Sisal evidencia que, dos 26 territórios do estado, este apresenta IDR de 0,4188, o que, nesta análise, é considerado “bom” e o classifica na quinta melhor posição do IDR.



Mapa 1
Índice de Desenvolvimento Rural – Territórios de identidade – Bahia

Por conseguinte, seus índices parciais ocupam a quarta posição do IPOP, a sexta do IBES, a 21ª do IECO e a quinta do IMA. Estas informações associadas ao coeficiente de variação de 43% evidenciam que, embora tenha um “bom” IDR, o desenvolvimento rural não acontece de forma equilibrada, necessitando que principalmente haja mudanças para a melhoria do IECO.

Quanto ao IPOP, observa-se que os municípios que apresentaram respectivamente os maiores índices foram Araci (0,5059), Retirolândia (0,4277) e Cansanção (0,4508); os que apresentaram os menores índices foram Nordestina (0,0897), Ichú (0,1736) e Queimadas (0,2112).

Para o IBES, os maiores valores encontrados foram para os municípios de Retirolândia (0,5541), Ichú (0,5347) e Serrinha (0,5282), e os menores foram para Araci (0,3838), Quijingue (0,3914) e Queimadas (0,3952).

Os municípios com maior nível de desenvolvimento econômico, segundo o IECO, foram São Domingos (0,3385), Valente (0,3277) e Retirolândia (0,2859), enquanto que os com menores níveis foram Nordestina (0,1948), Queimadas (0,1953) e Serrinha (0,2057).

Já os municípios com maior diversificação agrícola e menores impactos ambientais (IMA) foram Biritinga (0,7871), Monte Santo (0,7489) e Cansanção (0,7232). Os com menor diversificação e maiores impactos foram Ichú (0,5456), São Domingos (0,5540) e Valente (0,5554).

A Tabela 7 apresenta algumas estatísticas descritivas que servem como base para a avaliação dos valores do IDR dos municípios do Ter-

ritório do Sisal. Observa-se que o IDR apresentou resultados que variaram de 0,4610 (Araci) a 0,3507 (Nordestino). Na média, este valor esteve em 0,4188, com pequeno desvio padrão.

Há uma variação relevante entre os valores máximos e mínimos dos indicadores parciais. Apesar dessa diferença, os desvios padrão apontados não apresentaram valores muito elevados, refletindo um IDR sem grandes variações. Ainda que os desvios padrão tenham sido baixos, de uma forma geral, o indicador com maior foi o IPOP, de 0,0974, e o com menor foi IECO, 0,04085, o que indica que não há uma grande disparidade entre os municípios no que tange as suas economias; no entanto, observa-se que o máximo e o mínimo, além da média, deste índice são pequenos, caracterizando um baixo desenvolvimento econômico no território como um todo.

Verifica-se que nenhum dos municípios do Território do Sisal apresenta baixo coeficiente de variação (< 20%). Denotando que o bom nível de desenvolvimento do território comparado com os demais não é considerado equilibrado, ou seja, não é resultado de um desenvolvimento parecido em todos os índices, sendo elevado pelo IMA, maior índice entre os quatro para o território. Observa-se que o menor valor encontrado para o IMA, 0,5456, é maior que os máximos do IDR em si, que o IPOP e que o IECO.

A situação ideal é de municípios que apresentem “bom” IDR e baixa dispersão, evidenciando um alto e equilibrado desenvolvimento rural. Levando-se em consideração que o desenvolvimento é multidimensional, nenhum município deste território se encontra nesta situação.

Tabela 7
Valores máximos, mínimos, médios e desvio padrão dos índices parciais e do IDR – Municípios do Território do Sisal

	IDR	IPOP	IBES	IECO	IMA
Valor máximo	0,4610	0,5059	0,5541	0,3385	0,7871
Valor Mínimo	0,3507	0,0897	0,3838	0,1948	0,5456
Média	0,4188	0,3121	0,4588	0,2469	0,6573
Desvio padrão	0,0339	0,0974	0,0516	0,0408	0,0678

Fonte: elaboração própria (2012).

Os municípios que apresentam “bom” IDR e alta dispersão do coeficiente ($CV > 50\%$) indicam um alto desenvolvimento, porém desequilibrado, a exemplo de Biritinga que apresenta um alto IDR (0,4347), mas um alto coeficiente de variação ($> 60\%$). Neste caso, o IDR é alavancado principalmente pelo melhor IMA (0,7871) do território, entretanto, apresenta um IECO “crítico” (0,2394). Da mesma forma encontra-se o município de Lamarão, com “bom” IDR, alavancado pelo IMA, com um IECO “crítico” e com alto coeficiente de variação.

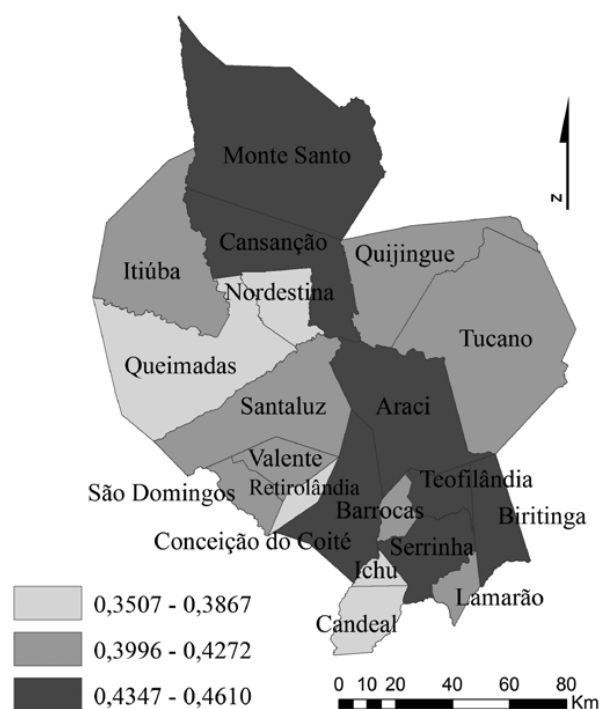
Outros municípios apresentam IDR “bom”: Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Quijingue, Retirolândia, Serrinha e Teofilândia, porém com um CV médio (entre 20% e 50%). Portanto, apresentam um “bom” desenvolvimento rural, mas não de forma equilibrada. Esta situação foi a que se apresentou mais frequentemente no território, representando 50% dos municípios pertencentes a este.

Em sequência desta mesma análise, verifica-se que os municípios de Candéial, Santaluz, São Domingos, Tucano e Valente têm um IDR regular e um médio coeficiente de variação. Embora não apresentem um alto desenvolvimento rural, seus índices apresentam equilíbrio.

Já Ichú, Nordestina e Queimadas apresentam um IDR regular com um alto coeficiente de variação, portanto, não apresentam um bom desenvolvimento rural e este ainda se constitui de forma desequilibrada. São os municípios com os menores IDR do território, necessitando prioritariamente de políticas públicas para o alcance do equilíbrio no território.

O Mapa 2 evidencia as observações citadas quanto ao IDR dos municípios que compõem o Território do Sisal. Destaca-se que os municípios que apresentam um bom índice estão concentrados, denotando o desenvolvimento desigual do território.

Estes números evidenciam a necessidade de mudanças através de políticas públicas eficazes, fazendo-se necessária a participação articulada do estado para o alcance do desenvolvimento sustentável da região.



Mapa 2
Índice de Desenvolvimento Rural
– Território do Sisal – Bahia

Fonte: dados da pesquisa.
Elaboração própria (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar o desenvolvimento rural baiano em seu aspecto multidimensional através de índices. O estado foi considerado de forma agregada por territórios de identidade e, para melhor compreensão, destacou-se o Território do Sisal, que também foi apresentado de forma particularizada, por municípios. Dada a diversidade de fatores que compõem o IDR, este supre uma necessidade básica de classificação para o estado. Entretanto, devem-se analisar também seus índices parciais e a dispersão entre estes para melhor entendimento do desenvolvimento.

Observa-se que o desenvolvimento rural no estado não é uniforme e nem equilibrado. O processo de “modernização” agrícola, financiado por políticas de apoio ao uso intensivo de capital, expulsa os

trabalhadores do campo e aumenta a concentração de terras. Esta combinação de fatores contribui para que o IDR torne-se mais desequilibrado.

A partir da análise dos índices pode-se concluir que algumas regiões baianas apresentam processos produtivos diversificados. O IDR associado aos seus índices parciais pode, além de avaliar o nível do desenvolvimento rural, direcionar políticas públicas para as áreas de maior desequilíbrio e/ou total carência em suas múltiplas dimensões.

Tanto a análise agregada dos territórios de identidade quanto a particularizada do Território do Sisal evidenciam que o “bom” nível de desenvolvimento rural presente no estado depende de diversos fatores. Deste modo, um bom IDR pode refletir apenas um fator, que nem sempre é o econômico, podendo ser alavancado pelo fator ambiental, social ou político.

De tal modo, foi possível observar que, mesmo em regiões onde o IDR é considerado “bom”, ainda há espaço para o incremento nas condições apresentadas. Pela análise dos índices parciais e dos coeficientes de variação, torna-se perceptível a diferença entre o desempenho destes, demonstrando que, apesar de haver desenvolvimento nas regiões, não se contemplam todos os aspectos necessários a que este se apresente de forma equilibrada. Nas regiões onde o IDR é baixo, essa necessidade de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento rural é maior ainda, é preciso maior apoio governamental para assegurar o desenvolvimento em seus aspectos multidimensionais.

Em particular, o Território do Sisal evidencia que o IDR não é alavancado pelo índice econômico (IECO), mas sim pelos outros, principalmente IMA, com média para o território igual a 0,6573, e pelo IBES, com média de 0,4588, que estão entre os dez melhores entre os territórios.

Este resultado se explica devido à organização da cadeia produtiva do sisal inserida numa estrutura fundiária concentradora e numa estrutura econômica de oligopsônio e que apresenta baixo desenvolvimento tecnológico e informalidade.

Estas características colocam a população num contexto de vulnerabilidade socioeconômica, que se agrava pelos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade produtiva. Os pequenos produtores tornam-se dependentes dos atravessadores, e os trabalhadores submetem-se a uma rotina exaltante e perigosa que inclui a mão de obra infantil.

Neste contexto, fica evidente que o território está inserido numa estrutura produtiva altamente concentradora, que limita ainda mais as possibilidades de desenvolvimento rural, pelas próprias condições edafoclimáticas presentes. Reforçam este cenário as estruturas institucionais que retroalimentam as raízes históricas que fortalecem o aprofundamento de uma cultura sociopolítica baseada no clientelismo e no assistencialismo.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Elissandra Alves de. *A dinâmica do novo mundo rural e o seu reflexo na RMS*. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2004.

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz; COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt. Atualidades, perspectivas e desafios para o espaço rural baiano. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador, 1999. p. 23-77.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Dados de produção, importação, exportação, saldo da balança do agronegócio da região sisaleira da Bahia*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA (BA). *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal*. Valente, BA: CODES, 2010.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *A ocupação da mão de obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 90*. 2003. 180f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente)-Instituto de Economia, UNICAMP, São Paulo, 2003.

_____. Agropecuária baiana: transformações e impactos. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 835-849, mar. 2004.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Índices de referência de desenvolvimento econômico 2007*. Disponível em: <Janeiro <http://www.firjan.org.br/lfdm/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

FONSECA, Felipe L. V. *Desenvolvimento rural baiano: uma análise a partir de índices*. 2011. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2011.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Nacional, 1980.

GEOGRAFAR. *A geografia dos assentamentos na área rural: índice de Gini-terra*. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/>>. Acesso em: 15 set. 2006.

GOMES, André da Silva et al. Desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia: uma análise a partir de índices. *Informe Gepec*, Toledo, BA, v. 14, n. 1, p. 24-38, jan./jun. 2010.

HORA, Dermeval Passos da et al. *Alternativas para o desenvolvimento da lavoura de sisal na Bahia*: relatório de pesquisa. Salvador: SEBRAE, 2008.

IMBIRUSSÚ, Érica. *Políticas públicas governamentais no período pós-Plano Real para o desenvolvimento da região sisaleira da Bahia*. 2009. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, UEFS, Feira de Santana, BA, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *conceitos do censo agropecuário*. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtml/>>. Acesso em: 30 out. 1996.

_____. *Pastagens naturais: dados de estrutura fundiária 1996, o número de docentes por habitante em 2009 e o nível de pobreza do município de 2003 do Estado da Bahia*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 30 out. 2011.

KAGEYAMA, Ângela Antonia. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA. p. 72. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2011.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Rev. FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. 2001. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso: 31 jul. 2008.

SANTOS, Laiana Carolina Silva. *Evolução histórica do setor rural baiano: uma análise de indicadores*. 2011. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2011.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RETIROLANDIA. *Conhecendo o Programa Estadual de Prevenção do trabalho infantil*. Cartilha, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dados agropecuário da Bahia; PIB; .* Disponível em:< http://sim.sei.ba.gov.br/sim/mapa_interativo.wsp>. Acesso em: 30 out. 2006

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe et al. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Holanda, [S.l.], v. 40, p. 391-408, out. 2000.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 8 de setembro de 2014.

A reforma agrária no litoral sul da Bahia: uma análise histórico-geográfica

Paulo Fernando Meliani*

Ludmila Girardi Alves**

* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA) na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). paulomeliani@uesc.br

** Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Comunicação com o Mercado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). lgalves@usp.br

Resumo

Neste artigo é apresentada uma análise histórico-geográfica da reforma agrária no litoral sul da Bahia a partir de 1985, quando ocorreram as primeiras desapropriações em Canavieiras. Foram analisadas as informações dos projetos criados nos municípios do território de identidade Litoral Sul, por meio de uma periodização da reforma agrária, elaborada a partir da quantificação das propriedades obtidas e de suas respectivas áreas, dos projetos criados e das famílias assentadas a cada ano, de 1985 a 2014. A criação de projetos foi incipiente e efêmera no governo Sarney, inexistente no governo Collor-Itamar, numerosa nos governos FHC e Lula, quando o processo pareceu esfriar em função de uma redefinição da política agrária voltada para a inserção do trabalhador rural nas cadeias produtivas agrícolas.

Palavras-chave: Assentamentos. Políticas públicas. Análise histórico-geográfica. Território de identidade.

Abstract

This article presents a historical-geographical analysis of land reform on the southern coast of Bahia, from 1985, when the first expropriations occurred in the municipality of Canavieiras. We have analyzed projects informations created in the South Coast Territory of Identity through a periodization of agrarian reform, quantifying the obtained properties and their respective areas, the projects created and the families settled each year from 1985 to 2014. Creating projects was incipient and ephemeral in Sarney's government, non-existent in Collor-Itamar, large in FHC and Lula, when the process seems to cool, due to a redefinition of the agrarian policy which aims to insert the rural workers in supply agricultural chains.

Keywords: Agrarian reform. South coast of Bahia. Settlements. Public policy.

INTRODUÇÃO

Apesar da longa história da concentração de terras e de conflitos por sua posse e uso, foi somente nos anos 1960 que o Estado brasileiro criou oficialmente políticas públicas de reforma agrária no país, pressionado por trabalhadores rurais cada vez mais organizados em sindicatos e movimentos sociais. Em 1962, o governo Goulart criou o Conselho Nacional de Reforma Agrária que, no mesmo ano, passou a constituir, junto com outros órgãos, a Superintendência de Política Agrária (Supra), colaboradora na formulação da política agrária do país, bem como responsável pelo planejamento, a execução e a assistência da reforma agrária (BRASIL, 1962). Em 18 de março de 1964, o governo Goulart publicou o Decreto 53.700, que declara ser de interesse social, para fins de desapropriação, **áreas rurais** marginais a rodovias e ferrovias, bem como terras beneficiadas ou recuperadas por investimento exclusivo da União, em obras de irrigação, drenagem e açudagem, inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade (BRASIL, 1964a).

Contudo, depois de alguns dias, em 31 de março de 1964, Goulart foi deposto por um golpe de Estado aplicado pelos militares, que assumiram o governo refutando todas as políticas criadas pelo presidente, inclusive as de reforma agrária. Pressionados pelos movimentos sociais que, apesar de intensamente reprimidos pelo regime ditatorial, continuaram organizados em sua luta pela terra, os militares incluíram, ao seu modo, a reforma agrária nos planos de governo. Ainda em 1964, no dia 30 de novembro, o general Castello Branco, primeiro presidente do período militar, decretou e sancionou o Estatuto da Terra, Lei 4.504 que regula os direitos e obrigações concernentes aos imóveis rurais para fins de reforma agrária e de promoção da política agrícola no Brasil (BRASIL, 1964b). Ainda em vigor, o Estatuto da Terra considera a reforma agrária como um conjunto de medidas aplicadas à melhor distribuição da terra,

por meio de mudanças no seu regime de posse e uso, com a finalidade de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade¹.

Segundo Gaspar (2009, p. 5), a política agrária do regime militar reforçou o latifúndio tradicional e desenvolveu o latifúndio moderno, o das grandes empresas nacionais e multinacionais, por meio de projetos agrícolas, agroindustriais e agropecuários financiados pelo Estado. De acordo com a autora, houve, no período militar que perdurou até 1984, uma ênfase nas políticas aplicadas às exportações que possibilitou uma melhoria na infraestrutura de transportes e o desenvolvimento de tecnologias agrícolas, notadamente aquelas aplicadas à produção de *commodities*. O regime ditatorial militar tratou a reforma agrária como um problema técnico, centralizando as decisões e reprimindo os movimentos sociais. As políticas desenvolvimentistas dos governos militares, financiadas por empréstimos internacionais, produziram crescimento econômico até 1974, quando a economia brasileira começou a sentir os efeitos da crise do petróleo: diminuição do crescimento, inflação, aumento da dívida externa e desequilíbrios orçamentários.

Uma crise política acompanhou a crise econômica que, a cada ano, se tornava mais importante, com o descontentamento social gerado pela inflação e o desemprego, o que impeliu os militares a darem início a um processo de abertura política,

¹ Junto com o Estatuto da Terra foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), encarregado da reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), responsável pelos projetos de colonização. No ano seguinte, em 1966, o governo Castello Branco aprovou o Plano Nacional e os Planos Regionais de Reforma Agrária, por meio do Decreto 59.456, de 04 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966). No final do mandato do governo Costa e Silva, o segundo do regime militar, foi criado o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), por meio do Decreto-lei 982, de 15 de maio de 1969, que seria responsável pela análise e a aprovação das unidades de exploração agrícola em áreas prioritárias selecionadas pelo IBRA (BRASIL, 1969). No ano seguinte, com o Decreto-lei 1.110, de 09 de julho de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que assumiu todos os direitos, competências, atribuições e responsabilidades do IBRA, do INDA e do GERA, extintos pelo mesmo decreto (BRASIL, 1970a). A partir de então, as ações do INCRA pautaram-se nos projetos de colonização articulados ao Programa de Integração Nacional (PIN), criado poucos dias depois do INCRA, em 16 de julho de 1970, pelo Decreto-lei 1.106, com a finalidade de financiar obras de infraestrutura nas regiões Nordeste e Norte e promover a integração destas à economia nacional (BRASIL, 1970b).

somente finalizado em 1984, com a eleição ainda indireta de um presidente civil, Tancredo Neves. Com a morte de Tancredo, dias antes de sua posse, assumiu a presidência o então vice-presidente José Sarney, em um contexto de retomada da luta pela terra, com ocupações e conflitos com latifundiários. Já em 1979, agricultores sem terra ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul, onde, em 1981, outro acampamento surgido próximo a estas áreas, o chamado Encruzilhada Natalino, tornou-se símbolo de resistência organizada para posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros e atingidos por barragens (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010, p. 9). Com o colapso do regime militar, passaram a existir melhores condições políticas para a organização e a atuação dos movimentos sociais, inclusive no campo, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em janeiro de 1984, quando da realização do *I Encontro Nacional dos Sem Terra*, em Cascavel, no Paraná.

Nesse tempo, no litoral sul da Bahia, segundo Freitas (2009, p. 146), ocorreu a luta dos posseiros, desencadeada a partir de 1984 com a ocupação das fazendas Puxim e Sarampo (no município de Canavieiras) e das fazendas Francônia e Serra da Onça (no município vizinho de Santa Luzia). De acordo com a autora, os conflitos aconteceram nas “áreas das areias”, longe do *core* da tradicional lavoura cacaueira, ou seja, distante dos vales dos rios Almada e Cachoeira e dos centros regionais, as cidades de Ilhéus e Itabuna, contudo, os conflitos foram violentos, inclusive com a morte de uma família de posseiros da Fazenda Serra da Onça (FREITAS, 2009, p. 147). Os direitos dos posseiros foram primeiro defendidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB) que, depois dos conflitos e mortes em Santa Luzia, redirecionaram as suas ações, até então restritas ao trabalho de formação de base, e se engajaram politicamente na organização social da luta pela terra (FREITAS, 2009, p. 148).

Cavalcanti (1994), referindo-se ao final dos anos

1980, afirma que as florestas das terras próximas à costa de Itacaré foram ocupadas por trabalhadores rurais insatisfeitos com as condições recebidas nas roças de cacau, o produto de exportação formador da monocultura região cacaueira da Bahia. Foi justamente nesse período que o INCRA fez as primeiras oito desapropriações de terras destinadas à criação de Projetos de Assentamento (PA) na região: nos municípios de Canavieiras (em 1985), Maraú, Santa Luzia, Itacaré e Una (em 1986) e Uruçuca (em 1988) (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014). Para Freitas (2009, p. 148), embora estes projetos tenham sido implantados como metas do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), “enquadram-se na política de regularização fundiária dos posseiros que, historicamente, se reproduziam nas terras devolutas, tendo o direito legitimado pelo uso da terra como meio de vida e trabalho”. De fato, depois destas, só no final de 1993, no governo Itamar, é que outra propriedade foi desapropriada, no município de Arataca e, depois dessa, somente em 1995 houve outras desapropriações nos municípios do litoral sul da Bahia (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014).

De todo modo, entre 1985 e 2014, o INCRA obteve 70 propriedades por desapropriação e reconheceu uma reserva extrativista nos municípios que compõem o território de identidade Litoral Sul, uma unidade espacial de planejamento e gestão das políticas agrárias, instituída a partir do desdobramento de uma política de desenvolvimento territorial criada no governo Lula (BRASIL, 2003b). Neste artigo, apresentam-se os resultados de uma análise histórico-geográfica da reforma agrária que se processa no sul da Bahia a partir de setembro de 1985, quando ocorrem as primeiras desapropriações em Canavieiras, nas fazendas Puxim e Sarampo, pouco mais de um mês antes do Decreto 91.766, de 10 de outubro de 1985, que aprovou o I PNRA, assinado pelo presidente Sarney (BRASIL, 1985).

Foram levantadas e analisadas as informações dos projetos de reforma agrária criados

nos municípios do território de identidade Litoral Sul, que constam na Relação dos Projetos de Reforma Agrária do Brasil, publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014). Com as informações referentes às datas de obtenção das terras e de criação oficial dos projetos, elaborou-se uma periodização do processo de reforma agrária, quantificando-se as propriedades obtidas e suas respectivas áreas, os projetos criados e as famílias assentadas em cada ano, de 1985 a 2014. O objetivo da periodização foi o de reconhecer os ritmos da reforma agrária no litoral sul da Bahia, identificando, nos devidos contextos, as estratégias políticas e sociais de aceleração e de estancamento do processo, bem como os limites que ainda se impõem à desconcentração fundiária na região.

Grosso modo, os municípios que compõem o território de identidade Litoral Sul correspondem ao core da então Zona do Cacau estudada por Milton Santos nos anos 1950, bem como aos espaços cacauzeiros da região cacauzeira da Bahia analisada por Felizola Diniz e Capdeville Duarte, no final dos anos 1970. Para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2011, p. 4-5), nota-se uma estreita ligação entre a questão agrária no território Litoral Sul com a história da cacauicultura, o sustentáculo socioeconômico e cultural da região, responsável pelo desbravamento do interior, a fundação de cidades e a formação de gerações.

SOBRE A FORMAÇÃO DA REGIÃO E DA QUESTÃO AGRÁRIA REGIONAL

A introdução do cacau (*Theobroma cacao*) na região sul da Bahia aconteceu em meados do século 18, quando sementes trazidas do Pará foram plantadas nas margens do Rio Pardo, no território

da então Capitania de Ilhéus, hoje município de Canavieiras. Das margens do Rio Pardo, segundo Virgens Filho e outros (1993), o cacau foi levado, em 1752, para a sede da capitania (Ilhéus) e, por volta de 1799, segundo Campos (1970 apud SILVA; SILVA et al., 1987), sua difusão já alcançara a Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, município no norte da região. Foi a partir das vilas litorâneas, como Ilhéus e Itacaré, que, ao longo do século XIX, se interiorizou a lavoura cacauzeira e, por conseguinte, a população, dando origem a outras vilas, como Tabocas (atual Itabuna), situada às margens do Rio Cachoeira, numa posição de encruzilhada que a tornou o entreposto mais importante do interior da região.

De acordo com Freitas (2011), a historiografia considera o período que vai de 1890 a 1940 como os anos de implantação da monocultura, embora se acredite que as terras mais aptas para a plantação do cacauzeiro já teriam sido ocupadas até 1920. De acordo com Dean (1996, p. 263),

Entrementes, no sul da Bahia, era aberta uma nova frente do sistema de *plantation*, quando o cacau, transferido da região amazônica, encontrou solos adequados, e os produtores conquistaram uma cota considerável do mercado dos Estados Unidos. Na metade da década de 30, cerca de mil km² devem ter sido convertidos na zona do piemonte centrada em Ilhéus. Esta forma de derrubada foi um pouco mais benigna que a praticada na zona do café. Em muitas fazendas, deixava-se de pé certo número de árvores da floresta primária que propiciavam condições de crescimento semelhantes às de seu hábitat nativo, de patamar inferior. Esse sistema, chamado cabroca, aumentava a vida produtiva dos pés de cacau e pode ter reduzido o perigo de pestes e parasitas. Não foi, contudo, acompanhado de um regime de trabalho mais brando. Embora houvesse muitas propriedades

A historiografia considera o período que vai de 1890 a 1940 como os anos de implantação da monocultura, embora se acredite que as terras mais aptas para a plantação do cacauzeiro já teriam sido ocupadas até 1920

de pequeno e médio porte, a maior parte da safra era produzida em grandes fazendas. Quase todos os seus trabalhadores eram migrantes, porque o cacau não exigia trato durante o ano inteiro. Recrutados de um Nordeste ainda mais empobrecido, suas condições de vida eram miseráveis. Raramente voltariam para a mesma fazenda e era escassa a poupança que levavam de volta a suas terras natais.

Para Diniz e Duarte (1983, p. 37), as primeiras décadas do século 20 corresponderam à da formação regional propriamente dita, pois foi nesse período que uma sociedade se formou em torno do sistema produtivo cacauceiro, definindo estruturas fundiárias, políticas e ideológicas. Nesse tempo, uma corrida pelo desbravamento de terras para o plantio de cacau atraiu migrantes do interior nordestino, que tinham esperança de se tornar pequenos produtores ou, simplesmente, vender sua força de trabalho nas fazendas. Por ser uma cultura comercial por excelência, quase sempre de proprietários ausentes, a produção de cacau provocou o desaparecimento de culturas de subsistência nas áreas onde os solos lhe foram favoráveis, estimulando a concentração de propriedade (ANDRADE, 1970, p. 76).

Formou-se na região uma estrutura social hierarquizada, afirma Freitas (2009, p. 109), dividida entre os grandes produtores e comerciantes de cacau, que detinham a hegemonia política, e os trabalhadores rurais assalariados, segregados enquanto força de trabalho explorada. No intermédio desta hierarquização, completa Freitas (2009, p. 109), estavam os detentores de pequenas posses de terras e de pequenas unidades de produção familiar destinadas à subsistência, os burareiros, que constantemente estavam subordinados à expropriação por parte da oligarquia rural. No final dos 1970, segundo Diniz e Duarte (1983, p. 116), o universo de trabalhadores nas plantações de cacau era de quase 200 mil, constituído metade por burareiros e metade por assalariados: “barcaceiros, tropeiros, cabos de turma,

tiradores, cortadores, além de administradores e gerentes” (DINIZ ; DUARTE, 1983, p. 116).

Para Freitas (2009, p. 108), a consolidação da monocultura agroexportadora de cacau repercutiu diretamente na estrutura da propriedade da terra e nas relações sociais de produção, traduzindo-se na expropriação camponesa e na exploração dos trabalhadores rurais². Para Baiardi (1984, p. 313), a cacauicultura conservou a estrutura produtiva do século XIX, que subordinava o trabalho ao capital em dois níveis: 1) entre o capital agrícola e os assalariados; e 2) entre a unidade de produção capitalista e a unidade de produção familiar. De acordo com o autor, os assalariados são subordinados ao capital pela extração da mais-valia do trabalhador assalariado precarizado, enquanto que as pequenas unidades familiares de produção estão subordinadas pela sub-remuneração de trabalho vivo, quando repassam a pequena produção (amêndoas de cacau, por exemplo) a preço baixo para as unidades capitalistas.

A instabilidade econômica da monocultura cacauceira, desde sempre, submeteu a região a períodos de decadência e estagnação motivados por excedentes de produção, diminuição da demanda em tempos de crises e guerras mundiais, incertezas climáticas, variações de preços, flutuações de câmbio, concorrência africana e latino-americana, pragas etc. Atualmente, a economia cacauceira encara uma estagnação que se prolonga desde 1987, quando se iniciou uma crise provocada pelo declínio dos preços de mercado e pela ocorrência de doenças causadas por fungos nos cacauceiros. Segundo Freitas (2009, p. 114), a região cacauceira apresentou,

² Diniz e Duarte (1983, p. 119) descreveram esse processo relatando que, já no final dos anos 1970, muitos trabalhadores rurais residiam em condições precárias nas “favelas” dos povoados e cidades, tendo que se deslocar pela manhã até as fazendas, onde passavam o dia trabalhando, mal alimentados para, à noite, retornar a sua sub-habituação na cidade. Segundo os autores, esses trabalhadores, “por excelência”, são os de mais “baixo padrão” porque, além das péssimas condições de trabalho, eram obrigados a arcar com as despesas de água, luz e alimentação, por viverem fora das fazendas. Muitas vezes, de acordo com Freitas (2009, p. 110), os trabalhadores voltavam ao subemprego, na tentativa de sobreviver como vendedores ambulantes e “biscateiros”.

na década de 1980, um aumento de 235% em sua produção, o que significou por si só um acúmulo de 1,25 milhão de toneladas de amêndoas de cacau nos estoques mundiais. De acordo com Dean (1996, p. 314), enquanto os preços aumentaram até 1986, o plantio do cacau expandiu-se rapidamente, ocupando sete mil km² naquele ano.

Com a produção concorrente também em alta, notadamente na Costa do Marfim, foi gerado um descompasso entre os ritmos de produção e consumo, o “que resultou num panorama de queda persistente dos preços mundiais: de faixas acima dos US\$ 4.500, as cotações das bolsas de Londres e Nova Iorque caíram aquém dos US\$ 1.000 a tonelada do cacau” (FREITAS, 2009, p. 114). A baixa dos preços, provocada pelo excesso de produção dos anos 1980, mais uma vez, levou os produtores ao endividamento, uma situação que se agravou com as estiagens dos anos de 1987 e 1988, e com a proliferação do fungo da vassoura-de-bruxa que, a partir de 1987, começou a infectar os pés de cacau comprometendo a produção regional.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (2004, p. 40), a produção baiana de cacau reduziu-se pela metade no início dos 1990, de 355 mil toneladas na safra de 1989-90 para 156 mil toneladas na de 1996-1997³. Nesse período, segundo Cullen Jr., Alger e Rambaldi (2005, p. 204), aproximadamente 200 mil trabalhadores rurais perderam seus empregos nas plantações de cacau do sul da Bahia, quando o preço das amêndoas entrou em declínio no mercado mundial, não cobrindo mais os custos de produção, ainda mais

elevados por causa dos tratos contra a vassoura-de-bruxa. Para os autores, embora uma quantidade significativa dos desempregados tenha deixado a região em função da crise da lavoura cacauzeira,

os que permaneceram sem terra para trabalhar constituíram um “batalhão de reserva” para o movimento organizado por reforma agrária.

Os que permaneceram sem terra para trabalhar constituíram um “batalhão de reserva” para o movimento organizado por reforma agrária

OS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL SUL DA BAHIA

Ao todo, são 71 projetos de reforma agrária criados pelo INCRA, que estão distribuídos em 19 dos 27 municípios que compõem o território (Figura 1; Apêndice 1). Apenas um deles não é PA federal, a Reserva Extrativista Canavieiras (Resex Canavieiras), uma das modalidades reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias da reforma agrária (BRASIL, 2002).

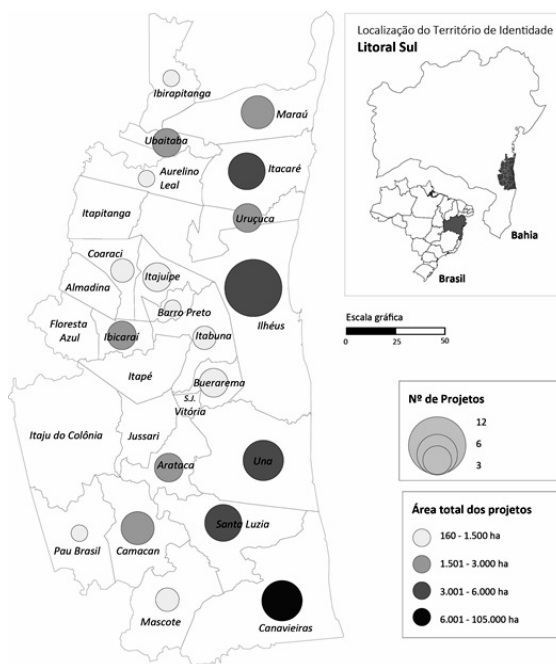


Figura 1
Distribuição dos projetos dos projetos de reforma agrária do Litoral Sul (BA)

Fontes: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2007).

³ Em 1991, o sul da Bahia detinha 92,8% da produção brasileira destinada à exportação, competindo com a produção dos países africanos do Golfo da Guiné (ANDRADE, 1997, p. 124). Apesar do aumento da importância relativa de produções de cacau no Pará e no Espírito Santo, a primazia continuava sendo baiana: em 1996, 83,57% da área cultivada no país e 79,52% da produção nacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 124). Atualmente, a região cacauzeira da Bahia produz em torno de 120 mil a 150 mil toneladas por ano, mais ou menos o que produzia anualmente entre os anos 1950 e 1970.

As áreas dos 70 PA criados nos últimos 29 anos, nos municípios do território de identidade Litoral Sul da Bahia, somam 41,4 hectares, onde foram assentadas 2.406 famílias até abril de 2014 (Figura 2). A Resex Canavieiras abrange uma superfície, terrestre e marinha, de 100,6 hectares, na qual 1.198 famílias se beneficiam da pesca, da coleta de caranguejos e da extração de piaçava, para consumo próprio e venda em pequena escala.

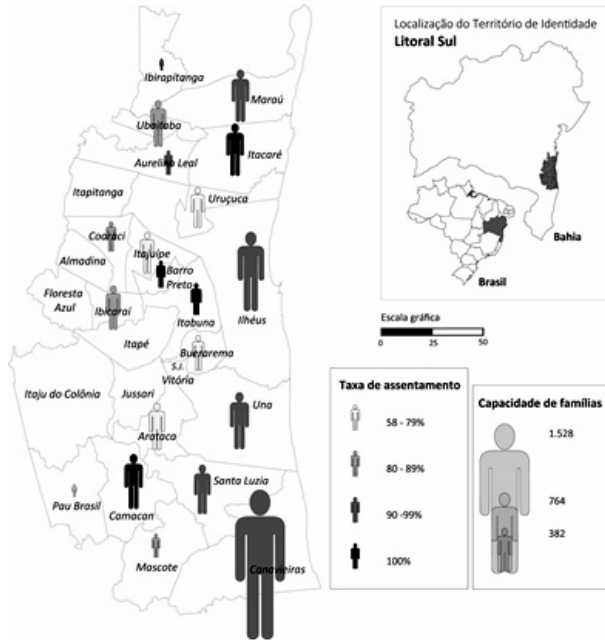


Figura 2
Capacidade de assentamento dos projetos de reforma agrária do litoral sul da Bahia

Fontes: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2007).

OS RITMOS DA REFORMA AGRÁRIA NO LITORAL SUL DA BAHIA

As primeiras propriedades obtidas pelo INCRA para fins de reforma agrária, no sul da Bahia, vieram das desapropriações das fazendas Puxim e Sarampo, no município de Canavieiras, feitas antes mesmo da publicação do I PNRA, em setembro de 1985. Num contexto de retomada da luta pela terra em todo o país e de implantação de uma polí-

tica agrária nacional, outras seis áreas no litoral sul da Bahia foram, no ano seguinte, desapropriadas pelo INCRA para a criação de assentamentos nos municípios de Maraú, Santa Luzia, Itacaré e Una (Gráfico 1).

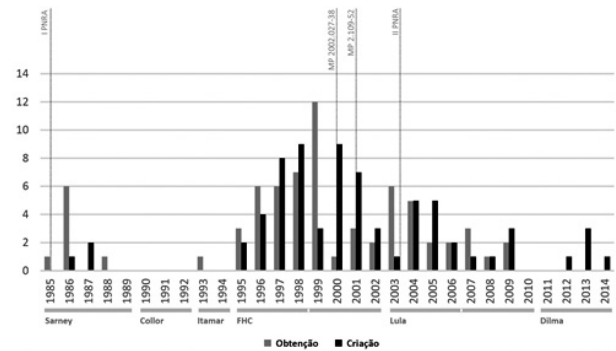


Gráfico 1
Obtenção de terras e de PA criados nos municípios do litoral sul da Bahia

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014).

Até o final do governo Sarney, apenas mais uma área foi desapropriada para fins de reforma agrária no litoral sul da Bahia, em 1988, no município de Uruçuca. Somadas, as oito propriedades obtidas pelo INCRA no governo Sarney totalizam 10.522 hectares de terras (Gráfico 2). Em apenas três destas oito propriedades foram legalmente criados, ainda no governo Sarney, PA onde foram assentadas 135 famílias: o PA Santa Maria (em Maraú), criado em apenas seis meses, no final de 1986; o PA Guanabara (em Una), e o PA Fazenda Poço (em Santa Luzia), ambos em 1987.

Nos primeiros anos da década de 1990, durante o governo de Fernando Collor, não houve desapropriações no litoral sul da Bahia, um reflexo do enfraquecimento da política federal de reforma agrária, o que já vinha ocorrendo no governo Sarney com a proposição de projetos e decretos-lei que esvaziavam o conteúdo do I PNRA (VECINA, 2012, p. 03). Além disso, com a vigência da Constituição de 1988, o valor das desapropriações deixou de ter como base o Imposto Territorial Rural (ITR), como preconizava o I PNRA, passando a se basear no

valor de mercado das propriedades, o que gerou aumentos significativos nos custos das desapropriações. O INCRA, que havia sido extinto em 1987, foi recriado e submetido, em 1989, ao então Ministério da Agricultura e Reforma Agrária que, no governo Collor, foi administrado por conservadores da ala ruralista, políticos declaradamente empenhados na defesa dos latifundiários.

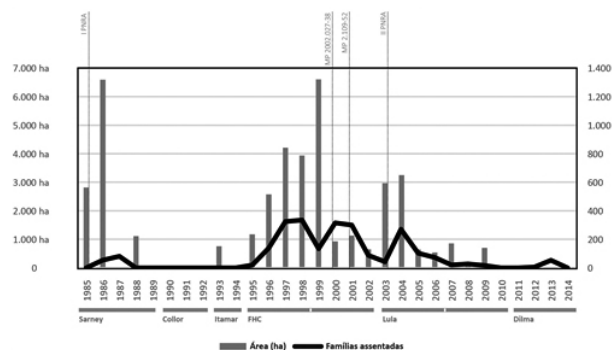


Gráfico 2
Área desapropriada e famílias assentadas nos municípios do litoral sul da Bahia

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014).

Segundo Vecina (2012, p. 04), a meta de reforma agrária estipulada pelo governo Collor foi a de assentar apenas 500 mil famílias nos quatro anos de mandato (1990-1994), cerca de 30% do que propusera e não cumprira o governo Sarney. Com o *impeachment* do presidente Collor, ocorrido em dezembro de 1992, seu sucessor, o então vice-presidente Itamar Franco, assumiu a chefia do governo sem, no entanto, modificar a política conservadora de seus antecessores. Segundo Vecina (2012, p. 04), no governo Itamar, algumas leis foram decretadas para dificultar a reforma agrária, como a recusa de confisco de propriedades onde ocorresse trabalho escravo, bem como a impossibilidade de desapropriação caso o proprietário implantasse um projeto técnico, o que deu margem à criação de uma “indústria de projetos frios”. De acordo com a autora, foi irrisório o número de desapropriações durante o governo Collor-Itamar, apenas 215 em todo o país.

No sul da Bahia, nenhuma desapropriação ocorreu no governo Collor, enquanto que, no mandato de Itamar, ocorreu apenas uma, no município de Arataca, em outubro de 1993. A estagnação da política de reforma agrária foi evidente durante o governo Collor-Itamar, tanto que, no período, não foi legalmente criado nenhum projeto nesse sentido nos municípios do litoral sul da Bahia, mesmo em terras que já haviam sido desapropriadas na segunda metade dos anos 1980, pelo governo Sarney. Contudo, desde 1990, no primeiro ano do governo Collor, o número de ocupações de terras começou a aumentar em todo o país, estratégia dos movimentos sociais que muito se ampliou no governo Itamar e que cresceu exponencialmente durante todo o primeiro mandato do governo FHC.

As ocupações de terra no país, que eram contadas em dezenas até 1992, passaram a ser centenas nos anos seguintes, até ultrapassarem 800 em 1998, último ano do primeiro mandato do governo FHC (GIRARDI, 2008, p. 276). De acordo com o autor, em função das ocupações promovidas pelos movimentos sociais, cada vez mais numerosos e organizados, houve também um aumento significativo no número de famílias assentadas em todo o país. No sul da Bahia, além da CPT e das CEB, segundo Cullen Jr., Alger e Rambaldi (2005, p. 204), o Movimento de Libertação da Terra (MLT), o Movimento de Luta dos Sem-Terra (MLST) e o MST também se envolveram na organização social dos posseiros da região. Neste contexto, ocorreu uma retomada das obtenções de terras pelo INCRA durante o primeiro mandato do governo FHC.

No litoral sul da Bahia, foram desapropriadas 22 terras nos municípios de Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Ibicaí, Ilhéus, Itacaré, Itajuípe, Mascote e Uruçuca. Somadas, a área destas propriedades totaliza 11.893 hectares. No primeiro mandato do governo FHC, o número de projetos criados nestas propriedades e em outras três desapropriações em governos anteriores também foi significativo no litoral sul da Bahia. Entre 1995 e 1998, foram legalmente cria-

dos 23 PA, distribuídos nos municípios de Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Ilhéus, Itacaré, Itajuípe, Mascote, Una e Uruçuca, onde foram assentadas 817 famílias.

É importante ressaltar que, no primeiro mandato do governo FHC, o aumento das desapropriações de terra e das criações de projetos de reforma agrária, não só no litoral sul da Bahia, mas em todo o Brasil, foi resultado da

pressão exercida pelos movimentos sociais, notadamente por meio das ocupações de terras. Além disso, a crise da lavoura cacaueteira, que se instalou na região a partir dos últimos anos da década de 1980, também contribuiu favoravelmente para o avanço da reforma agrária no litoral sul da Bahia. Segundo Freitas (2009, p. 152), nos anos 1990, a estagnação produtiva da lavoura cacaueteira desvalorizou as terras e enfraqueceu a oligarquia rural da região, a ponto de algumas fazendas terem sido abandonadas pelos proprietários. Muitos deles, conta a autora, ofereceram suas terras para que o INCRA os indenizasse, em ações desapropriatórias, pelas benfeitorias existentes nas fazendas.

Em 1999, no primeiro ano do segundo mandato do governo FHC, o número de ocupações de terras alcançou o seu ápice, foram 897 somente naquele ano, com mais de 118 mil famílias ocupando terras no país (GIRARDI, 2008, p. 276). Em virtude do aumento das ocupações, o governo FHC publicou a Medida Provisória (MP) nº 2.027-38, em maio de 2000, que previa o impedimento, por dois anos, de vendas em imóveis rurais onde tenha havido ocupação, bem como a exclusão dos indivíduos que participaram de ocupações dos programas de reforma agrária (BRASIL, 2000). No ano seguinte, no dia 24 de maio de 2001, o governo FHC reeditou a norma por meio da MP 2.109-52 (BRASIL, 2001).

No litoral sul da Bahia, durante o segundo mandato do governo FHC, as desapropriações só continuaram a ocorrer de forma contundente somente

até a publicação da primeira destas MP. De janeiro de 1999 até maio de 2000, foram desapropriadas mais 12 propriedades para a criação de PA nos municípios de Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itacaré,

Itajuípe, Marauá, Santa Luzia e Ubaitaba. Segundo Girardi (2008, p. 276), durante a vigência destas MP, houve uma drástica redução do número de famílias em ocupações e assentadas no país. Daí pra frente, de maio de

2000 até o final do segundo mandato do governo FHC, em dezembro de 2002, foram desapropriadas apenas outras seis propriedades nos municípios de Ibicaraí, Ilhéus, Itacaré, Una e Uruçuca. Somadas, as áreas de todas as 18 propriedades desapropriadas no segundo mandato do governo FHC totalizam 9.308 hectares.

Ao seu turno, o número de PA criados neste período, entre 1999 e 2002, foi tão significativo quanto no primeiro mandato do governo FHC, resultado da demanda gerada pelas desapropriações ocorridas nos anos anteriores à publicação das MP. Assim, de 1999 a 2002, nos anos do segundo mandato do governo FHC, foram criados pelo INCRA mais 22 PA no litoral sul da Bahia, distribuídos pelos municípios de Buerarema, Canavieiras, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Marauá, Santa Luzia, Ubaitaba e Una, onde foram assentadas 837 famílias.

A partir de 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio da Silva (Lula), as ocupações foram retomadas como principal estratégia dos movimentos sociais, em virtude da expectativa de que uma ampla reforma agrária ocorresse no Brasil com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo considerado aliado dos movimentos sociais, o governo Lula, pressionado pelas ocupações que continuaram e aumentaram de número no país, tratou logo de implantar outra política agrária e dar andamento à reforma agrária no Brasil. As ocupações de terra que haviam diminuído para

A crise da lavoura cacaueteira, que se instalou na região a partir dos últimos anos da década de 1980, também contribuiu favoravelmente para o avanço da reforma agrária no litoral sul da Bahia

cerca de 200 por ano, até 2002, durante a vigência das MP publicadas pelo governo FHC, foram mais de 550 em 2003, no primeiro ano do governo Lula, mantendo-se em grande número durante todo o primeiro mandato (GIRARDI, 2008, p. 276). Em novembro de 2003, foi aprovado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), que teve como metas, até o final de 2006, assentar 400 mil novas famílias, dar acesso à terra por meio do crédito fundiário a outras 130 mil e regularizar a situação fundiária de outras 500 mil famílias (BRASIL, 2004).

No Brasil, segundo Girardi (2008, p. 276), foram criados 2.293 projetos de assentamento e beneficiadas mais de 250 mil famílias no primeiro mandato do governo Lula, ou seja, 63% do que havia sido previsto no II PNRA. Apesar de longe da meta, o governo Lula, em seus quatro anos do primeiro mandato, assentou em média 63 mil famílias por ano no Brasil, enquanto que, durante os oito anos de governo FHC, a média anual foi de 57 mil famílias assentadas. No primeiro mandato do governo Lula, 15 propriedades foram desapropriadas nos seguintes municípios do litoral sul da Bahia: Barro Preto, Camaçan, Canavieiras, Coaraci, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Maraú, Santa Luzia e Ubaitaba. Somadas, as áreas destas propriedades desapropriadas para fins de reforma agrária totalizam 7.326 hectares.

O INCRA, no primeiro mandato do governo Lula, criou 11 projetos de assentamento nos municípios de Barro Preto, Camaçan, Canavieiras, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Santa Luzia e Uruçuca, onde foram assentadas 474 famílias. O número de desapropriações e de assentamentos criados nesse período foi menor do que os apresentados durante o governo FHC, todavia é importante contextualizar a situação regional nesses tempos. A diminuição no número de desapropriações e de assentamentos criados, quando comparados aos números do

governo FHC, está possivelmente relacionada com a diminuição da demanda organizada por terras na região, função dos quantos assentamentos criados até então, bem como pela adoção da política de desenvolvimento territorial de base local implementada concomitante ao II PNRA (BRASIL, 2004).

Criados para possibilitar a participação local nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural, os territórios rurais pressupunham uma estrutura administrativa microrregional de ação intermediária entre os municípios e as esferas estadual e federal

O governo federal criou, em 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e implementou o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), que define o território rural como unidade espacial de planejamento e gestão das políticas agrárias no país.

Criados para possibilitar a participação local nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural, os territórios rurais pressupunham uma estrutura administrativa microrregional de ação intermediária entre os municípios e as esferas estadual e federal. Os territórios rurais foram homologados pelos estados nas microrregiões rurais do país, definidas em escala nacional pelos limites dos municípios com baixa densidade demográfica (<80 hab./km²), população absoluta inferior a 50 mil habitantes, bem como pela concentração de PA e de acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra (FREITAS, 2009, p. 63).

Segundo a autora, os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) conformaram microrregiões consideradas prioritárias em territórios rurais, segundo a densidade de capital social, a convergência de interesses institucionais, civis e dos estados, a existência de áreas prioritárias de ação do governo federal, além da incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional. Em última instância, conta Freitas (2009, p. 63-64), os territórios rurais foram apresentados em debates locais promovidos

pela SDT às organizações e movimentos sociais a fim de serem aprovados⁴.

O território rural Litoral Sul foi criado, homologado e incorporado ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável PNDRS, no final de 2003, depois da realização de oficinas e encontros de atores sociais dos municípios envolvidos, quando foram deliberados os encaminhamentos necessários à formação política e institucional do território (BRASIL, 2003a, p. 12). Segundo este relatório, deliberou-se a formação de um grupo gestor, composto por mais de 40 entidades representativas da região, como instituições federais, estaduais e municipais, movimentos sociais, organizações não governamentais, cooperativas, entre outras.

Ao longo do segundo mandato do governo Lula, reformulações foram realizadas na política de desenvolvimento territorial, primeiro com a proposição dos territórios de identidade, em 2007, e depois, em 2009, com os territórios da cidadania (FREITAS, 2009, p. 22). Para Bonall (2008, p. 2), o Programa Territórios da Cidadania apresentou-se como um fortalecimento dos territórios de identidade do PDRST, indo além da ideia de existência de um corpo de normas (simbólicas ou não) específicas da sociedade local, por implicar cada vez mais a participação cidadã dos sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento rural. Por sua vez, para Freitas (2009, p. 184), o modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Estado com o PDRST reinventa a essência territorial da “autonomia política na prática social”, a partir da inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas locais,

O modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Estado com o PDRST reinventa a essência territorial da “autonomia política na prática social”, a partir da inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas locais, por meio da concessão de créditos de fomento à produção e à infraestrutura

por meio da concessão de créditos de fomento à produção e à infraestrutura.

Neste contexto de intensificação das ações de consenso em escala territorial, durante o segundo mandato do governo Lula, o INCRA obteve outras seis propriedades por meio de desapropriação nos municípios de Buerarema, Itajuípe, Maraú, Mascote e Santa Luzia, que somadas, perfazem uma área de 1.449,2 hectares de terras. No período, foram oficialmente criados mais cinco PA, onde foram assentadas 95 famílias, nos municípios de Canavieiras, Coaraci, Maraú, Pau-Brasil e Ubaitaba. Além da criação desses PA, houve o reconhecimento da Resex Canavieiras, em dezembro de 2009, nos últimos dias do segundo mandato do governo Lula, como projeto beneficiário do programa de reforma agrária.

O atual governo Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2011, deu continuidade à política de desenvolvimento territorial do governo Lula, que tem como pauta principal propor ações coordenadas, na escala dos territórios, que levem à superação da pobreza por meio da geração de oportunidades de emprego e renda (HESPANHOL, 2010, p. 139). De acordo com Ojeda (2012, p. 3), até novembro de 2012, o INCRA havia incluído 10.815 famílias em assentamentos rurais no país, metade das que havia assentado em 2011 (21,9 mil) e pouco mais de 10% das mais de 136 mil beneficiadas em 2006, no último ano do primeiro mandato do governo Lula. Segundo o autor, só metade dos R\$ 3 bilhões reservados ao INCRA, no orçamento da União de 2012, havia sido executada até novembro do mesmo ano, assim como apenas 41% do total de R\$ 426,6 milhões destinados à compra de terras para fins de reforma agrária, havia sido gasto.

No sul da Bahia, de janeiro de 2010 até abril de 2014, durante o governo Dilma, não foram obtidas

⁴ A SDT passou a gerir o já existente Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incorporando-o ao PDSTR, no intuito de financiar projetos selecionados e priorizados por colegiados formados por representantes de instituições públicas e da sociedade civil atuantes no âmbito dos territórios rurais (HESPANHOL, 2010, p. 135).

terras para fins de reforma agrária nos municípios do litoral sul da Bahia, contudo foram oficialmente criados cinco PA nos municípios de Buerarema, Itajuípe, Maraú, Mascote e Santa Luzia, onde foram assentadas, ao menos, 59 famílias. Não consta, nas relações de projetos publicadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014), o registro do número de famílias assentadas em dois desses projetos criados no período: o PA Primavera (em Mascote) e o PA Poderosa (em Buerarema).

Considerando-se todo o período analisado (1985-2014), a criação oficial de projetos de reforma agrária no litoral sul da Bahia ocorreu em momentos e com ritmos distintos, claramente identificados pelo número de projetos criados e pelas políticas implementadas em cada um desses momentos (Figura 3).

Durante o governo Sarney, o INCRA desapropriou somente oito propriedades, onde criou oficialmente na região apenas três PA que, apesar

de considerados resultados do I PNRA, são decorrentes de processos de regularização fundiária de posseiros históricos que se reproduziam nas terras devolutas, como caracterizou Freitas (2009, p. 148). Pressionado pelas ocupações que já vinham ocorrendo em todo o país, desde os últimos anos do período militar, o governo Sarney aprovou o PNRA logo em seu primeiro ano de mandato (1985), porém, nos anos seguintes, procurou esvaziar seu conteúdo, ficando muito longe das metas que estabeleceu para seu período de governo.

Depois dos três PA criados no governo Sarney, em 1986 e 1987, não se criou mais nenhum projeto de reforma agrária nos municípios do litoral sul baiano até o final do governo seguinte, de Collor-Itamar, um reflexo do enfraquecimento do processo com a proposição de projetos e decretos-lei que esvaziaram o conteúdo do I PNRA, como informou Vecina (2012, p. 03).

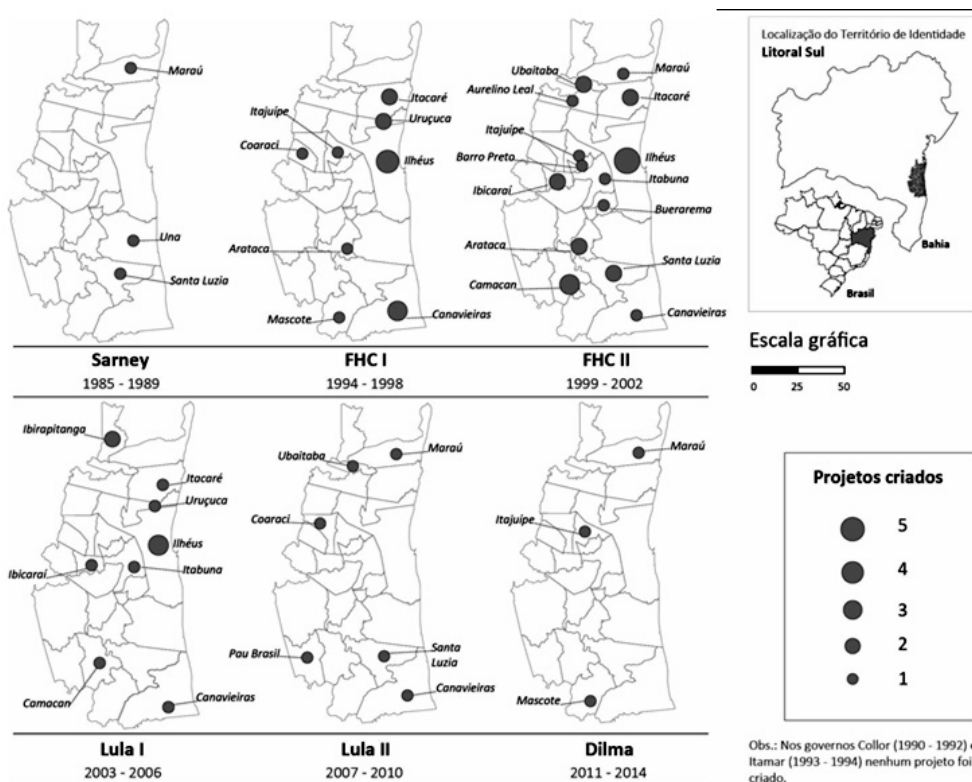


Figura 3
Localização dos projetos criados por período no litoral sul da Bahia

Fontes: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2007).

O INCRA chegou a ser extinto em 1987, mas, depois de recriado em 1989, foi administrado nos anos seguintes por políticos conservadores interessados na preservação dos latifúndios.

Portanto, este primeiro período do processo de criação de projetos de reforma agrária no litoral sul da Bahia se caracterizou como efêmero, pois ocorreram apenas desapropriações e criações de projetos concernentes à regularização fundiária de posseiros históricos. Porém, foi incipiente, não por parte do Estado que, ao contrário, simplesmente não deu continuidade ao processo, mas por ter dado início à luta pela terra na região, com o apoio de instituições religiosas e de movimentos sociais organizados.

O período seguinte, o dos governos FHC, de 1995 a 2002, foi justamente caracterizado como um momento de conquistas dos movimentos sociais, resultante da organização e da atuação dos trabalhadores rurais na luta pela terra no país, inclusive com muitos conflitos e mortes. Também no sul da Bahia foi um período de grande efervescência dos movimentos sociais, que organizaram acampamentos, promoveram ocupações e apoiaram a resistência de posseiros. Em todo o governo FHC, entre 1995 e 2002, foram criados 45 PA nos municípios do litoral sul da Bahia, onde foram assentadas 1.654 famílias.

Contudo, é importante reafirmar que as desapropriações e criações de assentamentos só se realizaram no governo FHC em função das circunstâncias do período, quando as ocupações multiplicaram-se, assim como os conflitos e mortes que repercutiram negativamente no exterior, implicando maior pressão à realização da reforma agrária pelo governo. Na escala regional, a crise da lavoura cacaueteira também contribuiu para que ocorressem desapropriações no período, em virtude do enfraquecimento da oligarquia rural e da desvalorização

que sofreram as terras do sul da Bahia, tanto que as desapropriações podem ter sido bem-vindas para proprietários endividados ou com fazendas abandonadas e, até mesmo, ocupadas na região, como sugere Freitas (2009, p. 152).

Só em 2000, já no segundo mandato, é que o governo FHC conseguiu frear as ocupações, lançando mão de instrumentos jurídicos, como as MP, que previam o impedimento de vistorias em propriedades que tivessem sido

ocupadas, bem como a exclusão, dos programas de reforma agrária, dos indivíduos que participaram de ocupações (BRASIL, 2000, 2001). Com as MP, que vigoraram durante os demais anos do governo FHC, até 2002, as ocupações reduziram-se no país, implicando na diminuição das desapropriações e das criações de projetos de reforma agrária no país. O mesmo ocorreu no litoral sul da Bahia, pois, depois da publicação da primeira destas MP, em maio de 2000, apenas outras seis propriedades foram desapropriadas no governo FHC. Já a criação de PA seguiu o ritmo do primeiro mandato FHC, foram 13 projetos, em função da demanda criada pelas desapropriações ocorridas nos anos anteriores, bem como pelo interesse do governo em oficializar os assentamentos ainda em seu mandato.

No governo Lula, a partir de 2003, as ocupações, mais uma vez, tornaram-se numerosas no país, em virtude da expectativa de mudança nas políticas de reforma agrária e da aliança do governo Lula com os movimentos sociais de luta pela terra antes da eleição. Sabedores da importância das ocupações para o andamento da reforma agrária, os movimentos sociais não pouparam o governo aliado, voltando a ocupar terras no intuito de pressioná-lo para retomar o processo estancado pelas MP do governo FHC.

O governo Lula, em seu primeiro ano, tratou logo de aprovar um novo programa de reforma agrária, o II PNRA, além de implementar uma política de

A crise da lavoura cacaueteira também contribuiu para que ocorressem desapropriações no período, em virtude do enfraquecimento da oligarquia rural e da desvalorização que sofreram as terras do sul da Bahia

desenvolvimento rural de base local, que previa a gestão participativa por meio da criação dos territórios rurais. Concomitante à implantação das novas políticas, em seu primeiro mandato, o governo Lula aumentou um pouco o ritmo da reforma agrária no país, ao assentar em média mais famílias que o governo anterior, porém não alcançou a meta estabelecida no II PNRA, conforme assinala Girardi (2008, p. 276).

No litoral sul da Bahia, no primeiro mandato do governo Lula, o INCRA desapropriou 15 propriedades e criou oficialmente 11 PA, onde foram assentadas 474 famílias. Os números são, em média, menores do que os do governo FHC, porém não significam menor vontade política para com a reforma agrária na região. É importante considerar que, mesmo com a retomada das ocupações, a maior demanda por desapropriações deve ter ocorrido na segunda metade dos anos 1990, pois, como constatou Girardi (2008), em termos nacionais, os números da reforma agrária do primeiro mandato do governo Lula são, em média, mais expressivos do que os do período FHC.

Por sua vez, o programa de desenvolvimento rural implementado em concomitância com o II PNRA criou uma instância microrregional de participação social, o território rural, em que representantes de instituições públicas e da sociedade civil estabelecem uma espécie de governança no planejamento e na gestão das políticas agrárias concernentes a cada território. O território rural Litoral Sul, criado, homologado e incorporado ao PNDRS, no final de 2003, segundo o MDA (BRASIL, 2003a, p. 12), possui um grupo gestor formado por mais de 40 entidades representativas, públicas e da sociedade civil, dos municípios que o compõem. Por meio da política de desenvolvimento territorial, o Estado intervém nas políticas de reforma agrária, porém legitima suas decisões e ações por meio da governança, gerando menor descontentamento nos sujeitos implicados nos processos.

O modelo de desenvolvimento territorial do PDRST pauta-se no combate à pobreza e não na desconcentração fundiária, que priorizaria as obtenções de terra e a criação de projetos de reforma agrária por parte do INCRA

O modelo de desenvolvimento territorial do PDRST pauta-se no combate à pobreza e não na desconcentração fundiária, que priorizaria as obtenções de terra e a criação de projetos de reforma agrária por parte do INCRA. Como assinalou Freitas (2009, p. 184), o modelo reinventa o território como instância de “autonomia política na prática social”, inserindo a agricultura familiar nas cadeias produtivas por meio da concessão de créditos de fo-

mento à produção e à infraestrutura. Com a implantação da política de desenvolvimento territorial, houve uma redução nas desapropriações e no número de projetos oficialmente criados no sul da Bahia. No segundo mandato do governo Lula, o INCRA desapropriou apenas seis propriedades e criou somente cinco PA, onde foram assentadas 95 famílias.

No governo Dilma, iniciado em 2011, não houve desapropriações no litoral sul da Bahia, porém cinco PA foram criados, onde cerca de 60 famílias foram assentadas. Os números refletem a continuidade da política de desenvolvimento territorial do governo Lula, que não se mostrou, pelo menos no sul da Bahia, aplicada à obtenção de terras e à criação de assentamentos. A prioridade da política territorial dos governos Lula e Dilma, que se caracterizam por uma governança dirigida, está na consolidação dos assentamentos existentes, como anotaram Freitas e Germani (2010, p. 2), por meio da concessão de crédito para o incremento da produção que, supostamente, possibilitará a emancipação dos assentados tornando-os agricultores familiares devidamente integrados ao mercado.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão que se tira da análise do processo histórico de reforma agrária no sul da Bahia é que existe uma estreita relação entre

a estratégia de ocupação de terras, por parte dos movimentos sociais, e os períodos nos quais houve maior número de desapropriações e de projetos criados. Conclusão a que já haviam chegado outros autores, como Freitas (2009), estudando a mesma região, ou ainda Girardi (2008), em sua tese sobre a questão agrária do Brasil, e que parece ser consenso entre outros que estudam o tema, como Vecina (2012) e Gaspar (2009). No sul da Bahia, assim como no Brasil, em geral, as primeiras desapropriações só aconteceram depois de ocupadas terras devolutas e improdutivas, sempre com muito conflito e, em muitos casos, confrontos com mortes, como as ocorridas durante a luta dos posseiros, relatada por Freitas (2009, p. 146), quando da ocupação da Fazenda Serra da Onça, em 1984 (FREITAS, 2009, p. 147).

No início dos anos 1980, ainda em tempos de regime ditatorial militar, quando a repressão era ostensiva no campo e nas cidades, foram as instituições religiosas, notadamente a CPT e as CEB, que primeiro defenderam os direitos dos posseiros, depois da intensificação dos conflitos nas ocupações que ocorriam em todo o país, inclusive no sul da Bahia. Com o fim do regime militar, em clima de redemocratização do país, houve melhores condições para a criação de movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, o MLT e o MLST que, entre outros, se envolveram na organização dos posseiros da região (CULLEN JR.; ALGER; RAMBALDI, 2005, p. 204). Quando as ocupações de terra ocorreram de forma mais importante, seja pelo aumento no número de ocupações ou pelos conflitos e a violência delas derivados, houve sempre uma resposta do Estado, desapropriando terras e criando assentamentos ou, ao contrário, lançado mão de leis e decretos que estancassem as ocupações e, conseqüentemente, o processo de reforma agrária.

As políticas de desenvolvimento territorial redefinem o sentido da reforma agrária, priorizando não mais a socialização da terra, mas a transformação dos assentamentos existentes em espaços de produção capitalista, viáveis economicamente, voltados

exclusivamente para o mercado. Apesar da participação popular na gestão das políticas, a herança do Estatuto da Terra, criado pelo regime ditatorial militar, mas ainda em vigor, manifesta-se na política de modernização do campo e no esfriamento do processo de reforma agrária que, em sua essência, poderia desconcentrar a estrutura fundiária do país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina*. São Paulo, SP: Atlas, 1970. 177 p.
- BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. São Paulo, SP; Salvador, BA: Hucitec, 1984. 156 p.
- BONALL, Philippe. Territórios da cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro? *Artigos Mensais OPPA*, Rio de Janeiro, n. 14, fev. 2008.
- BRASIL. Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962. Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 out. 1962.
- _____. Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 mar. 1964a.
- _____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 nov. 1964b.
- _____. Decreto nº 59.456, de 4 de Novembro de 1966. Aprova os planos nacional e regionais de reforma agrária e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 08 nov. 1966.
- _____. Decreto-lei nº 582, de 15 de maio de 1969. Estabelece medidas para acelerar a reforma agrária, dispõe sobre a organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 maio 1969.
- _____. Decreto-lei 1.110, de 09 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),

extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jul. 1970a.

_____. Decreto-lei nº 1.106, de 16 de Junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 jun. 1970b.

_____. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 out. 1985.

_____. Medida Provisória nº 2.027-38, de 4 de maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, nº 8.177, de 1º de março de 1991, e nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 maio 2000.

_____. Medida Provisória 2.109-52, de 24 de maio de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, nº 8.177, de 1º de março de 1991, e nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 maio 2001.

_____. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria Interministerial MDA/MMA nº 13 de 19 de setembro de 2002. Reconhece as populações extrativistas tradicionais das Resex como beneficiárias do PNRA. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 set. 2002.

_____. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Litoral Sul (BA)*. Brasília, DF: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2003a.

_____. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/CONDRAF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2003b.

CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. SP, São Paulo: Martins Fontes, 1970.

CAVALCANTI, Márcio Alves. *Estratificação de ambientes, com ênfase no solo, da região de Itacaré – BA*. 1994. 73 f. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Plano Diretor Urbano de Itacaré - versão para discussão com a comunidade local*. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia, mar. 2004.

CULLEN JR., Laury, ALGER, Keith; RAMBALDI, Denise M. Reforma agrária e conservação da biodiversidade no Brasil nos anos 90: conflitos e articulações de interesses comuns. *Megadiversidade*, Minas Gerais, v. 1, n. 1. jul. 2005.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. 491 p.

DINIZ, José Alexandre Filizola; DUARTE, Aluísio Capdeville. *A região cacauzeira da Bahia*. Recife: Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste; Universidade Federal de Sergipe, 1983. 298 p.

FREITAS, Hingryd Inácio de. A questão (da reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FREITAS, Hingryd Inácio de; GERMANI, Guiomar Inez. A questão (da reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. 16., 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, jul. 2010.

FREITAS, , Antonio Fernando Guerreiro de. A formação da região cacauzeira baiana ou das amêndoas douradas e o seu doce/amargo chocolate. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CACAU E CHOCOLATE: PERCURSOS ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES. 2011, Salvador. Anais... Salvador: Goethe-Institut, 2011.

GASPAR, Lúcia. *Reforma agrária no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

GIRARDI, Eduardo Paolon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP, 2008.

HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Francisco Beltrão, PR, v. 5, n. 10, p. 123-147, ago. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relação dos Projetos de Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, DF: Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST: lutas e conquistas: reforma agrária: por justiça social e soberania popular*. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010. 54 p.

OJEDA, Igor. Reforma agrária perde fôlego na agenda nacional. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, DF, v. 9, n. 75, dez. 2012.

SANTOS, Milton. *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 125 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. 471 p.

SILVA S. C. B. M. e; SILVA, B. M. N.; LEÃO, S. O. *O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna*. Recife: SUDENE, 1987. (Série estudos regionais, 16).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Relatório analítico do projeto: qualificação da gestão territorial e fortalecimento do capital social por meio da monitoria e avaliação das condições de vida e da sustentabilidade no Litoral Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 2011.

_____. Mapa Território de Identidade Litoral Sul: escala 1: 1.250.000. Salvador: Coordenação Estadual dos Territórios, 2007.

VECINA, Cecília Cruz. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: uma análise para além do aparente. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 21., 2012, Uberlândia, MG. *Anais...* Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

VIRGENS FILHO, A. de C. et. al. *A CEPLAC e a crise da lavoura cacauzeira*. Ilhéus, BA: CEPLAC, 1993. (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira).

Apêndice 1							
Relação dos projetos de reforma agrária dos municípios do litoral sul da Bahia							
Município	Projeto	Obtenção Das Terras	Área (Hectares)	Capacidade de Assentamento (Famílias)	Famílias Assentadas	Tempo de Criação (Meses)	Fase implementação
Almadina	-	-	-	-	-	-	-
	PA Terra Vista	29/10/1993	756,0314	20	17	16	Criado
Arataca	PA Rio Aliança	07/10/1997	567,5750	50	50	5	Em consolidação
	PA Grupo Santo Antonio	03/08/1998	514,0000	80	35	4	Criado
Aurelino Leal	PA Cascata	03/08/1998	597,9421	40	38	4	Em consolidação
Barro Preto	PA Fazenda Brasil	19/03/2003	599,2004	50	50	16	Criado
	PA Buique	08/10/1996	366,0200	33	28	7	Em consolidação
Buerarema	PA Itarare	28/09/1999	555,5851	45	39	13	Em instalação
	PA Poderosa	02/09/2009	115,5709	7	-	53	Criado
	PA Nova Ypiranga	18/09/1997	817,9038	100	107	1	Criado
Camacan	PA RecordaÇãO	25/09/1998	429,4715	40	38	2	Em consolidação
	PA Auxiliadora	25/09/1998	388,4755	35	30	3	Criado
	PA Entre Rios	29/09/2003	321,6977	30	29	11	Em instalação
	PA Puxim/Sarampo	04/09/1985	2819,9486	75	66	182	Consolidado
	PA Pinga Pinga	12/01/1995	498,0000	25	25	27	Criado
Canavieiras	PA São Jose	07/06/1996	367,7790	33	32	5	Criado
	PA Campinhos	19/08/1996	500,0000	40	26	7	Em consolidação
	PA Canaã II	03/05/2004	812,5776	55	55	17	Criado
	Resex Canavieiras	-	100.645,85	1.300	1.198	-	Criado
Coaraci	PA Pedra Dourada	23/09/1996	373,2129	30	23	8	Em estruturação
	PA Ojeferson Santos	02/08/2005	300,4357	30	30	41	Criado
Floresta Azul	-	-	-	-	-	-	-
	PA Conjunto Vila Isabel	23/12/1998	1016,1156	60	55	4	Criado
Ibicaraí	PA Etevaldo Barreto Pelé	24/09/2001	518,2684	40	30	12	Criado
	PA Loreta Valadares	23/06/2003	519,5055	31	31	12	Em instalação
Ibirapitanga	PA Serra de Areia I e II	25/02/2003	469,2184	37	36	19	Em estruturação
	PA Conjunto São João	05/08/2004	727,9551	44	44	13	Criado
	PA Fábio Henrique Cerqueira	20/12/1995	269,8600	30	29	7	Criado
	PA Cosme Muniz	07/10/1996	423,9910	40	35	14	Em estruturação
	PA Josefa Vitória	20/11/1997	180,8300	22	22	8	Criado
	PA Ressurreição	20/11/1997	538,4417	35	35	10	Criado
	PA Conjunto Bom Gosto	07/12/1998	431,3063	40	39	9	Criado
Ilhéus	PA Nova Vitória	25/06/1999	580,7954	36	36	9	Em estruturação
	PA Frei Vantuy	28/09/1999	476,4368	47	40	6	Em estruturação
	PA Dois Irmãos	09/11/1999	461,8727	25	22	5	Em estruturação
	PA Dom Helder Câmara	06/08/2001	241,0700	26	26	16	Em instalação
	PA São Bento	25/02/2003	235,4819	16	15	24	Criado
	PA João Amazonas	23/06/2003	833,2629	75	74	13	Em estruturação
	PA Fazenda Rochedo e Outras	28/12/2005	342,3008	35	29	11	Criado
Itabuna	PA Manoel Chinês	25/08/1999	415,0000	40	40	7	Criado
	PA Conjunto Alemita	05/08/2004	343,3436	30	30	12	Criado
	PA Marambaia	29/08/1986	830,5448	32	32	122	Consolidado
	PA Pancada Grande	20/06/1997	843,6291	48	48	4	Em consolidação

Apêndice 1							
Relação dos projetos de reforma agrária dos municípios do litoral sul da Bahia							
Município	Projeto	Obtenção Das Terras	Área (Hectares)	Capacidade de Assentamento (Famílias)	Famílias Assentadas	Tempo de Criação (Meses)	Fase implementação
Itacaré	PA Conjunto Laranjeira	13/01/2000	927,0000	30	29	9	Criado
	PA João Epifânio	18/09/2001	368,7723	32	32	2	Em instalação
	PA Nova Vida	06/09/2004	576,3051	44	44	23	Criado
Itaju do Colônia	-	-	-	-	-	-	-
	PA Loanda	04/09/1995	408,4023	50	46	14	Em estruturação
Itajuípe	PA Helvecia	09/11/1999	467,7240	55	36	9	Criado
	PA Conj. Cruzeiro do Norte e Sta Maria	01/11/2007	86,3301	11	6	61	Criado
Itapé	-	-	-	-	-	-	-
Itapitanga	-	-	-	-	-	-	-
Jussari	-	-	-	-	-	-	-
	PA Santa Maria	02/05/1986	1.407,9215	60	54	6	Consolidado
Maraú	PA Liberdade	21/12/1999	725,5000	57	52	22	Criado
	PA Luzitânia	26/12/2006	278,6732	30	27	24	Criado
	PA Maçaranduba Nova Esperança	18/08/2009	586,6398	38	33	45	Criado
Mascote	PA Nancy	23/09/1996	542,2983	32	32	8	Em consolidação
	PA Primavera	25/09/2008	48,3486	6	-	56	Criado
Pau Brasil	PA Pau Brasil	10/07/2007	160,6533	10	6	21	Criado
	PA Faz. Poço	30/07/1986	1848,2541	68	68	8	Consolidado
	PA Terra de Santa Cruz	26/08/1999	382,6817	25	25	7	Em estruturação
Santa Luzia	PA Conjunto Coary	29/11/1999	258,3400	18	18	23	Criado
	PA Sossego I	26/10/2004	705,4624	18	18	9	Criado
	PA Pindorama	09/10/2007	612,3566	36	20	72	Criado
São José da Vitória	-	-	-	-	-	-	-
	PA Conjunto Cruzeiro do Sul	09/06/1999	909,8750	60	56	18	Criado
Ubaitaba	PA Cachoeira Bonita e Conceição	25/08/1999	965,3328	60	40	3	Criado
	PA Nossa Senhora Aparecida	23/05/2006	261,0258	25	21	10	Criado
	PA Guanabara	01/10/1986	286,0000	12	13	3	Consolidado
	PA Faz. Cajueiro	18/12/1986	1162,8200	55	54	179	Consolidado
Una	PA Faz. Fortaleza	19/12/1986	1056,0956	50	49	179	Consolidado
	PA Ipiranga	13/11/1997	1260,9975	45	44	6	Em consolidação
	PA Vitorópolis	04/11/1999	404,3609	22	21	5	Em instalação
	PA Nova Galícia	20/03/2002	489,5694	35	32	8	Em instalação
	PA Tijuípe	26/04/1988	1111,0000	40	2	92	Em consolidação
Uruçuca	PA São Jorge	31/08/1998	557,4167	52	43	4	Em consolidação
	PA Faz. Vava	20/03/2002	159,9568	19	19	18	Em instalação

Fonte: INCRA (2014).

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 22 de setembro de 2014.

Análise do desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Itabuna, na Bahia

Thays Silva de Matos*

Angye Cássia Noia**

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).
thaysmathos@hotmail.com

** Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestre em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professora adjunta na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).
angyecassianoia@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo busca descrever o desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Itabuna (BA), verificando suas contribuições para os agricultores familiares, após a mais grave crise nas lavouras de cacau, iniciada em 1989. As análises foram sustentadas em dados secundários, de natureza qualitativa e quantitativa. Com isso, observou-se que a execução do PAA foi expandida no município de Itabuna, apesar das limitações e oscilações dos resultados apresentados. O programa tem colaborado com a organização dos agricultores familiares em associações, além de garantir parte da renda do produtor familiar com as compras governamentais que, através das doações às entidades cadastradas, facilitam o acesso à alimentação mais adequada às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

Palavras-chave: Políticas públicas. Agricultura familiar. PAA. Itabuna. Bahia.

Abstract

This article aims to describe the performance of the Food Acquisition Program in the municipality of Itabuna - Bahia, checking their contributions to family farmers, after the most serious crisis in the cocoa plantations started in 1989. Analyses were supported by qualitative and quantitative secondary data. Based on the data analyzed, it is observed that the performance of the Food Acquisition Program was expanded in the municipality of Itabuna, despite the limitations and variations of the results presented. The program has collaborated with the organization of farmers into associations, and ensure part of the income of the family farmer with government purchases that, through donations to registered entities, facilitate access to adequate food to more people in a situation of food vulnerability.

Keywords: Public policies. Family farming. PAA. Itabuna. Bahia.

INTRODUÇÃO

Até a década de 1980, as questões alimentares e de abastecimento eram tratadas sob duas óticas: controle de preços e oferta de alimentos. Esse cenário começou a ser modificado em 1985, no governo Sarney, quando tais questões passaram a ser balizadas pela noção de segurança alimentar e ganharam visibilidade no contexto de elaboração de políticas públicas nacionais. Entretanto, mesmo com os avanços iniciais, não foi possível atingir a população marginalizada, que continuou em situação de vulnerabilidade. Após certo amadurecimento das ideias, em 1990, foi retomado o debate acerca das políticas de segurança alimentar e nutricional (GRISA, 2012).

A partir dessa mobilização nacional, foi possível a formação de grupos e conselhos que viabilizaram a institucionalização do debate sobre as condições alimentares, com a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), em 1991, e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 1993. Em 1996, a política de segurança alimentar e nutricional, bem como o debate sobre a dificuldade de a população marginalizada ter acesso a uma alimentação de qualidade, ganhou um novo aliado, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que abriu caminhos para novos debates e formas de intervenção. A partir daí, foi elaborado, em 2001, o “Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil” (GRISA, 2012), que inovou na busca por coordenação e integração entre os entes federados e a sociedade civil. Como a alimentação é um direito e deve ser garantida pelo Estado, é preciso atenção também a aspectos como acesso, qualidade e confiabilidade dos alimentos que serão consumidos, associando-os às perspectivas de crescente desenvolvimento econômico e social (GHIZELINI, 2010). O autor observa que, a partir deste projeto, o problema da fome ganhou destaque na agenda

política nacional, que passou a focar não apenas grupos que estivessem em condições emergenciais, mas também ações estruturantes voltadas a populações pobres e em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Como a alimentação é um direito e deve ser garantida pelo Estado, é preciso atenção também a aspectos como acesso, qualidade e confiabilidade dos alimentos que serão consumidos

Assim, as ideias que envolveram a elaboração e a execução do Projeto Fome Zero proporcionaram a institucionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no ano de 2003, para promover, no Brasil, o acesso das populações em situação de insegurança alimentar aos gêneros alimentícios, o combate à fome, a inclusão social e o desenvolvimento econômico no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, além de contribuir com a formação dos estoques estratégicos de alimentos no país.

Enquanto ações do Plano Brasil Sem Miséria, no eixo Inclusão Produtiva Rural (BRASIL, 2011), a elaboração e a execução da proposta do PAA representaram o auge de todo o processo anterior de debates e práticas na luta contra a fome e pela segurança alimentar e nutricional no Brasil. A proposta do programa tornou-se diferenciada, visto que as ideias institucionalizadas de segurança alimentar e nutricional têm sido implementadas com a articulação da compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares (GRISA, 2012). Para participar do PPA, o inscrito deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A identificação é feita por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (BRASIL, 2013b).

A partir dessa ótica, busca-se avaliar como o PAA vem sendo aplicado no município de Itabuna (BA) e quais resultados têm sido alcançados. O município de Itabuna está situado no sul da Bahia e possui atualmente 204.667 habitantes, sendo 199.643 na zona urbana e 5.024 na zona rural, com uma área de aproximadamente 432 km². O Produto Interno Bruto (PIB) municipal, em 2010, era de R\$ 2.582.489 mi-

lhões, com PIB per capita de R\$ 12.615,35 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 0,748 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, a fim de apresentar o processo de implantação do PAA em Itabuna, bem como analisar os resultados em sua trajetória. A pesquisa documental sustentou o levantamento de dados secundários, obtidos no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e em pesquisa realizada por Schmitt e outros (2012). Os dados da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (Seagrma), do município de Itabuna, foram obtidos a partir de relatório disponibilizado pela própria secretaria. Procederam-se então a agregação e a comparação dos dados, atendendo à cronologia dos fatos, fazendo uso de fluxogramas, tabelas e gráficos para uma melhor demonstração desses.

Para a sustentação da relevância da análise, faz-se necessário demonstrar a natureza da crise no campo, desencadeada no município a partir da década de 1990. Itabuna tem sua história econômica e social marcada pela influência da monocultura do cacau, produto responsável pela estruturação e a sustentação econômica e social de vários municípios baianos por cerca de um século. Em alguns municípios, a economia chegou a ser sustentada exclusivamente pela monocultura do cacau, e, em grande parte deles, cerca de 90% das terras agricultáveis chegaram a ser destinadas ao plantio do cacau (ROCHA, 2006).

No entanto, os tempos áureos do cacau não ultrapassaram a década de 1980, e o cultivo sempre sofreu oscilações, com crises cíclicas e estruturais relacionadas a variações climáticas, de mercado, de investimento, de manejo e de incipiência tecnológica nas lavouras. Mas, em 1989, o alastramento do fungo da vassoura-de-bruxa desencadeou a pior crise já vivida na região, e a safra brasileira de cacau, que em sua

quase totalidade era produzida pela região cacauzeira da Bahia, tendo Ilhéus e Itabuna como eixo econômico central, sofreu drástica redução, de 406 mil toneladas ao ano (entre 1984/85) para 123 mil entre 1999 e 2000 (ROCHA, 2006).

Os efeitos da crise fizeram com que os municípios envolvidos nela fossem conduzidos a uma transição funcional da organização de sua economia. Tratava-se da necessidade de uma diversificação produtiva, no espaço rural em que essa reversão era fundamental, visto que, com a crise das lavouras de cacau, muitos trabalhadores e pequenos produtores rurais não conseguiram mais acessar o mercado, ante a elevada quantidade de desempregados. A crise gerou migração do campo para a zona urbana do município e mesmo para outros municípios.

O setor agrícola de Itabuna ainda tem como principal atividade o cacau, mas vem ganhando muito peso a produção de hortifrutigranjeiros entre os agricultores familiares, com os incentivos federais do PAA. A agricultura familiar passou a colaborar com aqueles produtores rurais que sofreram, em relação ao porte de produção ou de acesso a recursos, danos piores com a crise do cacau. Portanto, o PAA tornou-se um instrumento colaborador para a permanência do homem no campo, proporcionando aos agricultores familiares novas oportunidades de produção e de acesso ao mercado.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA: DA VISÃO PATRONAL À VISÃO FAMILIAR

No Brasil, as políticas agrícolas tenderam, em sua maioria, a priorizar a agricultura patronal, em detrimento da agricultura familiar. No entanto, Azevedo e Pessôa (2011) observam que a importância desta é notória na organização e na configuração do espaço agrário brasileiro, embora, Itabuna tem sua história econômica e social marcada pela influência da monocultura do cacau, este segmento

tenha sido pouco valorizado na atuação do Estado, quando comparado com a agricultura patronal.

Para estes autores, o reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil ocorreu, principalmente, a partir da década de 1990, através dos estudos desenvolvidos pela Food and Agriculture Organization (FAO) juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses estudos definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, possibilitaram a construção de um relatório, publicado por estes órgãos, em 1994, cujo tema relaciona-se com “diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável” para o país. O conjunto dessas diretrizes deveria nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. A partir disso, o segmento de agricultores familiares ganhou maior visibilidade e participação no contexto das políticas públicas para o espaço rural brasileiro. Sabe-se que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do Pronaf.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Schneider (2003) argumenta que a afirmação da agricultura familiar no cenário econômico, social e político brasileiro deve-se à criação do Pronaf, em 1996. Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional a pequenos produtores rurais que, ao longo dos anos 1980, vinham sendo excluídos das políticas públicas e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. O Pronaf pode ser considerado uma política não compensatória, pois, apesar dos problemas verificados em seu funcionamento, tem contribuído para mudanças e melhorias no espaço agrário nacional (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

Para melhor compreender as intenções e o alcance do Pronaf, vale destacar seus objetivos e

suas principais características operacionais. Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), o objetivo geral do programa consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso destes aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Do ponto de vista operacional, o Pronaf apresenta, atualmente, quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; b) financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) capacitação e profissionalização dos trabalhadores através de cursos e treinamentos a agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; e d) financiamento de pesquisa e extensão rural, visando à geração e à transferência de tecnologias para os agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Em relação à delimitação do público-alvo, o programa atende especificamente os agricultores familiares, caracterizados a partir dos seguintes critérios: a) possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos, quando a atividade for pecuária); c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão de obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados perma-

mentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00 (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Por se tratar de uma política pública que envolve altos custos e subsídios, o Pronaf deve ser avaliado constantemente para justificar a sua existência. A avaliação, por sua vez, indica que existem alguns entraves ao funcionamento do programa, que vão desde a liberação dos recursos (famílias sem condições de oferecer às instituições bancárias garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada dos empréstimos) até a distribuição desigual destes, entre as diferentes regiões atendidas pelo programa (GUANZIROLI, 2007).

Apesar de dificuldades e entraves encontrados no funcionamento do Pronaf, Pessanha e Braga (2012) discorrem sobre a inegável expressividade da agricultura familiar na economia do Brasil, visto que o programa representa uma das mais importantes políticas públicas nacionais e está voltado, exclusivamente, ao segmento da agricultura familiar, configurando-se como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento rural do país.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi instituído através da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003. O Artigo 19, da referida Lei, explicita que a finalidade do programa é “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (GRISA, 2012, p. 186). De acordo com Silva e Takagi (2007 apud GRISA, 2012, p. 186),

[...] o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou o problema da fome no centro da agenda política brasileira e internacional, com um compromisso claro: erradicá-la do cenário nacional com ações integradas que estruturam uma política permanente de segurança alimentar e nutricional.

Para uma melhor compreensão do PAA, faz-se necessário definir segurança alimentar e suas perspectivas no combate à fome. Segundo o Ministério de Estado e Relações Exteriores (BRASIL, 1996 apud GRISA, 2012, p. 193),

[...] segurança alimentar significa garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna no contexto do desenvolvimento integral da pessoa humana. A segurança alimentar há de ser, então, um objetivo nacional – bem como internacional – básico e estratégico. Deve permear e articular, horizontal e verticalmente, as políticas e ações das áreas econômica e social e ser perseguida por todos os segmentos da sociedade em parceria com os governos ou em iniciativas cidadãs.

A partir desta definição, é possível identificar a amplitude do PAA, bem como sua importância para a sociedade como um todo, já que entra em funcionamento com a perspectiva de garantir a disponibilidade de alimentos para a população em situação de insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que objetiva promover a geração de renda para famílias de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social e econômica. Deste modo, o programa ultrapassa a visão de ação emergencial para ter aspectos de ação governamental estruturante (GHIZELINI, 2010).

De acordo com Ghizelini (2010), o grupo gestor do PAA é composto por órgãos que conectam a esfera pública federal, estadual e municipal. A atribuição de coordenar e promover a gestão do PAA no âmbito do governo federal ficou sob a responsabilidade do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). Após sua extinção, no final do ano de 2003, esta atribuição passou para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da Secretaria Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional (Sesan). Desta forma, o MDS passou a firmar convênios para a execução do programa com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os governos estaduais e os governos municipais. Vale destacar que a quase totalidade dos recursos financeiros utilizados para a manutenção do PAA é proveniente do orçamento do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desde o ano de 2006. Grisa (2012) destaca que o programa sofreu alterações e, com base na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, os principais objetivos do PAA passaram a ser:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2011 apud GRISA, 2012, p. 221-222).

O PAA destina os alimentos produzidos a entidades filantrópicas sem a necessidade de realizar licitação para compra desses produtos, colocando preços tabelados em relação aos mercados da região, sem ultrapassar os valores. É recomendada

a observação rigorosa no controle sanitário e na qualidade dos produtos, pois estes serão doados às instituições sociais assistidas pelo MDS. Com a compra desses produtos, os agricultores garantem sua renda e, conjuntamente com os consumidores atendidos nas entidades, são beneficiados, promovendo uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas da agricultura (MATTEI, 2009).

A quase totalidade dos recursos financeiros utilizados para a manutenção do PAA é proveniente do orçamento do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

As modalidades de aquisição previstas pelo PAA incluem a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), o apoio à produção para o consumo do leite (PAA-Leite) e a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF). As três primeiras são operacionalizadas pela Conab e os dois últimos instrumentos são executados pelos estados e municípios, por meio de convênios estabelecidos com o MDS (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2012).

Por ser uma política pública e envolver diversos agentes em condições diferenciadas, a avaliação é uma importante ferramenta para o desenvolvimento adequado do programa, bem como para o seu aperfeiçoamento. Em relação aos benefícios proporcionados pelo PAA, Corrêa (2008) explicita que, por meio das ações do programa, toda a cadeia produtiva é beneficiada, melhorando, conseqüentemente, as condições sociais da população, já que o agricultor tem mercado garantido a preço justo. Os comércios locais também são beneficiados, pois contam com consumidores de melhor poder aquisitivo e, em função da geração de renda, o município tem uma maior arrecadação de impostos. Por sua vez, as comunidades em situação de risco alimentar recebem uma maior assistência.

Nesse sentido, Delgado, Conceição e Oliveira (2005) argumentam que os impactos do PAA

vão além do favorecimento aos preços ou à renda agropecuária, pois também proporcionam o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo. Estes avanços demonstram que, sob a ótica do consumo, o programa tem facilitado o acesso aos alimentos e a consequente diversificação da alimentação servida em escolas, creches e demais destinatários dos alimentos adquiridos pelo governo federal através dos agricultores familiares. Além disso, Ghizelini (2010) ressalta o significativo fortalecimento das organizações de agricultores, a aproximação destas com as famílias dos agricultores e, fundamentalmente, o reconhecimento político e econômico destas organizações e da realidade da agricultura familiar no espaço local e regional.

Corrêa (2008), considerando a relevância do programa, destaca que, mesmo com limitações e desafios estruturais do sistema, o PAA, mais do que instrumentalizar e oportunizar os processos de comercialização da agricultura familiar, tem possibilitado o reconhecimento desta e das organizações e grupos sociais ligados a este segmento em âmbito nacional. O autor descreve que a fome e a insegurança alimentar ainda são presenças marcantes no Brasil, mas ressalta que a agricultura familiar pode ter um papel de destaque nessa luta, contribuindo para a sua erradicação.

Conforme Grisa (2012), a grande virtude apontada pelo PAA é que, para fazer parte do programa, é preciso ter propriedade com produção diversificada; há uma constante reafirmação de que agricultura familiar é sinônimo de diversificação produtiva. O PAA possui duas características: ele tanto contribui com a renda monetária na venda dos produtos, como também contribui, de forma muito significativa, com a renda do autoconsumo. Desse modo, uma propriedade que produz para o PAA tem uma renda mais saudável e uma produção para o autoconsumo.

O PAA EM ITABUNA: IMPLANTAÇÃO E RESULTADOS

O PAA está presente em praticamente todos os estados do país, sendo que sua dimensão é representada com maior efetividade naquelas regiões onde a agricultura familiar é extremamente importante, criando possibilidades de melhoria das condições de vida do agricultor. O início da execução do programa no município ocorreu em 06 de janeiro de 2006, através do Termo de Convênio nº 205/2005, com vigência de 06/01/2006 a 31/03/2007.

De acordo com a Seagrma (ITABUNA, BA, 2013c) do município, para a implantação do PAA foi realizado um levantamento de dados nas entidades que seriam envolvidas no programa, a fim de identificar seus pontos positivos e negativos, além de sugestões e críticas dos atores locais, para criar mecanismos à superação de possíveis dificuldades na execução da iniciativa. No que se refere ao acompanhamento dos processos que envolvem os agricultores, foi definido que seriam realizadas reuniões em cada associação para estabelecer metas e procedimentos a serem cumpridos durante a vigência dos convênios firmados.

Para que o agricultor possa participar do PAA é feita uma seleção prévia e emitida a DAP, documento exigido pelo MDS. Na região, a DAP é emitida pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão credenciado e vinculado ao Ministério da Agricultura. Após sua emissão, os agricultores reúnem-se nas associações locais junto com suas respectivas presidências para, através de assembleia, ser feita a seleção dos participantes e enviada a documentação para a prefeitura do município. Os agricultores familiares selecionados comercializam individualmente sua produção (ITABUNA, BA, 2013c).

Após esse processo, os agricultores selecionados são supervisionados por técnicos da Seagríma, responsáveis pela verificação da aptidão do agricultor em produzir. Com os agricultores já cadastrados, os técnicos seguem para o campo para realizar a compra dos alimentos. O agricultor recebe orientações para selecionar os alimentos de melhor qualidade e os leva até a sede das associações onde outra seleção de alimentos é realizada pelos técnicos da secretaria (ITABUNA, BA, 2013c). O arranjo institucional existente em Itabuna, e que é responsável pela execução e os resultados do PAA no município, pode ser observado na Figura 1.

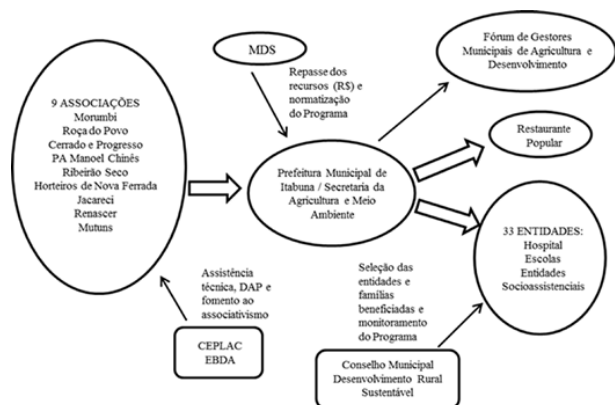


Figura 1
Arranjo institucional do PAA em Itabuna

Fonte: Schmitt e outros (2012, p. 127).

Pode-se observar que o programa envolve a esfera pública federal e municipal, dentre outros atores, estabelecendo um trabalho integrado entre 12 técnicos da Seagríma (representante setorial da prefeitura), equipe formada por engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, técnicos em alimentos, técnicos administrativos, nutricionista, motorista, coordenadores, um conselho municipal, um fórum de gestores; instituições de atuação regional como a Ceplac e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), 33 entidades socioassistenciais e nove associações de produtores rurais com a atuação de seus presidentes. Cabe ressaltar que o fomento ao associativismo

no município foi expandido após 1995 (SCHMITT et al., 2012).

O PAA é operado em Itabuna na modalidade CPR-Doação, que permite a aquisição de alimentos *in natura*, processados e industrializados, enriquecendo os cardápios dos beneficiários consumidores. Nessa modalidade, o produtor familiar não precisa fazer parte de uma associação para vender seus produtos, essa é uma exigência criada em âmbito municipal, tanto para estimular o associativismo, quanto para organizar melhor a operacionalização do PAA.

Na compra, os alimentos são pré-selecionados, através da avaliação do técnico de alimentos, para posterior pesagem. Essa pré-seleção é realizada pelo método manual cuja observação do técnico é fator fundamental para que os produtos que estejam fora do padrão para consumo não sejam incluídos. Após essa pré-seleção, os alimentos são acondicionados em caixas adequadas ao transporte para que cheguem à central de distribuição. Na central, os alimentos são distribuídos para as entidades de acordo com o cardápio avaliado pela nutricionista juntamente com o representante de cada entidade. Na compra é emitido um recibo em duas vias, uma via fica com o produtor e a outra com o técnico responsável pela compra, que encaminha o recibo para a Secretaria de Agricultura para a emissão da Nota Fiscal Avulsa (ITABUNA, BA, 2013c, p. 3).

No início do processo de implantação do PAA, a nota fiscal era emitida na Secretaria da Fazenda (Sefaz), o que gerava transtorno e custo de deslocamento para os agricultores, devido à incompatibilidade de horários de funcionamento entre a secretaria municipal e a do estado da Bahia. Por este motivo, no ano de 2009, foi realizado um acordo entre a Sefaz (BA) e a Seagríma para que as notas fiscais fossem emitidas na própria secretaria municipal via internet. Após a emissão, as notas passam pelo processo de empenho e liquidação na contabilidade e vão para a tesouraria, para a realização do paga-

mento *on-line*, na conta pessoal do agricultor (ITABUNA, BA, 2013c). As figuras 2 e 3 demonstram a evolução dos procedimentos do PAA, com a versão mais antiga (até 2009) e a versão atual (posterior a 2009), respectivamente, da interação dos processos de compra, venda e emissão da nota fiscal. De acordo com as figuras, pode-se observar que o processo burocrático descomplicou, dando, portanto, mais agilidade à execução das etapas que envolvem o PAA.

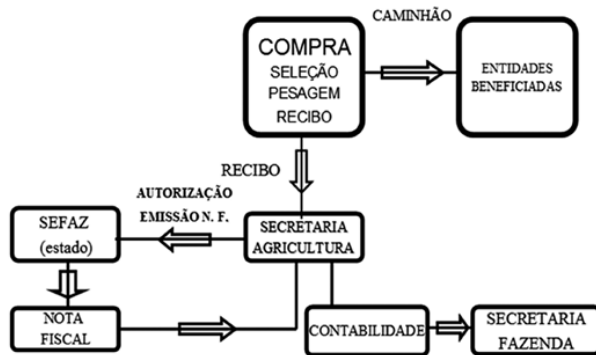


Figura 2
Fluxograma PAA (Itabuna) – logística inicial, até 2009

Fonte: SEAGRIMA (ITABUNA, BA, 2013b, p. 7).

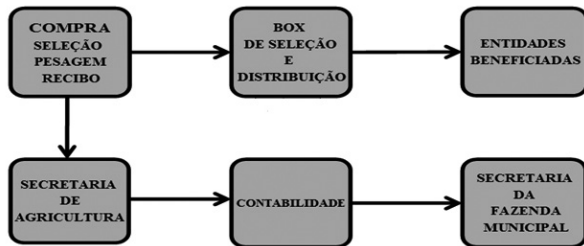


Figura 3
Fluxograma PAA (Itabuna) – logística atual, após 2009

Fonte: SEAGRIMA (ITABUNA, BA, 2013b, p. 8).

Segundo a Seagrma (ITABUNA, BA, 2013c, p. 2), o número de associações de agricultores contempladas no município cresceu, passando de nove para 11, como pode ser observado a seguir:

Associação de Produtores Vila de Mutuns,
Associação dos Horteiros de Nova Ferradas,

Projeto de Assentamento Manoel Chinês, Associação dos Pequenos Produtores do Ribeirão Seco, Associação dos Pequenos Produtores e Posseiros da Roça do Povo, Associação dos Pequenos Produtores da Zona do Serrado em Progresso, Associação dos Pequenos Produtores do Morumbi, Associação de Agricultores e Parceiros de Itabuna e Adjacências, Associação Grapiúna da Agricultura Familiar, Associação de Agricultores Familiares do Jacareci e Adjacências e Associação de Produtores Vila de Itamaracá, todas distribuídas no território do município. Dentre estas associações de agricultores assistidas pelo programa, apenas uma comunidade é de assentados da reforma agrária (PA Manoel Chinês), as demais são de agricultores familiares tradicionais.

Para ser uma entidade beneficiária do PAA, o principal critério é estar cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social, que valida sua existência e o trabalho social que exerce. Este conselho é o órgão responsável pela escolha e a indicação das entidades que possuem caráter filantrópico e que prestam serviço social, como abrigos, albergues, creches, pré-escolas, centros de reabilitação, hospitais e comunidades de bairro. Algumas recebem os alimentos com periodicidade semanal e outras, quinzenal, mas a questão do transporte dos produtos ainda é um entrave para algumas entidades. Depois de feita a compra nas sedes das associações dos agricultores familiares, o caminhão da prefeitura leva

os alimentos para o Restaurante Popular de Itabuna e para o box de seleção e distribuição do município, onde os alimentos são classificados e repassados às entidades socioassistenciais, de acordo com a quantidade de pessoas atendidas por estas e a sua faixa etária. Na maioria dos casos, são as próprias entidades que buscam os alimentos no box de seleção e distribuição, o que tem se constituído em um fator limitante para estas organizações. Segundo representante do Nú-

cleo Cuidar, “a nossa dificuldade é porque a gente não tem transporte, e aí tem semanas que a gente não recebe, porque a gente não tem o transporte para pegar, senão a gente pega [os alimentos] toda quarta-feira”. Para algumas entidades, notadamente aquelas com maiores limitações financeiras e mais distantes do box, a prefeitura disponibiliza os alimentos em suas sedes (CAMPOS, 2008 apud SCHMITT et al., 2012, p. 128-129).

Segundo relatório da secretaria do município, o programa beneficia atualmente 37 entidades, conforme listagem a seguir:

Restaurante Popular, Albergue Bezerra de Menezes, Associação dos Amigos do SOS Canto da Criança, Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna, Fundação Dr. Balduino Lopes de Azevedo, Centro Comunitário e Creche Irmã Margarida, Lar Fabiano de Cristo, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itabuna, Fundação Sagrada Família, Fundação Reconto, Comunidade Rainha da Paz, Sociedade São Vicente de Paulo, Núcleo Espírita Maria Dolores, Hospital São Lucas, Creche Santa Maria Goretti, Grupo de Apoio à Criança com Câncer, Associação Beneficente e Cultura Teosópolis, Associação Padre Paulo Tonucci, Centro de Recuperação Evangélico Manaim, Ciso, Hospital Manoel Novaes, Unidade Jovem de Apoio aos Carentes, Fundação Fernando Gomes (Maternidade da Mãe Pobre), Centro Missionário São José, Núcleo Cuidar, Santa Casa de Misericórdia, Fundação Marimbeta, Instituto de Recuperação Renascer, Escola Ação e Cidadania, Sociedade Protetora da Infância, Associação Promocional da Mulher, AABB Comunidade, Instituto de Atendimento à Família e ao Adolescente, Legião da Boa Vontade, Associação Solidária do Pedro Jerônimo, CAPS II Grapiúna, CAPS-AD (ITABUNA, BA, 2013c, p. 5).

Os dados fornecidos pela Seagrma (ITABUNA, BA, 2013c) demonstram que as entidades

que receberam as maiores quantidades de alimentos no período de 2010-2012 foram: a Fundação Sagrada Família (146.010,00 kg), a Fundação Marimbeta (107.041,08 kg), a Associação Padre Paulo Tonucci (95.473,50 kg) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que recebeu 90.019 kg. Tendo sido distribuído um total de 81.561,70 kg no ano de 2010, 581.841,62 kg no ano de 2011 e 1.260.570,35 kg no ano de 2012. Os valores demonstram que os maiores percentuais de quilos de alimentos distribuídos ocorreu no ano de 2012, o que reflete uma elevação, nesse período, da produção agrícola familiar no município. Conforme descrição de Schmitt e outros (2012, p. 129), no ano de 2012, o Restaurante Popular preparava

[...] cerca de 2.000 refeições diariamente, sendo metade oferecida no próprio local ao custo de R\$ 2,00, e outra metade destinada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Os alimentos decorrentes do PAA são principalmente hortifrutigranjeiros, suco natural e farinha de mandioca, respondendo – conforme estimativa da coordenadora da instituição – por cerca de 40% da alimentação fornecida. Aberto durante os dias úteis da semana, o restaurante fornece almoços para um público heterogêneo, incluídos moradores de rua, funcionários de estabelecimentos comerciais do entorno, estudantes etc.

Em relação aos tipos de produtos que são produzidos pelos agricultores familiares assistidos pelo PAA e entregues às entidades, destacam-se aqueles que possuem maior valor nutricional e que os agricultores produzem com mais frequência. Os principais produtos contemplados pelo programa estão relacionados, por ordem de importância, a seguir: banana, abóbora, couve, tomate, alface, salsa, feijão, ovo caipira, peixe tilápia, coco, cenoura, jenipapo, laranja, limão, quiabo, abacate, abacaxi, coentro, rúcula, pimentão, graviola, goiaba, hortelã, cebolinha, inhame, aipim, milho, farinha, manga, mamão, chuchu, batatinha, repolho, pepi-

no, maxixe, rabanete, batata doce, fruta-pão, jiló, melancia, jaca, pinha, jambo, polpa de fruta, massa de mandioca, massa de puba, beiju, biscoito, bolo, doces (ITABUNA, BA, 2013c).

A definição dos preços de mercado dos produtos adquiridos pelo PAA é feita através de homologação com a Conab. Para os agricultores, os preços praticados pela companhia são recebidos sob uma concepção negativa, já que a Conab utiliza o preço de atacadista. A banana prata, por exemplo, custa R\$ 0,80, muito inferior aos preços praticados nos supermercados e feiras livres.

A Tabela 1 apresenta, de acordo com o MDS, os recursos disponibilizados para a execução do PAA em Itabuna entre os anos de 2005 e 2013. Também estão descritos na tabela o número de produtores e as entidades beneficiadas com o programa, bem como a quantidade total de alimentos doados no período. A Tabela 2 demonstra os dados disponibilizados pela Seagrma acerca do desempenho do PAA em Itabuna.

Comparando as informações entre as duas fontes, percebe-se a discrepância dos dados, provavelmente relacionados a diferenças na metodologia de registro dos atores e instituições envolvidas no PAA. A Seagrma pode estar controlando as informações por convênio e não por ano, ou ainda pode ser considerado o fato de o MDS estar trabalhando com dados previstos (ou estimativas) nos convênios firmados entre as prefeituras, dada a dificuldade de controle dos dados em nível local. Não foi possível verificar uma assertiva para esta questão. No entanto, os dados demonstram avanços nos resultados do PAA executado em Itabuna.

De acordo com a Tabela 1, cujos dados são, em sua maior parte, do MDS, observa-se que, desde sua implantação, 2.566 agricultores foram envolvidos no programa, cerca de 234 entidades contempladas e mais de 119 mil pessoas atendidas. Pode-se verificar ainda que, nos anos de maior disponibilização de recursos pelo MDS, 2012, 2007 e 2010, respectivamente, obteve-se, por conse-

Tabela 1
Resultados e desempenho do PAA no município de Itabuna – 2005* a 2013

Ano	Nº de agricultores	Variação A (%)	Nº de pessoas	Variação P (%)	Nº de entidades	Variação E (%)	Valor total (R\$)	Variação VT (%)	Alimentos doados (Kg)	Variação AD (%)
2005	240		4.135		23		884.211,00			
2007	612	155,00	17.299	318,36	55	139,13	2.252.632,60	154,76		
2010	300	-50,98	18.049	4,34	37	-32,73	1.677.227,04	-25,54		
2011	275	-8,33	19.843	9,94	36	-2,70	757.376,09	-54,84	913.947,72	
2012	776	182,18	44.238	122,94	70	94,44	2.600.546,43	243,36	2.402.640,44	162,89
2013	363	-53,22	15.722	-64,46	13	-81,43	987.926,14	-62,01	863.260,18	-64,07
TOTAL	2566		119.286		234		9.159.919,30		4.179.848,34	

* A referência ao ano de 2005 se deve à disponibilização de recursos do PAA para a região, sendo que o programa só pode começar a ser operado no ano seguinte, em 2006. Fonte: adaptado de Schmitt e outros (2012, p. 126) e dados obtidos no site do MDS (BRASIL, 2011, 2012, 2013a).

Tabela 2
Compra com doação simultânea no município de Itabuna (PAA municipal)

Ano de execução	Volume de recursos (R\$)	Número de produtores beneficiados	Número de entidades beneficiadas	Quantidade total de alimentos
2006/2007	660.000	180	18	500 ton.
2008/2009	2.184.000	372	33	1.500 ton.
2010/2012	2.314.575	512	37	2.000 ton.

Fonte: elaborada partir dos dados da SEAGRIMA (ITABUNA, BA, 2013c).

quência, uma elevação no número de agricultores cadastrados, de entidades beneficiadas e de pessoas atendidas. No ano de 2013, com a redução do repasse de recursos previstos, o MDS estimou baixa nas variáveis: número de agricultores, pessoas atendidas e instituições vinculadas. No que se refere à evolução dos recursos previstos pelo MDS para destinação ao PAA em Itabuna, pode-se observar que há oscilação no valor total repassado, como pode ser verificado na Figura 4. Essa oscilação prejudica o planejamento local nas associações, visto que reduz a quantidade de agricultores familiares que podem estar vinculados ao PAA, e, por conseguinte, impacta a produção e o número de pessoas atendidas.

Quando considerada a Tabela 2, à luz de uma possível discrepância metodológica supracitada, verifica-se um cenário evolutivo distinto do descrito pelo MDS, demonstrando crescimento sucessivo no volume de recursos destinados aos convênios 2006/2007 (R\$ 660.000,00), 2008/2009 (R\$ 2.184.000,00) e 2010/2012 (R\$ 2.314.575,00), assim como no número de produtores (agricultores familiares) cadastrados, passando de 180 no primeiro convênio, para 512 no último convênio apresentado. Além disso, o número de entidades atendidas teria aumentado de 18 para 37, assim como o total de alimentos produzidos e doados (avançando de 500 t para 2 mil t).

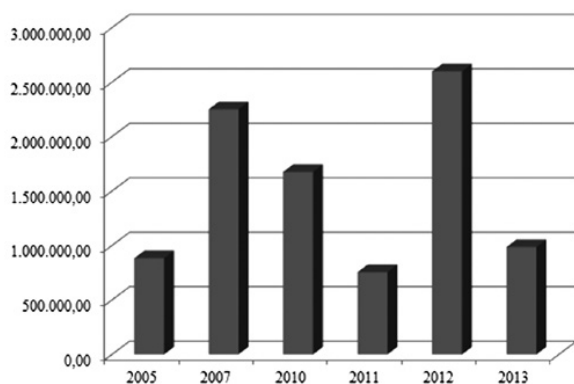


Figura 4
Evolução dos recursos destinados pelo MDS ao PAA em Itabuna – 2005 a 2013

Fonte: elaborado com base nos dados da Tabela 1.

A participação da sociedade no acompanhamento das políticas públicas, bem como no seu processo de avaliação, é indispensável para que estas sejam conduzidas de forma eficaz. No caso do PAA de Itabuna, os mecanismos de participação comunitária buscam promover uma gestão de qualidade, com comprometimento e organização. Segundo as informações prestadas pela SEAGRIMA (ITABUNA, BA, 2013c), as principais dificuldades enfrentadas pelo órgão na execução do PAA são a logística precária de transporte, a estrutura física ainda com problemas, a pouca disponibilidade de equipamentos, corpo técnico insuficiente e adequabilidade da central de recebimento e distribuição de alimentos. Quanto à logística de transporte, recentemente, muitas entidades começaram a buscar os alimentos na central de distribuição, já que a prefeitura disponibilizava apenas um caminhão para comprá-los e distribuí-los.

Quanto aos aspectos positivos, de acordo com a Seagrma (ITABUNA, BA, 2013c), desde o seu primeiro ano de execução, em 2006, o PAA vem contribuindo para melhorar a vida dos agricultores familiares no município. Com a garantia da compra governamental dos produtos, o programa tem contribuído para melhorar a renda dos agricultores familiares, influenciando na melhoria da qualidade de vida destes. Além disso, tem estimulado a diversificação dos cultivos nas propriedades, em consonância com os objetivos do programa. De acordo com a Seagrma (ITABUNA, BA, 2013c), a doação de alimentos, realizada através do CPR-Doação (PAA), tem auxiliado as entidades beneficentes, visto que alguns produtos não precisam mais ser comprados. A secretaria informa ainda que as doações de alimentos impactam na melhoria da saúde dos assistidos pelo programa, tanto pela qualidade quanto pela variedade dos alimentos, com nutrientes necessários para compor o cardápio diário, visto que nem sempre essas entidades beneficentes têm recursos suficientes para se autossustentar (ITABUNA, BA, 2013c).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu verificar que a execução do PAA, no município de Itabuna, tem gerado efeitos positivos para os agricultores familiares, apesar dos entraves operacionais e estruturais ainda evidentes. Outro fator limitante, citado pela Seagrma, é a dificuldade do município em realizar as contrapartidas municipais, às quais está condicionado o recebimento dos recursos federais.

Dada a natureza do programa, pode-se dizer que tem um perfil estruturante, busca agregar as esferas federal e municipal, bem como envolve um público diferenciado, desde a produção de alimentos até a doação destes às instituições. Dessa forma, mesmo com as limitações, tem sido possível obter resultados positivos com o PAA no município, especialmente no que se refere à promoção do acesso à alimentação para pessoas em condições de vulnerabilidade alimentar, a exemplo do serviço prestado no Restaurante Popular.

Avanços podem ser observados também no que se refere à constituição de associações de agricultores familiares. O CPR-Doação não exige que o agricultor familiar esteja vinculado a uma associação para que possa ser cadastrado ao programa. Entretanto, na esfera municipal, essa exigência foi estabelecida, tendo hoje 11 associações de agricultores. A constituição de associações acaba facilitando o controle e o acompanhamento dos produtores pela Seagrma. Quanto ao agricultor familiar, apesar de os preços das compras governamentais serem tabelados pela Conab, com valores mais baixos que os praticados nas feiras livres, a garantia dessa compra tem gerado segurança na composição de parte da renda do produtor.

Em relação aos dados representativos da execução do PAA no município, verificam-se perfis diferenciados em relação à fonte consultada. Se considerada a Seagrma (ITABUNA, BA, 2013c), observam-se dados crescentes. Quando avaliadas as fontes Schmitt e outros (2012) e MDS (BRASIL, 2011, 2012, 2013a), os dados apresentam oscila-

ções. No entanto, mesmo considerando-se que possa haver discrepância metodológica nos registros e na construção de estimativas, pode-se observar que, do início do processo de implantação do PAA até a atualidade dos dados, mesmo com retrações pontuais (por circunstâncias diversas), houve expansão do PAA no município de Itabuna.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, set./dez. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *PAA DATA - Itabuna*. 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2011/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=geral_mun2>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- _____. *PAA DATA - Itabuna*. 2012. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2012/resumo/pg_principal.php?url=geral_mun3>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- _____. *PAA DATA - Itabuna*. 2013a. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2013/resumo_new/pg_principal.php?url=geral_mun3>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- _____. *Segurança alimentar*: Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em: 4 jun. 2013b.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *PAA: evolução das operações*. 2012. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1133&t=2>>. Acesso em: 14 maio 2013.
- CORRÊA, Felipe Cyntrão Medeiros. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma comparação entre dois estados do Brasil*. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, 2008.
- DELGADO, Guilherme C.; CONCEIÇÃO, Júnia C.; OLIVEIRA, Jader José de. *Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília: IPEA, dez. 2005. (Texto para discussão, 1145). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td_1145.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2013
- GHIZELINI, André Augusto Michelato. *Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos*. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

GRISA, Cátia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *RER*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico do município de Itabuna 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=291480#>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

ITABUNA (BA). Prefeitura Municipal. *Diagnóstico agropecuário do município de Itabuna-Ba*. Disponível em: <<http://www.itabuna.ba.gov.br/portal/noticia/1063/diagnostico-agropecurio-ter-recursos-da-seagri>>. Acesso em: 11 abr. 2013a.

ITABUNA (BA). SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. *Logística antiga - Fluxograma PAA e Logística atual*. Itabuna, BA, 2013b.

_____. *Relatório de Cumprimento do Objeto - RCO*. Itabuna, BA, 2013c, 16p.

MATTEI, Lauro. *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa*. 2009. Disponível em: <<http://www.inagrodff.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/20/22>>. Acesso em: 31 maio 2013. 12 p.

PESSANHA, Cris Anderson; BRAGA, Maria Elizabeth Batista Pimenta. *A atuação do Programa de Microcrédito Rural-AGROAMIGO: uma análise do PRONAF como política pública de fomento ao desenvolvimento rural e sua aplicação através do Conselho Municipal Desenvolvimento Rural Sustentável de Itabaiana-PB*. 2012. 37 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal)-Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012.

ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica*. 2006. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia, na Área de Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional)-Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Aracaju, 2006.

SCHMITT, Cláudia Job et al. (Coord.). *Políticas em rede: uma análise das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia*. Rio de Janeiro: UFRRJ; UFRGS, out. 2012. 167 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Viçosa, MG, v. 18, n. 51, p. 100-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-49. (Série estudos rurais).

Artigo recebido em 23 de julho de 2014
e aprovado em 22 de agosto de 2014.

Agricultura familiar e os desafios na transição agroecológica: o caso do município de Rio Real, na Bahia

Andréia Alcântara*

Noeli Pertile**

* Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

** Doutora e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora adjunta III dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumo

Os conflitos existentes no campo refletem as desigualdades econômicas e sociais que se firmam com a propagação dos latifúndios. Como meio de sobreviver no campo, os pequenos produtores procuram alternativas que lhes assegurem um meio de viver com dignidade em suas propriedades. No município de Rio Real, encontraram na agricultura orgânica uma forma de aumentar a qualidade e o valor do produto final em um novo mercado que está em ascensão. A agricultura orgânica, iniciada no município de Rio Real com o apoio das políticas públicas e da organização dos pequenos produtores em associações e cooperativas, configura-se como base da transição agroecológica no município.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Transição agroecológica. Agricultura sustentável.

Abstract

The conflicts existing in the field reflect the economic and social inequalities that are upright through the propagation of the estates. As a means to survive in the field smallholders seek production alternatives which provide them a way to live with dignity in their properties. In the municipality of Rio Real smallholders found in organic agriculture an alternative to increase the quality and the value of the final product in a new market that is on the rise. Organic agriculture started in the municipality of Rio Real, with the support of the public and the organization of small producers into associations and cooperatives policy is configured as base early in the agroecological transition in the county.

Keywords: Family farming. Agroecological transition. Sustainable agriculture.

INTRODUÇÃO

Estudar a agricultura familiar e sua organização em um município permite compreender as relações econômicas e sociais que se configuram no meio rural. O processo chamado de modernização do campo afetou de maneira significativa grande parte dos pequenos produtores que não tinham condições econômicas suficientes para transformar sua produção adaptando-a ao sistema agroindustrial. Dessa maneira, a agricultura tradicional foi sendo substituída gradativamente pela agricultura convencional alicerçada nos pacotes tecnológicos e nos agroquímicos advindos da Revolução Verde.

Agricultura tradicional normalmente é realizada de modo que os fatores agroecológicos, socioeconômicos e tecnológicos possam atender às necessidades dos grupos de agricultores específicos e agroecossistemas locais (ALTIERI, 1991). Já a agricultura convencional, também denominada de agricultura moderna ou industrial, foi consolidada após o processo de modernização do campo, como consequência da Revolução Verde. Esse modelo de produção tem como características o uso de agroquímicos, sementes geneticamente modificadas, mecanização da produção e dependência da agricultura à indústria (CAPORAL, 2007).

A política de crédito rural adotada no Brasil beneficiou, em maiores proporções, as grandes e médias propriedades de monocultivo. Essa política possibilitou que os grandes produtores se inserissem na modernização da agricultura.

Neste trabalho discute-se a transição agroecológica como o caminho a ser percorrido por agricultores convencionais que pretendem produzir de forma sustentável, utilizando-se dos princípios da agroecologia.

A agroecologia configura-se não como uma agricultura alternativa, mas sim como uma ciência que nasceu da necessidade de se adotarem medidas que atendessem a uma agropecuária isenta de agroquímico e que promovessem uma produção sustentável e rentável economicamente

A agroecologia configura-se não como uma agricultura alternativa¹, mas sim como uma ciência que nasceu da necessidade de se adotarem medidas que atendessem a uma agropecuária isenta de agroquímico e que promovessem uma produção sustentável e rentável economicamente.

Os princípios da agroecologia não visam apenas a uma agricultura sustentável, mas idealizam uma agricultura consciente, em que assegure aos agricultores condições como: moradia digna, saúde, educação, infraestrutura com abastecimento de água e saneamento básico, para que o camponês possa ter condições de exercer a produção e viver com maior qualidade de vida.

A proposta deste artigo é uma análise dos desafios da agricultura familiar na transição agroecológica no município de Rio Real (BA). O texto apresenta inicialmente a organização do espaço agrário no município de Rio Real, que tem por base a agricultura familiar com uma considerável produção de laranja. Nesta parte são apresentadas associações, instituições e programas e/ou políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Em seguida, apresenta-se de que modo ocorre a organização da pequena propriedade no município em estudo, compreendendo a condição do produtor, o uso da terra e a organização da produção. Na sequência, aparecem os conceitos de agroecologia e a discussão em torno de sua implantação (transição agroecológica) no município de Rio Real. Por fim aparecem o modo de organização da produção e a comercialização dos produtos no referido município. A pesquisa tem por base fontes primárias com trabalhos de campo e dados secundários obtidos em fontes diversas.

¹ Entende-se aqui como agricultura alternativa aquela que se utiliza de técnicas capazes de retirar o pequeno produtor do mercado capitalista (de insumo ou de produtos). São várias nuances: produção sem insumos, produção de subsistência e autossuficiência da unidade produtiva (SILVA, 1999).

A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RIO REAL (BA)

O município de Rio Real (BA) pertence à microrregião de Alagoinhas e à região econômica Litoral Norte da Bahia e está localizado na região nordeste do estado há aproximadamente 204 quilômetros da capital Salvador. Possui área de aproximadamente 700 km² e altitude em torno de 160 metros, entre as coordenadas geográficas 11° 29' 05" S e 37° 55' 58" W (Mapa 1).

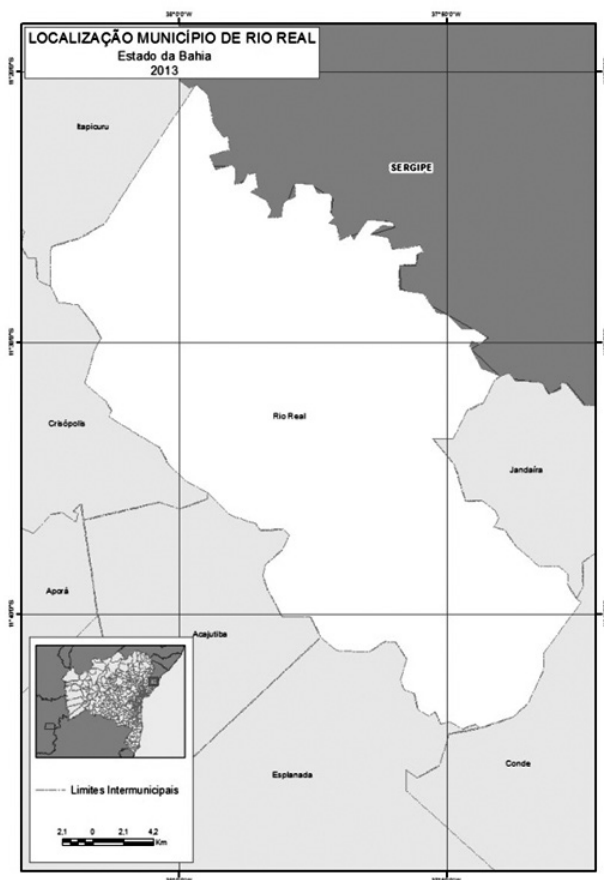


Figura 1
Mapa Localização Município de Rio Real

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

A modernização da agricultura no município de Rio Real ocorre gradualmente, com a subs-

tituição do modelo tradicional de produção por mecanismos e insumos modernos (tratores, agroquímicos, instalação de viveiros comerciais especializados na produção de mudas de laranjas isentas de patógenos e de elevada qualidade genética e material melhorado geneticamente). O município conta, ainda, com políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que apoiam e financiam projetos voltados à agricultura familiar.

As associações de pequenos produtores são entidades fundamentais no processo de desenvolvimento da agricultura. No município de Rio Real, foram catalogadas 25 associações que atuam na organização dos produtores, na busca de incentivos a créditos, negociação de dívidas, comercialização da produção e acesso à pesquisa e à tecnologia. Além disso, é de grande importância a presença do estado e de suas instituições para atender à demanda dos pequenos proprietários rurais, a exemplo da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

No período de 2007 a 2013, foi implantado um conjunto de ações soioeconômicas financiadas pelo governo federal no município de Rio Real. Os projetos e/ou ações foram propostos por órgãos como Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério das Cidades.

As ações tinham como objetivo a difusão da assistência técnica e extensão rural, o fortalecimento da comercialização direta de produtos agroecológicos da agricultura familiar (através de feiras livres), a implantação de unidades sanitárias domiciliares, a aquisição de veículos para transporte escolar e a produção de unidades de saúde (Quadro 1).

Ano	Concedente	Orgão superior	Conveniente	Valor de convênio	Objeto
27/12/2006-31/10/2007	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cealnor	104.369	Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltadas para o fortalecimento da comercialização direta de produtos agroecológicos da agricultura familiar, através de feiras agroecológicas no estado da Bahia.
30/12/2011-30/12/2013	Fundação Nacional de Saúde - DF	Ministério da Saúde	Prefeitura	500 mil	Implantação de unidades sanitárias domiciliares na zona rural e na periferia da sede do município de Rio Real.
30/06/2010-29/06/2011	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Ministério da Educação	Prefeitura	933.570	Aquisição de veículo automotor, zero quilômetro, com especificações para transporte escolar, por meio de apoio financeiro, no âmbito do programa Caminho da Escola.
26/09/2011-05/11/2013	Caixa Econômica Federal	Ministério das Cidades	Prefeitura	2.020.273	Obras de infraestrutura produção de 40 UH ¹ pelo MCMV ² . Produção de 20 módulos sanitários, recuperação e melhorias de 44 UH Previs ³
30/12/2008-30/11/2012	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cealnor	139.460	Assistência técnica e extensão rural para mulheres agricultoras a partir do fortalecimento das iniciativas de mulheres trabalhadoras rurais e empreendedoras de atividades agrícolas e não agrícolas.
30/06/2006-01/09/2008	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Prefeitura	24.500	Apoio de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Aquisição de Veículos (Pronat) ⁴

Quadro 1
Rio Real (BA): convênios do governo federal – 2013

Fonte: elaborado por Andréia Alcântara com base em Brasil (2013).

¹ Unidade Hospitalar

² Programa Minha Casa Minha Vida

³ Instituto de Previdência Social

⁴ Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

O setor econômico com maior representatividade é o setor primário, que absorve 60% da população ativa no município. Entre as atividades deste setor destacam-se a agricultura e a pesca que, juntas, absorvem 47% dos trabalhadores do município. Já as atividades da agropecuária concentram 13% dos trabalhadores ativos do município de Rio Real (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A produção de laranja configura-se como elemento base da economia do município de Rio Real. Grande parte dos produtores vê no cultivo de laranja a possibilidade de permanecer no campo.

Entre os fatores que favorecem este cultivo no município destacam-se: possibilidade de investir uma única vez no plantio da muda por ser um cultivo perene, possibilidade de colher até três safras por ano, mercado em ascensão, infraestrutura viária, proximidade com a BR-101, distância de aproximadamente 250 km para os portos de Salvador e Aracaju, por onde é escoada a produção de suco concentrado para o exterior (França, Suíça, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, China e Austrália – Tabela 1).

Tabela 1
Rio Real (BA): evolução da produção de laranja – 2004 a 2011

Ano	Área/ha	Quantidade (toneladas)	Valor da produção (R\$)	Rendimento médio (Kg/ha)
2004	21 mil	315 mil	47.250	15 mil
2007	23 mil	460 mil	82.800	20 mil
2009	20 mil	360 mil	90.000	18 mil
2011	20 mil	360 mil	115.200	18 mil

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2004, 2007, 2009, 2011. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

Outros fatores que favorecem o cultivo da laranja nos municípios são: clima seco a subúmido, temperatura média anual de 23,5°C e pluviosidade de aproximadamente 949 mm (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICO E SOCIAIS DA BAHIA, 2011).

O município de Rio Real é caracterizado pela presença da agricultura familiar, como já apontado. A pequena propriedade representa mais de 80% dos estabelecimentos rurais, e a principal atividade produtiva é o cultivo da laranja. Porém, os pequenos agricultores também produzem, mesmo que em pequena escala, amendoim, feijão, milho, banana, coco-da-baía, limão, maracujá, tangerina, abacaxi e mandioca (Tabela 2).

Através dos dados apresentados na Tabela 2, é possível evidenciar que a laranja configura-se como o cultivo de maior representatividade em termos de produção e área plantada no município de Rio Real. Essa representatividade é construída por questões culturais e pelo mercado em ascensão, aliados às características climáticas e do solo que favorecem o cultivo de citros.

Percebe-se, por sua vez, que a produção de cultivos anuais (mandioca, feijão, milho) é também bastante representativa e é a que garante a subsistência da maior parte dos agricultores familiares, para a venda ou para o consumo próprio. Em traba-

lho de campo, percebe-se como a pequena propriedade se organiza, produzindo citros, intercalados com as culturas anuais (Foto 2).



Foto 2
Estabelecimento com produção orgânica de laranja, milho, hortaliças

Fonte: Andréia Alcântara – Rio Real (BA) (2013).

Os pequenos produtores comercializam apenas o excedente dos cultivos anuais, pois a prioridade é o abastecimento das famílias. Quando há sobra, os produtos são comercializados diretamente com os consumidores nas feiras livres do município, em suas propriedades individualmente e/ou na Cooperativa Agropecuária do Litoral Norte da Bahia (Coopealnor).

Tabela 2
Rio Real (BA): produção agrícola – 2011

Culturas	Área (ha)	Quantidade (toneladas)	Valor da produção (R\$)	Rendimento médio (kg/ha)
Laranja	20 mil	360 mil	115.200	18 mil
Maracujá	4 mil	40 mil	37.200	10 mil
Mandioca	1.100	12.100	11 mil	2.057
Limão	650	11.500	5.850	30 mil
Mamão	300	10.500	8.610	35 mil
Feijão (em grão)	630	620	982 mil	984
Banana	30	450	270	15 mil
Amendoim (em casca)	195	279	256 mil	2.700
Milho	200	180	70 mil	900
Tangerina	300	6.000	2.760	20 mil
Coco-da-baía	720	6.480 (frutos)	2.268	9 mil (frutos/ha)
Abacaxi	35	805 mil (frutos)	805 mil	23 mil (frutos/ha)

Fonte: elaborado por Andréia Alcântara com base em Produção Agrícola Municipal 2011- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

ORGANIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE RIO REAL (BA)

O município de Rio Real possui na área rural a predominância da agricultura familiar. Mas é importante ressaltar que a maioria dos estabelecimentos rurais (82%) é minifúndio, ou seja, possui menos que um módulo fiscal². Em relação à propriedade da terra, grande parte dos pequenos produtores (97,3%) é proprietária e 2,7% dos trabalhadores rurais cultivam em terras de outros, conforme Tabela 3.

Condição do produtor	Estab. (nº)	Estab. (%)	Área (ha)	Área (%)
Proprietário	3.638	97,3	108.321	96,7
Arrendatário	9	0,2	647	3
Parceiro	11	0,3	10	0,1
Ocupante	73	2	428	0,2
Produtor sem área	6	0,2	-	-
Total	3.737	100	216.821	100

Fonte: elaborado por Andréia Alcântara com base em Censo Agropecuário (2006).

Grande parte dos pequenos produtores é proprietária de seus estabelecimentos. Porém, percebe-se, pelo número expressivo de minifúndios, que o processo de subdivisão da pequena propriedade tem sido constante com a reprodução da família.

O patriarca da família divide o pequeno lote de terra entre os filhos, já que estes não possuem condição financeira de adquirir sua propriedade, e, assim, os minifúndios propagam-se no meio rural.

É possível constatar também que, no município de Rio Real, há 99 produtores que não possuem terra. Esses produtores são subordinados aos latifundiários, na condição de trabalhadores sazonais, os chamados boias-frias, ou na condição de arrendatários, parceiros e ocupantes.

Moreira (2000) avalia que a pequena produção familiar foi historicamente conformada pela ideologia de subsistência. Com o fim da escravidão os ex-escravos,

sem moradia, eram absorvidos pelos senhores que lhes ofereciam morada, de favor, no fundo do quintal.

Esses agricultores (ex-escravos) produziam, em sistema de parceria, alimentos básicos (feijão, arroz, milho, aipim), garantindo a subsistência da família, ao mesmo tempo em que possibilitavam aos latifundiários investirem na monocultura. A situação hoje não é tão diferente para os que não têm terra. Estes vendem sua força de trabalho nas atividades sazonais ou migram para a cidade em busca de meios que garantam sua sobrevivência.

Em relação ao uso da terra no município de Rio Real, 48% dela está destinada à reserva legal. Entre os solos cultiváveis, a área é destinada às seguintes atividades: lavouras permanentes, pastagem, lavouras temporárias e sistemas agroflorestais.

Os cultivos permanentes são de grande relevância na composição da renda familiar, com predominância da citricultura (principalmente laranja) e do coco-da-baía. No cultivo temporário, os principais produtos são: maracujá, mandioca, feijão e amendoim. No sistema agroflorestal ganha destaque a produção de eucaliptos para abastecer a indústria madeireira.

Contudo, também é acentuada a presença de terras degradadas (erodidas, salinizadas, entre outros) como consequência do manejo incorreto do solo, como é o caso da pecuária extensiva. No município, o solo caracteriza-se por apresentar baixa fertilidade, acidez e compactação de sua camada superficial (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006).

O modelo convencional³ de produção, com a utilização de insumos químicos e máquinas pesadas na agricultura, é preponderante no município de Rio Real. Tecnologias como aração, que utilizam máquinas pesadas e gradagem profunda, provocam a compactação e a erosão do solo.

² No município de Rio Real, um módulo fiscal corresponde a 30 hectares (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1997).

³ Agricultura convencional, também denominada de agricultura moderna ou industrial, foi consolidada após o processo de modernização do campo como consequência da Revolução Verde. Esse modelo de produção tem como características o uso de agroquímicos, sementes geneticamente modificadas, mecanização da produção e a dependência da agricultura à indústria (CAPORAL, 2007).

Tabela 4
Rio Real (BA): utilização da terra – 2006

Utilização da terra	Estab. (nº)	Estab. (%)	Área (ha)	Área (%)
Lavouras permanentes	2.847	51	27.355	25
Lavouras temporárias	981	17	1.356	1,0
Área plantada com forrageiras p/ corte.	29	1,0	77	1,0
Pastagem natural	469	8	7.502	7,0
Pastagem plantada degradada	145	2,5	3.271	3,0
Pastagem plantada em boas condições	439	8,0	14.907	13
Matas e/ou floretas naturais, destinadas à preservação, permanentes ou reserva legal	102	2,0	47.998	44
Matas e/ou floretas naturais, destinadas à preservação, permanentes e sistema agroflorestais.	159	3	3.983	4
Sistemas agroflorestais, áreas cultivadas com espécies florestais e também utilizadas para lavouras e pastejo por animais.	36	1	386	0,5
Tanques, lagos, açudes. Área de água pública para exploração da agricultura	71	1,0	40	0,2
Construção, benfeitorias ou caminhos	172	3	711	0,7
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas)	27	1,0	227	0,2
Terras improdutíveis para agricultura (pântanos, areias, pedreiras).	58	1	198	0,2
Total	5.535	100	108.011	100

Fonte: elaborado por Andréia Alcântara com base em Censo Agropecuário (2006).

Com isso, considera-se a necessidade de adoção de práticas de manejo adequadas para a recuperação das áreas degradadas (Tabela 4).

Como consequências da degradação do solo e do uso insumos químicos que incentivam a produtividade imediata na agricultura, está a substituição de insumos orgânicos por insumos industriais. No município em estudo, foram catalogados seis estabelecimentos que comercializam insumos químicos. Em trabalho de campo, o gerente de um dos estabelecimentos pontuou que os insumos mais utilizados na agricultura do município são: Agritosto, Decis, Supracio, NPF 10.10.10, Ureia, NPK 20.10.20, Roundup e Forth solúveis.

A fiscalização do uso de agroquímicos é de responsabilidade de órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que avalia a eficácia agrônômica do produto; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que avalia os riscos para a saúde dos trabalhadores e dos consumidores, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável por avaliar os riscos para o meio ambiente (LONDRES, 2010).

Em entrevistas, parte dos produtores pontuou que não se sentia bem ao manusear os insumos químicos. Nas palavras do Agricultor 1 – Rio Real (BA) (2013):

[...] eu trabalhava com veneno e eu me sentia mal, eu tenho alergia, *aí* tinha dias, quando eu trabalhava com veneno, que era capaz de não dormir de noite, com dor de cabeça, dor no estômago, várias reações em mim e eu fui percebendo que eu não tinha isso, fui percebendo que era através dos produtos que eu estava usando (informação verbal).

Essa realidade é tida como normal para os agricultores, pois eles convivem com essa situação diariamente, muitos *não recebem ajuda técnica na aplicação dos insumos na lavoura* e o fazem com o seu parco entendimento. Nas palavras da Agricultora 1 – Rio Real (BA) (2013):

[...] teve uma época que eu trabalhava tanto com o Roundup que até no arrotto eu sentia o cheiro do remédio, eu arrotava chega amargava, eu pensei que ia morrer, eu respirava muito pouco com a máscara, por isso não usava. Eu colocava a bomba de 20 litros nas

costas para pulverizar a laranja, no outro dia as costas estavam inchadas e vermelhas (informação verbal).

O município de Rio Real conta com 741 estabelecimentos rurais de pequenos agricultores que utilizam agroquímicos na produção agrícola (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). Em trabalho de campo, percebe-se que os pequenos agricultores não utilizam meios de segurança no uso de agroquímico, conforme diferentes relatos dos próprios trabalhadores.

Segundo a Lei Federal **7.802, de 11 de julho de 1989 (BRASIL, 1989)**, a aplicação de agrotóxicos no campo só pode ser realizada com o uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI). O uso de equipamentos adequados diminui a possibilidade da contaminação direta com o agroquímico. Segundo Londres (2010), a contaminação por uso de agroquímico pode provocar dores de cabeça, dores abdominais, enjoos, vômitos, dermatites, câncer, disfunções na tireóide, abortos, partos prematuros, doenças neurológicas, entre outras consequências. Alguns destes problemas foram identificados pelos produtores entrevistados.

Em trabalho de campo, verifica-se a preocupação dos produtores com o descarte das embalagens dos agroquímicos, já que o município de Rio Real não possui ponto de coleta. Os agricultores dizem que devolvem as embalagens nos estabelecimentos comerciais onde os produtos foram adquiridos.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE RIO REAL (BA)

A agroecologia é uma retomada histórica ao modelo tradicional de produção de alimentos que foi sendo modificado com a transformação do espaço. O advento da modernização no campo possibilitou uma crescente expansão urbana juntamente com o êxodo

rural. Desse modo, ocorreu a primeira transição agroecológica que, no caso, foi a substituição gradual da agricultura tradicional pela agricultura convencional.

Hecht (1989) afirma que o termo agroecologia data dos anos 1970, mas a ciência e a prática da agroecologia são tão antigas como a origem da agricultura. A autora avalia que os índios já praticavam a agricultura sustentável⁴, com a utilização de

insumos renováveis existentes na região e práticas de conservação da fertilidade do solo, a exemplo do sistema de pousio⁵.

Nas décadas de 1950 e 1960, o campo presenciava a instalação de técnicas voltadas ao aprimoramento e ao rendimento da produção agrícola. Os grandes produtores, seduzidos pelas novas técnicas de produção, iniciavam a mecanização da agricultura. Sobre o processo de modernização do campo, Porto Gonçalves (2004, p. 7) ressalva:

O mundo rural, com a Revolução Verde, com suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento, com a biotecnologia dos transgênicos e do plantio direto, está sofrendo mudanças profundas, tanto ecológicas, como sociais, culturais e, sobretudo, políticas.

A intensa utilização de agroquímicos e suas consequências nocivas à natureza e à saúde favoreceram o desenvolvimento de modelos alternativos de produção que possibilitam a preservação do meio ambiente e melhoram a qualidade de vida da população.

Para Almeida (2004), a agroecologia é definida como: padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica.

⁴ A agricultura sustentável é aquela que equilibra os interesses de qualidade ambiental, viabilidade econômica e justiça social entre todos os setores da sociedade (ALLEN et al., 1999 apud CAPORAL, 2004, p. 38).

⁵ O sistema de pousio é uma técnica da agricultura tradicional usada com o objetivo de deixar as terras descansarem durante vários anos, para que estas recuperem os nutrientes (ALTIERI, 2004).

Entende-se aqui a agroecologia como ciência que estabelece estratégias de produção contrapondo-se ao modelo convencional proposto pela Revolução Verde. Dessa maneira, aborda-se a transição agroecológica como um conjunto de ações que garantam ao produtor acesso a moradia, educação, saúde, alimentação, crédito, assistência técnica e meios para a comercialização da produção. Para Caporal (2007), a transição agroecológica é compreendida como:

[...] um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de insumos industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais nas suas próprias relações e em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL, 2007, p. 223).

A agroecologia é uma ciência que visa não apenas promover uma agricultura sustentável, mas assegurar ao produtor uma vida digna e economicamente justa. Nas palavras de Altieri (2004, p. 64):

O monitoramento da produtividade, da integridade ecológica e da igualdade social deve ir além da quantificação da produção de alimentos e do controle da qualidade do solo ou da água. Deve incluir, além disso, os níveis de segurança alimentar, fortalecimento so-

cial, potencial econômico e independência ou autonomia dos camponeses,

Schultz (2007) define agroecologia e comenta sobre as possíveis alternativas de produção que se contrapõem à agricultura convencional.

A legitimação da definição de agroecologia como uma ciência, a partir da década de 1980 do século passado, estabelece as bases teóricas para a consolidação das diferentes modalidades de agricultura alternativa. A agroecologia é considerada como uma disciplina científica de estudos dos agroecossistemas, e também um “guarda-chuva” conceitual, que acolhe as diversas correntes alternativas da agricultura. (SCHULTZ, 2007, p. 70).

As diversas discussões e debates entre a comunidade científica, sociedade civil e pequenos agricultores, sobre uma “nova agricultura” que promova a sustentabilidade ambiental e erradique a desigualdade econômica, vêm construindo caminhos para uma transição agroecológica. Almeida (2004) denomina essa “nova agricultura” de sustentabilidade do desenvolvimento, construída a partir da adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não usa de forma predatória os recursos naturais. Busca compatibilizar, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Assim, a agroecologia defende que o desenvolvimento sustentável é aquele em que o pequeno produtor é protagonista de suas próprias técnicas de produção, de modo que estas possam ser sustentáveis em relação ao desenvolvimento social, ambiental e econômico.

OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE RIO REAL (BA)

Para promover a transição agroecológica no município de Rio Real, é relevante o trabalho do

Centro Agroecológico do Litoral Norte e Agreste Baiano (Cealnor) e da Cooperativa Agropecuária do Litoral Norte da Bahia (Coopealnor). Instituída em 2007, a Coopealnor tem como objetivo atender ao excesso de demanda do Cealnor. A cooperativa atua com maior participação no setor financeiro, enquanto o centro agroecológico cuida das questões relacionadas à procura por mercado e da organização e inserção do pequeno produtor nas políticas públicas.

O Cealnor trabalha na organização dos pequenos agricultores, na difusão do conhecimento da agroecologia e na divulgação da agricultura sustentável, sendo que, desde 2004, exerce atividade de mediação entre o agricultor e o mercado solidário, organiza os produtores na busca por incentivos a créditos, na negociação de dívidas e na assistência técnica.

A instituição é a pioneira no processo de transição agroecológica no município e trabalha com os selos de certificação orgânica das empresas Instituto Biodinâmico (IBD) e Fair Trade. Para a emissão desses certificados, as empresas acompanham o cumprimento de uma série de exigências na produção, a exemplo da agricultura orgânica⁶, que exige o uso de três elementos fundamentais: fosfato, potássio e nitrogênio. Para obter esses elementos de fonte orgânica, os produtores utilizam o *cálcio e magnésio aglomerado* (Camag) (como fonte de potássio), MB4 (pó de rocha) e a mamona. As indicações das empresas certificadoras (IBD, Fair Trade) quanto ao uso desses in-

sumos na produção orgânica configuram-se como obstáculos na inserção de pequenos produtores na agricultura orgânica, que não podem arcar com os preços altos desses insumos.

Outros desafios são caracterizados pela dificuldade de rompimento dos agricultores com as técnicas convencionais de produção alimentar, que utilizam agroquímicos, mas também adubo orgânico, por questões culturais

Outros desafios são caracterizados pela dificuldade de rompimento dos agricultores com as técnicas convencionais de produção alimentar, que utilizam agroquímicos, mas também adubo orgânico, por questões culturais. Ou seja, seus pais

cultivavam sem a utilização de agroquímico, com produção mista (agricultura e pecuária) e já haviam internalizado algumas técnicas orgânicas de manejo do solo, conforme relato do produtor orgânico do município de Rio Real – Agricultor 2 (2013):

Quando eu era pequeno, não conhecia adubo químico, era tudo orgânico, era tudo natural, não existia química de forma nenhuma. Era adubo de gado. Quantas roças de milho a gente plantou? Abóbora, a gente roçava e ali queimava e, com o carvão da queimada, dava um milho ótimo e abóbora, feijão, fava; era fava que dava gosto de ver. Na propriedade tinha gado e agricultura, quando a gente vendeu o gado ficou só com a agricultura e o gado acabou, ai não tinha onde comprar o adubo. O adubo era difícil se encontrar, isso é coisa que a gente vai abandonando a cultura antiga, porque não se encontra mais adubo de gado. Hoje encontrar adubo de gado orgânico é muito difícil e o que encontra é contaminado com veneno. Se eu botar esse adubo contaminado no feijão, morre todinho. (informação verbal).

Em trabalho de campo, os produtores enfatizaram que a utilização do adubo orgânico na agricultura era viável e rentável. O desenvolvimento da agricultura junto com a pecuária dava maior estabilidade financeira, pois garantia a matéria orgânica da produção agrícola.

⁶ Agricultura Orgânica se baseia na Teoria da Trofobiose, que considera que a produtividade e a resistência dos cultivos agrícolas aos insetos e doenças estão diretamente ligadas à fertilidade natural do solo, que pode ser potencializada por mecanismos orgânicos e não por mecanismos físico-químicos, como ocorre na agricultura industrial, que além de causar um desequilíbrio ambiental pelo uso de adubos químicos, gera plantas mais suscetíveis a doenças e insetos, replicando por sua vez no uso de outros insumos, particularmente pesticidas (GONÇALVES, 2012, p. 4).

Acredita-se que a perda da identidade cultural é consequência do processo de especialização do campo, em que o produtor deixa de trabalhar com a criação de animais e a agricultura, passando a escolher apenas uma forma de produção, a que lhe for mais rentável. Na maioria das vezes, o produtor adere à agricultura, por ser a base de sustentação da família.

Autores como Buttel (1995) defendem que a transição agroecológica vem ocorrendo com as mudanças no modelo de produção tradicional para o convencional. O autor afirma que, após a primeira transição agroecológica da década de 1960, a segunda representa um processo de “ecolonização” da agricultura, manifestando uma crescente presença de valores ambientais nas práticas e políticas agrícolas, como também na opinião pública (BUTTEL, 1995 apud MULLER; LOVATO; MUSSOL, 2002).

Os desafios postos na produção da agricultura sustentável são constantes, principalmente no manejo do solo e na comercialização da produção. No tocante ao processo de produção, destacam-se dificuldades relacionadas aos solos (em função do mau uso – compactados e/ou adensados, quanto à baixa fertilidade), à deficiência hídrica, ao material genético de baixa qualidade, à presença de pragas e doenças (mancha de graxa, ácaro da leprose, pulgão-preto-dos-citros e larva minadoura) e à falta de recursos por parte dos pequenos produtores para investir na produção.

Na comercialização, os produtores apontam dificuldades no que tange ao número restrito de mercados alternativos (feiras livres e mercados locais) e destacam também dificuldades como a não valorização dos produtos orgânicos por parte da população.

Os produtores que não possuem em suas propriedades matéria orgânica suficiente para suprir a demanda da produção submetem-se a adquirir elementos químicos (fosfato, potássio e nitrogênio) e, para o controle de pragas, *são utilizados*

produtos orgânicos como manipueira⁷ e macerado de neem⁸ (Foto 4).



Foto 4
Produção de adubo orgânico

Fonte: Aldo Santos/ Rio Real (BA) (2013).

Nas palavras da agricultora familiar: “Eu tenho dez tarefas de terra para passar para o orgânico, dá um trabalho brabo; quando comecei a estudar a agroecologia, comecei a fazer os processos, a colocar fumo como repelente para as pragas, mas é muito difícil” (AGRICULTORA 1, 2013, informação verbal).

É comum os agricultores convencionais do município de Rio Real utilizarem técnicas e insumos orgânicos (urina de vaca, esterco de gado e cabra, cama de frango, caldas com fumo, entre outras) nas lavouras, pois o conhecimento dessas técnicas manifesta-se como representação cultural. Nas palavras do agricultor orgânico e convencional 2 (AGRICULTOR 2, 2013):

Eu tenho o convencional, mas, na verdade, é só o nome, eu ainda uso adubo químico porque é uma coisa que é mais prática e não tem com... Um milho, vamos supor, para se botar o adubo orgânico, só orgânico no milho é quase impos-

⁷ Líquido de aspecto leitoso, extraído quando se espreme a mandioca ralada.

⁸ Azadirachta indica, mais conhecida como neem (ou nim), é uma árvore do sudeste da Ásia e do subcontinente indiano. A casca e folhas podem ser utilizadas na fabricação de pesticidas, repelentes, fármacos (de função terapêutica). (NEEM, 2013).

sível. Faz, só que o preço vai longe, a mamona tá um absurdo (...) eu gosto de, todo ano, plantar milho; com a cultura orgânica é complicado porque um saco de mamona custa R\$ 65 e não rende. Vem o adubo no saco da fábrica, mistura com o fosfato natural, o Camag traça os três e faz aplicação na planta. (informação verbal).

Percebe-se que os produtores não conseguem romper com a produção convencional, fato que dificulta o processo de transição agroecológica. Ainda há uma dependência do agricultor com os insumos externos, seja orgânico ou químico, o que se caracteriza como um desafio a ser superado, *não apenas pelos produtores, mas também pelos técnicos agropecuários que acompanham a produção orgânica. É necessária a utilização de técnicas de produção agroecológicas, inclusive com a finalidade de reduzir o custo de produção.*

Os pequenos produtores mostram interesse em produzir alimentos orgânicos, porém, salientam os entraves que são estabelecidos pelas empresas certificadoras (IBD, Fair Trade), como já apontado, assim, os que ainda não possuem certificação orgânica, comercializam os produtos em feiras livres. Esses agricultores orgânicos independentes mostram satisfação em trabalhar com a agricultura sustentável, que, para eles, traz vantagens, como baixo custo da produção e independência no sistema produtivo.

Os produtores entrevistados relataram que os alimentos produzidos a partir da agricultura convencional não eram saudáveis, principalmente pela grande quantidade de agroquímicos utilizados na produção, e que optavam por não comer seus próprios produtos. Após o conhecimento das técnicas da agricultura orgânica, aderiram a esse novo modelo de produção e sentiram-se seguros, tanto em produzir, quanto em consumir e vender sua produção, conforme as palavras do agricultor familiar 2 (2013):

Os produtores entrevistados relataram que os alimentos produzidos a partir da agricultura convencional não eram saudáveis, principalmente pela grande quantidade de agroquímicos utilizados

Eu sempre dizia aos meus filhos que, um dia, é d'eu abandonar esses venenos, que hoje eu uso na lavrorinha, é d'eu abandonar esses venenos e não usar, mas usar outras formas. Fui lutando, fui lutando, aí apareceu a proposta dos orgânicos, aí eu já tinha esse objetivo, abarquei com as duas mãos e senti, no começo, uma dificuldade muito grande, não tinha prática com biofertilizantes nem conhecia, mas foi tomando curso, foi dito um monte de experiências. (informação verbal).

Em trabalho de campo, percebe-se um conhecimento ainda não muito consolidado sobre as consequências do uso de agroquímicos na lavoura e na saúde humana. Os agricultores são conduzidos pelas indústrias de insumos químicos a utilizarem os agroquímicos, que são propagados como a solução para a manifestação de pragas e dificuldades com fertilização do solo. Um dos maiores desafios da agricultura orgânica é a falta de mercado e/ou informação para comercializar a produção. Grande parte dos agricultores entrevistados mostrou insatisfação quanto ao mercado que ainda é bem seletivo.

Os agricultores têm consciência do aumento gradativo do consumo de alimentos orgânicos pela sociedade, mas reconhecem os desafios e as barreiras postas pelas empresas certificadoras no cultivo destes, que exigem um padrão de qualidade que vai além das condições do pequeno produtor.

ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE RIO REAL

O município de Rio Real conta com 32 produtores orgânicos e dez produtores em transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica. Apenas os 32 produtores são certificados com os selos IBD e Fair Trade e podem comercializar a produção como agricultura orgânica na Coopealnor.

A laranja orgânica é matéria-prima para o suco concentrado que é exportado em contêineres em parceria com a Tropfruite Nordeste S/A (empresa processadora de laranja localizada no estado de Sergipe). O suco não possui marca do Cealnor, mas, em rótulo, é identificada a sua origem. O suco orgânico concentrado é destinado aos países da Holanda, Bélgica, Alemanha, Suíça e França. Já os produtos *in natura* (coco-da-baía, maracujá, limão, laranja, abóbora e melancia) são comercializados com o estado de São Paulo e em feiras orgânicas. Foram comercializados, de 2008 até o primeiro semestre de 2013, 1.247.787 toneladas de produtos orgânicos para o mercado interno, e aproximadamente 61 mil toneladas de suco concentrado de laranja para a União Europeia⁹.

Um dos motivos que favorecem a comercialização dos orgânicos é o acréscimo de 30% no valor do produto. E em relação à produção de laranja, o atrativo é a estabilidade do preço, ou seja, não ocorre oscilação no preço da laranja orgânica como ocorre na laranja convencional. A tonelada da laranja orgânica custa, em média, R\$ 650,00 a tonelada (t) comercializada na Coopealnor. Com as taxas administrativas da Coopealnor e do Cealnor, é repassado para o produtor o valor líquido, em torno de R\$ 300,00 t¹⁰.

No sistema de cooperação são comercializados como orgânicos, na Coopealnor/Cealnor, apenas aqueles produtos que foram certificados e que possuem o selo de orgânicos (IBD ou Fair Trade). Os produtores orgânicos que ainda não possuem certificação e são cooperados da Coopealnor comercializam seus produtos em feiras livres, ou em mercados locais a preços menores.

A Coopealnor recebe 15% do valor da venda dos produtos para o mercado *in natura* e 30% na comercialização da laranja para o suco orgânico

(agricultor 4). Parte dos produtores entrevistados mostram-se insatisfeitos com essa política de venda da laranja, por considerar o preço abusivo na comercialização, tanto da laranja quanto do suco. Na comercialização do suco concentrado de laranja, além do recebimento do valor comercializado, os produtores recebem uma porcentagem na venda do suco orgânico, chamada de repasse (renda adicional gerada pela venda do suco feito com as laranjas dos agricultores associados). O preço da laranja convencional oscila constantemente no mercado, nos períodos de entressafra os preços para compra ficam em torno de R\$ 300,00/t. Nos períodos de safra, entre os meses de junho e julho, os preços caem para R\$180,00 e R\$200,00/t., podendo chegar à metade desses valores (SANTOS, 2009).

Os produtos orgânicos possuem custo mais elevado que os convencionais, porém, em relação às hortaliças, o processo de decomposição é mais lento do que nas hortaliças convencionais. Os produtores orgânicos que não possuem certificação, mas são associados ao Cealnor, vendem na feira livre, e suas barracas são identificadas com uma plaquinha do Cealnor, que serve como orientação ao consumidor de que aqueles produtos são orgânicos (Foto 5).



Foto 5
Comercialização em feira livre de produtos orgânicos

Fonte: Andréia Alcântara / Rio Real (BA) (2013).

⁹ Texto com base em entrevista cedida pelo atual gerente da Coopealnor a Andréia Alcântara. Trabalho de campo, 2013.

¹⁰ Dados com base em entrevistas cedidas pelo agricultor familiar 3 e pelo atual gerente da Coopealnor a Andréia Alcântara. Trabalho de campo, 2013.

Entre as formas de comercialização dos produtos destacam-se as compras governamentais através do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar. Com isso, escolas, creches, hospitais e outras instituições públicas adquirem 30% dos alimentos nos estabelecimentos da agricultura familiar.

De modo geral, são muitas as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor, principalmente em relação à comercialização de seus produtos. Ao trabalhar com produção em pequena escala, o agricultor familiar necessita comercializá-la o mais rápido possível para manter o sustento da família. Desse modo, os atravessadores aproveitam-se das circunstâncias e adquirem os produtos a custos menores que os do mercado. O produtor tem consciência desse sistema, mas, por não ter muitas alternativas para escoar a produção, submete-se a esse tipo de comercialização, em que a maior parte dos lucros fica com os atravessadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível perceber os desafios do progresso da transição agroecológica enfrentados tanto pelos pequenos produtores da agricultura familiar, quanto da população em geral do município de Rio Real.

Mudar as técnicas de produção convencional que já foram internalizadas pelos produtores é um desafio, e a mudança ocorre gradualmente, por meio da conscientização política dos produtores e da comunidade, assim como da organização destes.

Os programas de desenvolvimento da agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Assistência Técnica e

Extensão Rural) são importantes, mas não atendem a toda a demanda dos pequenos produtores.

É em meio à fragilidade desses pequenos produtores em relação à produção e comercialização dos produtos e ao desejo destes em aderir ao modelo de produção sustentável que surge o Cealnor, instituição que domina as técnicas de produção orgânica e que, em 2004, realizou atividades de divulgação da agricultura orgânica e de educação ambiental e difundiu o potencial dos pequenos produtores na produção de laranja (cultivo de maior representatividade no município de Rio Real) para as entidades estaduais e federais (Seagri, Embrapa, EBDA).

O Cealnor e a Coopealnor configuram-se como elementos-chave para o entendimento da organização dos pequenos agricultores no município de Rio Real, já que grande parte deles está vinculada aos referidos órgãos.

O processo da transição agroecológica caracteriza-se a partir das políticas públicas e das questões relacionadas à diminuição de insumos químicos e insumos orgânicos externos nas propriedades; à preocupação ambiental; ao acesso a saúde, alimentação, educação e moradia digna; às políticas de acesso ao crédito; à assistência técnica e ao mercado para comercialização da produção.

Os produtores que conseguiram romper com as técnicas convencionais encontraram nas técnicas orgânicas os mecanismos de produção que trouxeram um diferencial, pois os alimentos produzidos sem o uso de agroquímicos agregam valor no mercado e saúde para quem produz e consome.

Os produtos orgânicos são, em sua maioria, comercializados nas feiras livres locais, e outros são comercializados na Coopealnor, que garante um preço mínimo na comercialização. A participação do Cealnor e da Coopealnor é de fundamental relevância no processo de transição, mas,

De modo geral, são muitas as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor, principalmente em relação à comercialização de seus produtos

para que as instituições favoreçam a passagem da agricultura orgânica para a agroecológica, é necessária a descentralização das ações, de maneira que o produtor possa ser ativo no processo de transição e não indivíduo sem poder de decisão, sobretudo, nas questões relacionadas ao mercado, como tem ocorrido.

O município de Rio Real é o maior produtor de laranja do estado da Bahia, no modelo convencional. Mudar essa realidade é uma tarefa complexa, porém possível a partir da conscientização dos pequenos agricultores e do processo de transição do modo de produção convencional para um modelo de agricultura mais saudável, desafio que parte da sociedade civil do município já assumiu.

É percebido o interesse por parte dos pequenos agricultores e do Cealnor no processo de transição agroecológica. Ações como a difusão das questões de segurança alimentar e conservação do meio ambiente, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e a criação de cursos técnicos em agroecologia contribuem para a mudança na organização e no modelo de agricultura no município de Rio Real.

REFERÊNCIAS

- ALIMENTAÇÃO adequada e saudável: direito de todos. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 4., 2013, São José dos Campos, SP. *Anais...* São José dos Campos, SP: CONSEA, 2013. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-1/arquivos/programas-municipios>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_short-port.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- _____. *Agroecologia y desarrollo*. *Revista de CLADES*, [S.l.], n. 1, Mar., 1991. Disponível em: <<http://www.clades.org/r1-art2.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- ALMEIDA, J. Por um novo sentido à prática da agricultura. In: ALTIERI, M. A. (Org.). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_short-port.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- BRASIL. *Portal da Transparência do Governo Federal*. Disponível em: <http://ba.transparencia.gov.br/Rio_Real/receitas/convenios>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- _____. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 jul. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Alimentação adequada e saudável: direito de todos*. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 4., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: MDS, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/seguranca-alimentar-e-nutricional/4a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- BUTTEL, F. H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. *Agricultura y Sociedad*, [S.l.], n. 74, jan./mar. 1995.
- CAPORAL, F. R. *Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*. Brasília: MDA, 2007. 398 p.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004.
- GOLÇALVES, S. Agroecologia e a reestruturação do desenvolvimento rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia, MG. [Anais...] Uberlândia, MG: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/.../6978>>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA; FASE, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção agrícola municipal 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/47Z3>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção agrícola municipal 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/47Z3>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- _____. *Produção agrícola municipal 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/47Z3>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- _____. *Produção agrícola municipal 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/47Z3>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Diretoria e cadastro rural*: publicação de índice básico de 1997. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- LONDRES, F. *Almanaque dos agrotóxicos*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia; Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2010. Disponível em: <<http://www.memorialapodi.com.br/biblioteca/agrotoxicosnacional/docs/Publicacao%20,%20ANA%20Almanaque%20dos%20Agrotoxicos%20,%2018.09.10.doc>>. Acesso em: 9 abr. 2013.
- MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY – IRSA, 10., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IRSA 2000. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/286.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2013.
- MÜLLER, J. M.; LOUVATO, P. E; MUSSOI, E. R. Do Tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O Caso dos Agricultores Familiares de Santa Rosa de Lima/SC). *Eisforia*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 98-121, 2002. Disponível em: <http://www.seaembu.org/docs/transicao_para_agroecologia.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2013.
- NEEM: a árvore com benefícios da raiz até as folhas. 2013. Disponível em: <<http://ecycle.com.br/component/content/article/67-dia-a-dia/1955-neem-nim-arvore-india-indiano-beneficios-para-que-serve-uso-alternativa-natural-repelente-inseticida-pernilongo-pulga-carrapato-fertilizante-pesticida-agrotoxico-medicinal-cosmetico.html>>. Acesso em: 30 set. 2014
- PORTO GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.02-55, 2004.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Sistema de dados estatísticos - SIDE/SEI*, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/side/consulta_frame.wsp>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- _____. Base cartográfica da SEI 1:100.000, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=110&Itemid=96>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- _____. *Uso atual das terras*: Bacias dos Rios Itapicuru, Vaza-Barris e Real. Salvador: SEI, 2006.
- SCHULTZ, G. Agroecologia, agricultura orgânica e institucionalização das relações com o mercado nas organizações de produtos do Sul do Brasil. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/130>>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- SANTOS, J. R. D. *A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos*. 2009. 313 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 2009.
- SILVA, J. G. da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

Artigo recebido em 19 de agosto de 2014
e aprovado em 1 de setembro de 2014.

Biodiesel e agricultura familiar: reflexões sobre a sustentabilidade

Patrícia da Silva Cerqueira*

Alceu Pedrotti**

Ricardo Pereira Castelo Branco***

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs) e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora no Instituto Federal da Bahia (IFBA) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Energia do IFBA.
patricia_cerq@yahoo.com.br

** Doutor em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) e mestre em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) do Departamento de Engenharia Agrônômica (DEA) na Universidade Federal de Sergipe (UFS).
alceupedrotti@gmail.com

*** Especialista em Educação a Distância pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Alagoas (Senac AL) e graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professor profuncionário no Instituto Federal da Bahia (IFBA).
rpcastelo@gmail.com

Resumo

A agricultura familiar, enquanto segmento participante da cadeia produtiva do biodiesel, ainda representa um elo em consolidação. O artigo tem por objetivo analisar a contribuição do biodiesel para a sustentabilidade da agricultura familiar, apresentando ponderações sobre a produção e o uso do biodiesel e sua relação com esse segmento. A produção de biodiesel ainda pode apresentar crescimento no país e gerar impactos em diversos setores da economia, além de investimentos e direcionamento de políticas governamentais. O Selo Combustível Social pode, por sua vez, proporcionar boas oportunidades para a agricultura familiar, mas depende dos limites que o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) seguirá no futuro. A monocultura da soja apresenta-se como uma ameaça à diversificação e à consolidação de outras fontes de energia.

Palavras-chave: Energia renovável. Políticas governamentais. Agricultura familiar.

Abstract

Family farming, as a participant of the biodiesel production chain segment still represents a link in consolidation. The objective of this article is to analyze the contributions of biodiesel to the sustainability of family farming. The production of biodiesel also presents growth possibilities in the country and this growth would have an impact on various sectors of the economy, above and beyond government investments and the guidance of government policies. The Seal of Social Consciousness would create new opportunities for family farming, but it depends on the limits that the Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) follows in the future. Soy monoculture presents a threat to the diversification and consolidation of other energy sources.

Keywords: Renewable energy. Government policies. Family farming.

INTRODUÇÃO

Atualmente ocorre uma indiscutível e urgente necessidade de se consolidar um novo paradigma de produção e consumo de energias renováveis e sustentáveis, do ponto de vista técnico, econômico, social, político, ambiental e cultural, no Brasil e no mundo.

Diante deste quadro, foi lançado no Brasil em 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), iniciativa interministerial do governo federal que objetiva implementar de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, a produção e o uso do biodiesel, tendo como enfoque a inclusão social e o desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.

O Brasil, que apresenta grande potencial agrícola, expressivo contingente de trabalhadores rurais, muitos deles ligados às atividades da agricultura familiar e com enormes desigualdades socioeconômicas, vem tentando atender às regras do Protocolo de Kioto, do qual é signatário. Dentre os objetivos dos atuais programas e políticas estão a redução da dependência do petróleo, a expansão dos mercados de oleaginosas e da demanda por combustíveis alternativos e a redução de emissão de gases poluentes.

A agricultura familiar, enquanto segmento participante da cadeia produtiva de fontes energéticas para a produção de biocombustíveis, ainda representa um elo em consolidação. Seu fortalecimento depende de um conjunto articulado de ações e políticas, no qual o Estado cumpre um papel muito importante.

Em específico, as políticas com foco no biodiesel têm papel preponderante na execução do PNPB, ratificando o seu foco de inclusão social e desenvolvimento regional através da geração de emprego e renda.

Assim, visando colaborar com o entendimento e as reflexões sobre esta problemática, o presente artigo tem por objetivo analisar a contribuição do biodiesel para a sustentabilidade da agricultura familiar no contexto da cadeia produtiva dos biocombustíveis.

A agricultura familiar, enquanto segmento participante da cadeia produtiva de fontes energéticas para a produção de biocombustíveis, ainda representa um elo em consolidação

REFERENCIAL TEÓRICO

As questões ambientais entraram no século XXI como primeiro ponto de pauta dos inúmeros fóruns de discussão sobre o desenvolvimento, nas agendas de políticas e programas dos governos e na vida das organizações em todo o mundo. Os riscos de um colapso ecológico, somados aos problemas decorrentes dos impactos da acumulação capitalista, fazem com que as pessoas pensem em novos modelos, novos processos produtivos, novas formas de fazer, novas perspectivas, numa fase de ruptura de paradigmas.

O atual modelo energético de produção que vem alimentando e impulsionando o crescimento econômico já demonstra sinais de desgaste, e a sustentabilidade tornou-se o tema do século XXI. O conceito de sustentabilidade propõe uma contraposição à racionalidade econômica vigente, que excluiu a natureza da esfera produtiva, contribuindo para a destruição ecológica e para a degradação ambiental (LEFF, 2001).

As distorções da busca a qualquer preço do crescimento econômico, assim como os problemas com o meio ambiente, começaram a ganhar destaque no cenário mundial a partir da década de 1960, período em que os impactos de técnicas e padrões dominantes de produção e consumo começaram a apresentar os primeiros sinais de desgaste. Foi iniciado, então, um debate teórico e político para a valorização da natureza, na tentativa de inseri-la ao sistema econômico.

A partir da década de 1990, mais precisamente no ano de 1992, o discurso do desenvolvimen-

to sustentável ganhou uma amplitude maior, com a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, também conhecida como Eco 92, que reforçou os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental para a preservação da civilização.

A Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, no período de 3 a 12 de junho de 1992, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conscientização de que é necessária a mudança de paradigma energético, principalmente para os países desenvolvidos, principais responsáveis pelos danos ao meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável amadurecido nessa conferência atende às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades (esse conceito foi popularizado pelo Relatório Brundtland e amadurecido e difundido na Eco 92).

Nessa conferência foi produzido um documento conhecido como Agenda 21, no qual foi estabelecido um programa de ação para a viabilização de um novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional, que conciliasse métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento deve ser pluridimensional, envolvendo as dimensões econômica, social, política, cultural, sustentável e humana. Esta última dimensão está contemplada no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A problemática ambiental ganha força nas discussões nas últimas décadas do século XX até os dias atuais como consequência da crise entre a racionalidade econômica que conduzia, até então, o processo de modernização (crescimento econômico), configurando uma nova racionalidade: a racionalidade ambiental. Segundo Leff (2001), nos anos 70, a crise ambiental colocou em destaque a neces-

sidade de frear o crescimento diante da iminência do colapso ecológico.

As alternativas de fontes energéticas aparecem na problemática ambiental como uma estratégia para a superação dos desafios impostos pelo atual sistema de acumulação capitalista, modelo que se sustenta nas altas taxas de consumo (aumento da produtividade a todo o custo).

Desde o ano de 1975, o Brasil vem oferecendo sua contribuição nestes esforços, quando lançou o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), iniciativa para a substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool. O Pró-Álcool foi financiado pelo governo do Brasil e motivou-se devido ao primeiro choque do petróleo em 1973, situação que se agravou depois da crise de 1979. Apesar de ser um programa governamental de uso de fontes renováveis que vem obtendo a atenção de vários países, universidades e centros de pesquisas, pelo fato de sua motivação básica ter sido de natureza econômica e energética, os seus desdobramentos sociais são questionados por alguns governos e pesquisadores.

Passadas três décadas, as necessidades econômicas e energéticas persistem em outra escala e associam-se às questões socioambientais, colocadas em postos privilegiados das agendas governamentais e global. O PNPB é uma resposta para essas questões.

De acordo com Menezes e Lima (2010), os custos de produção do biodiesel ainda não são competitivos em relação aos da produção do biodiesel mineral. Entretanto, na literatura nacional há contradições a esse respeito. De um lado, os defensores do novo combustível apresentam cenário otimista com base no elevado índice de produtividade das oleaginosas, na isenção/redução de impostos (subsídios governamentais) e nos avanços tecnológicos de produção; de outro, apresentam a inviabilidade

As necessidades econômicas e energéticas persistem em outra escala e associam-se às questões socioambientais, colocadas em postos privilegiados das agendas governamentais e global

econômica do uso do biodiesel devido à falta de tecnologia e aos elevados custos de produção. Nesse ponto destaca-se a importância do PNPB para a consolidação da Política de Biocombustíveis no Brasil, cujo marco regulatório está na Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

A lei estabelece que as políticas nacionais para o aproveitamento das fontes energéticas devem: preservar o interesse nacional, promovendo o desenvolvimento e a ampliação do mercado de trabalho através da valorização dos recursos energéticos; promover os interesses do consumidor em relação ao preço e à quantidade de oferta; proteger o meio ambiente através da promoção e conservação de energia; garantir o fornecimento de derivados de petróleo; incrementar a utilização do gás natural; identificar soluções adequadas para o suprimento de energia elétrica; utilizar fontes alternativas de energia mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis; promover a livre concorrência; atrair investimentos na produção de energia e ampliar a competitividade do país no mercado internacional.

De acordo com Leff (2001), o Brasil tem todas as condições para se tornar um país líder na geração de uma nova civilização industrial do trópico ou do aproveitamento energético industrial da biomassa.

Sachs (2011) afirma que, em algumas décadas, será possível fazer a substituição da gasolina pelo etanol, e também uma substituição parcial do diesel pelo biodiesel, devido à expansão do mercado global desses novos produtos, deixando assim as reservas de petróleo para fonte de matéria-prima para as indústrias petroquímicas.

As novas oportunidades e as visões de desenvolvimento fortalecem o elo entre os biocombustí-

veis e o desenvolvimento rural. A questão que se forma é: como se insere a perspectiva desse novo desenvolvimento, dessa mudança de modelo energético, em uma visão mais integrada de desenvolvimento rural?

As novas oportunidades e as visões de desenvolvimento fortalecem o elo entre os biocombustíveis e o desenvolvimento rural

As formas de integração da produção de biocombustíveis às atividades agrárias ou não (já que o rural é muito maior que o agrário) são

apresentadas como estratégias para o contingente de agricultores familiares neste novo modelo de desenvolvimento, com base nas novas energias.

De acordo com o censo agropecuário de 2006, a produção agrícola brasileira divide-se em comercial e familiar, com participação de 63% e 37%, respectivamente. No primeiro estrato estão os grandes produtores e, no segundo, os pequenos e médios produtores, o que reflete a hegemonia do grande capital.

Levando-se em consideração a segurança alimentar, de acordo com as informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de todo o alimento que chega à mesa dos brasileiros, cerca de 70% provém da agricultura familiar (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2013).

O novo ciclo do desenvolvimento rural, com a geração de emprego e de oportunidades de negócios, transforma a agricultura no sustentáculo do sistema de segurança dos meios de subsistência de centenas de milhões de agricultores, e do sistema de segurança ecológica do planeta. Os biocombustíveis são um dos usos possíveis da biomassa, outros usos incluem alimentação humana e animal, fertilizantes, materiais de construção, matérias-primas industriais, produtos farmacêuticos e cosméticos.

A participação das fontes de energia renováveis tende a crescer nos próximos anos, integrando-se cada vez mais à matriz energética global, podendo chegar a 10% em 2020. Ratificando essa expectativa, as principais montadoras em todo o mundo já começam a investir e a comercializar veículos híbridos, usando fontes de energias alternativas, assim,

o uso da biomassa para fins energéticos vem-se expandindo, gerando excedentes e mitigando custos ambientais (TOLMASQUIM, 2003).

Esse novo ciclo de desenvolvimento, que começa a ser desenhado em todo o mundo, oferece oportunidade aos países tropicais, que desfrutam de vantagens competitivas de produtividade devido às condições climáticas e à biodiversidade.

A SITUAÇÃO DO BIODIESEL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Apontado como um forte substituto para o óleo diesel derivado do petróleo, o biodiesel é um combustível produzido com a utilização de fontes de energia renováveis (óleos vegetais, gorduras animais e óleos utilizados para fritura de alimentos) e tem origem na reação química do óleo ou gordura com metanol ou etanol na presença de um catalisador (processo de transesterificação).

Muitas são as espécies vegetais no país que podem ser utilizadas para a produção de biodiesel, entre elas, a mamona, o dendê, o girassol, o babaçu, o pinhão manso e a soja. Este tipo de combustível pode ser utilizado em diversos motores automotivos ou estacionários, sem a necessidade de modificações destes.

Os óleos vegetais, derivados dessas espécies vegetais têm-se apresentado como fortes candidatos aos programas governamentais de energia renovável, já que as suas matérias-primas são comuns à produção da agricultura familiar.

De acordo com os dados apresentados pelo último censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar brasileira representa 84,4% do total de estabelecimentos rurais, porém ocupa apenas 24% do total da área, o que reforça o alto grau de concentração de terras (latifúndios), ainda um problema no país. O total de pessoas ocupadas chega a 12,3 milhões

e este segmento é responsável por boa parte dos alimentos que vão à mesa do brasileiro. Levando-se em consideração dois dos principais grãos – feijão e milho –, representa cerca de 70% e 46% do que é produzido, respectivamente. Outros alimentos também merecem destaque, como a produção de suínos (59%) e a produção de leite (58%). (PARTICIPAÇÃO..., 2014).

O agricultor familiar é aquele que possui as seguintes características básicas: pratica atividades no meio rural; dirige o estabelecimento ou o empreendimento com a família; a área de sua propriedade é menor ou igual a quatro módulos fiscais (unidade de medida agrária) e a mão de obra utilizada é predominantemente familiar.

A Food Agriculture Organization (FAO), na tentativa de elaborar um conceito para a agricultura familiar que englobe os diversos princípios comuns dos conceitos sobre o tema, apresenta a seguinte definição:

La Agricultura Familiar (incluyendo todas las actividades agrícolas basadas em la familia) es una forma de organizar la agricultura, ganadería, silvicultura, pesca, acuicultura y pastoreo, que es administrada y operada por una familia y, sobre todo, que depende preponderantemente del trabajo familiar, tanto de mujeres como hombres. La familia y la granja están vinculados, co-evolucionan y combinan funciones económicas, ambientales, sociales y culturales. (SALCEDO et al., 2014, p. 28).

No Brasil, a produção da agricultura familiar representa 33% do PIB agropecuário do país, com cerca de 74% da ocupação da mão de obra no campo e aproximadamente 12 milhões de pessoas envolvidas. (BAHIA, 2014).

Existem três segmentos que compõem a agricultura familiar levando-se em consideração a orientação da produção e o acesso aos mercados: o de subsistência, o de transição e o consolidado. A

agricultura familiar do Brasil é diversa, mas a maioria das unidades produtivas familiares está concentrada no segmento de subsistência (mais de 60%), que possui as seguintes características: produção orientada para o autoconsumo, recursos produtivos e investimentos insuficientes para garantir as necessidades familiares. Esta situação de vulnerabilidade reforça a expectativa de migração desses agricultores para outras atividades assalariadas, com a finalidade de complementação de renda (FAO; BID 2007, apud LEPORATI et. al, 2014).

O biodiesel torna-se uma opção de destaque para a utilização na matriz energética brasileira porque, além de ter relação direta com os produtos oriundos da agricultura familiar, apresenta um ganho ambiental significativo no que diz respeito ao controle dos níveis de emissão de gases poluentes na atmosfera. Estudos recentes apontam para uma redução de 40% a 60% de emissões em comparação com o diesel de origem mineral (BERMANN, 2014).

O estabelecimento de um marco regulatório para alcance das metas estabelecidas no PNPB e outras ações já realizadas colocam o Brasil em destaque no cenário mundial como uma possível potência para a produção de energias renováveis (SANTOS, 2014).

O PNPB foi criado em 2004, gerido por uma Comissão Executiva Interministerial, e possui o seguinte marco regulatório:

- Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005;
- Lei nº 11.116 de 18 de maio de 2005;
- Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004;
- Resolução nº 05 de 03 de outubro de 2007, do Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE);
- Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nº 60 de 06 de setembro de 2012;
- Instrução Normativa nº 01, do MDA, de 20 de junho de 2011.

A inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel é muito importante devido a sua já reconhecida potencialidade para a geração de emprego e renda

Entretanto, o alcance das metas e a construção de um futuro com redução das desigualdades e inserção social dependem de como estão sendo desenvolvidas as ações para a consolidação deste cenário. Em especial, é preciso avaliar as bases que sustentam a produção de biodiesel e se o seu resultado está sendo apropriado pelos agentes envolvidos, principalmente a agricultura familiar.

De acordo com os dados da Casa Civil, em 2011, o consumo brasileiro de biodiesel foi de 2,6 bilhões de m³ e a produção em torno de 2,7 milhões de m³. As usinas estão distribuídas geograficamente, segundo os dados de janeiro de 2013, por todas as regiões do país e tem a seguinte representação da capacidade instalada: 46% na Região Centro-Oeste; 27% na Região Sul; 13% na Região Sudeste; 11% na Região Nordeste e 3% na Região Norte. Boa parte dessas usinas já possui o Selo Combustível Social definido no marco regulatório do PNPB, ou seja, já transacionam com produtos originados da agricultura familiar (PARTICIPAÇÃO..., 2014).

De acordo com a Lei nº 11.097/2005, a agricultura familiar faz parte da estrutura produtiva do PNPB, já que a produção do biodiesel tem como fonte principal as oleaginosas, dentre elas a mamona, o dendê, a palma, o girassol e o pinhão manso.

A inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel é muito importante devido a sua já reconhecida potencialidade para a geração de emprego e renda. A cada 1% de substituição de óleo diesel por biodiesel produzido com a participação da agricultura familiar é possível gerar 45 mil empregos no campo, com uma renda média anual de aproximadamente R\$ 4.900,00 por emprego. E se for considerado que, para cada emprego no campo, são gerados três empregos na cidade, seriam criados 180 mil empregos (BIODISELBR, 2014).

ASPECTOS DA CULTURA DA SOJA NA OBTENÇÃO DO BIODIESEL

O PNPB visa integrar socialmente os agricultores familiares à cadeia produtiva dos biocombustíveis garantindo a distribuição de renda oriunda dessa atividade. Em seus documentos apresenta a intenção de estimular práticas produtivas que evitem a monocultura e que

tenham como foco áreas pouco atrativas ao interesse do capital, implantando um modelo de energia sustentável a partir de diversas fontes oleaginosas.

Na teoria, o PNPB não deixa dúvidas sobre as suas intenções de inclusão social e distribuição de renda, mas, na prática, as distorções do mercado competitivo podem ser percebidas.

Segundo Santos (2014), é importante o desenvolvimento de programas que visem ao cultivo em escala comercial de novas culturas agrícolas e que tenham como meta a inclusão social dos agricultores familiares neste contexto da energia renovável.

A soja, produzida em grande escala por grandes produtores, é uma ameaça à diversificação da produção para alimentar a cadeia produtiva do biodiesel. Apesar de este grão não possuir as características ideais para a eficiência produtiva da produção do biodiesel (baixo teor de óleo, concorrência com o óleo comestível, preços do farelo etc.), o seu peso na matriz de óleos vegetais é muito grande, necessitando de intervenção governamental para regulação do mercado e afirmação de produtos alternativos (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 2).

A soja, atualmente, é a principal matéria-prima utilizada pela indústria para a produção de biodiesel no país, representando cerca de 80% da oferta de oleaginosas para a produção de biodiesel (ALVARENGA JUNIOR; YOUNG, 2014).

O atraso estrutural das unidades produtivas familiares vem dificultando a inserção desses agricul-

tores na cadeia produtiva do biodiesel, fortalecendo o setor produtivo da soja, atividade reconhecida como de baixa capacidade de geração de empregos, representante do modelo de agricultura patronal produtivista.

Na teoria, o PNPB não deixa dúvidas sobre as suas intenções de inclusão social e distribuição de renda, mas, na prática, as distorções do mercado competitivo podem ser percebidas

Este contexto reforça a importância das ações governamentais para a alteração desta trajetória. Caso não sejam feitas as intervenções para a diversificação de matéria-prima

para o biodiesel, a soja poderá impossibilitar o desenvolvimento de outras culturas, já que possui maior índice de produtividade e infraestrutura consolidada (SANTOS, 2014).

O SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL

O Selo Combustível Social, definido no marco regulatório do PNPB, estabelece uma parceria entre a agricultura familiar e as empresas processadoras da matéria-prima, e tem por objetivo estabelecer uma relação harmônica entre agentes historicamente antagônicos (SANTOS, 2014).

O selo estabelece um mecanismo de garantia da distribuição de renda junto com o crescimento do mercado desse biocombustível, atrelando a produção de biodiesel à garantia de mercado para os agricultores familiares.

Os seus instrumentos legais estão definidos no Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004, na Portaria do MDA nº 60 de 06 de setembro de 2012 e na Instrução Normativa nº 01, do MDA, de 20 de junho de 2011.

O selo é concedido pelo MDA e proporciona incentivos aos produtores industriais de biodiesel que transacionam as matérias-primas com a agricultura familiar, através de redução de alíquotas de PIS/Pasep e Cofins, de acesso a linhas de crédito específicas e de mercado (MATTEI, 2014).

A participação das Unidades Produtoras de Biodiesel detentoras do Selo Combustível Social é predominante, visto que detêm cerca de 99,3% do biodiesel produzido no país (dados de 2012), beneficiando aproximadamente 104 mil estabelecimentos da agricultura familiar e 312 mil pessoas, com uma receita bruta por família em torno de US\$ 10 mil anuais (PARTICIPAÇÃO..., 2014).

Os parâmetros estabelecidos nos incentivos aos produtores em transação com a agricultura familiar destacam o cultivo da mamona (em maior escala) e do dendê (em menor escala), refletindo diretamente as expectativas do governo quanto à capacidade de participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel (ALVARENGA JUNIOR; YOUNG, 2014).

LOGÍSTICA E AGRICULTURA FAMILIAR

O biodiesel e a agricultura familiar podem caminhar juntos. A constatação é evidente pela natureza perecível do produto e a necessidade de transformação imediata e de extração do óleo deste após a colheita, sob risco de perda das características, como é o caso do dendê (LEIRAS, 2014).

Como o agricultor familiar dará conta da sua produção depois da colheita? Esta é a grande questão logística da agricultura familiar.

O investimento na construção de microusinas de processamento em locais estratégicos talvez acene para o fortalecimento da agricultura familiar na produção de biodiesel ao colocar produtor e manufatura bem próximos e agregar estes dois elos iniciais da cadeia de distribuição logística. A projeção de futuro para a consolidação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel deve considerar a necessidade de construção de usinas de processamento em locais estratégicos. O porte das usinas vai depender diretamente do aporte de investimen-

tos na produção e distribuição do biodiesel, cuja importância no mercado de energia em termos de competitividade só crescerá à medida que apresente possibilidades de reduzir custos de produção e distribuição. Este é um dos passos estratégicos.

Atualmente a questão do transporte e do escoamento da produção é outro entrave. A presença de modal ferroviário capaz de auxiliar e servir de opção para o transporte de cargas por enormes distâncias, como é o caso do Brasil, afetaria positivamente toda a cadeia produtiva brasileira, e não só a cadeia produtiva do biodiesel. Quando se fala em transportes e logística é como se referir quase que exclusivamente a custos de frete rodoviários e a todos os problemas conhecidos por este modal.

Além dos problemas, as soluções da modalidade rodoviária são as mesmas para qualquer tipo de produção, como o frete casado para reduzir o custo da volta. Outro ponto, a depender do produto, é a proximidade com portos e aeroportos determinando a localização da empresa, em vez de esta se localizar mais próxima da região maior produtora.

A urgência do agricultor familiar assemelha-se à natureza do biodiesel. Fomentar o investimento em ambos, como início de uma consolidação da cadeia produtiva, pode encadear seu desenvolvimento e facilitar a comunicação estratégica tão necessária para qualquer projeção e integração logística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alternativas de fontes energéticas aparecem na problemática ambiental como estratégia para a superação dos desafios impostos pelo atual sistema de acumulação capitalista, modelo que tem foco nas altas taxas de consumo (aumento da produtividade a todo custo). Os biocombustíveis são, portanto, apontados como alternativas viáveis de fonte energética, em consonância com o meio ambiente.

Como o agricultor familiar dará conta da sua produção depois da colheita? Esta é a grande questão logística da agricultura familiar

A segurança no suprimento energético de longo prazo, a modicidade dos preços em relação ao atual padrão energético, a competitividade da indústria local, as mudanças climáticas e o meio ambiente são os desafios para a política pública em energia em todo o mundo.

A reflexão sobre a produção e uso do biodiesel e sua relação com a sustentabilidade da agricultura familiar é importante porque a produção pode ter possibilidade de crescimento no país e este crescimento gera impactos em diversos setores da economia, além de investimentos e direcionamento de políticas governamentais.

Além das questões políticas e de mercado, tornam-se evidentes outras problemáticas relacionadas com a agricultura familiar no contexto da cadeia produtiva do biodiesel. De que forma a agricultura familiar participa desta cadeia produtiva? O PNPB está realmente sendo capaz de regular os anseios do grande capital e de proporcionar a diversificação de produtos e a participação da agricultura familiar? Nestes dez anos de biodiesel, como estão atualmente essas questões e qual o seu respectivo futuro?

Estes questionamentos reforçam a necessidade de realização de pesquisas sobre o PNPB que sejam capazes de verificar os seus impactos no meio rural e na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares.

No que diz respeito ao Selo Combustível Social, o tipo de relação constituída através do mecanismo estabelecido no marco regulatório, inédita no país, pode proporcionar boas oportunidades para a agricultura familiar. Mas tudo depende dos limites que o programa tomará daqui por diante: o de garantir a inserção e a distribuição da renda ou o de expropriar a renda fundiária dos agricultores familiares. Não se devem repetir experiências anteriores nas quais os agricultores familiares são subjugados, sem poder de barganha ou negociação de preços, através de contratos inegociáveis.

A questão da monocultura da soja apresenta-se, no contexto da sustentabilidade da agricultura

familiar na cadeia produtiva do biodiesel, como uma ameaça. Caso mecanismos de ajustes e de controle para a garantia da diversificação da produção e a oferta de matéria-prima para o biodiesel não sejam implantados e monitorados pelo governo, corre-se o risco de impossibilitar o desenvolvimento e a consolidação deste segmento na cadeia produtiva do biodiesel.

Por fim, a projeção de futuro para a consolidação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel deve considerar a necessidade de construção de usinas de processamento em locais estratégicos. O porte das usinas vai depender diretamente do aporte de investimentos na produção e distribuição.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. *O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre empresas e movimentos sociais*. São Paulo: FEA-USP/PLURAL CONSULTORIAS, 2007. p. 1-2. (Relatório de pesquisa).
- ALVARENGA JUNIOR, Marcio; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. *Produção de biodiesel no Brasil, inclusão social e ganhos ambientais*. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/images/gema/Gema_Artigos/2013/Alvarenga_Young_2013_ELAE_Biodiesel_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2014.
- BAHIA. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. *Agricultura familiar ajuda a reduzir a desigualdade social no Brasil*. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2014/02/17/agricultura-familiar-ajuda-reduzir-desigualdade-social-no-brasil>>. Acesso em: 26 jul. 2014.
- BIODISELBR. *Agricultura familiar, emprego e o lado social do biodiesel*. Disponível em: < <http://www.biodieselbr.com/biodiesel/social/aspectos-sociais.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11097-13-janeiro-2005-535383-norma-pl.html>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

- BERMANN, Célio. *Crise ambiental e as energias renováveis*. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000300010>. Acesso em: 7 jul. 2014.
- CAMPOS, Arnoldo; CARMELIO, Edna de Cassia. *Biodiesel e agricultura familiar no Brasil: resultados socioeconômicos e expectativas futuras*. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/ProjetoBr/biodiesel-e-agricultura-familiar-no-brasil#>>. Acesso em: 6 jul. 2014.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil*. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/aquecimentoglobal.pdf>>. Acesso em 31 out. 2013.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LEIRAS, Adriana. *A cadeia produtiva do biodiesel: uma avaliação econômica para o caso da Bahia*. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/cursos/pdf/038_adriana.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- LEPORATI, Michel et al. La agricultura familiar en cifras. In: SALCEDO, Salomón; GUZMÁN, Lya. Eds. *Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política*. Santiago, Chile: ONU; FAO. 2014. p. 35-56. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/019/i3788s/i3788s.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.
- MATTEI, Lauro. *Programa Nacional para produção e uso do biodiesel no Brasil: trajetória situação atual e desafios*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1218>. Acesso em: 6 jul. 2014.
- MENEZES, Rômulo S. C.; LIMA, João Policarpo R. (Coord.). *Produção de óleos vegetais em Pernambuco para a conversão em biodiesel: diagnóstico e indicação de alternativas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- PARTICIPAÇÃO da agricultura familiar no Brasil. Disponível em: <http://www.globalbioenergy.org/fileadmin/user_upload/gbep/docs/2013_events/GBEP_Bioenergy_Week_Brasilia_18-23_March_2013/3.8_MACHADO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2014.
- SACHS, Ignacy. *Sociedade, cultura e meio ambiente*. Disponível em: <[http://professor-ruas.yolasite.com/resources/Sociedade,%20cultura%20e%20meio%20ambiente,%20MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://professor-ruas.yolasite.com/resources/Sociedade,%20cultura%20e%20meio%20ambiente,%20MV1(1-2)07-13.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2011.
- SALCEDO, Salomón; DE LA O, Ana Paula; GUZMÁN, Lya. El concepto de agricultura familiar en América Latina y el Caribe. In: SALCEDO, Salomón; GUZMÁN, Lya. (Ed.). *Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política*. Santiago, Chile: ONU: FAO, 2014. p. 17-34 Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/019/i3788s/i3788s.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.
- SANTOS, José Antonio Lobo dos. *Reflexões sobre os impactos do Programa Nacional de produção e uso do biodiesel na produção do espaço rural brasileiro*. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Lobo%20-%20USP.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2014.
- TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno (Org.). *Fontes renováveis de energia no Brasil*. Rio de Janeiro: Interciência: CENERGIA, 2003.

Artigo recebido em 19 de agosto de 2014
e aprovado em 1 de setembro de 2014.

Agroecossistema cacau cabruca sob manejo de base ecológica em dois assentamentos de reforma agrária no sul da Bahia: mudança nos atributos químicos dos solos

*Durval Libânio Netto Mello**

*Cinira de Araújo Farias Fernandes***

*Eduardo Gross****

* Mestre e doutorando em Produção Vegetal pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).
durval.mello@urucuca.ifbaiano.edu.br

** Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).
cinira.farias@urucuca.ifbaiano.edu.br

*** Doutor e mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).
egross@uesc.br

Resumo

Em dois assentamentos de reforma agrária no sul da Bahia, Rosa Luxemburgo (RL) e Terra Vista (TV), sob sistema agroflorestal cacau-cabruca manejo de base ecológica, avaliaram-se os atributos químicos dos solos no início de um programa de extensão rural e após cinco anos de manejo. O assentamento RL localiza-se em área de ocorrência de Cambissolo e o TV em área de ocorrência de Argissolo. As amostras foram coletadas nos anos 2007 e 2012, vários atributos como textura, Matéria Orgânica do Solo (MOS), teor de nutrientes foram avaliados. O RL apresentou maior teor de soma de bases (SB), capacidade de troca catiônica (CTC) e saturação por bases (V%) no ano de 2007 em relação ao TV, enquanto que, em 2012, não houve diferenças entre RL e TV. Entre 2007 e 2012 houve aumento nos atributos dos dois assentamentos: SB, CTC, Ca, Mg, K e V% aumentaram seus teores.

Palavras-chave: Matéria orgânica. Solos. Agroecologia.

Abstract

In two agrarian reform settlements in southern Bahia, Rosa Luxemburg (RL) and Terra Vista (TV), under agroforestry cocoa-cabruca management ecological basis, evaluated whether the chemical characteristics of the soils at the beginning of a program extension and after five years of management. The RL settlement located in area of occurrence Cambisol and the TV in the area of occurrence of Ultisol. The samples were collected in 2007 and 2012, several attributes such as texture, soil organic matter (SOM), nutrient content were evaluated. The RL showed a higher content of sum of bases (SB), cation exchange capacity (CEC) and base saturation (V%) in 2007 compared to the TV, while in 2012, there were no differences between RL and TV. Between 2007 and 2012 there was an increase in the attributes of the two settlements, SB, CEC, Ca, Mg, K and V% increased their levels.

Keywords: Organic matter. Soil. Agroecology.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, no sul da Bahia, o cacau é cultivado num agroecossistema conhecido como cabruca, onde os cacaueiros são cultivados no sub-bosque de árvores nativas com alta diversidade (SCHROTH et al., 2013, p. 3). As cabruças foram intensamente implantadas no sul da Bahia, desde meados do século XIX, e passaram por vários períodos alternados de redução ou expansão de sua área de cultivo (SAMBUICH et al., 2012, p. 3); cerca de 75% das amêndoas de cacau nessa região são obtidas por este sistema (JOHNS, 1999, p. 31).

A partir da década de 90, com a ocorrência da vassoura-de-bruxa, causada pelo basidiomiceto

Moniliophthora, pernicioso na região sul da Bahia, ocorreram sérios danos econômicos e socioambientais. A região, que produzia 400 mil t⁻¹.ha⁻¹, sofreu uma queda em sua produção, chegando a níveis de 100 mil t⁻¹.ha⁻¹, devido também a fatores climáticos desfavoráveis, levando à queda vertiginosa da produção e da produtividade, com a desestruturação do comércio e da organização de trabalhadores e produtores.

Outro aspecto relevante da crise é que, durante esta, vários assentamentos de reforma agrária foram criados em imóveis que se tornaram improdutivos. Estes, em sua maioria, ligados a movimentos sociais que têm a agroecologia como uma ciência capaz de promover as bases corretas para uma agricultura sustentável (CAPORAL;



Figura 1
Sistema cacau-cabruca no assentamento Rosa Luxemburgo

Fonte: Adriano Oliveira, Técnico em Agropecuária Instituto Cabruca, 2010.

COSTABEBER, 2002, p.16). Diante deste panorama, programas de extensão rural, visando ao redesenho de agroecossistemas para a sustentabilidade, devem ser trabalhados em três etapas: a racionalização de insumos, a substituição de insumos e o redesenho e manejo de agroecossistemas para a sustentabilidade (COSTABEBER et al., 2013, p. 167). Segundo Altieri (2012, p. 372), uma das práticas utilizadas pelos agricultores familiares para lidar e até se preparar para as mudanças climáticas são os sistemas agroflorestais, mecanismos de captação de água, policulturas e o uso de variedades locais tolerantes à seca.

O cacauzeiro cultivado em agroecossistemas, como o cacau-cabruca, mostra muito da sustentabilidade e dos atributos de um ecossistema de floresta, sendo considerada a comunidade vegetal mais eficiente para a proteção dos solos tropicais contra agentes de degradação (ALVIM, 1989, p. 90). Um dos aspectos mais importantes no que diz respeito ao funcionamento de um agroecossistema está relacionado à temperatura do solo, que é influenciada pela intensidade da radiação solar na sua superfície, provocando variações térmicas, no decorrer do ano, nas camadas subjacentes e interferindo na dinâmica de nutrientes e da matéria orgânica (GASPARIM et al., 2005, p. 108).

Entre os recursos mais importantes para a sustentabilidade dos agroecossistemas estão o solo e seus atributos químicos, físicos e biológicos. A sustentabilidade em relação à manutenção da qualidade do solo tem sido cada vez mais estudada, pela constatação de que processos de degradação têm afetado uma porção considerável dos solos atualmente em uso (TÓTOLA; CHAER, 2002, p. 203), já que cerca de 40% das terras cultivadas no mundo sofrem uma destruição antrópica (OLDEMAN, 1994, p. 112).

O cacauzeiro cultivado em agroecossistemas, como o cacau-cabruca, mostra muito da sustentabilidade e dos atributos de um ecossistema de floresta, sendo considerada a comunidade vegetal mais eficiente para a proteção dos solos tropicais contra agentes de degradação

Em ambientes tropicais, com intemperização profunda dos solos, com baixa disponibilidade de nutrientes para as plantas (BAILLIE, 1989, p. 22), a MOS apresenta uma relação estreita com os atributos químicos, físicos e biológicos do solo e contribui com 20% a 90% da CTC destes solos (SILVA; MENDONÇA, 2007, p. 321) e com dois terços das cargas negativas (GOEDERT; OLIVEIRA, 2012, p. 998).

A maior parte dos solos do Brasil com cacauzeiros apresenta elevado grau de intemperismo, acidez e infertilidade (ZAIA et al., 2012, p. 197), com minerais caracterizados pela presença de cargas de superfície, variáveis segundo a reação da solução do solo.

Desse modo pode-se sugerir que sistemas de manejo em agroecossistemas com cacauzeiros, que possam manter ou aumentar a ciclagem de nutrientes no sistema solo-planta, sejam os mais viáveis do ponto de vista ecológico e econômico (MULLER; GAMA-RODRIGUES, 2012, p. 423). Para se entender e manejar o solo, visando manter sua capacidade de produção ao longo do tempo (sustentabilidade) e identificar se um conjunto de práticas é sustentável, deve-se quantificar os seus compartimentos ao longo do tempo (MULLER; GAMA-RODRIGUES, 2012, p. 423).

Neste contexto, a MOS assume um papel primordial, pois é considerada como o principal indicador de sustentabilidade do solo, por sua estreita relação com a disponibilidade de água e de nutrientes, visto que solos com elevado teor de matéria orgânica seriam mais capazes de sustentar a produtividade (NAMBIAR, 1996, p. 1639).

O manejo do solo influencia no teor de MOS e de Carbono Orgânico Total (COT), que depen-

dem essencialmente do aporte e do processo de decomposição e mineralização da MOS (SILVA; MENDONÇA, 2007, p. 280). Além disso, esta funciona regulando a entrada de água e ar e conservando os nutrientes para as plantas (SILVA; MENDONÇA, 2007, p. 335). Portanto, a conservação e o aumento da MOS e dos nutrientes em agroecossistemas são de extrema importância para a manutenção e o aumento da capacidade produtiva destes.

Em sistema de cacauzeiros com loureiros, a grande quantidade de biomassa depositada pelas árvores de sombra contribui com 10 t.ha⁻¹.ano⁻¹ de material orgânico (MULLER; GAMA-RODRIGUES, 2012, p. 424), que tem papel importante na manutenção da ciclagem de nutrientes e atividade microbiana para sustentar a produção de cacau.

Uma prática importante é o uso de cobertura morta sobre o solo, o que impede a elevação da temperatura na sua camada arável devido a pouca exposição e conseqüente diminuição na taxa de decomposição da MOS. Esse aspecto é importante em função dos efeitos marcantes que a temperatura do solo exerce na atividade biológica, na germinação de sementes, no crescimento radicular e na absorção de água (GASPARIM et al., 2005, p. 109).

Outro indicador importante e bastante estável é a textura do solo (FERREIRA, 2010, p. 10) e se correlaciona com os atributos químicos do solo, dependendo principalmente da atividade da argila e de sua quantidade.

Desta forma, ações extensionistas pautadas na agroecologia têm sido realizadas na região sul da Bahia com apoio do programa Cacau Para Sempre (CAR/Sedir)¹. Entre as diretrizes deste programa estão a manutenção e o redesenho do agroecossistema cacau-cabruca, utilizando-se leguminosas em consórcio, manejo da biomassa, cobertu-

ra morta com película de cacau, fosfato natural, calagem e gessagem (MELLO et al., 2013, p. 40; MELLO et al., 2012, p. 39).

O objetivo do presente trabalho é verificar a influência do manejo de conformidade orgânica e de base agroecológica no aumento da qualidade dos atributos químicos de solos e da matéria orgânica e sua correlação com o teor de argila e os outros atributos químicos do solo em sistema agroflorestal cacau-cabruca, nos projetos dos assentamentos Terra Vista e Rosa Luxemburgo, localizados respectivamente nos municípios de Arataca e Itajuípe, sul da Bahia.

METODOLOGIA

Caracterização das áreas

As comunidades de Terra Vista e Rosa Luxemburgo estão localizadas respectivamente nos municípios de Arataca e Itajuípe, ambos no território Litoral Sul do estado da Bahia. As coordenadas geográficas de Arataca são: 15°15'07.84"S de latitude e 39°26'39.40"O de longitude, 153 m de altitude, clima tipo Af – tropical úmido, de acordo com a classificação de Köppen, sem estação seca definida, com pluviosidade média de 1625 mm.⁻¹.ano⁻¹, bem distribuída. As coordenadas geográficas de Itajuípe são: 14°44'05.60"S de latitude e 39°26'31.15"O de longitude, 170 m de altitude, clima tipo Am – moção, de acordo com a classificação de Köppen.

A comunidade de Terra Vista situa-se em área de ocorrência de Argissolo-Vermelho Amarelo distrófico (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006, p. 116; SANTANA et al., 2002, p.22), enquanto a comunidade de Rosa Luxemburgo localiza-se no domínio geológico do granitóide Ibirapitanga-Ubaitaba (FRANCO, et al., 2001, p.79) e de Cambissolo Háplico Tb distrófico latossólico (FRANCO et al., 2011, p. 85 ; SANTANA et al., 2002, p. 22).

¹ Companhia de Ação Regional (CAR) e Secretaria de Integração Regional (Sedir) do Governo do Estado da Bahia.

Coleta e análise de solos

Foram escolhidos dez lotes de assentados em função do uso de práticas de manejo de base agroecológica, a partir de projetos de extensão do Instituto Cabruca. Todas as áreas estão sob cultivo de sistema agroflorestal cacau-cabruca nas duas comunidades e possuem resultados de análise de solo, no ano de 2007, feita a partir de amostras deformadas, retiradas por meio de trado holandês na profundidade de 0-20 cm, com recomendação de se retirar 40 amostras simples para uma composta. No ano de 2012, como forma de avaliar as mudanças ocorridas em função do manejo adotado, foram retiradas amostras deformadas de 0-5 cm e 5-20 cm de profundidade. Cada amostra composta foi formada de 40 amostras simples retiradas em áreas de meia encosta, na mesma área retirada em 2007. As áreas, em geral, foram escolhidas por serem homogêneas quanto ao sombreamento para o sistema cacau-cabruca e de aproximadamente 1 ha. As amostras foram coletadas no mês de agosto, no período que geralmente o cacauzeiro tem baixa floração (MULLER;VALLE, 2012, p. 32).

Os elementos foram determinados de acordo com métodos analíticos descritos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2011): argila pelo método da pipeta; pH em água; cálcio e magnésio trocáveis – extração com KCl 1 mol L⁻¹, na proporção 1:20 e determinação por espectrofotometria de absorção atômica; acidez trocável – extração com KCl 1 mol L⁻¹, na proporção 1:20 e determinação por titulação com NaOH 0,025 mol L⁻¹; acidez potencial (H + Al) – extração com acetato de cálcio 0,5 mol L⁻¹ tamponado a pH 7,0, na proporção 1:15 e determinação por titulação com NaOH 0,0606 mol L⁻¹; potássio trocável – extração com solução de HCl 0,05 mol L⁻¹ e H₂SO₄ 0,025 mol L⁻¹ (Mehlich) e determinação por fotometria de emissão de chama; fósforo disponível – extração com solução de HCl 0,05 mol L⁻¹ e H₂SO₄ 0,025 mol L⁻¹ (Mehlich-1) e determinação por colorimetria, utilizando-se ácido ascórbico como agente redutor.

A MOS foi determinada pelo método de Yeomans e Bremner (1988), baseado em técnicas de oxidação com dicromato de potássio com aquecimento externo das amostras; sódio, ferro, manganês, cobre e zinco com extratores Mehlich 1, boro em água quente e fósforo disponível também com resina de troca catiônica (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2011).

Manejo das áreas

As áreas foram manejadas com as seguintes práticas: retirada de excesso de sombra, poda do cacauzeiro, calagem, pelo método da saturação de bases com V₂ de 60% e gessagem, quando necessário substituindo 20% da dose de calcário, adubação organo-mineral (MELLO et al., 2013, p. 41), e das fontes sintéticas por película de cacau, fosfato natural e outras fontes.

Produtividade de amêndoas secas de cacau

Foi utilizado como referência o trabalho de Moreira e outros (2010, p. 2), que trabalharam com áreas demonstrativas de tamanho variado nos dois assentamentos em questão. Os resultados demonstraram um aumento de produtividade de amêndoas secas entre os anos de 2007 e 2010 de 34,5 kg.ha⁻¹ para 765 kg.ha⁻¹ de amêndoas secas no assentamento RL e de 66 kg.ha⁻¹ para 705 kg.ha⁻¹ no assentamento TV.

Análise estatística

Os resultados dos atributos químicos, teores de argila e MOS foram submetidos à correlação de Pearson com os outros atributos do solo nas profundidades de 0-5 cm, 5-20 cm e 0-20 cm. Os resultados para o ano de 2007 (TV e RL) e 2012 (TV e RL) foram comparados entre os assentamentos em cada ano e entre anos em cada assentamento com o Teste F (ANOVA). Tanto para a correlação como para o teste F utilizou-se o software R Core Team (R: A LANGUAGE..., 2014).

Principais resultados

Os solos do assentamento TV apresentaram maiores teores de argila comparados com os de RL; a relação silte/argila foi muito próxima e em torno de 0,27 a 0,29, indicando que estes solos apresentam estágio de intemperismo avançado (Tabela 1).

Os teores de argila variaram nos dois solos, porém os dois foram classificados, segundo critérios do sistema brasileiro, como de textura argilosa (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006, p. 270).

No ano de 2007 (Tabela 2), os solos do assentamento RL, em comparação ao TV, apresentaram teores mais elevados de pH, SB, Ca, Mg, K e V%, e teores menores de H+Al e Al, indicando maior fertilidade quanto aos atributos químicos naquele

ano. Isto pode estar relacionado ao material de origem deste solo, já que se trata de uma região de ocorrência de cambissolos eutróficos originários, enquanto que o assentamento TV está em áreas de argissolos distróficos.

Já em 2012, cinco anos após o início das ações de manejo implementadas pelos agricultores, com apoio de extensionistas do Instituto Cabruca, os resultados demonstraram não haver diferença entre os dois locais (Tabela 3). O único fator que apresentou diferença foi o teor de argila, todos os outros teores não diferiram pelo Teste F (Anova) ao nível de 5% de probabilidade de erro.

Quando se comparam os solos dos dois locais entre os anos de 2007 e 2012 separadamente (tabelas 3 e 4), percebe-se que, para os solos de ambos, TV e RL, houve aumento de SB, CTC, Ca e Mg.

Tabela 1
Textura dos solos dos assentamentos Terra Vista e Rosa Luxemburgo

Locais	Profundidade	Argila	Silte	Silte/Argila g.kg ⁻¹	Areia	Classe textural (SBCS)
Terra Vista	0-5 cm	483,8	136,6	0,28	379,6	Argilosa
	5-20 cm	506	144,5	0,28	349,5	Argilosa
	20 cm	500	143	0,29	357	Argilosa
Rosa Luxemburgo	0-5 cm	379,75	102,38	0,27	517,88	Argilosa
	5-20 cm	392	105,75	0,27	502,25	Argilosa
	20 cm	388,94	104,91	0,27	506,16	Argilosa

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 2
Resultados comparativos da média dos atributos químicos e MOS dos solos dos assentamentos Terra Vista e Rosa Luxemburgo – 2007

Atributos	Profundidade	Terra Vista	Rosa Luxemburgo
pH (H ₂ O)	0-20 cm	4,97 a	5,86 b
MOS (%)	0-20 cm	3,71 a	3,20 a
CTC (Cmolc. dm ⁻³)	0-20 cm	8,40 a	8,53 a
V%	0-20 cm	37,74 a	64,52 b
SB (Cmolc. dm ⁻³)	0-20 cm	3,21 a	5,53 b
H + Al (Cmolc. dm ⁻³)	0-20 cm	5,19 a	3,00 b
Al (Cmolc. dm ⁻³)	0-20 cm	0,56 a	0,013 b
Ca (Cmolc. dm ⁻³)	0-20 cm	2,08 a	3,55 b
Mg (Cmolc. dm ⁻³)	0-20 cm	1,00 a	1,74 b
K (Cmolc. dm ⁻³)	0-20 cm	0,13 a	0,24 b
P (mg. dm ⁻³)	0-20 cm	6,90 a	26,00 a
P rem. (mg. dm ⁻³)	0-20 cm	3,60 a	14,00 a

Médias entre as colunas com a mesma letra não diferem entre si pelo teste F (anova) a 5%.
Fonte: elaborado pelo autor.

No TV, V%, pH e P remanescente também apresentaram acréscimos em seus teores, enquanto que em RL aconteceu aumento de MOS e K disponível. Resultados de aumento de P e K disponível sob manejo orgânico, com utilização de adubação organo-mineral em área de ocorrência de Argissolo Vermelho Amarelo e Planossolo, foram encontrados por outros autores (NEVES et al., 2005, p. 167). Apesar de P disponível em TV ter diminuído, enquanto P remanescente aumentou, H+Al e Al também diminuíram, o que é desejável em termos de melhoria da fertilidade do solo.

O aumento de P remanescente em TV pode significar que o fosfato natural utilizado ocupou, ao longo do tempo, os sítios de adsorção de P nas argilas silicatadas de atividade baixa (NOVAIS et al., 2007, p. 513).

O aumento de CTC em ambos os assentamentos e de V% por bases em TV demonstra que o manejo orgânico foi capaz de elevar dois importantes atributos químicos relacionados à fertilidade do solo, confirmando a capacidade da adubação

organo-mineral de aumentar e manter os teores de bases trocáveis disponíveis no solo.

A matéria orgânica do solo manteve-se inalterada no assentamento TV entre os anos de 2007 e 2012 (Tabela 3), enquanto que em RL houve aumento deste atributo no mesmo período. Possivelmente em função da adição de matéria orgânica (película de cacau) e do uso do solo que concorre para manter as temperaturas deste com menores oscilações em função da cobertura arbórea presente em sistemas agroflorestais do tipo cacau-cabruca, além da deposição natural de biomassa, tanto por parte do cacauzeiro como das espécies florestais na serrapilheira (MULLER; GAMA-RODRIGUES, 2012, p. 424).

Os teores de matéria orgânica e de CTC aumentaram significativamente nos solos do assentamento RL, de 3,2% para 5,5%, e do assentamento TV, de 8,53% para 10,78%, respectivamente, e apresentaram correlação positiva com valor alto, $r = 0,923$, significativo a 1% de probabilidade na profundidade de 5-20 cm, conforme Tabela 5.

Tabela 3
Atributos químicos de solo sob sistema cacau-cabruca – 2007 e 2012 – assentamentos Terra Vista e Rosa Luxemburgo na profundidade de 0-20 cm

Local		Terra Vista		Rosa Luxemburgo	
Ano		2007	2012	2007	2012
MOS	(%)	3.71 a	3.86 a	3,2 a	5,5 b
pH	(H ₂ O)	4.97 a	5.46 b	5,862 a	5,725 a
H+Al	Cmolc.dm ⁻³	5.19 a	4.08 a	3,00 a	3,55 a
Al		0.56 a	0.18 b	0,026 a	0,925 b
SB		3.2 a	5.49 b	5,53 a	7,69 b
CTC		8.4 a	9.68 b	8,53 a	10,78 b
V%		(%)	37.74 a	56.24 b	64,52 a
Ca	Cmolc.dm ⁻³	2.08 a	3.70 b	3,55 a	4,94 b
Mg		1.0 a	1.69 b	1,74 a	2,84 b
K		0.13 a	0.12 a	0,24 a	0,64 b
P (Mehlich)		6.9 a	2.0 b	26,0 a	15,6 a
P remanescente	(mg.dm ⁻³)	3.6 a	7.43 b	14,0 a	13,05 a

Médias seguidas pela mesma letra minúsculas entre colunas, não diferem entre si pelo teste F a 5% de probabilidade de erro.
Fonte: elaborado pelo autor.

**AGROECOSSISTEMA CACAU CABRUCO SOB MANEJO DE BASE ECOLÓGICA EM DOIS ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA NO SUL DA BAHIA: MUDANÇA NOS ATRIBUTOS QUÍMICOS DOS SOLOS**

Tabela 4
Resultados comparativos da média dos atributos químicos e MOS dos solos dos assentamentos
Terra Vista e Rosa Luxemburgo – 2012

Atributos	Profundidade	Terra Vista	Rosa Luxemburgo
pH (H ₂ O)	0-5 cm	5,39 Aa	5,46 Aa
	5-20 cm	5,51 Aa	5,68 Aa
	0-20 cm	5,49 Aa	5,62 Aa
MOS (%)	0-5 cm	3,82 Aa	4,04 Aa
	5-20 cm	3,89 Aa	3,90 Aa
	0-20 cm	3,87 Aa	3,94 Aa
CTC (Cmolc.dm ⁻³)	0-5 cm	10,21 Aa	10,58 Aa
	5-20 cm	10,65 Aa	10,41 Aa
	0-20 cm	10,53 Aa	10,45 Aa
SB (Cmolc.dm ⁻³)	0-5 cm	6,00 Aa	6,55 Aa
	5-20 cm	6,76 Aa	6,67 Aa
	0-20 cm	6,56 Aa	6,65 Aa
V% (%)	0-5 cm	57,04 Aa	60,73 Aa
	5-20 cm	63,39 Aa	64,22 Aa
	0-20 cm	61,81 Aa	63,36 Aa
H + Al (Cmolc.dm ⁻³)	0-5 cm	4,22 Aa	4,03 Aa
	5-20 cm	4,22 Aa	3,74 Aa
	0-20 cm	4,22 Aa	3,81 Aa
Al (Cmolc.dm ⁻³)	0-5 cm	0,26 Aa	0,23 Aa
	5-20 cm	0,17 Aa	0,10 Aa
	0-20 cm	0,20 Aa	0,13 Aa
Ca (Cmolc.dm ⁻³)	0-5 cm	4,09 Aa	4,56 Aa
	5-20 cm	4,66 Aa	4,58 Aa
	0-20 cm	4,53 Aa	4,58 Aa
Mg (Cmolc.dm ⁻³)	0-5 cm	1,78 Aa	1,86 Aa
	5-20 cm	1,97 Aa	1,98 Aa
	0-20 cm	1,94 Aa	1,95 Aa
K (Cmolc.dm ⁻³)	0-5 cm	0,12 Aa	0,12 Aa
	5-20 cm	0,13 Aa	0,13 Aa
	0-20 cm	0,12 Aa	0,13 Aa
P (mg.dm ⁻³)	0-5 cm	2,20 Aa	2,38 Aa
	5-20 cm	2,22 Aa	2,13 a
	0-20 cm	2,20 Aa	2,19 a
P rem. (mg.dm ⁻³)	0-5 cm	8,70 Aa	9,38 Aa
	5-20 cm	7,40 Aa	7,50 Aa
	0-20 cm	7,80 Aa	7,98 Aa

Médias seguidas pelas mesmas letras minúsculas, entre colunas, e maiúsculas, entre linhas, não diferem entre si pelo teste F a 5% de probabilidade de erro.
Fonte: elaborado pelo autor.

O aumento e a manutenção da MOS podem estar relacionados à deposição de biomassa das árvores, assim como à adubação com película de cacau e à

baixa oscilação na temperatura do solo promovida pela proteção das árvores. Os valores encontrados na profundidade de 0-5 cm para a MOS foram maiores

Tabela 5
Correlação de argila e matéria orgânica com os atributos químicos nas diversas profundidades de solos submetidos a manejo orgânico nos assentamentos Rosa Luxemburgo e Terra Vista

Atributos	Profundidade	Rosa Luxemburgo		Terra Vista	
		Argila	Matéria orgânica	Argila	Matéria orgânica
CTC	0-5 cm	0,053	0,624	0,117	0,696*
	5-20 cm	0,106	0,923**	0,593	0,880**
	0-20 cm	0,100	0,753*	0,664*	0,623
SB	0-5 cm	-0,232	0,926**	-0,345	0,932**
	5-20 cm	-0,092	0,804*	0,454	0,746*
	0-20 cm	-0,297	0,397	0,229	0,544
Ca	0-5 cm	-0,219	0,921**	-0,350	0,929**
	5-20 cm	-0,102	0,805*	0,443	0,726*
	0-20 cm	-0,299	0,376	0,194	0,529
Mg	0-5 cm	-0,263	0,872**	-0,295	0,864**
	5-20 cm	-0,026	0,658	0,398	0,678*
	0-20 cm	-0,171	0,325	0,284	0,455
H+Al	0-5 cm	0,357	-0,820*	0,614	-0,822**
	5-20 cm	0,320	0,680	0,482	0,701*
	0-20 cm	0,336	0,611	0,557	0,412
Al	0-5 cm	0,494	-0,764*	0,662*	-0,757*
	5-20 cm	0,247	0,495	0,234	0,050
	0-20 cm	0,371	0,566	0,397	0,119
K	0-5 cm	-0,067	0,897**	-0,421	0,887**
	5-20 cm	-0,622	0,035	0,253	0,134
	0-20 cm	-0,502	-0,192	-0,112	0,003
P	0-5 cm	-0,263	0,486	0,397	0,536
	5-20 cm	0,232	0,657	0,421	0,632*
	0-20 cm	0,070	0,320	0,533	0,329
P rem.	0-5 cm	-0,339	0,787*	0,397	0,809**
	5-20 cm	-0,862**	-0,079	0,259	0,059
	0-20 cm	-0,741*	-0,343	0,013	0,040
V %	0-5 cm	-0,382	0,896**	-0,514	0,902**
	5-20 cm	-0,387	-0,055	0,062	0,156
	0-20 cm	-0,470	-0,443	-0,24	0,111

* Significativo a 5%, ** Significativo a 1%.
 Fonte: elaborado pelo autor.

do que a média encontrada por Zaia e outros (2012, p. 200), de 3,18%, trabalhando com Latossolos e Cambissolos com idades diferente, sob cacau-cabruca e cacau com Erytrina sp. com manejo convencional.

A correlação entre MOS e CTC também foi significativa para os solos do assentamento TV na profundidade de 0-5 cm e 5-20 cm, a 5% e 1% de significância, respectivamente.

Quanto ao teor de argila, somente em TV, na

profundidade de 0-20 cm, este atributo físico se correlacionou, $r = 0,664$, significativamente com a CTC, e em RL o valor foi de apenas 0,1 de 0-20 cm de profundidade. Além de apresentar maior relação silte/argila, os solos de TV também apresentaram maior teor de argila (Tabela 1), o que explica o fato de uma correlação positiva com a CTC de 0-20 cm, enquanto que os solos de RL não apresentaram teor de argila em nenhuma profundidade.

A correlação positiva observada entre P no estudo atual e os solos dos assentamentos RL e TV (Tabela 5) é corroborada na literatura. Correlações negativas têm sido encontradas entre as frações de P do solo com argila (ZAIA et al., 2008, p. 208) e positiva entre P e MOS em diferentes solos florestais no Brasil (CUNHA et al., 2007, p. 671).

Também houve correlação positiva entre MOS e SB em ambos os assentamentos na profundidade de 0-5 cm e 5-20 cm, corroborando ainda com a contribuição desta para a CTC em ambos os assentamentos (Tabela 5).

A correlação da MOS não só foi positiva e significativa com SB, Ca, Mg, K e P remanescente, como também foi negativa com H+Al e Al, corroborando com a perspectiva do uso da MOS como indicador de sustentabilidade (NAMBIAR, 1996, p. 1639). P remanescente foi inversamente proporcional ao teor de argila na profundidade de 5-20 cm no assentamento RL, -0,862 (Tabela 5), enquanto em TV não foi significativo, já Al em TV apresentou correlação positiva com o teor de argila na profundidade de 0-5 cm.

Quanto à produtividade, conforme o trabalho de Moreira e outros (2010, p. 2), o mesmo manejo aplicado a áreas demonstrativas nos assentamentos objeto deste trabalho aumentou a produtividade de amêndoas secas em quatro anos, de 34,5 e 66 kg¹.ha⁻¹.ano⁻¹ para 705 e 765 kg¹.ha⁻¹.ano⁻¹, respectivamente em TV e RL.

Mattos e outros (2013, p. 3), trabalhando com variedades clonais de cacauzeiros tolerantes à vasoura-de-bruxa e utilizando o mesmo manejo recomendado por Mello e outros (2013, p. 40), atingiram as seguintes produtividades de amêndoas secas para as variedades CCN 10, 2100 kg¹.ha⁻¹.ano⁻¹; PS 1319, 1740 kg¹.ha⁻¹.ano⁻¹; PH 16, 900 kg¹.ha⁻¹.ano⁻¹; CEPEC 2002, 705 kg¹.ha⁻¹.ano⁻¹ e PH 15, 690 kg¹.ha⁻¹.ano⁻¹. Estes resultados, quando comparados com as médias do sul da Bahia para estas variedades, se mostraram superiores (PEREIRA; VALLER, 2012, p. 367).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manejo do solo em áreas de sistema agroflorestal cacau-cabruca sob transição agroecológica em assentamentos de reforma agrária foi capaz de manter e aumentar o nível de MOS em área de ocorrência de Cambissolos Háplicos (RL) e os teores de importantes atributos químicos, como CTC, SB, Ca, Mg, K e P remanescente, em área de ocorrência de Cambissolos Háplicos e Argissolos Vermelho-Amarelo distróficos (RL e TV).

A MOS apresentou maior correlação com a CTC e outros atributos químicos do solo do que a argila, demonstrando a importância do manejo orgânico em manter e aumentar o teor deste atributo e sua importância como indicador de qualidade para os solos estudados.

Na área de ocorrência de Argissolo Vermelho-Amarelo distrófico, a argila apresentou correlação com a CTC de 0-20 cm e, em Cambissolos Háplicos, relação inversa com P remanescente.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. p. 400.
- ALVIM, Ronald. O cacauzeiro (*Theobroma cacao* L.) em sistemas agrossilviculturais. *Agrotrópica*, Itabuna, BA, v.1, p. 89-103, 1989.
- ARATO, Helga Dias; MARTINS, Sebastião; FERRARI, Silvia Helena de. Produção e decomposição de serapilheira em um sistema agroflorestal implantado para recuperação de área degradada em Viçosa-MG. *Revista Árvore*, Viçosa, MG, v. 27, n. 5, p. 715-721, 2003.
- BAILLIE, I. C. Soil characteristics and classification in relation to the mineral nutrition of tropical wooded ecosystems. In: PROCTOR, J. (Ed.). *Mineral nutrients in tropical forest and savanna ecosystems*. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1989. p. 15-26.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Alberto. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 2002.

- COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto; WIZNIEWSKY, José Geraldo. O conceito de transição agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas sustentáveis. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. [S.l.], EMBRAPA-ABA, 2013. p. 145-180.
- CUNHA, G. M. et al. Fósforo orgânico em solos sob florestas montanas, pastagens e eucalipto no norte fluminense. *Revista brasileira ciência do solo*, Viçosa, MG, v. 31, p.667–672, 2007.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Sistema brasileiro de classificação do solo*. 2. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA; Centro Nacional de Pesquisa em Solos, 2006. p. 306.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Manual de métodos de análise de solo*. 2. Ed., Rio de Janeiro: EMBRAPA; Centro Nacional de Pesquisa em Solos 2011. p. 225.
- FERREIRA, Mozart Martins. Caracterização física do solo. In: LIER, Q. J. *Física do solo*. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010. p. 298.
- FRANCO, Gustavo Barreto et al. Diagnóstico ambiental Bacia do Rio Almada. *Revista Geografia*, Recife, v. 20, n. 3, p. 71-94, 2011.
- GASPARIM, Eduardo et al. Temperatura no perfil do solo utilizando duas densidades de cobertura e solo nu. *Acta Scientiarum Agronomy Maringá*, Maringá, PR, v. 27, n. 1, p. 107-115, 2005.
- GOEDERT, Wenceslau J.; OLIVEIRA, Sebastião Alberto. In: NOVAIS, R.F. et al. (Ed.). *Fertilidade do solo*. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. p. 991-1017.
- JOHNS, Normans D. Conservation in Brazil's Chocolate Forest: The Unlikely Persistence of the Traditional Cocoa Agroecosystem. *Environmental Management*, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 31–47, 1999.
- MATOS, Tarcisio et al. Monitoramento da produção de clones de cacau sob regime cabruca no PA Luanda Itajuípe-BA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 9., 2013, Ilhéus, BA. *Anais...* Ilhéus: SBSAF, 2013.
- MELLO, Durval Libânio Netto et al. Manejo do solo, calagem e adubação orgânica. In: MELLO, D. L. N.; GROSS, E. (Org.). *Guia de manejo do agroecossistema cacau cabruca*. Ilhéus, BA: Instituto Cabruca, 2013. v.1, p. 92.
- MELLO, Durval Libânio Netto et al. Experiências com adubação verde, policultivos e sistemas agroflorestais no Litoral Sul da Bahia. Itabuna, BA: Instituto Cabruca, 2012.
- MOREIRA, Josimar Santos et al. Potencial de produção de cacau orgânico em assentamentos rurais no sul da Bahia. In: Mostra de Iniciação Científica do IF Baiano, 2., 2010, Catu, BA. *Anais...* Catu, BA: Catupiri Design, 2010.
- MÜLLER, Manfred Willy; GAMA-RODRIGUES, Antônio Carlos da. Sistemas agroflorestais com cacauzeiros. In: VALLE, Raul, René. *Ciência, tecnologia e manejo do cacauzeiro*. 2. ed. CEPLAC/CEPEC/SEFIS, Ilhéus, BA, p.407-436. 2012.
- MÜLLER, Manfred Willy; VALLE, Raul René. Ecofisiologia do cultivo do cacauzeiro. In: VALLE, Raul, René. *Ciência, tecnologia e manejo do cacauzeiro*. 2. ed. Ilhéus, BA: CEPLAC; CEPEC; SEFIS, 2012. p. 17-39.
- NAMBIAR, E. K. S. Sustaining productivity of forests as a continuing challenge to soil science. *Soil Sci Soc. Am. J.*, [S.l.], v. 60, p.1629-1642, 1996.
- NEVES, Maria Cristina Prata et al. Sistema integrado de produção agroecológica ou fazendinha agroecológica do km 47. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. de. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2005. p.147-172.
- NOVAIS, Roberto Ferreira de; SMYTH, Thomas Jot; NUNES, Flancer Novais. Fósforo. In: NOVAIS, R. F. et al. (Ed.). *Fertilidade do solo*. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. p. 471-550.
- OLDEMAN, Lal Richards. The global extent of soil degradation. In: GREENLAND, D. J.; Szabolcs (Ed.). *Soil resilience and sustainable land use*. [S.l.]: CAB International, 1994. p. 99 – 118.
- PEREIRA, J. L.; VALLE, R. R. Manejo integrado da vassoura de bruxa do cacauzeiro. In: VALLE, R. R. (Ed.). *Ciência tecnologia e manejo do cacauzeiro*. 2. ed. Ilhéus, BA: CEPLAC; CEPEC; SEFIS, 2012. p. 357-376.
- R: A LANGUAGE and environment for statistical computing. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2014. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- SANTANA, Sandoval Oliveira et al. *Solos da região sudeste da Bahia: atualização da legenda de acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos*. Ilhéus: CEPLAC; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2002. Cd rom. Embrapa Solos. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 16).
- SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Cabruca agroforests in southern Bahia, Brazil: tree component, management practices and tree species conservation. *Biodiversity and Conservation*, [S.l.], v. 21, p. 1055-1077, 2012.
- SILVA, Ivo Ribeiro da; MENDONÇA, Eduardo Sá. Matéria orgânica do solo. In: NOVAIS, R. F. et al. (Ed.). *Fertilidade do solo*. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. p. 275-374.
- SCHROTH, Goetz et al. *Contribution of agroforests to landscape carbon storage*. 2013. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11027-013-9530-7#page-1>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- TÓTOLA, M. R.; CHAER, G. M. Microorganismos e processos microbiológicos como indicadores da qualidade dos solos. In: ALVAREZ V, V. H. et al. (Ed.). *Tópicos em ciência do solo*. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2002. p. 195-276.

AGROECOSSISTEMA CACAU CABRUCÁ SOB MANEJO DE BASE ECOLÓGICA EM DOIS ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA NO SUL DA BAHIA: MUDANÇA NOS ATRIBUTOS QUÍMICOS DOS SOLOS

YEOMANS, J. C.; BREMNER, J. M. A rapid and precise method for routine determination of organic carbon in soil. *Comm. Soil Sci. Plant Anal.*, [S.I.], v.19, 1467-1476, 1988.

ZAIA, Francisco Costa et al. Carbon, nitrogen, organic phosphorus, microbial biomass and N mineralization in soils under cacao agroforestry systems in Bahia, Brazil. *Agroforestry Systems*, [S.I.], v. 86, p.197-212, 2012.

Agradecemos a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Artigo recebido em 23 de julho de 2014
e aprovado em 26 de agosto de 2014.

A inserção das mulheres agricultoras familiares do município de Seabra no PNAE: uma análise de gênero

*Cristiane Nascimento Santos**

*Edimare Ribeiro Costa***

* Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Engenheira agrônoma da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). crysagro@gmail.com

** Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Agente de Desenvolvimento Territorial na Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). edimarecosta@gmail.com

Resumo

O objetivo central deste texto é analisar a inserção das mulheres agricultoras familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e como essa participação vem contribuindo para o empoderamento e a autonomia destas. Para isso, a pesquisa utiliza-se do tipo descritivo, por meio da aplicação de questionários e da observação *in loco*. Entre os principais resultados, após o advento do PNAE, destaca-se a afirmação da totalidade de mulheres entrevistadas de que houve melhoria na renda. Desta forma, verifica-se que ações estruturantes de melhoria na produção, incentivo ao crédito rural, acesso às diferentes políticas públicas e acesso continuado à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e principalmente a efetivação de ações que contribuem para a autonomia das mulheres são de grande importância na construção de uma sociedade mais justa entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Gênero. Política pública.

Abstract

The main objective was to analyze the inclusion of family farmers in Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) women and how this participation has contributed to the empowerment and autonomy of those. For this, we used the descriptive research through questionnaires and on-site observation. Among the key findings stand out: after the advent of PNAE, all of the women interviewed, ie, 100% of them claim that there was an improvement in income. Thus, it is argued that structural actions to improve the production, promotion of rural credit access different public policies and the continued access to Technical Assistance and Rural Extension - ATER, and especially the effective actions that contribute to the empowerment of women will be of great importance in building a fairer society between men and women.

Keywords: Family farming. Gender. Public policy.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Alimentação Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação de alunos da rede pública de ensino. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais de estudantes durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Com o advento da Lei 11.947/09 (BRASIL, 2009), o programa passou a contribuir também para a organização produtiva dos empreendimentos da agricultura familiar.

O estudo da implantação e execução do PNAE foi realizado no município de Seabra, distante 456 km da capital baiana, com área de 2.825.016 km² e população de 41.815 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

A economia do município atende a várias cidades da Chapada Diamantina e está baseada, sobretudo, na prestação de serviços públicos e no comércio, além de pequenas indústrias, extração de minérios e agricultura. Esta última de grande importância, em especial a agricultura familiar, pois garante renda às famílias que vivem na zona rural de Seabra, principalmente as que são beneficiadas com programas e políticas públicas, como o PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e outras ações que fortalecem essa grande parcela da população.

Na prática, o que se observa é que o acesso da agricultura familiar ao PNAE, na maioria dos casos, beneficia grupos produtivos de mulheres ou aqueles que, são formados majoritariamente por mulheres, especialmente porque o beneficiamento

e a produção dos alimentos fornecidos – até mesmo por uma questão cultural – ficam a cargo das mulheres das comunidades, como pode ser observado no município no qual a pesquisa é desenvolvida.

O interesse pelo referido tema surgiu no contato com o Comitê Territorial de Mulheres da Chapada Diamantina, bem como na vivência com grupos produtivos que fazem a comercialização de seus produtos para o PNAE, no município de Seabra. Além disso, a experiência de trabalho com agricultores/as familiares e com a implementação de políticas públicas permitiu o desenvolvimento desta pesquisa no Território Chapada Diamantina, mais especificamente no município de Seabra.

Desta forma, analisou-se a inserção das mulheres agricultoras familiares no PNAE e como essa participação vem contribuindo para o empoderamento e a autonomia destas. Assim, o estudo desse tema torna-se importante a partir do momento em que se busca analisar a implantação do PNAE, tendo em vista que, na região em foco, há um contingente significativo de agricultores/as familiares inseridos nessa política pública. Foram utilizados questionários semiestruturados e a observação das comunidades visitadas como métodos de pesquisa, sendo que a aplicação desses questionários foi realizada em comunidades rurais do município de Seabra entre os meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

As visitas foram realizadas *in loco* na comunidade, visando, além da aplicação dos questionários, à observação da realidade das mulheres, bem como a um breve conhecimento de como ocorrem as relações nas comunidades e os empreendimentos dos grupos.

O estudo está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro composto pela fundamentação teórica, subdividida em: agricultura familiar, PNAE e questões de gênero no meio rural. O segundo traz a metodologia usada no desenvolvimento da pesquisa. Já o terceiro apresenta os resultados. Por fim, o quarto capítulo mostra a análise dos resultados, ou seja, as conclusões obtidas neste trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Agricultura familiar

A agricultura familiar é uma forma de produção que faz retornar aos primórdios da história humana. Neste estudo optou-se pela definição de agricultura familiar proposta por Abramovay (1997 apud MACHADO; SILVA 2003 a), na qual a produção familiar é aquela em que a administração, a propriedade e o trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços sanguíneos ou matrimoniais. O mesmo autor ressalta ainda:

esta definição não é unânime e muitas vezes tampouco operacional [...], já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas, onde a definição de agricultura familiar pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. (ABRAMOVAY, 1997 apud MACHADO; SILVA 2003, p. 7).

Outra definição de agricultura familiar conceitua esta atividade com sendo uma forma produtiva em que prevalece a junção entre administração e trabalho; são os produtores familiares que dirigem o processo produtivo, dando destaque na diversificação e utilizando o trabalho familiar eventualmente acompanhado pela mão de obra contratada (BRASIL, 2006).

Segundo Carvalho (2005), o conceito de agricultura familiar deve ser entendido como aquele em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no empreendimento agrícola. Porém, não se trata de uma tarefa fácil definir quem são realmente os agricultores familiares do Brasil. Assim:

As expressões agricultura familiar, pequeno produtor rural e pequenos agricultores adquiriram, desde o início da década de 1990,

conotações ideológicas, não porque imprecisas ou insuficientes para dar conta da diversidade de formas sociais de reprodução das unidades de produção/extração centradas na reprodução da vida familiar presentes e em desenvolvimento no país, mas, sobretudo, porque foram disseminadas no interior de um discurso teórico e político que afirmava a diferenciação [...] em duas categorias: aquela que seria transformada em empresas capitalistas pelo desenvolvimento das forças produtivas e aquelas que se proletariariam ou permaneciam dependentes de apoios sociais das políticas públicas. (CARVALHO, 2005, p. 23).

No Brasil, segundo dados da EMBRAPA (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2010), existem 5.675.362 agricultores familiares, sendo 512.032 produtores com menos de um hectare (ha) de terra; cerca de 983.330 ocupando área de menos de dois ha; 1,780 milhão com menos de cinco ha, e, finalmente, 2,4 milhões com menos de dez ha. A maioria dos pequenos estabelecimentos está no Nordeste, onde 94,2% dos estabelecimentos agrícolas têm menos de 100 ha, em áreas muito deficientes quanto à agricultura (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2012).

Inúmeras pesquisas mostram a importância da agricultura familiar no país, como os dados do Censo Agropecuário 2005/2006 realizado pelo IBGE, concluindo que a agricultura familiar tem um total de 4,1 milhões de propriedades, responde por 85,2% das propriedades agropecuárias do Brasil e por 37,9% do valor bruto da produção agrícola (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Outra pesquisa revela que, em 2012, a agricultura familiar respondeu por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todas as riquezas do Brasil, segundo dados do Plano Safra 2012/2013 do governo federal para a agricultura familiar (BRASIL, 2012).

O Plano Safra visa garantir ao produtor familiar maior capacidade de investimento, inovação tecnológica e segurança, o que resulta em alimentos de melhor qualidade e em maior quantidade para o país. O plano busca ainda aperfeiçoar as políticas públicas implantadas nos últimos anos para esse segmento produtivo com foco no aumento de renda, inovação e tecnologia e no estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda (BRASIL, 2013a).

O Plano Safra 2012/2013, por exemplo, revela que, embora a área média das propriedades patronais seja 17 vezes maior que a dos familiares, a renda por ha/ano nos empreendimentos da agricultura familiar é, em média, 2,4 vezes maior que a das outras. As propriedades familiares são responsáveis por quase 77% da mão de obra empregada no meio rural brasileiro (BRASIL, 2012).

Já um estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), revela que o PIB do setor cresceu R\$ 13,4 bilhões no ano passado, um aumento de 9,3% se comparado a 2011. A agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos para a população brasileira.

A agricultura familiar responde por 84% da produção de mandioca, 67% da produção de feijão, 58% da criação de suínos e frangos, 49% da produção de milho, 31% da produção de arroz do Brasil, 32% da soja exportada e 25% da produção de café (BRASIL, 2012).

A agricultura familiar vem consolidando-se como meio de geração de emprego, trabalho e renda para os pequenos agricultores, fixando homens e mulheres no campo e garantindo condições de melhoria na sua qualidade de vida. Além disso, configura-se também como movimento social organizado, que vem lutando pela criação e implementação de programas e políticas públicas. Conta também com uma lei específica que estabelece as diretrizes para

a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2012).

A agricultura familiar, enquanto agente do desenvolvimento da parcela da população que dela sobrevive, é ainda um processo que se encontra em fase de consolidação. O seu fortalecimento e a sua valorização dependem de iniciativas econômicas, sociais, políticas e culturais que precisam ser implementadas de forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos.

Entre esses destaca-se o papel dos estados e municípios, pois, sem dúvida, o Estado e as políticas públicas cumprem um papel importante na consolidação da agricultura familiar enquanto categoria geradora de renda e como fixadora de homens e mulheres no campo, contribuindo assim para a redução do êxodo rural e, conseqüentemente, para a diminuição do “inchaço” dos grandes centros urbanos.

Para Alves (2001), o desempenho da agricultura familiar é ditado por uma série de fatores, sejam eles decorrentes das políticas públicas, da conjuntura macroeconômica e/ou das especificidades locais. Saber lidar com esse complexo conjunto exige capacitações gerenciais, políticas, sociais e econômicas até então ausentes na maioria das propriedades.

Por conta disso, a gestão de uma propriedade rural, especialmente da agricultura familiar, envolve a coleta de dados, a geração de informações, a tomada de decisões e, por fim, as ações, que, na maioria das vezes, são pouco satisfatórias aos empreendimentos, especialmente no que se refere à produção familiar. São poucos os esforços dedicados à adaptação de ferramentas administrativas que permitam aos agricultores o planejamento das atividades, a garantia da qualidade dos seus produtos, a gestão da compra de insumos e a escolha dos mecanismos de comercialização (ALVES, 2001).

A agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos para a população brasileira

Além disto, o processo produtivo familiar não é ditado somente pela eficiência econômica, pois há fatores pouco conhecidos pelos técnicos, que são do saber do produtor familiar; saber tradicionalmente desenvolvido e passado de geração a geração e que deve ser levado em consideração antes da tomada de decisão e da adoção de novas tecnologias, pois é necessária a convergência com o saber técnico para o alcance da sustentabilidade de mercado (BRASIL, 2005). Entretanto, ressalta Veiga:

O reconhecimento da importância político-estratégica da produção familiar dá-se também pela sua capacidade de produzir de maneira eficiente, do ponto de vista econômico, e de ser capaz de absorver progresso técnico e atender à demanda por fibras e por alimentos baratos do setor urbano-industrial. A agricultura familiar une, ao mesmo tempo, eficiência econômica e eficiência social (VEIGA, 1991, p. 65).

A agricultura familiar atualmente é beneficiária de muitas políticas públicas, entre as quais, destacam-se: ATER, PAA, Pronaf, DAP e PNAE, que é foco deste estudo.

A ATER constitui um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural no país. Esse serviço atualiza o produtor sobre as melhores técnicas de produção, auxilia no planejamento das propriedades e fornece indicações sobre quais as culturas e atividades são mais propícias para a região, com o enfoque preferencial no desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. A assistência técnica qualificada é o meio de acessibilidade a um conjunto bem maior de políticas públicas, como o crédito, a regularização fundiária, a adoção das novas tecnologias, a agregação de valor à produção e a inserção mais competitiva dos produtos nos mercados (BRASIL, 2013a).

A agricultura familiar atualmente é beneficiária de muitas políticas públicas, entre as quais, destacam-se: ATER, PAA, Pronaf, DAP e PNAE, que é foco deste estudo

O PAA promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e favorece a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios

para fins diversos (BRASIL, 2014).

Instituído pelo Artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo implementado por meio de cinco modalidades, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e os governos estaduais e municipais. Para participar do programa, o beneficiário deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Pronaf (BRASIL, 2014).

A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou uma entidade credenciada pelo MDA, munido do CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo) (BRASIL, 2013b).

O Pronaf foi criado em 1995 pelo governo federal e destina-se a dar apoio financeiro às atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural. O Pronaf tem por objetivo fortalecer atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia do agronegócio, aumentar sua renda, melhorar o uso da mão de obra familiar e agregar valor ao produto e à propriedade (BANCO DO BRASIL, 2014).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE teve sua origem na década de 1940. Mas foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os estudantes do ensino fundamental foi assegurado. Porém, foi apenas em 2009, com a Lei nº 11.947 de 16/06/09 (Anexo II), que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a aquisição de alimentos destinados aos alunos da rede pública de ensino, passaram a ser usados na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural (BRASIL, 2013c).

Os beneficiários da alimentação escolar são estudantes da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, da educação indígena, das áreas remanescentes de quilombos e os alunos da educação especial, matriculados em escolas públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou em estabelecimentos mantidos pela União, bem como os de escolas filantrópicas.

O gerenciamento dos recursos do PNAE é realizado pelo FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela normatização, a assistência financeira, a coordenação, o acompanhamento, o monitoramento, a cooperação técnica e a fiscalização da execução do programa.

A partir de 2010, o valor repassado pela União a estados e municípios foi reajustado para R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. As creches e as escolas indígenas e quilombolas passaram a receber R\$ 0,60. Por fim, as escolas que oferecem ensino integral por meio do programa Mais Educação recebem R\$ 0,90 por dia. Ao todo, o PNAE beneficia cerca de 47 milhões de estudantes da educação básica (FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2013).

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

As entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) têm autonomia para administrar o dinheiro repassado pela União e compete a elas a complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar, conforme estabelece a Constituição Federal. Todos podem participar do programa, bastando, para isso, o cumprimento das seguintes exigências:

- aplicação dos recursos exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios;
- instituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento;
- prestação de contas dos recursos recebidos;
- cumprimento das normas estabelecidas pelo FNDE na aplicação dos recursos.

A implementação da lei que insere a agricultura familiar no PNAE ocorreu por meio da Resolução nº 38 do FNDE, no seu capítulo VI – Da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural (ver integra no anexo I), art. 18, traz o seguinte texto: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações (...)”, conforme Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009).

O PNAE é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir, no mínimo, uma refeição diária aos estudantes beneficiários. Representa a maior e mais abrangente experiência em programas de alimentação e nutrição na América do Sul. O número de estudantes atendidos no país ultrapassa 37 milhões, com um investimento superior a R\$ 1,025 bilhão ao ano (BRASIL, 2013a).

A gestão do PNAE é bastante complexa, já que envolve União, estados, municípios e vários órgãos ligados à educação e, mais recentemente, à agricultura familiar, como secretarias, conselhos e as próprias escolas beneficiadas, tendo como principal objetivo o suprimento, ainda que parcial, das necessidades nutricionais dos alunos.

O objetivo é atender os estudantes durante sua permanência na escola, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE tem como principais diretrizes: o emprego da alimentação saudável e adequada; a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; o respeito aos hábitos regionais e às tradições culturais, e o apoio ao desenvolvimento sustentável, adquirindo alimentos da agricultura familiar. Com a Lei nº 11.947/09, o programa passou a contribuir também para a organização produtiva dos empreendimentos da agricultura familiar.

Os princípios que norteiam o PNAE são: universalidade – beneficia todos os estudantes cadastrados no censo escolar, independentemente de condição social, raça, cor e etnia; continuidade – garante o atendimento durante todo o ano letivo; equidade – promove o tratamento igual para os alunos sadios e o tratamento diferenciado para os alunos portadores de necessidades especiais, a exemplo dos diabéticos, que devem receber alimentação adequada a sua condição; descentralização – o governo federal repassa recursos aos municípios, que são os responsáveis pela oferta de alimentos aos alunos; participação social – favorece a participação da sociedade no acompanhamento e controle da execução do programa via CAE.

O CAE é um conselho deliberativo e autônomo, com mandato de quatro anos, composto por representantes do Executivo, sociedade, trabalhadores da educação, alunos e seus pais. Este conselho tem como principal objetivo fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição

nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas higiênicas e sanitárias.

Os agentes da ATER fazem a ponte entre os agricultores e a prefeitura através de chamada pública, para recebimento de projetos de venda. Cooperativas, associações e grupos informais podem ou não utilizar os serviços deste agente, ficando a critério de cada grupo.

As atribuições do CAE são:

- analisar a prestação de contas e outros documentos financeiros;
- participar das etapas de controle de qualidade (zelar pela qualidade dos alimentos, orientar quanto ao armazenamento, fiscalizar o veículo que transporta os alimentos, orientar as merendeiras);
- receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE e fazer a avaliação deste;
- informar aos responsáveis pela fiscalização (Ministério Público, Tribunal de Contas, FNDE) sobre as irregularidades encontradas no programa.

Quando se trata da inclusão da agricultura familiar, há alguns aspectos relevantes que devem ser considerados:

- Na venda de produtos ao PNAE, podem participar agricultores familiares e empreendedores familiares rurais organizados em grupos formais (constituídos em cooperativas e associações) e/ou informais (grupos organizados que devem ser apresentados a uma entidade executora por uma entidade articuladora), com Declaração de Aptidão (DAP), física e/ou jurídica, ao Pronaf.
- A compra é realizada por entidades executoras que são as secretarias estaduais de Educação, prefeituras ou escolas que recebem recursos diretamente do FNDE e são responsáveis pela execução do PNAE, inclusive a utilização e a complementação de recursos financeiros.

Para o acesso ao PNAE, tanto os municípios quanto os agricultores familiares necessitam seguir

algumas etapas. A primeira delas é o mapeamento de produtos disponíveis no município, além do valor que será destinado à compra destes. A partir daí, o município, por meio de um nutricionista, deverá elaborar um cardápio para a alimentação escolar, levando em consideração os produtos anteriormente mapeados.

A próxima etapa é a chamada pública, que fica a cargo da entidade executora (em geral as secretarias de Educação e Agricultura) e deverá ter ampla divulgação. A quarta etapa é relacionada aos agricultores que têm interesse em comercializar os seus produtos junto ao PNAE, devendo elaborar um projeto de vendas que deverá ser encaminhando à entidade executora.

O projeto de venda deve ser assinado, no caso dos grupos formais, pelo representante e, no caso, dos grupos informais, pelos agricultores fornecedores.

Após o recebimento dos projetos de venda, a entidade executora faz a seleção das propostas, sendo que as comunidades tradicionais têm prioridade. Em seguida é realizada a assinatura dos contratos com os grupos. O contrato de compra é a formalização legal do compromisso assumido pela entidade executora e pelos fornecedores para a alimentação escolar. Ele estabelece, entre outros acordos, o cronograma de entrega dos alimentos e a data de pagamento dos agricultores familiares.

Por fim, existe o termo de recebimento que atesta a entrega dos produtos aos beneficiários da alimentação escolar, bem como todos os acordos previstos no contrato (como, por exemplo, prazos, produtos e padrões de qualidade).

As questões de gênero no meio rural

As discussões de gênero perpassam o empoderamento das mulheres, sendo esse conceito consolidado em conferências internacionais realizadas na década de 90, com a contribuição dos movimentos de mulheres. Assim, o empoderamento destas “re-

presenta uma maneira inovadora de enfrentar as desigualdades de gênero existentes tanto na esfera pública quanto na privada” (HEILBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2010a).

O conceito de gênero é utilizado para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens na sociedade

e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política, na vida sexual e reprodutiva e também na família. Assim, o conceito de gênero refere-se às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. No caso dos grupos produtivos de mulheres que comercializam para o PNAE no município de Seabra, observa-se que, em muitos casos, a criação dos grupos ocorreu a partir de uma relação de desigualdade, na qual as mulheres ficavam apenas com a parte reprodutiva do trabalho e com os cuidados com a casa.

A divisão do trabalho é outro conceito relevante encontrado em estudos oriundos de diversas áreas do conhecimento, como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Medicina, a Educação, dentre outras, e tem sido utilizado com diversas variações. Em termos genéricos, refere-se às diferentes formas que os seres humanos encontram para produzir e reproduzir a vida em sociedade.

As variações encontradas no termo divisão do trabalho podem ser organizadas em quatro grupos, cada um referindo-se a diferentes fenômenos sociais relativos às formas de produzir bens e serviços necessários à vida: 1) divisão social do trabalho ou divisão do trabalho social; 2) divisão capitalista do trabalho, ou divisão parcelar ou pormenorizada do trabalho, ou divisão manufatureira do trabalho, ou divisão técnica do trabalho; 3) divisão sexual do trabalho; 4) divisão internacional do trabalho (PIRES, 2013).

No caso da divisão sexual no trabalho no meio rural, que será foco do presente estudo, pode-se observar de que forma isso ocorre no campo fazendo uma análise de como ocorre essa dita divisão.

O conceito de gênero é utilizado para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens na sociedade, ajudando a compreender grande parte dos problemas

Segundo Heilbom, Araújo e Barreto (2010a), se as mulheres ocupadas inserem-se em jornadas de trabalho mais curtas, o contrário acontece com os afazeres domésticos. Assim como acontece com o trabalho realizado nas diferentes atividades da economia agrária que sempre contou com a presença e a participação de mulheres, porém sempre foi invisibilizado.

Constatou-se a invisibilidade do trabalho feminino em atividades agropecuárias, expressa inicialmente no fato de as mulheres trabalharem sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíam do *status* de trabalhadoras porque tinham jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou estavam ocupadas nas atividades de autoconsumo (FERRANTE; DURVAL, 2012).

Suas atividades são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como o trabalho da mulher rural. Mesmo que a mulher exerça tais atividades e isso lhe retorne financeiramente, há uma tendência histórica de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias seja reduzida ou secundária, pois somente após o término de suas “obrigações domésticas”, pode “ajudar” os homens. Nesse ponto, a invisibilidade pode ocorrer pela internalização da diferença pela própria mulher rural. Ela mesma tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários e aqueles realizados como dona de casa, podendo assim subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias (FERRANTE; DUVAL, 2012).

Segundo dados dessa mesma pesquisa, as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total da mão de obra feminina e 8,9% da mão de obra masculina na agropecuária. “Em 2004

dedicaram-se à atividade de autoconsumo 3.387.184 pessoas, com taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano” (BRASIL, 2006, apud FERRANTE; DURVAL, 2012).

Novamente citando Ferrante e Duval (2012), se historicamente o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição (ou complementaridade) ao papel produtivo dos homens, a demarcação desses papéis não implica rigidez conceitual, mas é expressão da naturalização do que é o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar. Por sua vez, mudanças advindas da racionalidade urbano-industrial impõem novas práticas sociais às mulheres rurais, como novos trabalhos e a necessidade de se obter renda monetária.

O trabalho agrícola da mulher é geralmente invisível porque é voltado à reprodução familiar e é planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consórcio de culturas, capina manual, adubação orgânica com sobras da alimentação, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares do lote agrícola (DUVAL, 2009).

Hoje, a pauta do movimento das trabalhadoras rurais tem como principal enfoque os direitos de cidadania – a representação política das mulheres nas organizações do Estado e da sociedade civil; o problema da violência intrafamiliar; o tema do desenvolvimento sustentável, e a luta pela soberania alimentar entendida como garantia do direito dos povos a comer, cultivar, comercializar e preparar alimentos com autonomia, de modo a atender às suas necessidades locais (HEILBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2010b).

A invisibilidade pode ocorrer pela internalização da diferença pela própria mulher rural. Ela mesma tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários e aqueles realizados como dona de casa, podendo assim subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias

METODOLOGIA

Pesquisar é desenvolver um processo de investigação orientado por um método, com o objetivo de levantar e analisar dados que permitam ampliar o conhecimento sobre a realidade (HEILBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2010a).

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se pela utilização da pesquisa descritiva e exploratória, que, segundo Gil (2008), é descrição das características de uma dada população, sendo que uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ainda citando Gil, a pesquisa exploratória é aquela que proporciona maior familiaridade com o problema, geralmente assume a forma de pesquisa bibliográfica.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a aplicação de questionários. Segundo André e Ludke (1986), para que esses instrumentos se tornem válidos e fidedignos, precisam, antes de tudo, ser controlados e sistemáticos, ou seja, é necessário que o pesquisador faça o planejamento com antecedência, como, por exemplo, a elaboração do questionário e o número de pessoas a serem entrevistadas. Isso leva a um planejamento cuidadoso, ou seja, deve-se definir o que será avaliado, como será avaliado, além de haver uma preparação rigorosa do observador.

Assim, foram utilizadas como método de pesquisa a aplicação de questionários com as agricultoras que compõem os grupos de mulheres que acessam o PNAE e a observação não estruturada, também denominada simples, informal ou não planejada, que conduz a função do pesquisador atuando como mero espectador. O intuito deste método é o conhecimento de uma situação cuja natureza se revela como pública, tais como hábitos de compra, vestuário, frequência a determinados locais públicos, dentre outras circunstâncias. Para o registro dos dados colhidos, podem-se utilizar distintos recursos, como gravadores, câmeras fo-

tográficas, filmadoras, além de outros aqui não especificados (BARÃO, 2014).

Diante disso, a pesquisa foi realizada utilizando questionário semiestruturado, bem como a observação; foram feitas visitas às comunidades com o objetivo de conhecer a realidade em que vivem as mulheres deste estudo. Assim, a pesquisa quantitativa, que visa levantar dados de primeira mão, tem no questionário um dos principais instrumentos de coleta de informações para a produção dos dados. O questionário é construído a partir das variáveis que se deseja conhecer, e cada variável conduz, no mínimo, a uma pergunta. O conjunto de perguntas forma o questionário (HEILBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2010a).

As mulheres entrevistadas foram estimuladas a expor as suas opiniões por meio dos questionários, que foram aplicados a 20 agricultoras familiares que acessam o PNAE. As visitas para a aplicação dos questionários foi *in loco*, ou seja, na comunidade para dar maior conforto às entrevistadas, mas também por ser o lugar onde as mulheres estão ambientadas e onde se estabelecem as relações concretas das agricultoras. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, no município de Seabra, Território Chapada Diamantina.

Como se trata de produção familiar, as propriedades são, em sua maioria, pequenas, não passando de 20 hectares. Apenas duas das 20 mulheres entrevistadas cultivam em terras maiores que o tamanho acima, ou seja, apenas 10% das pesquisadas têm áreas que variam de 20 a 100 hectares. Esta informação confirma os dados referentes ao tamanho de área da agricultura familiar no município, que, segundo dados do Censo Agropecuário 2005/2006 realizado pelo IBGE, não ultrapassa 100 hectares, não chegando, portanto, a dois módulos fiscais (cada módulo tem 60 hectares no Território da Chapada Diamantina); o limite máximo para a agricultura familiar também nesta região é de quatro módulos fiscais.

Em geral, as terras são produto de herança, pertencem a vários membros da família. Por exemplo, o pai ou a mãe faz a divisão entre os filhos, seja por meio de contrato de parceria (o proprietário cede parte do terreno para cultivo por um determinado período de tempo, que em geral são dez anos, podendo ser renovado quantas vezes se julgar necessário), doação e, ainda, de maneira informal.

Dados revelam que a população de agricultores que acessam o PNAE no município de Seabra é em torno de 120 pessoas, somando recursos no valor de R\$ 122 mil aplicados no ano, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação (SEABRA, 2013).

RESULTADOS

Entre os principais problemas enfrentados no acesso ao PNAE, pode-se destacar a falta de informação por parte de agricultores e agricultoras referente ao funcionamento e à forma de inserção na política. Além disso, há imprevistos de ordem natural na produção, como, por exemplo, o excesso ou a falta de chuvas, que leva esses trabalhadores a não disporem dos produtos contratados para determinada entrega, pois se trata de uma das atividades de maior risco no setor produtivo. Tem-se também a falta de planejamento da capacidade produtiva, da qualidade e do volume de produção.

A observação na comunidade de Seabra ocorreu de forma concomitante com a aplicação dos questionários, no intervalo entre uma conversa e outra com as participantes do grupo, bem como no deslocamento entre as residências das entrevistadas. A partir disso, foi possível recolher depoimentos e relatos das participantes.

Com base na aplicação dos questionários e nas observações realizadas no decorrer da pesquisa e na posterior análise dos dados, verificou-se que as

Os programas sociais são a fonte principal de sustento das famílias, ou seja, a renda de muitas delas – já que a renda advinda da agricultura não é fixa

mulheres partícipes desse grupo têm média de idade de 30 anos, sendo que quase a totalidade delas vive em união estável, todas com parceiros do sexo masculino. Aproximadamente 75% delas têm filhos e filhas (média de quatro por família), e o restante afirmou que pretende ter filhos um dia.

Entre as principais fontes de renda das famílias estão: a aposentadoria de algum membro da família, os programas sociais do governo federal (como o Bolsa Família) e a renda advinda da venda dos produtos ao PNAE, como pode ser observado no Gráfico 1.

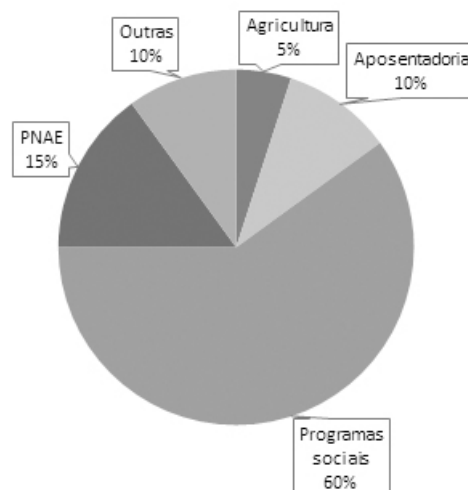


Gráfico 1
Principais fontes de renda

Fonte: elaborado pelos autores com base em pesquisa de campo (2013).

Com base nesse dado foi possível observar que os programas sociais são a fonte principal de sustento das famílias, ou seja, a renda de muitas delas – já que a renda advinda da agricultura não é fixa e a do PNAE não contempla todos os meses do ano, visto que, no período de férias, os produtos deixam de ser fornecidos. Outro dado que chama a atenção nesse gráfico é que as famílias que têm maior renda mensal são justamente aquelas que têm algum aposentado na residência.

No tocante ao PNAE, o grupo acessa a política pública há aproximadamente três anos, sendo que essa informação é geral, pois há mulheres que só começaram a participar há pouco mais de um ano. Entre as principais dificuldades de acesso está a formalização da associação, pois é grande a quantidade de documento exigida, segundo relatos informais da presidente da entidade. Outro fator relevante é o “convencimento” das mulheres para que estas participem do grupo. Muitas delas, antes de ingressarem no grupo, eram donas de casa e cuidavam dos afazeres domésticos e dos filhos e, em alguns casos, ajudavam seus maridos ou pais na lavoura. De acordo com Sirleide Rosa de Souza¹:

“Antes de fazer parte do grupo minha rotina era acordar, fazer café, arrumar os meninos para escola e depois ir cuidar da casa e, no fim de semana, a única coisa que mudava é que ia à feira no sábado e os meninos não iam para a escola. Hoje minha rotina mudou bastante, ainda tenho minhas coisas da casa para fazer, mas agora tenho a produção junto com minhas colegas, a gente se diverte bastante, conversa bastante. Depois que começamos a vender para o PNAE, nossa vida ficou melhor, em todos os sentidos, não só o dinheiro que aumentou, mas também a autoestima nossa”. (informação verbal).

A totalidade das mulheres entrevistadas afirmou que houve melhoria na renda com o advento do PNAE, apesar de reconhecer que o Bolsa Família ainda é a sua principal fonte de renda. Porém, houve uma contribuição para a conquista da autonomia a partir do PNAE, não só em termos financeiros, mas de forma geral. O relato de uma entrevistada, por exemplo, afirma que, antes de

A totalidade das mulheres entrevistadas afirmou que houve melhoria na renda com o advento do PNAE, apesar de reconhecer que o Bolsa Família ainda é a sua principal fonte de renda

participar do grupo e acessar algumas políticas ou programas públicos, ela praticamente não saía de casa, vivia em função do marido e dos filhos, e que atualmente participa de eventos, reuniões e encontros, sejam eles em Seabra ou em outros municípios. Ainda segundo ela, no ano de 2013 voltou a estudar, pois deseja “alçar voos” ainda maiores. Contudo, apesar da melhoria na renda, os homens continuam a ser os principais responsáveis pelo sustento da família, já que ainda há a crença de que o marido deve ser o provedor.

As entrevistadas foram questionadas sobre o acesso a outras políticas públicas que se relacionam ou não com o PNAE, e entre as mais citadas estão a DAP (documento que atesta que o produtor é agricultor familiar), o Programa Bolsa Família, o Programa Semeando (desenvolvido pelo Governo do Estado da Bahia, e que distribui sementes de milho e feijão para o plantio), o Programa Garantia Safra e a ATER (da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A – EBDA, de forma esporádica).

Outro questionamento feito foi em relação à divisão sexual do trabalho. Segundo os relatos, apenas 20% dos homens ajudam nas atividades domésticas e nenhum deles divide de forma equitativa o trabalho, mesmo que a quantidade de horas trabalhadas fora de casa seja a mesma para os dois – homem e mulher. Em geral, as mulheres, ao serem questionadas a respeito da quantidade de horas trabalhadas por dia, não contabilizam as empregadas no trabalho doméstico e nos cuidados com os filhos, apenas aquelas gastas na produção junto ao grupo para entrega ao PNAE e as do trabalho na roça. Neste momento fez-se necessário um segundo questionamento para que as horas trabalhadas diariamente fossem contabilizadas de forma justa, como pode ser observado no Gráfico 2:

¹ Associada desde a fundação do grupo.

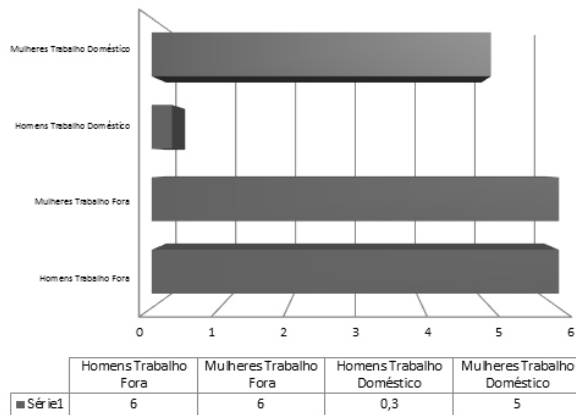


Gráfico 2
Horas trabalhadas

Fonte: elaborado pelos autores com base em pesquisa de campo (2013).

Entre os principais produtos fornecidos estão os derivados da mandioca, principalmente biscoitos, bolos, sucos e outros. São comercializados também produtos olerícolas em geral (cenoura, beterraba, alface, pimentão, tomate, pepino).

Por fim, uma ação que contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar em Seabra foi a criação/expansão das políticas de garantia de preços mínimos justos e de comercialização da produção como o PNAE.

CONCLUSÃO

Com base neste estudo é possível afirmar que houve avanços significativos na autonomia e no empoderamento das mulheres, visto que, de acordo com os resultados da pesquisa, algumas mulheres voltaram a estudar e participam de forma ativa dos espaços, eventos e cursos que discutem políticas públicas, como, por exemplo, o Comitê de Mulheres do Território Chapada Diamantina.

A análise demonstrou que houve mudanças no cotidiano das mulheres rurais, seja nas relações sociais, seja no campo político. Essas mudanças deram-se também nas esferas organizativa e produtiva.

Desta forma, a construção de uma nova realidade mediada pelo campo das políticas públicas não implica necessariamente rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes nas famílias. Porém, o papel da mulher tem superado aqueles que se consolidaram historicamente. Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres estão mais participativas nas tomadas das decisões.

Portanto, a implantação de ações que levem em consideração as diversidades presentes neste setor da economia será capaz de desenvolver as atividades dos trabalhadores ligados diretamente à agropecuária ou não.

Além disso, ações estruturantes de melhoria na produção, incentivo ao crédito rural, especialmente ao Pronaf Mulher, acesso às diferentes políticas públicas e programas como, por exemplo, o PAA, acesso continuado à ATER e, principalmente, a efetivação de ações que contribuam para a autonomia das mulheres serão de grande importância na construção de uma sociedade mais justa entre homens e mulheres, em especial no meio rural, no qual a cultura do machismo ainda é muito arraigada.

Com relação às políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento das comunidades, é preciso que haja uma junção dos campos político, social e econômico. Para isso é necessário que as políticas voltadas ao segmento da agricultura familiar contemplem a mulher como integrante do processo de produção, não desconsiderando o seu trabalho, nem omitindo a relação social de equidade entre o homem produtor e a mulher produtora, com direitos iguais de participação. Este estudo mostra que as mulheres agricultoras acreditam que há possibilidade de construir uma vida melhor, por meio da inserção em programas e políticas públicas, sejam elas afirmativas ou não.

Por fim, esta pesquisa, ao mostrar a realidade e as principais dificuldades do acesso ao PNAE, pode ser usada como início da construção de trabalhos que visem à melhoria da infraestrutura adequada a esse importante setor da economia regional, em prol do seu desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

- ANDRE, M. E. D. A.; LUDKE, M. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: _____. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.
- ALVES, E. *Agricultura familiar prioridade da Embrapa*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001. 55 p. (Texto para discussão, 9).
- ASSOCIAÇÃO DOS EDUCADORES COOPERATIVISTAS DO BRASIL (Minas Gerais). *Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. Disponível em: <<http://www.educoop.org.br>>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- BANCO DO BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page44,8623,10818,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=34344&codigoRet=11752&bread=2>>. Acesso em: 13 mar. 2014
- BARÃO, A.; TEMPORÃO, M.; DAVID, Paula. *Aprender a observar... observando!* (Metodologia da Investigação I). Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/AntonioMarisaPaulaObservacao.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Boletim Eletrônico Em Questão*, Brasília, n. 266, dez. 2005.
- BRASIL. Palácio do Planalto Presidência da República. *Governo lança Plano Safra 2013-2014 para agricultura familiar do estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/governo-lanca-plano-safra-2013-2014-para-agricultura-familiar-do-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 4 ago. 2013a.
- BRASIL. Guia de Serviços Públicos do Governo Federal. Emissão da Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar – DAP. Disponível em: <<http://www.servicos.gov.br/repositorioServico/emissao-da-declaracao-de-aptidao-da-agricultura-familiar-dap>>. Acesso em: 2 ago. 2013b.
- _____. *A Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500756>>. Acesso em: 12 jul. 2013c.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no MERCOSUL. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Disponível em: <ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2013d.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica... *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano safra 2012/2013 para agricultura familiar*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, 2012.
- CARVALHO, H. M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 4 ago. 2013.
- DUVAL, H. C. *Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural*. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP, 2009.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Oficina "Tecnologia Social e Agricultura Familiar: semeando diferentes saberes"*, n. 4. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br>>. Acesso em 08 mar. 2010.
- _____. *Agricultura Familiar prioridade da Embrapa*. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/79269/1/sea-texto-09.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2012.
- FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. *Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: apresentando dados de pesquisas*. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/254/112>>. Acesso em: 9 ago. 2012.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HEILBORN, M. L.; ARAUJO, L.; BARRETO, A. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP*: módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010 a.
- HEILBORN, M. L.; ARAUJO, L.; BARRETO, A. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP*: módulo VI. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Cidades@: infográficos: dados gerais do município.
Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=292990>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

MACHADO M. D.; SILVA A. L. *Canais de distribuição para produtos provenientes da agricultura familiar*: um estudo multicaso na região de São Carlos e Araraquara. Ribeirão Preto, SP: FERP; USP, 2003.

PIRES, D. E. Divisão social do trabalho. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoetra.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SEABRA (BA). Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação de Seabra. *Relatório anual de gestão 2013*. Seabra, BA: Prefeitura Municipal, 2013. p. 32.

_____. Prefeitura Municipal. *Dados gerais*. Disponível em: <<http://www.seabra.ba.gov.br/index.php/a-cidade/dados-gerais>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola*: uma visão histórica. São Paulo: USP, 1991.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 2 de setembro de 2014.

Agricultura familiar e pluriatividade: reflexões conceituais

*Eliandro Francisco de Oliveira**

*José Antônio Lobo dos Santos***

* Especialista em Gestão e Educação Ambiental pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (lescfac) e mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Educação Básica no estado da Bahia. eliandroleotcc@yahoo.com.br

** Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor titular da Graduação e do Mestrado em Geografia na UFBA. professorlobo@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo é resultado de algumas reflexões teóricas, com o objetivo de apresentar uma revisão bibliográfica acerca do debate teórico-conceitual sobre a categoria agricultura familiar e a noção de pluriatividade. Procura-se aqui, também, demonstrar como a introdução do capital no campo, através da modernização conservadora da agricultura brasileira, tem obrigado o agricultor familiar a desenvolver formas para que possa continuar trabalhando e sobrevivendo no campo. Uma dessas formas é tornar-se um trabalhador pluriativo, conciliando trabalhos agrícolas com atividades não agrícolas. Este artigo apresenta também a relação intrínseca entre a agricultura familiar e a pluriatividade rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pluriatividade. Espaço agrário.

Abstract

This article is based on some theoretical reflections, aiming to present a literature review on the theoretical and conceptual debate on the family farm category and the notion of pluri. Also seeks to demonstrate how the introduction of capital in the field by the conservative modernization of Brazilian agriculture has forced the family farmer to develop ways for you to continue working and surviving in the field. One of those ways is the reconciliation of non-agricultural jobs with agricloas activity, is thus becoming a pluriativo worker. It also shows the intrinsic relationship between family farming rural pluriativity.

Keywords: Family farming. Pluriactivity. Agrarian space.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira, enquanto espaço de relações capitalistas de produção, vem modificando-se nos últimos anos. A agricultura familiar, por exemplo, não é mais caracterizada apenas por atividades agrícolas, observa-se a proliferação de uma multiplicidade de funções que vão além da produção de alimentos e fibras.

Essas funções são vistas como essenciais para enfrentar as crises geradas pela mecanização e a diminuição da oferta de emprego no campo.

Diante da insuficiente renda gerada pelas atividades agrícolas para cobrir os custos da produção e satisfazer as necessidades das famílias, a alternativa encontrada pelos agricultores foi a conciliação de trabalhos agrícolas com atividades não agrícolas. Como isso, a pluriatividade surgiu como estratégia de sobrevivência, permanência e resistência do pequeno agricultor no campo, devido à falta de políticas públicas eficientes, à concentração de terras e, sobretudo, à pobreza rural.

Nesta perspectiva, esse artigo tem como objetivo analisar o processo de construção e as implicações da pluriatividade na agricultura familiar. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para o levantamento das informações e análise da categoria agricultura familiar e da noção de pluriatividade e suas implicações no espaço agrário.

Assim, é importante frisar que o processo de produção no espaço agrário está ligado, sobretudo, às possibilidades promovidas pelo capital e às estratégias de sobrevivência e resistência dos trabalhadores, que estão produzindo por meio de uma diversidade de estratégias e devido à modernização agrícola dos últimos anos.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo é composto por três partes: a primeira faz o levantamento e o aprofundamento das conceituações da categoria agricultura familiar,

bem como de sua relação com a noção de pluriatividade; a segunda discute as conceituações e manifestações da pluriatividade no espaço agrário; e a terceira aborda a afirmação da agricultura familiar e o surgimento da pluriatividade no Brasil.

Entender a pluriatividade na agricultura familiar é fundamental para compreender as evidências das novas formas de produção no espaço agrário no contexto da glo-

balização, daí a importância de se destacarem as relações entre a produção no espaço agrário e as implicações da pluriatividade na agricultura familiar.

A agricultura familiar, por exemplo, não é mais caracterizada apenas por atividades agrícolas, observa-se a proliferação de uma multiplicidade de funções que vão além da produção de alimentos e fibras

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

A unidade familiar de produção, enquanto espaço de relações sociais, constitui-se em um rico cenário para os estudos acerca das dinâmicas do espaço geográfico e da complexidade da sociedade atual. A agricultura familiar vem ganhando cada vez mais espaço no meio acadêmico, e em discussões e debates no meio político e social da contemporaneidade. Os estudos agrários referentes ao agricultor e à agricultura familiar despertaram o interesse de pesquisadores brasileiros que, desse modo, retomaram essa temática, não se atendo apenas à agricultura e à produção agrícola, mas também atribuindo maior importância ao espaço agrário.

Corroborando esse pensamento, Wanderley (2000, p. 25) afirma, que “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social” e passou a ser vista como uma alternativa viável para aumentar a produção de alimentos, bem como para a ocupação e a geração de renda da população que vive no campo.

Entretanto, o termo agricultura familiar ainda enfrenta resistência por parte de muitos pesquisadores, que defendem que esta não representa uma

categoria de análise que responda pela diversidade dos agentes que vivem no campo. Assim, o debate acerca da conceituação mais adequada para camponês ou agricultor familiar, bem como para agricultura camponesa ou agricultura familiar, não se constitui em uma tarefa fácil, porém, necessária para o entendimento da realidade espacial do campo na atualidade.

O que se observa é que os termos agricultor e agricultura familiar apenas recentemente ganharam legitimidade política, social e, sobretudo, acadêmica no Brasil. Antes da década de 1990, vários outros termos eram utilizados para designar e caracterizar os trabalhadores da agricultura, que eram chamados de pequenos agricultores, pequenos proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros e camponeses. Essas denominações não desapareceram por completo, mais perderam força, sobretudo no que se refere às políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Daí surge a base das divergências teóricas e epistemológicas acerca dos termos agricultor e agricultura familiar que, na maioria das vezes, são colocados em contraposição aos termos camponês e agricultura camponesa. Neste bojo de reflexões, alguns autores que tratam sobre o tema, a exemplo de Medeiros (2007) e Neves (2007), costumam separar suas concepções em três vias de análise distintas e, ao mesmo tempo, relacionáveis.

A primeira via entende que o campesinato desenvolve-se por meio das conexões proferidas pelas relações não capitalistas de produção, inseridas dentro do próprio modo de produção capitalista; a segunda via defende a concepção de que o camponês tradicional, por meio da modernização e das transformações pelas quais a agricultura vem passando nos últimos anos, se transformaria em um agricultor integrado à lógica do mercado, passando a exercer a agricultura como uma atividade profissional. Os defensores dessa corrente pregam o “fim do campe-

sinato”. Já a terceira via não descarta que as transformações técnicas, trazidas pela modernização da agricultura, fizeram como que o agricultor tradicional se modernizasse sem perder de vista suas

raízes tradicionais, tanto de produção e comercialização, quanto de modos de vida.

Essa última via parece ser a mais apropriada para enfrentar os desafios trazidos pela modernização da

agricultura e as transformações, políticas e sociais pelas quais o campo vem passando nos últimos anos, pois o agricultor familiar, ao se utilizar de formas modernas de produção e comercialização para enfrentar as crises agrícolas recorrentes, não deixa de continuar sendo um camponês em sua essência, pois, “o agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês, na medida em que a família continua sendo o objetivo principal e que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão” (WANDERLEY, 2003, p. 48). Este camponês é quem “luta pela valorização do real significado da terra, levando em conta a mesma como elemento básico de vida, assim como a água, o fogo e o ar” (MEDEIROS, 2007, p. 173).

Assim, os agricultores familiares são portadores de tradições que são passadas de geração em geração; são maneiras de se relacionarem com a terra que, mesmo na sociedade moderna, sobrevivem e alimentam os sistemas de produção na agricultura familiar, ratificada pelo pensamento de Wanderley (2003, p. 48) quando diz que:

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido.

Dessa maneira, não se pode analisar a realidade, a que reproduz a categoria social denominada de agricultura familiar, sem observar o contexto político e socioeconômico ao qual ela está inserida, pois, à medida que as relações capitalistas de produção apropriam-se do trabalho familiar na agricultura, o agricultor familiar usa seus conhecimentos de camponês para superar as dificuldades impostas pela modernização das práticas agrícolas, pelo acesso cada vez mais restrito à terra, dentre outros obstáculos que se colocam à agricultura familiar nos mais variados contextos.

Portanto, a agricultura familiar é uma forma de resistência do campesinato, e que se fortalece à medida que seus agentes lutam por sua permanência e, para isso, buscam o reconhecimento de sua importância política e econômica na sociedade brasileira. Camponeses agricultores familiares das mais diferentes categorias, muitos deles atendidos e beneficiários do Pronaf, procuram não apenas permanecer na terra, mas produzir e se reproduzir social, política e economicamente. Talvez essa seja a questão básica na evolução do campesinato na atualidade (MEDEIROS, 2007).

Deste modo, é correto afirmar que o debate conceitual mais aprofundado sobre a agricultura familiar é recente na literatura nacional e, principalmente, nos meios acadêmicos, visto que, só há pouco tempo, é que se despertou um olhar diferenciado para esta categoria de análise. Isto se deve, em parte, ao lugar de destaque que a agricultura patronal desempenhou no contexto das políticas públicas que foram desenvolvidas no espaço agrário.

O debate conceitual a respeito da agricultura familiar, *a priori*, surgiu no período colonial, porém só ganhou força a partir da década de 1990, com o redimensionamento das políticas públicas destinadas ao espaço agrário e as possibilidades de reprodução do capital no campo.

Esse modo de produção teve sua origem vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo.

Desenvolveu-se subordinada a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados e não foi eliminada pelas transformações dos processos produtivos, ocorridos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 15).

Diante desse contexto, a agricultura familiar é entendida como uma forma de produção onde deve predominar a junção entre a gestão e o trabalho, pois os agricultores familiares têm autonomia no que se refere ao processo produtivo, “onde o trabalho, a terra e a família estão inteiramente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p. 65), e, nesse sentido, o agricultor familiar dá maior destaque à diversificação e à utilização do trabalho da família e, em alguns casos, utiliza o trabalho assalariado.

Contribuindo com essa definição, Wanderley (1999, p. 23) ressalta que se entende por agricultura familiar “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. O autor ainda acrescenta que a agricultura familiar constitui-se, na atualidade, em um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, nas quais os agricultores familiares correspondem a uma dessas formas particulares (WANDERLEY 1999 apud MARAFON; RIBEIRO, 2006, p. 114).

Para Abromavay (1998), a agricultura familiar deve ser interpretada como uma forma viável de desenvolvimento para propiciar melhores condições de vida e, principalmente, atenuar a pobreza que assola as pessoas que vivem no campo. Além disso, pode-se considerar que a agricultura familiar tem contribuído para uma produção agrícola sustentável, a partir da constatação de que adota, de forma mais usual que as grandes organizações produtoras, práticas de cultivo que priorizam a diversificação de produtos, a redução de insumos industriais e a preservação do meio ambiente.

A partir dessa perspectiva, Mesquita e Mendes (2012, p. 25) dizem que “o debate sobre a impor-

tância do papel da agricultura familiar no desenvolvimento agrário brasileiro ganhou muita força nos últimos anos, colocando essa categoria em destaque nos meios acadêmicos e organismos oficiais do governo”, pois, segundo esses autores, “a agricultura familiar passou a ser vista como uma forma de geração de emprego e de ocupações produtivas no desenvolvimento da sociedade”. Nessa mesma linha de raciocínio, Schneider afirma que:

[...] a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2004, p. 57).

O autor ainda aponta que o surgimento da expressão agricultura familiar seguiu, quase simultaneamente, em duas esferas de atuação: no campo político, por meio dos movimentos sociais, e nos meios acadêmicos.

A partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais no campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sobre uma mesma denominação. Assim, as entidades de representação política dos pequenos agricultores vislumbraram a demarcação de uma base social numericamente bem mais extensa, o que ofereceria a possibilidade correta de afirmação e ampliação de sua de sua legitimidade política (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

A partir daí, surgem estudos que direcionam a importância da agricultura familiar no contexto político e socioeconômico do Brasil, por se tratar de uma categoria que possibilita a geração de emprego (com ganhos para as pessoas que vivem no campo e na cidade) e permite a sobrevivência e a permanência das famílias agricultoras no campo,

diminuindo o êxodo rural e a superpopulação nas áreas urbanas.

Convertendo-se a importância da agricultura familiar em números, observa-se que esta representa 4,3 milhões de estabelecimentos rurais (ou 84,4% do total nacional), é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária (ou 74,4% do total das ocupações rurais) e responde pela maior parte da produção dos principais alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. E isso ocupando apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Entretanto, a maioria dos autores costuma conceituar a agricultura familiar a partir da dicotomia agricultura familiar x agricultura patronal. O próprio governo, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), de forma generalizada, define a agricultura familiar a partir de três características centrais e coloca essa dualidade em evidência: a) a gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento; b) o trabalho (em sua maior parte) é realizado pelos membros da família; c) os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família. Com base nesses critérios, o estabelecimento integrante da agricultura familiar é aquele dirigido pelo próprio produtor rural e que utiliza mais a mão de obra familiar que a contratada, sendo esta permanente ou temporária.

Ainda aprofundando a análise dos critérios estabelecidos pelos organismos governamentais e entidades que analisam a realidade espacial do campo, a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), denominada Lei da Agricultura Familiar, estabelece que a definição mais adequada para agricultor familiar, empreendedor rural ou aquele que pratica atividades no meio rural deve respeitar as seguintes características:

- a. não ter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;

- b. utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c. ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d. dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Seguindo esse parâmetro, a agricultura familiar representa um modelo produtivo muito peculiar de difícil delimitação, assim como os proprietários desses estabelecimentos familiares. Brose (1999, p. 10) “descreve o produtor familiar como um personagem híbrido, que acumula uma tríplice identidade, composta por proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador”. Portanto, este produtor teria direito a rendimentos tríplices na economia de mercado: rendas fundiárias ligadas à posse do solo, lucro como empresário privado e salário como trabalhador agrícola.

No entanto, esse conceito pode ser questionado à medida que o agricultor familiar, pelas rendas geradas na unidade familiar e pelas formas de trabalho, não pode mais ter suas atividades classificadas como sendo *a priori* capitalistas, mas, sim, como uma consequência de relações capitalistas de produção.

O que fica evidente é que a maioria das definições de agricultura familiar, adotadas em trabalhos acadêmicos, órgãos oficiais do governo ou leis que tratam da temática, baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos, na renda gerada pela atividade agrícola e, mais recentemente, nas rendas geradas pelas atividades não agrícolas. Em todas, segundo Wanderley (1999), há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento, sendo a responsável pelos lucros ou prejuízos decorrentes das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na unidade familiar de produção.

Para entender melhor esse processo, faz-se necessário um aprofundamento sobre a noção de pluriatividade, que possa explicar a diversidade de atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares e suas relações com a produção no espaço agrário, sobretudo, impulsionado pelo modo capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE PLURIATIVIDADE

A agricultura brasileira, no contexto da economia globalizada, tem passado por algumas transformações nas últimas décadas, por meio de uma série de avanços, sobretudo, com a aplicação do pacote tecnológico da revolução verde. A agricultura familiar brasileira, a partir da década de 1990, também foi inserida nesse processo, na medida em que essa atividade econômica não pode ser mais caracterizada apenas pela produção de alimentos, pois se observa uma multiplicidade de funções que a agricultura familiar desenvolve que não se limitam às atividades agrícolas. O desenvolvimento de outras atividades não agrícolas constitui-se com uma forma de permanência e resistência utilizada pelo agricultor familiar para superar as crises geradas no setor pela falta de políticas públicas, pela concentração fundiária e, sobretudo, para enfrentar a pobreza no campo.

As práticas agrícolas, associadas com os trabalhos não agrícolas, constituem-se em uma estratégia de permanência e de resistência do agricultor familiar na unidade de produção, ante o processo de modernização das formas de produção e expansão do capital no campo. Essa modernização, denominada por muitos autores de conservadora, sobretudo na base técnica, na propagação do trabalho assalariado e nos investimentos nas atividades agrícolas, provocou sérias transformações ao espaço produtivo do campo. Neste contexto, essas mudanças fizeram com que novos termos, conceitos e noções fossem aplicados, na tentativa de explicar essa nova realidade.

Observa-se que as diversas formas de renda geradas pelo trabalho agrícola não estão sendo suficientes para cobrir as despesas da produção, obrigando o agricultor familiar a dedicar boa parte de seu tempo a outras atividades, na tentativa de obter rendas complementares que possam amenizar suas dificuldades.

Para tanto, ao serem analisadas as relações de produção no campo, como o advento da modernização conservadora da agricultura, algumas questões vêm à tona e se colocam como referencial necessário para explicar a flexibilidade das atividades agrícolas nessa nova realidade. Daí a importância dos termos agricultura em tempo parcial e pluriatividade. Esses conceitos vêm ganhando destaque nos meios acadêmicos e órgãos que trabalham com a realidade espacial do campo.

Os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) foram, durante algum tempo, usados como sinônimos, porém são práticas diferentes de atuação do trabalho no campo. O primeiro foi utilizado de forma pioneira na década de 1930 pelos economistas americanos e “refere-se ao regime de dedicação despendido para a atividade agrícola pelo principal operador da propriedade” (CUNHA; BRANDÃO; FELIX, 2000, p. 3). Inicialmente esse conceito foi aplicado na caracterização do nível de envolvimento do produtor no trabalho, dentro e fora da propriedade, destacando a importância da esfera agrícola que é referenciada em função da renda obtida e do tempo dedicado ao trabalho.

O segundo termo, pluriatividade, é uma importância acadêmica das atribuições que, nos anos 1960, os técnicos e organismos públicos franceses utilizavam para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas (SCHNEIDER, 1999). Nessa forma de atuação, a família é usada como referencial de abordagem,

com destaque para os trabalhos não agrícolas ou extra-agrícolas dos membros da família, intensificados na geração de renda. De acordo com Fuller (1990 apud CUNHA; BRANDÃO; FELIX, 2000, p. 4), o termo pluriatividade refere-se à “análise das atividades realizadas, em adição a atividades agrícolas, tais como assalariamento em outras propriedades, atividades ‘para-agrícolas’, como o processamento de alimentos, e outras atividades não agrícolas realizadas na propriedade”.

A mudança de foco – do chefe para a família e do agrícola para o rural – constitui a principal diferença entre a análise da agricultura em tempo parcial e a pluriatividade rural. Mesmo assim, ambos os termos enfrentaram uma série de questionamentos que constituíram um obstáculo à modernização produtiva nas atividades agrícolas, não sendo aceito por todos, visto que:

[...] de um lado, há os que julgam que o campesinato sempre foi pluriativo e, portanto, o que estaria havendo hoje é um refortalecimento de uma prática histórica [...], do outro, há os que consideram uma nova forma, pois se trata (sic) de uma multiplicidade de estratégias que nada têm em comum, a não ser a negação da forma moderna da agricultura familiar (ALENTEJANO, 1999, p. 148).

O termo pluriatividade diferencia-se dos demais que são empregados para caracterizar práticas não agrícolas de outrora, pois este vem sendo recriado à medida que os agricultores reinventam atividades que lhes permitem enfrentar as crises geradas pela modernização da agricultura.

Com o passar do tempo, a noção de agricultura em tempo parcial foi gradativamente sendo substituída pela noção de pluriatividade, com o propósito de estabelecer uma maior consistência, sobretudo, acadêmica ao debate. Deste modo, a pluriatividade na atualidade coloca-se como uma das

As diversas formas de renda geradas pelo trabalho agrícola não estão sendo suficientes para cobrir as despesas da produção, obrigando o agricultor familiar a dedicar boa parte de seu tempo a outras atividades

principais formas para explicar as multiplicidades de trabalho e renda na unidade agrícola. Assim, “com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar diferentes contextos nos quais o fenômeno se manifesta, desde pequenos produtores mercantis dos grupos identificados com o campesinato, mas também examinar as relações entre os trabalhos formais e informais” (SCHNEIDER, 2003, p. 185).

O conceito de pluriatividade é utilizado para explicar as atividades dentro e fora da propriedade e aponta o surgimento de novas formas de produção no espaço agrário. O desenvolvimento do trabalho pluriativo está atrelado ao processo de industrialização que, por sua vez, impulsionou a urbanização e acabou gerando uma série de mudanças nas relações de produção no campo.

Ultimamente não é possível associar a pluriatividade apenas a esses aspectos. O trabalho pluriativo cresce e assume novas formas em conjunto com outras atividades, como o turismo e o lazer. A explicação para esse processo está no desenvolvimento capitalista no campo que provocou uma revisão nos padrões de produção, sobretudo devido ao grande aumento do trabalho assalariado temporário e ao deslocamento do produtor familiar para trabalhar em atividades urbano-industriais.

Schneider (2004, p.186) assinala que será “cada vez mais numerosas as propriedades de agricultores em que algum membro da família estará empregado em uma atividade não tipicamente agrícola ou dedicará algum tempo às atividades não agrícolas”. Observa-se que está ocorrendo uma intensa alteração na divisão social do trabalho entre homens e mulheres, principalmente quando o chefe da família exerce atividades não agrícolas, obrigando-se a aumentar a própria jornada de trabalho, no intuito de melhorar a renda familiar e, conseqüentemente, promover o bem-estar da família.

Ainda segundo Schneider (1999, p.187), “essa parece ser uma das conseqüências mais importantes reveladas pela emergência da pluriatividade na estrutura agrária contemporânea”. A divisão entre

os sexos está muito ligada ao tipo de emprego que um ou vários membros da família exercem fora da propriedade.

Outra possibilidade que mostra a relevância deste debate é apresentada por Wanderley (2003, p. 53), quando a autora adverte que:

No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor.

É interessante destacar que, aliadas à inserção cada vez maior do capitalismo no meio rural, outras relações se apresentam, dentre elas a ideia de que os filhos dos agricultores demonstram pouco interesse pelas atividades agrícolas. O preconceito, o baixo nível de renda e o grau de esforço físico exigido no trabalho agrícola afastam os jovens da profissão de agricultor, “é por isso que, na maioria dos casos, são os filhos dos camponeses que se proletarizam”, a não ser aqueles que não têm outra opção e veem nas práticas agrícolas a única maneira de sobrevivência (OLIVEIRA, 2002, p. 83).

Por sua vez, a predominância de pequenos proprietários e de unidades de pequeno porte, associados à oferta de emprego nas proximidades, é condição que favorece o acúmulo de atividades agrícolas e não agrícolas por um mesmo produtor. Porém, esse processo não é homogêneo, ou seja, sofre variações no tempo e no espaço, sendo mais intenso em um local em detrimento de outro (CARNEIRO, 1998).

A exigência do capitalismo para que os trabalhadores tenham uma especialização está diretamente ligada ao objetivo de alcançar o máximo de produtividade possível por capital social empregado. “Os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho” (OLIVEIRA, 1990, p. 57). Isso quer dizer que o produtor que é assalariado e ao mesmo tempo exerce outra atividade independente temporária deve se separar legalmente das atividades de sua propriedade, deixando-a com a sua esposa, sem, no entanto, abandonar suas funções para não perder o acesso ao financiamento público.

Entretanto, no que se refere à propriedade, o produtor é detentor do direito de decidir como e o que produzir e, com isso, gerar seus próprios recursos na unidade familiar. A posse da propriedade faz com que o produtor mantenha relações com o mundo comercial e com a comunidade da qual participa, comunicando-se também com outras comunidades mais próximas ou distantes. Seu sucesso ou fracasso irá depender de sua força de trabalho, dos recursos naturais e da ajuda da comunidade, derivando daí sua autonomia (MULLER, 1994).

O produtor pode usar o trabalho não agrícola como resposta às crises pelas quais a agricultura atravessa, a ponto de exercer funções inerentes às práticas agrícolas. Mas a pluriatividade, como fenômeno, transcende a necessidade de responder à crise instalada na agricultura e faz do agricultor pluriativo integrante de uma nova camada social, que congrega a visão capitalista do trabalho e a forma tradicional de subsistência na unidade familiar de produção. Essa camada ainda se distingue na medida em que absorve valores próprios que transpõem os limites do rural e do urbano, sendo responsável pelas grandes transformações na sociedade rural.

**Seu sucesso ou fracasso irá
depender de sua força de trabalho,
dos recursos naturais e da ajuda
da comunidade, derivando daí sua
autonomia**

Segundo Carneiro (1998, p. 161), “essa nova categoria social teria, paradoxalmente, recuperado a autonomia camponesa de gerenciar as múltiplas oportunidades que o campo lhe oferece”. Dessa conjuração de valores surgiu o “camponês-operário”, que pode efetivar atividades de produção e comercialização de produtos agrícolas com atividades em outros setores. As práticas não agrícolas dentro da pequena unidade familiar levam em consideração o tamanho da propriedade e o capital acumulado pela família; “assim, um filho de um artesão dificilmente se tornaria um agricultor em tempo integral” (CARNEIRO, 1998, p. 164).

As atividades econômicas não agrícolas, exercidas por trabalhadores na pequena propriedade, podem levar à proliferação do trabalho pluriativo. Em decorrência do aumento dessas atividades e em detrimento da conservação do trabalho eminentemente agrícola. Deste modo, a pluriatividade ganha cada vez mais força e se coloca como fator relevante na renda das pequenas famílias agrícolas.

As atividades pluriativas vêm assumindo um papel importantíssimo na consolidação das práticas capitalistas no espaço agrário. E, com isso, vêm provocando um redimensionamento da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que contribuem para a resistência e a permanência do agricultor no campo, visto que “a pequena unidade de produção familiar, para permanecer no processo produtivo, desenvolve estratégias que, além de possibilitar sua reprodução, tornam significativa a sua participação nas atividades agrícolas” (MATTIA, 1994, p. 51).

As atividades não agrícolas e os trabalhos pluriativos configuram-se com estratégias de resistência e sobrevivência desenvolvidas pelos produtores rurais, e estas, na contemporaneidade, são vistas com essenciais para a permanência do homem no campo e para a reprodução do capital na agricultura familiar.

A pluriatividade deve ser considerada como mais uma estratégia para a diversificação e a ampliação da renda dos agricultores familiares, geradas dentro e fora da unidade de produção, de modo que essa renda possa possibilitar às famílias capital para investimento em novos produtos e insumos. Assim, para Godoy (2013 apud SACCO DOS ANJOS 2003), a especialização da produção conduz o agricultor à instabilidade e à dependência, entretanto, quando este exerce simultaneamente múltiplas atividades, isto lhe permite certo grau de autonomia e ocupação plena de sua força de trabalho.

Analisando com mais intensidade essa questão, Alves (2002, p. 58) afirma que “a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de expansão do capital”. Com base nisso, o autor sugere que a análise da pluriatividade deve contemplar não apenas a unidade produtiva, mas também o contexto, pois, segundo ele, sua ocorrência é uma das respostas que as famílias procuram dar a mudanças das circunstâncias, tanto econômicas quanto sociais.

Por tudo isso, estudar agricultura familiar no contexto da pluriatividade e suas implicações no espaço agrário é um passo essencial para a análise do universo rural na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, para a compreensão de como essas práticas têm desenvolvido e fortalecido a reprodução do capital no espaço agrário.

A AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E O SURGIMENTO DA PLURIATIVIDADE NO BRASIL

A agricultura familiar no Brasil sempre desempenhou uma função secundária no contexto da economia nacional. Basicamente sua função é o abastecimento do mercado interno desde os

tempos coloniais até os dias atuais. Esse contexto deve-se aos interesses de uma sociedade latifundiária centrada na monocultura de cana-de-açúcar, café, criação de gado e outros produtos tropicais.

As políticas públicas foram sempre voltadas para o segmento latifundiário em detrimento dos incentivos aplicados à agricultura familiar. Essa situação só começou a mudar com o aumento das relações capitalistas no campo brasileiro a partir da década de 1990, quando a agricultura familiar passou a ser encarada pelos organismos públicos como a melhor maneira de geração de emprego e de ocupações produtivas no campo, contribuindo, de maneira decisiva, para o desenvolvimento da sociedade.

O renascimento do debate acerca da agricultura familiar no Brasil, segundo Schneider (2001), é decorrência de dois eventos principais: primeiro no conjunto político, devido à expressão ter sido relacionada a uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais no campo e efetivada com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag). Segundo, com a sua afirmação no cenário social, decorrente da criação do Pronaf em 1996.

Para Santos (2012, p. 40 apud SILVA, 2002, p.44), além da pressão dos movimentos sociais e do cenário político, “o Pronaf também foi influenciado pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar em absorver grande quantidade de mão de obra, sendo assim uma opção importante para combater parte dos problemas sociais relacionados ao campo”.

Esse programa serviu como “divisor de águas” nas políticas públicas voltadas para o segmento agrícola, na medida em que “atendeu a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, que colocava a necessidade da formação e prática de políticas de desenvolvimento rural, específica para o segmento numericamente mais importante” e o mais fragilizado da agricultura brasileira (MATTEI, 2001, p. 01).

Schneider (2001) também destaca a reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade e as transformações ocorridas no campo. “Muitos autores se aventuraram na produção de artigos, teses e dissertações, na tentativa de explicar as transformações no agro brasileiro” (FERREIRA, 2002, p. 51); porém, o termo pluriatividade é recente nos trabalhos acadêmicos no Brasil, principalmente dos geógrafos agrários. Daí a valorização do termo pluriatividade no campo brasileiro ser discutido *a priori* por cientistas não geógrafos, como: Schneider (1999, 2001), Silva (2002) e Kageyama (1993), entre outros.

Assim, a pluriatividade familiar é evidenciada de várias maneiras e em segmentos sociais diversificados. Desde a produção artesanal de diferentes produtos até as atividades agroindustriais e as de turismo e lazer, a pluriatividade mostra-se como uma alternativa encontrada por uma grande parte de agricultores, seja posseiros, arrendatários ou proprietários, na tentativa de conciliar as atividades agrícolas com trabalhos não agrícolas, formando, assim, a categoria social de trabalhadores familiares pluriativos.

Entretanto, o debate acerca do termo pluriatividade ainda é muito limitado e não se consolidou em definitivo nos estudos agrários no Brasil. Essa limitação decorre, fundamentalmente, da consideração de que o termo não é diretamente aplicável ao Brasil devido ao caráter altamente concentrado da estrutura fundiária nacional, fato que não procede, uma vez que justamente a percepção do perfil especialmente diferenciado do espaço agrário promove a possibilidade de articulação das múltiplas formas de organização socioespacial (ALENTEJANO, 1999).

Ainda para Alentejano (1999, p. 167), “o reconhecimento de que a pluriatividade é um fenômeno em expansão no país é de que esta vem se desenvolvendo nos assentamentos rurais”. Esse fato

é indicador de que há uma necessidade premente de se repensarem os estudos agrários no Nordeste, que estão mais centrados em questões fundiárias, de assentamentos, conflitos pelas terras etc.

Cabem estudos detalhados acerca de trabalhos pluriativos, tanto no âmbito urbano quanto rural, estabelecendo parâmetros comparativos para se compreender essa questão e como ela se desenvolve, inclusive em áreas de conflitos.

senvolve, inclusive em áreas de conflitos.

Nesse sentido, vale a pena salientar que, mesmo sendo a grande propriedade a forma espacial predominante na estrutura fundiária do Brasil, não se pode ignorar a relevância da agricultura familiar, visto que esta é fornecedora de mão de obra, além de ter importante papel na produção de alimentos. Soma-se, ainda, a impossibilidade de analisar a agricultura brasileira dissociada dos processos capitalistas de produção, que se desenvolvem de forma contraditória e combinada, “pois, ao mesmo tempo em que seguem reproduzindo relações capitalistas mais avançadas, produzem também, igual e contraditoriamente, as relações não agrícolas de produção e de trabalho” (OLIVEIRA, 2002, p. 73). Essa contradição é evidenciada pela ascensão e expansão da agricultura familiar, que se mantém subordinada ao capital monopolista, o qual se apropria da renda da terra camponesa, transformando-a em capital.

A industrialização rompeu as fronteiras urbanas e invadiu o campo, promovendo o desenvolvimento da agricultura moderna e capitalista, abrindo aos produtores a possibilidade de obter a “renda capitalista da terra”. Entretanto, contraditoriamente, a agricultura familiar ganhou força e desenvolveu práticas não agrícolas para sobreviver a esse processo.

Para Silva (2002), a emergência das atividades não agrícolas e a pluriatividade no campo brasileiro são decorrentes de três causas principais: 1) a urbanização pela qual o campo vem passando nos

O debate acerca do termo pluriatividade ainda é muito limitado e não se consolidou em definitivo nos estudos agrários no Brasil

últimos anos, com o trasbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seus entornos; 2) a crise do próprio setor agrícola; 3) os limites do crescimento do próprio emprego agrícola, sobretudo com a modernização dos processos produtivos e o assalariamento da força de trabalho.

Deste modo, o autor expressa preocupação em mostrar que o meio rural

brasileiro ganhou novas funções e, por isso, já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, pois o agricultor não é mais somente um agricultor; dentro ou fora de sua propriedade, ele desenvolve outras atividades no meio rural que concorrem com o trabalho agrícola.

O autor ainda considera que a existência de um “novo rural brasileiro” está associada às transformações na agricultura brasileira no que se refere à queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários e ao aumento de produtividade decorrente da adoção de tecnologias que proporciona queda na oferta do emprego agrícola. Tais transformações fazem com que as estratégias das famílias sejam redimensionadas, como alternativa capaz de assegurar sua permanência no campo.

Nesta perspectiva, este “novo rural”, denominado por Graziano da Silva (2002, p. 43), coordenador do projeto Rurbano¹, é palco de novas atividades ligadas às transformações na base técnica da agricultura e parece não refletir a realidade de regiões cuja agricultura não passou por um processo de modernização tecnológica. Nessas áreas, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas representa uma estratégia de sobrevivência e permanência do trabalho familiar.

A análise da pluriatividade no campo brasileiro é evidenciada de forma heterogênea, variando de um lugar para o outro, conforme o desenvolvimento local e suas respectivas especificidades

Para Santos (2012, p. 30), as ideias de Silva (2002, p. 48) “revelam uma visão de espaço rural a partir de uma nova perspectiva, ou seja, um novo rural com novas relações de trabalho, ativi-

dades, padrões de produção e, principalmente, com novas estratégias de sobrevivência”. Já para Dantas e outros (2012), na segunda metade dos anos 1990, o referido projeto concebe um importante marco com o de-

sígnio de pesquisar as tendências de ocupação no meio rural brasileiro a partir das análises dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que possibilitou o despertar de um novo olhar sobre o espaço agrário no Brasil, abrindo novas perspectivas de análise da realidade das famílias de agricultores que vivem e trabalham no campo.

Seja como for, é importante salientar que a valorização do espaço rural, via introdução do capitalismo no campo, e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição da renda e do tempo destinado às atividades agrícolas e a busca de outras atividades para complementação da renda, têm provocado o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas dos centros urbanos, sobretudo, aposentados que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, como também às não agrícolas.

Deste modo, a análise da pluriatividade no campo brasileiro é evidenciada de forma heterogênea, variando de um lugar para o outro, conforme o desenvolvimento local e suas respectivas especificidades. Assim, o agricultor familiar passa a ser integrante de um novo processo produtivo que, ao mesmo tempo em que reproduz as práticas capitalistas do campo, promove a expansão da agricultura familiar em suas múltiplas funções e particularidades.

¹ Projeto de pesquisa da Universidade de Campinas (Unicamp), cuja proposta é explorar a relevância dos cortes urbano/rural e agrícola/não agrícola no desenvolvimento brasileiro recente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário é (re)produzido pelas ações dos agentes sociais que são hegemônicos – grandes proprietários de terras, empresários do agonegocio, políticos – e interferentes na produção e reprodução deste espaço. Em contraposição a essa lógica, o agricultor familiar, para continuar sobrevivendo do campo, desenvolve estratégias de resistência, seja através da luta pela terra, da sujeição ao capital, ou das rendas geradas pelas atividades não agrícolas.

Para compreender esse contexto que se apresenta, é fundamental entender as definições conceituais referentes à categoria agricultura familiar e à noção de pluriatividade. Para tanto, recorre-se a autores que estudam essa temática – a exemplo de geógrafos, sociólogos, economistas e demais pesquisadores – e que desenvolveram e/ou desenvolvem pesquisas sobre o campo, onde o crescimento das atividades não agrícolas e do trabalho pluriativo está cada vez mais em evidência e tem sido responsável por um novo dimensionamento nas estruturas da agricultura familiar.

O reconhecimento da existência da pluriatividade impõe mudanças ao poder público, tanto no enfoque conceitual, quanto nos instrumentos das atuais políticas públicas. O primeiro passo exige o fortalecimento das iniciativas locais e a participação popular. Desta forma, haverá espaço para a identificação das atividades não agrícolas com maior potencial de contribuir para o aumento da renda das famílias, bem como dos instrumentos que podem ser utilizados para solucionar os diversos problemas no seu desenvolvimento.

O segundo passo requer que as políticas passem a valorizar e apoiar as atividades que, de uma forma ou de outra, contribuem para o incremento da renda dessas famílias rurais. Há a necessidade de investimento em infraestrutura básica (principalmente educação, energia, estradas e transporte), sem a qual se torna difícil viabilizar qualquer atividade, seja no meio rural ou urbano.

A pluriatividade é uma das estratégias de sobrevivência adotadas pelos produtores familiares para superar as crises da agricultura, ocasionadas pela falta de políticas públicas eficientes destinadas a este setor. É urgente despertar um novo olhar para a agricultura familiar, na medida em que esta deve ser vista como um meio de geração de renda, e não apenas fornecedora de alimentos e fibras. Para tanto, é necessário despertar o sentimento de coletividade, com a criação de cooperativas e sindicatos socialmente organizados e atuantes, que cumpram o papel de articuladores dos interesses dos agricultores familiares.

Entender a base conceitual da categoria agricultura familiar e a noção de pluriatividade é premissa necessária para compreender a realidade atual do campo brasileiro e as suas implicações na produção do espaço agrário.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.
- ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: UPF. 1999. p. 148-173.
- ALVES, M. O. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência: o caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. *Revista Raízes*, Campina Grande, PB, v. 21, n. 1, 2002.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- BROSE, M. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas: nove anos de experiência do projeto Prorenda*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999. 347 p.
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. 228 p.
- _____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, E. F. C. et al. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Maurad, 1999. 352 p.

- CUNHA, A. A.; BRANDÃO, M.; FELIX, S. Padrões de pluriatividade em uma região de agricultura familiar estagnada: evidências empíricas para o caso da Bacia do Suaçuí – MG. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 383-398.
- DANTAS, L. S. T. e. et al. Pluriatividade na agricultura familiar: tecendo renda e (re) construindo identidade? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia, MG. *Anais...* Uberlândia, MG: UFU, 2012. p. 03.
- FERREIRA, D. A. O. *Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: UNESP, 2002. 462 p.
- GODOY, C. M. T. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS. *Desafio Online*, Campo Grande, MT, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://www.desafioonline.com.br/publicações>>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.igbe.gov.br/cidadesat/default>>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, SP, v. 23, n. 3, p. 5- 17, set./dez. 1993.
- MARAFON G. J.; RIBEIRO, M. A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 18-19, jan./dez. p. 111 – 130, 2006.
- MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém. *Anais...* Belém: UNIFAP, 2001. p. 19.
- MATTA, J. M. B. Laranja: da estratégia à aspiração camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro, SP. *Comunicações...* Águas de São Pedro, SP: UNESP, 1994. p. 51.
- MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J. et al (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj. 2007. p. 169 – 178.
- MESQUITA, L. A. P. de; MENDES, E. de P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. *Espaço em Revista*, Catalão, GO, v. 14, n. 1, p. 13-23, 2012.
- MULLER, G. Competitividade e integração econômica e social: para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. *Rascunho*, Rio Claro, SP, n. 32, dez. 1994.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M. et al (Org.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. p. 211 – 270.
- OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63 – 110.
- _____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- SACCO ANJOS, F. *Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUPEL, 2003.
- SANTOS, J. A. L. dos. *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no território de identidade de Irecê-BA*. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, [2012].
- SCHNEIDER, S. Elementos teóricos para a análise da pluriatividade em situação de agricultura familiar. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, São Paulo. *Anais...* [Campinas, SP]: Unicamp, 2001. p 21.
- _____. Agricultura familiar e pluriatividade. In: TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar e industrialização*. Porto Alegre: UF, 1999. p. 162-195.
- _____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.
- _____. *Agricultura familiar e industrialização: a pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 205 p.
- SILVA, José G. da. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43 – 81, 2002.
- WANDERLEY, M. N. B. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas, SP: Unicamp; Grupo de Estudos Agrários, 1999. 154 p.
- _____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.
- _____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Revista Estudos Sociais e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42 – 61, out. 2003.

Artigo recebido em 17 de agosto de 2014
e aprovado em 20 de outubro de 2014.

Agricultura familiar e pluriatividade no povoado Lagoa de Melquíades no município de Vitória da Conquista, na Bahia

Wanderleya Fernandes dos Santos Freitas*

Ana Emília de Quadros Ferraz**

* Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
wanderleyafreitas@hotmail.com

** Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora titular do Departamento de Geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). milaferraz@gmail.com

Resumo

O tema agricultura familiar é instigante e permite diversas abordagens. Este texto trata, num primeiro momento, de considerações que são básicas para o entendimento do assunto. São resgatadas discussões acerca dos conceitos de agricultor familiar e camponês, e também abordagens teóricas sobre agricultura familiar. Essa introdução conceitual fez-se necessária para a análise, num segundo momento, de uma área específica no interior do município de Vitória da Conquista, localizado no estado da Bahia: o povoado Lagoa de Melquíades. A análise geográfica desse povoado, pautada na relação teoria e empiria, com enfoque na agricultura familiar e seus sujeitos, permite o entendimento da realidade vivenciada por moradores do campo, que, para permanecerem nessa condição, praticam a pluriatividade.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agricultor familiar. Pluriatividade. Campo brasileiro.

Abstract

The theme of family farming is instigating and allows different approaches. Initially, carries out considerations that are basic to understand the subject. Discussions are held about the concepts of family farmers and peasants, and also theoretical approaches of family farming. This conceptual introduction was necessary for the analysis a specific area of the municipality of Vitória da Conquista – Bahia – Brasil: the village Lagoa de Melquíades. The relation between theory and empirism is important for the geographical analysis of this village focusing on family farming and its agents. This analysis allows the understanding of the reality experienced by camp residents who to remain in this condition, practice pluriativity.

Keywords: Family farming. Family farmer. Pluriativity. Rural Brazil.

INTRODUÇÃO

Neste texto, num primeiro momento, são resgatadas discussões acerca dos conceitos de agricultor familiar e camponês, na busca por diferentes concepções teóricas sobre aqueles que trabalham no campo em pequenas propriedades rurais. A prática desses agentes revela a agricultura familiar vivenciada no campo brasileiro. Esta introdução conceitual fez-se necessária para a análise, num segundo momento, de uma área específica do município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia: o povoado Lagoa de Melquíades.

O município de Vitória da Conquista localiza-se entre as coordenadas de 14° 30' e 15° 30' de latitude Sul e 40° 30' e 41° 10' de longitude Oeste. Ocupa uma área de 3.743 km². Está inserido no território de identidade de Vitória da Conquista e, assim como a maioria dos municípios brasileiros, vem sofrendo transformações nas áreas rurais. Uma delas é em relação à diminuição da população rural que, desde as décadas de 1940 e 1950, passou de 74,3% para 58,4%, respectivamente. Já em 1960 essa população representava apenas 39,3%. Segundo o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população rural conquistense chegou a 10,4%. Apesar desse decréscimo, muitas famílias ainda permanecem no campo, e as análises pautadas nesse espaço são necessárias e fundamentais para o entendimento da realidade geográfica, pois, quando se detalha a distribuição da população no interior dos distritos, é possível inferir que, no interior do município a maior parte da população vive na zona rural.

O povoado Lagoa de Melquíades é formado por, aproximadamente, 115 famílias de pequenos agricultores. A análise sociogeográfi-

ca desse povoado, pautada na relação teoria e empiria, com enfoque na agricultura familiar e seus sujeitos, permite o entendimento da realidade vivenciada por moradores do campo, que, para permanecerem nessa condição, praticam a pluriatividade.

Quando se detalha a distribuição da população no interior dos distritos, é possível inferir que, no interior do município a maior parte da população vive na zona rural

AGRICULTOR FAMILIAR E CAMPONÊS: ABORDAGENS TEÓRICAS CONCEITUAIS

A noção de agricultor familiar surge no Brasil a partir da década de 1990, porém, há indícios de que as primeiras famílias de pequenos agricultores são do período colonial, no século XVI no Nordeste do país. Esses agricultores teriam uma relação muito íntima com a terra, o trabalho e a família, podendo variar as suas peculiaridades de região para região. Para Matta (2009), as relações no meio rural sofreram modificações com a fixação do capital e das novas formas de trabalho no campo, com a unidade familiar tendo que desempenhar outras atividades para complementar a renda agrícola. Para a autora, a incorporação de novas tecnologias provocou mudanças estruturais nas relações de trabalho. Agricultores familiares que antes mantinham relações de pertencimento com o lugar passaram a interagir e a integrar os espaços como assalariados do meio rural e urbano, em decorrência do movimento de exclusão ao acesso à terra.

O agricultor familiar administra a propriedade e a produção junto com a família. Além disso, os meios de produção também pertencem à família, o que não acontece quando se trata da produção em massa do modelo capitalista de uma forma geral. Portanto, existe um controle dos meios de produção por parte da família, sendo ela também responsável pela realização do trabalho. Contudo, esta pode, às vezes, necessitar de mão de obra terceirizada de um ou dois contratados. Desta forma, o agricultor garante a sua subsistência e a de seus familiares.

As dúvidas e discordâncias em relação ao uso do termo agricultor familiar é consequência do conceito dado anteriormente a este: pequeno agricultor, camponês, entre outros. Por isso, ainda hoje, muitos autores divergem quando o assunto é conceituar o agricultor familiar.

Na concepção de autores como Fernandes (2004), que defende o campesinato, o agricultor familiar resgata o conceito de camponês e o termo é utilizado para fins políticos. Para ele:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de *agricultura familiar*, é necessário demarcar bem o território teórico. [...]

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito. (FERNANDES, 2004, p. 26-28).

O autor acredita que o campesinato ainda sobrevive, principalmente dentro dos movimentos sociais.

Já para autores que têm as suas concepções pautadas na teoria marxista, o avanço capitalista no campo faria reduzir o campesinato ou até mesmo provocar o seu desaparecimento. Lênin (1988, p. 35) argumenta que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”. Ainda segundo Lenin (1988, p. 113-114):

[...] o conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração dessa classe. [...] O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural [...] e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados.

Para ele, a partir do momento em que o camponês vende sua força de trabalho para terceiros, mesmo que continue trabalhando em sua terra em tempo parcial, ele deixa de ser camponês e passa a ser proletário. As concepções marxistas durante todo o século XX acreditavam que o camponês caminhava para a extinção e que, com a introdução do modo capitalista, o meio rural seria formado apenas por duas classes: os burgueses e os proletários.

Marques (2008) defende a utilização do termo ‘camponês’ na atualidade e faz algumas considerações sobre como esse conceito vem sendo usado pelas ciências sociais no Brasil. Para demonstrar como o termo ainda é atual, a autora afirma que, em alguns estudos recentes, foi possível encontrar evidências de que, na luta pela terra e pela reforma agrária, foram utilizadas referências camponesas, principalmente em relação à forma de organização social e territorial nos assentamentos rurais. Ainda segundo Marques (2008, p. 58):

[...] o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos, como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

No mesmo artigo, a autora evidencia sua defesa sobre o uso do termo quando diz:

[...] enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social, e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. (MARQUES, 2008, p. 58-59).

A autora cita alguns estudiosos para conceituar o camponês. Entre eles está Taussig (1980) que assim o define:

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. “Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza.” (TAUSSIG, 1980, p. 10 apud MARQUES, 2008, p. 59).

Ainda Marques (2008) ressalta a ética camponesa quando interpreta Woortmann (1990). Para a autora,

[...] ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. (MARQUES, 2008, p. 59).

No Brasil, a formação do campesinato surgiu em meio a uma sociedade marginalizada pelo capitalismo e pelo latifúndio.

Schneider (2003) acredita que a necessidade política de entender a questão agrária no Brasil e as características das relações sociais do meio rural fez surgir a expressão agricultor familiar. O autor faz questão de lembrar que, em períodos anteriores à década de 1990, os termos utilizados eram produção camponesa e pequena produção.

Brumer (1994) ressalta que o agricultor familiar não é, necessariamente, um produtor capitalista, já que, por trabalhar a terra basicamente com a mão de obra da família e por necessitar produzir também para a sua subsistência, não essencialmente produz para o mercado. Um produtor capitalista não deve ser confundido com um agricultor familiar, tendo em vista que este necessita da contratação de mão de obra em uma quantidade razoável para a efetivação do trabalho. Além disso, pode decidir mais livremente como vai investir o seu capital.

Para Sandroni (1999), o campesinato seria formado por grupos sociais de base familiar que, em graus diversos de autonomia, se dedicam a atividades agrícolas em glebas determinadas. Ainda segundo ele, caracteriza-se por: produzir baseado no trabalho da família, empregando eventualmente mão de obra assalariada; possuir a propriedade dos meios de trabalho; ter autonomia total ou parcial na gestão da propriedade; ser dono de parte ou da totalidade da produção.

Na comparação do conceito de campesinato defendida por Sandroni (1999), com o de agricultor familiar citado anteriormente, é possível observar que

existe um grau de similaridade, o que torna mais difícil descrever as diferenças entre eles, apesar de elas existirem na teoria.

Complementando o que foi dito anteriormente, foi na segunda metade da década de 1990 que o debate sobre agricultura familiar tornou-se mais efetivo no Brasil. Segundo Anjos (2001), o tema torna-se presente na pesquisa acadêmica e também no que se refere às propostas de desenvolvimento da agricultura brasileira. Cria-se, então, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em resposta aos significativos debates sobre o tema nas academias, mais precisamente nos estudos das ciências sociais e também no meio político.

[...] a conquista deste espaço é resultado, de um lado, da própria eficácia e organização dos movimentos sociais e das estruturas de representação dos trabalhadores do campo e, de outro, da própria crise de legitimidade da agricultura patronal, tida, até então, como referente exclusivo de eficiência técnica, cujas bases de sustentação [...] se desvanecem ou pelo menos se abalam. (ANJOS, 2001, p. 54).

Analisar as novas tendências no meio rural, especificamente em relação ao agricultor familiar, é interesse de muitos pesquisadores, entre eles, Abramovay (1992) que pontua a distinção entre o camponês e o agricultor familiar dizendo que, na sociedade moderna, o produtor familiar tem a sua produção muito ligada ao mercado, capaz de absorver os principais avanços técnicos e de responder às políticas públicas. Ainda de acordo com o autor, aquilo que era, antes de tudo, um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.

Enfim, a complexidade das relações no campo reforça a necessidade do seu entendimento. Esclarecer o significado dos termos ajuda a compreender as transformações que estão ocorrendo no espaço

rural brasileiro. Isso é essencial para esse entendimento. Além disso, permite compreender também aspectos socioeconômicos e culturais que envolvem os agricultores.

A complexidade das relações no campo reforça a necessidade do seu entendimento. Esclarecer o significado dos termos ajuda a compreender as transformações que estão ocorrendo no espaço rural brasileiro

AGRICULTURA FAMILIAR: ASPECTOS TEÓRICOS

As relações de produção que se estabelecem no campo são qualificadas com base na forma de produção

e tamanho da propriedade. O Estatuto da Terra – Lei 4.504/64 –, em seu art. 4º, incisos I e II, define imóvel rural e propriedade familiar nesses termos:

Art. 4º – Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - “Imóvel Rural”, o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - “Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964).

O Estatuto da Terra, apesar de não definir o sujeito/ agente, e sim a propriedade familiar, aponta a forma de atuação nessa terra, e é essa característica de organização da produção que qualifica a propriedade, especialmente porque remete à lei complementar a definição do tamanho dessa propriedade, que deve levar em consideração as diferenças regionais.

Nesse contexto, é pertinente questionar: se, por lei, numa propriedade familiar explorada majoritariamente pelos membros da família, não for possível a absorção de toda a força de trabalho familiar, e se

essa não lhes garantir a subsistência e o progresso social e econômico, então ela não pode ser considerada “propriedade familiar”?

Associado ao conceito de propriedade familiar, definido pela legislação brasileira cabe ressaltar a análise realizada por Altafin (2014, p. 13) que adverte:

É decisiva para a formação do conceito de agricultura

familiar a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O estudo define agricultura familiar “[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”.

Em 2006, de acordo com Censo Agropecuário do IBGE do mesmo ano, o Brasil passou a contar, pela primeira vez, com dados oficiais sobre a agricultura familiar. Para isso foi necessária a combinação da metodologia do Censo Agropecuário com critérios definidos pela Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Empreendimentos Familiares Rurais. Assim, estabelecimentos de agricultores familiares seriam aqueles formados por pequenas e médias propriedades, assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais tradicionais como: ribeirinhos, quilombolas, entre outras. Segundo a lei citada acima, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar

tem como base as seguintes características: a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada das

atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.

O Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, apontou 4.367.902 estabelecimentos

familiares ocupando 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os não familiares representavam 15,6% do total dos estabelecimentos, mas ocupavam 75,7% da sua área. A concentração também é mostrada comparando-se a área média dos estabelecimentos familiares (18,37 ha) com a dos não familiares (309,18 ha). O Censo ainda acrescenta que, dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, apenas 22% são usados para a lavoura, o restante representa áreas destinadas a pastagens, florestas e outros.

Mesmo assim, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Quase tudo que vai para a cesta básica vem da produção agrícola familiar. Em 2006, esta era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja com 16% (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Outro dado relevante é que o produtor familiar declarou ter outra atividade fora do estabelecimento. Isso revela que muitas famílias agrícolas estariam sendo impelidas a diversificar as suas atividades, procurando novas formas de trabalho e transformando-se em famílias pluriativas.

Tabela 1
Estabelecimentos nos quais o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento, por tipo de atividade e por tipo de estabelecimento – Brasil – 2006

Tipo de estabelecimento	Quantidade de estabelecimentos	Tipo de atividade		
		Agropecuária	Não agropecuária	Agropecuária e Não agropecuária
Agricultura familiar	1.113.992	557.155	524.855	31.982
Não familiar	365.370	129.504	220.739	15.127
Total	1.479.362	686.659	745.594	47.109

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006).

A pluriatividade fica mais evidente quando se observa que trabalhos que não são ligados à agricultura são feitos dentro do estabelecimento. De acordo com o IBGE, atividades ligadas a turismo, prestação de serviços, artesanato, construção civil, entre outras, representavam aquisição de rendas extras para os produtores.

Ainda segundo o Censo Agropecuário de 2006, a Região Nordeste continha metade do total dos estabelecimentos de agricultores familiares (2.187.295) e 35,3% da área total deles. Nela, os estabelecimentos familiares representavam 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total. Ainda sobre os dados do Censo, as unidades da Federação com maior número de estabelecimentos familiares foram Bahia (665.831, ou 15,2% do total), Minas Gerais (437.415, ou 10,0% do total), Rio Grande do Sul (378.546, ou 8,7% do total) e Ceará (341.510, ou 7,8% do total).

Contudo, a agricultura familiar estabeleceu estratégias de reprodução que, contraditoriamente ao papel destinado a esse tipo de produção na política agrícola, mantém sua importância no espaço rural brasileiro, apesar de enfrentar muitos desafios e, na prática, estes serem complexos. A maioria dos produtores não consegue manter toda a família diretamente vinculada ao processo produtivo e necessita da ajuda de terceiros para trabalhar em suas terras, seja com maquinário, mão de obra e outras formas de auxílio. Além disso, a falta de recursos financeiros impõe restrições ao desenvolvimento de suas atividades e, ao mesmo tempo, impele a sua fa-

mília à busca pela diversificação das atividades, dentro ou fora da propriedade.

AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO POVOADO LAGOA DE MELQUIADES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A análise do conceito de agricultor familiar facilita a construção do perfil dos agricultores familiares do povoado Lagoa de Melquíades. A pluriatividade, nesse contexto, fará referência à unidade de produção familiar composta por indivíduos que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e de trabalho, que têm algum grau de parentesco e que combinam duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura ou a pecuária. Portanto, no povoado, a pluriatividade se processa nas unidades de produção familiar, nas quais as famílias possuem estabelecimentos e onde são desenvolvidas atividades agrícolas e não agrícolas, por pessoas que pertençam à mesma família ou que exerçam atividades que não estejam ligadas à agricultura fora da sua propriedade.

Se comparada a outras regiões da Bahia, como o oeste do estado, por exemplo, a área rural estudada não se caracteriza como um espaço onde impera o agronegócio, pois tem como principal característica a produção agrícola familiar.

No distrito de Inhobim, município de Vitória da Conquista (BA), onde fica localizado o povoado Lagoa de Melquíades, o cultivo do café passou a

ser a principal atividade agrícola a partir da década de 1970, desenvolvida não só por grandes cafeicultores, mas também por agricultores familiares, que viam nessa cultura a possibilidade de inserção no mercado. A partir de então, aqueles trabalhadores que não tinham condições financeiras para investir nas suas propriedades passaram também a servir como mão de obra para os produtores de café da região.

Hodiernamente, o café continua como a principal lavoura do distrito, contudo, especialmente em propriedades de agricultores familiares, existe também a produção de outras culturas. Na Lagoa de Melquíades, observou-se, em campo, a policultura e a criação de bovinos e aves, ressaltando-se que uma parcela significativa da produção destina-se à subsistência. Além disso, as famílias praticam também outras atividades para obtenção de renda, o que indica a existência do trabalho pluriativo.

Na análise geográfica, com base nos dados obtidos a partir da aplicação de um questionário aos moradores, e também da observação da paisagem, foi possível identificar características que permitiram identificar aspectos da localidade.

Em Lagoa de Malquíades moram aproximadamente 115 famílias. Foram visitadas 27 propriedades e aplicados questionários em 20 famílias. As informações foram fornecidas, em sua maioria, pelo chefe da família e/ou esposa deste. Um elemento importante é que, em muitas dessas propriedades, além de existir algum tipo de cultivo e/ou criação, há também outros meios de obtenção de renda.

Em relação aos serviços públicos, Lagoa de Melquíades conta com telefone, posto de saúde e escola, todos fornecidos pela prefeitura que também disponibiliza a água para uso residencial, apenas quando não é possível a captação da água das chuvas. Esse abastecimento é feito semanalmente ou a cada 15 dias e é realizado através de carros-pipa. A escola municipal atende apenas a alunos do ensino fundamental 1, até o 5º ano, por isso

a prefeitura também fornece o transporte coletivo para os alunos que precisam continuar os estudos na vila mais próxima. Além disso, o povoado ainda conta com uma fábrica de farinha comunitária que atende parcialmente à demanda local. Lagoa de Melquíades também dispõe de energia elétrica, que, segundo os moradores, proporcionou a obtenção de eletrodomésticos, como geladeira, liquidificador, entre outros.

O armazenamento da água é realizado nas unidades familiares em reservatórios específicos para receber água das chuvas. No entanto, em épocas de seca, as famílias dependem da água fornecida pelo governo local.

As atividades voltadas para a agricultura e a pecuária estão presentes em todos os estabelecimentos visitados. No entanto, o tipo de plantio e a quantidade dependem da condição, da necessidade e da possibilidade do agricultor. Além do café, ainda há produção de feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca, entre outros.

A maioria dos estabelecimentos pratica a cafeicultura. A plantação é pequena e é feita próximo à residência, pois é da família a responsabilidade por todo o processo, desde a preparação da terra para o plantio até o momento da colheita. O agricultor familiar não tem equipamentos e maquinários que facilitem, por exemplo, o transporte do produto quando necessário. A secagem do café também é realizada nas propriedades, em pequenas áreas, geralmente cimentadas e próximas à casa.

Assim como a colheita, a secagem é feita de forma rudimentar e, por isso, demorada. Há também dependência em relação às condições climáticas, pois, com as chuvas, o produtor não consegue uma secagem adequada. Isso impede que o grão esteja em boas condições e dificulta a sua valorização no mercado, afetando diretamente a renda do agricultor e favorecendo a busca por novas atividades para a aquisição e a complementação da renda.

A alternativa pode vir de diferentes atividades como, por exemplo, a venda de sua força

de trabalho para o mercado, uma das condições que caracterizam a pluriatividade. Schneider (2003) enfatiza que se deve analisar o ciclo familiar de reprodução, pois a pluriatividade depende dos costumes, das tradições e dos recursos (condições internas) de cada família, assim como a diversificação pode depender de condições exteriores a ela. A característica principal da pluriatividade é a interação entre unidade familiar, agricultura e mercado de trabalho.

A diversidade de cultivo, além de depender das situações climáticas, depende também do perfil dos agricultores, pois, enquanto uns dão prioridade ao plantio do café, por exemplo, outros preferem a mandioca. Isso porque são os dois produtos mais valorizados comercialmente. O primeiro é vendido na sede do município, pois, na comunidade, não há máquinas que possibilitem o beneficiamento. Já o segundo é quase todo beneficiado no local ou em povoados e comunidades vizinhas, onde existem equipamentos para a fabricação da farinha e derivados. O feijão e o milho são cultivados todos os anos, exceto em épocas de seca. O primeiro é o mais importante porque é o principal alimento na mesa do agricultor, e o milho serve, principalmente, para alimentar os animais. Além disso, é utilizado para fazer pamonha e canjica, comidas típicas da região.

O beneficiamento da cana-de-açúcar é importante para o entendimento da pluriatividade no povoado. Mesmo a plantação sendo em menor escala, ela dá origem a produtos como a rapadura e a cachaça, produtos que são comercializados, gerando renda extra para o agricultor. Além disso, a cana-de-açúcar serve como alimento para o gado em períodos de seca.

A fabricação de derivados do leite, como a manteiga e o queijo, por exemplo, e a produção de farinha, goma e biscoitos, fazem parte da rotina e são

necessárias, pois representam renda extra para sustento da família.

A produção de biscoitos, na maior parte dos casos, é realizada pelas mulheres que, além de exercerem a função de donas de casa, também precisam ajudar no orçamento familiar. É importante lembrar que esse tipo de produção não é recente, faz parte da cultura da região. Além disso, a busca por melhoria nas condições financeiras, em períodos críticos no campo, sempre existiu, segundo os agricultores.

Essas atividades se encaixariam no que Schneider (2007) chama de pluriatividade para-agrícola. Para o autor, ela resulta de atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que resultam em transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida em um estabelecimento ou adquirida em parte fora dele e destinada à comercialização. Trata-se de uma evolução da produção para o autoconsumo que era produzida para a subsistência da família e que passa a ser destinada à venda. À medida que este tipo de produção cresce e começa a ocupar espaços fora do âmbito doméstico, torna-se uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, sendo possível afirmar que surge uma nova atividade ou ocupação que, combinada com a agricultura como atividade principal, gera a pluriatividade. Em geral, este é um tipo de pluriatividade que resulta de atividades ligadas à produção de derivados de leite, cana, carnes, frutas e outros, que passaram a ser processados e transformados no interior da propriedade mediante agregação de valor.

Além da agricultura, também a pecuária é uma importante atividade desenvolvida em Lagoa de Melquiades. As criações, principalmente a bovina, são uma fonte de renda importante. Segundo os moradores, a venda do gado garante o sustento da família,

A diversidade de cultivo, além de depender das situações climáticas, depende também do perfil dos agricultores, pois, enquanto uns dão prioridade ao plantio do café, por exemplo, outros preferem a mandioca

principalmente quando o plantio é prejudicado na época das secas ou quando não encontram trabalho que possibilite um ganho extra. Além do gado, eles criam aves e suínos que servem para o consumo da família e, quando necessário, são vendidos para suprir pequenas despesas.

Os agricultores familiares da Lagoa de Melquíades administram diretamente o estabelecimento e têm a sua produção voltada para o consumo, mas também para a comercialização. Apenas 5% das propriedades afirmaram que produzem somente para a venda; 30% delas produzem apenas para consumo próprio e os outros 65% utilizam sua produção para as duas coisas.

O agricultor que possui uma pequena propriedade e que não dispõe de recursos financeiros para investir na sua plantação, não trabalha o ano todo com o cultivo. A falta de água em alguns períodos do ano é um dos motivos que o impossibilitam de trabalhar constantemente na sua terra. No caso dos agricultores de Lagoa de Melquíades, apenas 20% costumam fazer algum tipo de cultivo durante todo o ano. Isso acontece nas propriedades onde o café e a mandioca são predominantes. Nesse tipo de plantação, principalmente a do café, existem várias etapas até o produto final, o que demanda uma parcela de tempo maior por parte do produtor. Considerando-se que 80% dos agricultores familiares não estão na lavoura em alguns períodos do ano, é pertinente analisar qual função eles exercem durante tal período e quais os tipos de atividade que costumam exercer.

Sobre as propriedades, 95% delas pertencem à família, portanto não existe a necessidade de os agricultores trabalharem como meeiros, arrendatários ou locatários de terras. Isso significa uma relação de pertencimento do agricultor em relação à terra, o que proporciona uma identificação do produtor com o lugar e reafirma a sua condição de agricultor familiar. No entanto, ser dono da propriedade não significa, nesse caso, que não haja necessidade da procura por trabalhos fora dela. Uma grande

parte dos membros familiares já trabalhou ou está trabalhando em outra propriedade. A justificativa, segundo eles, é que, apesar de possuírem a terra, isso não garante trabalho e renda suficiente para todos.

A relação entre o aumento da família e a permanência do tamanho da propriedade pode evidenciar o surgimento da pluriatividade

Em aproximadamente 80% dos domicílios, residem apenas o chefe da família, a esposa e os filhos mais jovens, que estudam em um período e ajudam o pai na lavoura em outro. A esposa também auxilia na plantação, mas tem uma responsabilidade maior nas tarefas domésticas. Porém, uma característica da agricultura familiar, e que é vivenciada por algumas famílias do povoado, é que os filhos mais velhos se casam e constroem suas residências na mesma propriedade. Isso permite uma reflexão acerca das teorias abordadas sobre as relações familiares do agricultor que, na condição de proprietário da terra, explora diretamente a mão de obra familiar que reside de forma permanente no estabelecimento.

A relação entre o aumento da família e a permanência do tamanho da propriedade pode evidenciar o surgimento da pluriatividade, já que a produção terá que ser maior para suprir as necessidades e garantir a sobrevivência dos agricultores que têm a mesma propriedade e não têm acesso a tecnologias que garantam o aumento de produtividade. Esse é um dos fatores que os levam a procurar outros meios de sobrevivência. Além disso, o aumento do número de indivíduos na família ocasiona a diminuição das propriedades, com a sucessão do patrimônio através da herança e da partilha das terras. Essa diminuição da capacidade produtiva pode não garantir às famílias a possibilidade de continuarem na terra e, mesmo que continuem, precisam buscar alternativas para obtenção de renda.

Os dados da Tabela 2 revelam o tamanho das propriedades localizadas no povoado de Lagoa de Melquíades. A extensão dos estabelecimentos, para alguns autores, é um dado importante, pois ajuda a diferenciá-los de outras categorias, como a agricultura patronal, por exemplo.

Tabela 2
Tamanho das propriedades das famílias entrevistadas no povoado Lagoa de Melquíades – 2013

Tamanho da propriedade	Porcentagem
< 1 até 5 hectares	15%
5,1 até 10 hectares	20%
10,1 até 15 hectares	10%
15,1 até 20 hectares	30%
20,1 até 25 hectares	15%
Não soube ou não respondeu	10%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo (2013).

Existe uma variação significativa do tamanho da área entre as propriedades, podendo levar a uma diferenciação das atividades dentro de cada estabelecimento, de acordo com a disponibilidade da terra e a condição financeira dos agricultores.

Com relação aos agricultores familiares de Lagoa de Melquíades, além desse fator, existe outro que é determinante na produção: a quantidade e a qualidade dos produtos dependem de recursos financeiros. A maioria das famílias não tem infraestrutura para produzir, pois não consegue ter acesso às inovações tecnológicas e às políticas públicas. Entretanto, assim como outros agricultores do país, precisa produzir, mesmo com as dificuldades de acesso ao crédito, assistência técnica e comercialização da produção.

Segundo Schneider (2006), esses dois aspectos: tamanho da propriedade e produção, juntamente com o grau de escolaridade dos membros da família, o acesso à renda e a diferença etária, são variáveis que contribuem para a diferenciação da pluriatividade e o incentivo para o aparecimento desta. Ele analisa que geralmente as unidades pluriativas são aquelas que possuem maior número de componentes. Essas famílias combinam diferentes ocupações como uma estratégia de alocação de força de trabalho que não é necessária para a realização das tarefas no estabelecimento.

A Tabela 3 detalha a quantidade de pessoas que residem nos estabelecimentos rurais do povoado e mostra que as famílias de Lagoa de Melquíades

são relativamente numerosas. É possível dizer que 60% delas têm o quadro familiar composto por mais de quatro indivíduos.

Tabela 3
Quantidade de moradores, por propriedade familiar, no povoado Lagoa de Melquíades – 2013

Quantidade de moradores por propriedade familiar	Porcentagem
1 a 4 moradores	40%
5 a 7 moradores	35%
8 a 10 moradores	20%
+ de 10 moradores	5%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo (2013).

A quantidade de pessoas que trabalham dentro e/ou fora do estabelecimento é um dado fundamental para a caracterização da pluriatividade na comunidade. É preciso saber, no entanto, até que ponto as atividades não agrícolas servem como garantia para que os agricultores obtenham renda extra, e se essas atividades significam uma estratégia de reprodução social ao mesmo tempo em que a família tenha a possibilidade de adquirir uma maior estabilidade financeira. Além disso, saber se o espaço rural representa um lugar de múltiplas funções, ou seja, um lugar de diferentes ações, estratégias e escolhas e, por fim, se a pluriatividade seria uma consequência dessa nova forma de organização do espaço rural.

Essa pesquisa tem como objetivo o estudo de famílias pluriativas e não indivíduos pluriativos, portanto, se existir ao menos um dos membros que combine atividades agrícolas com não agrícolas, essa família será considerada pluriativa. Os dados da Tabela 4 evidenciam a realização da pluriatividade no povoado.

Tabela 4
Local de trabalho dos moradores no povoado Lagoa de Melquíades – 2013

Local de trabalho	Porcentagem
Trabalham apenas na propriedade	59%
Trabalham apenas fora da propriedade	24%
Trabalham dentro e fora da propriedade	17%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo (2013).

Apesar de a maioria dos moradores (59%) trabalharem exclusivamente na propriedade, as informações da Tabela 4 revelam a presença de famílias pluriativas, já que o restante dos moradores exerce alguma função fora do estabelecimento, mesmo que em tempo parcial. Dos membros da família, 24% trabalham exclusivamente fora da unidade familiar e 17% exercem atividades laborais dentro e fora do estabelecimento, prática que proporciona renda não vinculada à propriedade. Essas atividades são desenvolvidas tanto em locais distantes como em outras propriedades da região.

Nas grandes propriedades onde a utilização de maquinários ainda não atingiu todas as etapas da produção, ou até mesmo naquelas em que grande parte do processo ainda é manual, a contratação de mão de obra é constante. Com isso, os pequenos agricultores do povoado deixam suas propriedades e são contratados como trabalhadores temporários na colheita do café, principal produto da região.

Tabela 5
Atividade desenvolvida pelos moradores quando não estão exercendo nenhuma ocupação dentro da propriedade familiar no povoado Lagoa de Melquíades – 2013

Atividade	Porcentagem
Não trabalham	31%
Trabalham para terceiros fora da propriedade	50%
Realizam atividades não agrícolas fora da propriedade	19%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo (2013).

A condição de trabalhador remunerado, segundo os próprios trabalhadores, é boa, porque assim eles podem conseguir renda extra e não precisam ficar fora de suas propriedades o ano todo.

A dificuldade de sobrevivência e permanência dos agricultores da comunidade não é diferente da realidade brasileira. Em praticamente todas as famílias ocorreu a necessidade de alguns membros deixarem a localidade e irem em busca de melhores condições de vida. Além de não encontrar trabalho, os jovens não podem continuar estudan-

do, já que na escola só é possível a conclusão do primeiro nível do ensino fundamental.

Muitos deles trabalham na cidade e retornam ao povoado nos finais de semana, outros, porém, viram nas grandes capitais, como São Paulo, a oportunidade dessa melhoria. A maior parte da migração de mulheres é para as funções de doméstica, babá e merendeira. Já para os homens, as funções mais comuns são as de pedreiro, servente, ajudante de serviços gerais e entregador. Além dos trabalhos desenvolvidos em cidades, os moradores de Lagoa de Melquíades também vendem a sua força de trabalho em outras propriedades rurais, geralmente como catadores de café, roçadores e diaristas. A Tabela 6 resume a origem da fonte de renda das famílias.

Tabela 6
Origem da fonte de renda das famílias moradoras no povoado Lagoa de Melquíades – 2013

Atividade	Porcentagem
Produção agropecuária na propriedade da família	29,3%
Trabalho agrícola para terceiros	10,3%
Trabalho não agrícola	24,1%
Aposentadoria	22,4%
Programas de transferência de renda	13,8%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo (2013).

Apesar de a ocupação fora do estabelecimento familiar estar vinculada a trabalhos que exigem pouca especialização e baixo nível de escolaridade, a remuneração advinda desses empregos representa 34,5% da renda da família. Também os benefícios do governo são essenciais para a sobrevivência dessa população no campo, visto que, de acordo com os entrevistados, 36,2% dos recursos são adquiridos via aposentadoria ou programa governamental de transferência de renda.

Com a saída dos membros familiares, de acordo com os entrevistados, a condição financeira melhorou porque já não existe mais o mesmo número de pessoas no estabelecimento, as despesas diminuíram e existe uma renda extra que é proporcionada por esse membro que migrou. Além disso, os que

estão trabalhando já não dependem mais da família e ainda podem ajudar financeiramente, permitindo que os pais e os irmãos mais novos ainda permaneçam na comunidade.

Os moradores da comunidade reclamam que, na região, os seus filhos não têm como conseguir um emprego bom, já que, no campo, isso é muito difícil. Nas palavras de um entrevistado: “Como conseguir emprego aqui? Quase não tem trabalho...”¹. Acres-

centam que os grandes proprietários da região, que antes ofereciam trabalho, nos dias atuais são favorecidos por máquinas modernas, que substituem a mão de obra do trabalhador. No depoimento de outro entrevistado: “Hoje, em várias fazendas, existem máquinas que fazem o trabalho que antes a gente fazia”². Quando foi questionado sobre por que teve que sair da sua propriedade para trabalhar em outro local, um dos entrevistados deu a seguinte resposta: “Para alimentar meus filhos, alimentar a família, porque o quem vem da roça não é suficiente”³.

Muitos jovens que saíram de suas casas também tinham como prioridade a continuidade dos estudos. No entanto, a necessidade de se manterem e ajudarem a família fez com que esses jovens deixassem os estudos em segundo plano. O pai de uma jovem que saiu para estudar relatou: “Minha filha queria estudar, precisou ir para [Vitória da] Conquista. Para ficar lá estudando, ela trabalha numa casa de família”⁴.

Apesar de necessitar sair para trabalhar fora do estabelecimento, a maior parte (75%) não tem vontade de abandonar as atividades vinculadas à terra, como a agricultura e a pecuária. Portanto, a decisão de sair para trabalhar em outro lugar é motivada, paradoxalmente, pela vontade de permanecer com a família no campo.

Quase a metade dos agricultores entrevistados acredita que, com melhores condições de trabalho, com uma participação mais efetiva dos órgãos governamentais, seria possível viver no campo apenas da agricultura

Quase a metade dos agricultores entrevistados acredita que, com melhores condições de trabalho, com uma participação mais efetiva dos órgãos governamentais, seria possível viver no campo apenas da agricultura. Para isso precisariam de condições em que pudessem trabalhar durante todo o ano. A falta de máquinas modernas, o preço alto dos insumos agrícolas, o não incentivo do governo, entre outros, são alguns dos problemas que os impossibilitam de viver somente da produção agrícola. Uma outra parte defende que, mesmo em condições melhores de produção, isso não seria suficiente para garantir o sustento da família já que, por serem agricultores familiares, possuem pequenas propriedades e, por isso, a produção também seria pequena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o tema agricultura familiar é realmente instigante. As análises acerca desse processo no povoado Lagoa de Melquíades possibilitaram o reconhecimento das famílias de agricultores familiares e as suas estratégias para permanecerem no campo.

Em módulos rurais, considerados pequenos, esses agricultores desenvolvem diferentes atividades, tanto vinculadas ao plantio e à criação de animais, tradicionalmente de características do campo, como também outras de tradição urbana.

A pluriatividade é realizada pela maioria das famílias da localidade, que utiliza a estratégia de diversificação das atividades para a viabilização da permanência da maior parte dos seus membros no meio rural. Essa permanência é superior entre os adultos e as crianças, em contraposição aos jovens, que têm dificuldade em garantir a sua reprodução social com base somente na agricultura familiar. As famílias, então, criam animais e trabalham a terra

¹ Guilhermino Germano da Silva, entrevista em 2012.

² Izana Gomes, entrevista em 2012.

³ José Hildo Vieira, entrevista em 2012.

⁴ Almino Martins, entrevista em 2012.

com a plantação de café, mandioca, feijão e outras culturas. Além disso, diversificam a ocupação dos seus membros. Em muitos casos, com a produção de derivados de produtos agropecuários, como manteiga, queijo, farinha, goma e biscoitos. Para isso utilizam apenas uma parte dos seus componentes. Em outros casos, vendem a força de trabalho, geralmente dos jovens. Assim, a relação campo-cidade materializa-se.

Apesar das dificuldades, a identificação com o lugar é um fator importante, e essa identidade territorial é visível quando a vontade de sair do local é praticamente nula. Muitos dizem que lutaram para conseguir a terra e querem deixá-la para os filhos; outros não cogitam a possibilidade de ir morar na cidade porque gostam de trabalhar no campo; e a maioria sempre viveu ali e não se acostumaria em outro local.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC; UNICAMP, 1992.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: UFR, 1999. p. 148-173.
- ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 54-80, out. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezessete/sacco17.htm>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- AVENA, A. (Org.). *Bahia século XXI: temas estratégicos*. Salvador: SEPLANTEC, 2002.
- BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Org.). *Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Guarapuava, PR: Unicentro, 2004.
- BORRATO, N. B. N. *Agricultura familiar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Campo Mourão, PR: FECLCM, 2005.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 nov. 1964. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64#art-4--inc-II>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20. ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2000.
- BRUMER, A. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, n. 6, p. 89-110, 1994.
- CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 13, p. 179-187, 2003.
- CARNEIRO, M. J. *Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica*. [Rio de Janeiro]: CPDA; UFRRJ, 2006.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 9 set. 2013.
- _____. 1940. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. 1950. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. 1960. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. 1970. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. 1980. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- DAMIANI, M. L. *Geografia da população*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *AGRÁRIA*, São Paulo, n. 1, p. 16-36, 2004. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1>>

&cad=rja&uact=8&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Fagraria%2Farticle%2Fdownload%2F75%2F73&ei=_dXvU_HhOMHesATQ1IGYDA&usg=AFQjCNHWwujYG8988vaXVeO43is3SuGtHg&bvm=bv.73231344,d.cWc>. Acesso em: 7 out. 2013.

FERRAZ, A. E. de Q.; ROCHA, A. A. Apontamentos sobre a população rural no município de Vitória da Conquista. SIMPÓSIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2010, São Cristóvão, SE. [Anais...] São Cristóvão, SE, 2010. Disponível em: <<http://files.gepru.com/.../APONTAMENTOS%20SOBRE%20A%20POPULAÇÃO>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

LEFEBVRE, H. *O direito a cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LUFT, L. A. *Crédito rural x agricultura familiar: um estudo em busca da eficácia*. Passo Fundo, RS: UFRJ, 2003.

MARQUES, M. I. M. *Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. Agrária*, São Paulo, v. 3, p. 170-185, 2006.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*, Presidente Prudente, SP, v. 11, n. 12, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>>. Acesso em: 12 out. 2013.

MATTA, J. M. B. da. *Agricultura familiar e a organização do espaço agrário no estado da Bahia*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009, Niterói, RJ. *Anais...* Niterói, RJ: Instituto de Geociências; UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Jana%20Maruska%20Buuda%20da%20Matta.pdf>> Acesso em: 09 set. 2013.

SALMAZO, A. M. M.; CESAR, L. A.; ARAUJO, R. de. *Desenvolvimento da agricultura familiar para fixação do homem no campo*. Araquara, SP: UNIARA, 2005.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <<http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, [Brasília], v. 16, p. 14-33, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/docentes_descricao.php?menu=2&codMenu=11&vinculoDocente=1&codDocente=14&opcao=4>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; VIVIEN DIESEL. (Org.). *Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí, RS: Unijuí, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/docentes_descricao.php?menu=2&codMenu=11&vinculoDocente=1&codDocente=14&opcao=4>. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. Teoria social, agricultura e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99 -120, 2003.

SCHNEIDER, S.; FREITAS, D. T. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. *Olhares Sociais*, Cachoeira, BA, v. 2, p. 121, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/docentes_descricao.php?menu=2&codMenu=11&vinculoDocente=1&codDocente=14&opcao=4> .Acesso em: 19 jan. 2014.

SILVA, J. G. da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010.

SPÓSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se *negueia*: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília; Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Artigo recebido em 19 de agosto de 2014
e aprovado em 28 de agosto de 2014.

Estudo das condições competitivas das cooperativas do Programa Cacau Orgânico na região Transamazônica do Pará no Brasil

*Katianny Gomes Santana Estival**

*Solange Rodrigues Santos Corrêa***

* Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora adjunta do Curso de Administração na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ksgestival@uesc.br

** Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professora adjunta do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e coordenadora do Projeto de Extensão Administração com Arte e assessora da Assessoria de Planejamento (Asplan) na UESC. srscorrea@uesc.br

Resumo

O artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada nas cooperativas de produtores de cacau da agricultura familiar localizadas na região Transamazônica do Pará, Brasil, com o objetivo de analisar o perfil, as atividades da cadeia de valor de cada grupo de produtores, as condições competitivas e as dificuldades existentes na atividade produtiva. Foi utilizado o método da análise de conteúdo das entrevistas diretas, aplicadas junto a produtores de cacau da agricultura familiar participantes do Programa Cacau Orgânico. Os resultados apontaram que as cooperativas de produtores têm como principais pontos fracos as dificuldades com relação à aquisição de insumos e à precariedade das condições logísticas. Como pontos fortes foram identificados o acesso ao crédito para os investimentos na estrutura de produção, o tipo da estrutura do solo e o clima para a produção, a disponibilidade de área produtiva, a gestão dos recursos humanos, o marketing e o desenvolvimento de mecanismos coletivos de coordenação.

Palavras-chave: Cacau. Agricultura familiar. Cooperativas. Gestão. Competição.

Abstract

The paper presents the results of research carried out at the producers of cacao from family farms located in the Transamazon region of Pará cooperatives, Brazil, aiming to analyze the profile, activities of the value of each group of producers and chain which competitive conditions and difficulties in production activity. The method of content analysis of applied direct interviews with producers of cocoa farming family participants Cocoa Organic Program was used. The results showed that producer cooperatives are the main weaknesses of the difficulties regarding the purchase of inputs and the precarious logistical conditions. Strengths as access to credit for investment in the production structure were identified; type of soil structure and climate for the production, availability of productive area, management of human, marketing and development of collective mechanisms for coordinating resources.

Keywords: Cocoa. Family farms. Cooperatives. Management. Competition.

INTRODUÇÃO

Na tendência do desenvolvimento agroindustrial, assim como de outras *commodities*, o sistema agroindustrial do cacau (*Theobroma cacao*) enfrenta novos desafios relacionados ao aumento da produtividade, da inovação e da qualidade, ante o crescimento e a diversificação das demandas dos mercados consumidores mundiais de chocolates e produtos à base de cacau (manteiga de cacau e pó de cacau).

O fruto cacau deixa de ser uma simples matéria-prima para fabricação de produtos alimentares, sem exigência de diferenciações ou rígidos controles de qualidade nas etapas do processo produtivo, para se transformar em uma mercadoria que pode ser diferenciada e obter valor agregado desde as primeiras etapas da cadeia produtiva agroindustrial.

As mudanças ocorridas no sistema produtivo do cacau tornam necessária a integração da produção convencional à visão do valor de mercado do cacau e seus produtos derivados.

A cadeia global de valor do cacau chocolate segue a tendência da competição bipolar, segundo Barrientos e Okyere-Asenso (2009) e Fold (2002), caracterizada pelo domínio dos processadores de cacau e das indústrias de chocolates na estrutura do sistema produtivo.

Mesmo com o cenário de crises e o declínio da produtividade cacauífera no Brasil, devido a diversos fatores como a crise da vassoura-de-bruxa na década de 1980 s – doença do cacauífera que devastou grande parte da produção –, o Brasil é um maiores produtores de cacau do mundo, ocupando a quinta posição entre os países produtores (INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION, 2011).

O Brasil é ainda o sexto maior produtor de amêndoas de cacau do mundo, com participação de 5% na produção mundial no ano de 2011, de acordo

com dados do relatório FAOSTAT: Food balance - commodity balances - crops primary equivalente - Cocoa products (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2013).

No mercado externo, a partir do século XXI, o país começou a se destacar e a participar dos mercados de qualidade de cacau e chocolate, sendo reconhecido pela produção do cacau fino e de aroma brasileiro

No mercado externo, a partir do século XXI, o país começou a se destacar e a participar dos mercados de qualidade de cacau e chocolate, sendo reconhecido pela produção do cacau fino e de aroma brasileiro, através de participações e premiações

em eventos internacionais, como o *Salão de Chocolate*, de Paris, e da efetivação de parcerias com renomados chocolateiros do mercado *gourmet* mundial. Além da inserção nos mercados de qualidade do cacau, o país conquistou as certificações: orgânicos, sustentáveis (*Fair for Life e Rainforest Alliance*) – a partir do ano de 2004 – e a Identificação de Procedência do Cacau de Linhares (ES), em 2012.

A produção de cacau no Brasil está concentrada na região sul da Bahia, que representa 62% do total, com destaque para o crescimento da participação do Pará (25%), seguido pelos estados de Rondônia (7%), Espírito Santo (3%), Amazonas (1%) e Mato Grosso (0,27%) (VIRGENS FILHO, 2011).

A cadeia do cacau no Brasil enfrenta problemas que são gargalos para o desenvolvimento e a competitividade: alto grau de endividamento dos produtores no contexto pós-crise da vassoura-de-bruxa na década de 1980; baixo grau de profissionalização da gestão das propriedades rurais; baixos índices de produtividade por hectare, e divergências e conflitos de interesses entre os diversos atores que participam da cadeia (produtores rurais de grande, médio e pequeno porte da agricultura familiar; cooperativas; associações; sindicatos; empresas; movimentos sociais; organizações não governamentais; organizações públicas; comunidades quilombolas; indígenas; assentamentos produtivos).

Os produtores da agricultura familiar na Bahia, no Pará e no Espírito Santo são subdivididos entre

aqueles que atuam de forma independente, vinculados às associações ou cooperativas, e os integrantes dos projetos de assentamentos produtivos rurais. São formados, em sua maioria, por ex-trabalhadores das grandes fazendas de cacau que, após a crise da vassoura-de-bruxa, foram excluídos do trabalho rural, migraram para as cidades e, a partir de 1987, com o início do movimento da reforma agrária na região, integraram-se aos movimentos sociais na luta pela terra e a projetos produtivos rurais que possibilitem a geração de emprego, renda e redução da pobreza e da extrema pobreza.

Segundo o Censo Agropecuário (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006), com relação aos produtores de cacau da Bahia, maior região cacauzeira do Brasil, em torno de 72% destes possuíam área colhida de cacau menor que 10 ha e foram responsáveis por 26% do total estadual. Por sua vez, 16% dos entrevistados, com área colhida entre 10 e 100 ha, produziram 78,9 mil toneladas, 50,74% da produção estadual (SENA, 2011).

Deste modo, as formas como ocorrem as relações sociais e econômicas entre os grupos de produtores e entre estes e o mercado poderão influenciar na dinâmica das construções sociais e na coordenação da cadeia de valor do cacau e do chocolate e, conseqüentemente, no desenvolvimento das vantagens competitivas do Brasil na cadeia de valor do cacau e do chocolate.

Neste contexto, o objetivo geral do trabalho é apresentar o diagnóstico da estrutura da gestão das cooperativas de produtores que participam do Programa Cacau Orgânico na região Transamazônica, estado do Pará, visando identificar as oportunidades e as ameaças presentes no cenário socioeconômico em que atuam.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os resultados propostos foi realizada uma pesquisa de campo no estado do Pará, região Transamazônica, no ano de 2012, com entrevistas dire-

tas aplicadas junto aos produtores de cacau, representantes das seis cooperativas que atuam na agricultura familiar e integrantes do Programa Cacau Orgânico.

Os resultados obtidos nas entrevistas diretas foram sistematizados e analisados com o uso do método de análise de conteúdo que “é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1994, p. 18).

Foram considerados como conteúdo manifesto da comunicação os resultados obtidos através das informações escritas coletadas nas entrevistas diretas realizadas junto aos produtores.

CADEIA DE VALOR DO CACAU NO BRASIL

As cadeias de valor na agricultura, tradicionalmente, são dominadas por grandes compradores e processadores, e as políticas de liberalização econômica dos países produtores e compradores podem acentuar esta situação ou promover maior equilíbrio entre empresas compradoras de cacau, empresas processadoras e pequenos produtores.

A cadeia global de valor do cacau chocolate também segue esta tendência, apresentando-se em uma estrutura de competição caracterizada pelo domínio dos processadores de cacau e da indústria de chocolates na estrutura da cadeia de valor, de acordo com análises dos pesquisadores Barrientos e Okyere-Asenso (2009) e Fold (2002).

Na cadeia de valor do cacau e do chocolate, três indústrias processadoras transnacionais (Cargill, ADM e Barry Callebaut) concentram 47,9% do total das atividades de moagem de cacau no mundo, e seis indústrias de chocolates dominam aproximadamente 70% do mercado mundial, que é concentrado nos Estados Unidos (FOLD, 2002). Esse cenário é acentuado por dois fatores inter-relacionados: com o aumento do mercado de consumo, cresceram as fusões e aquisições das empresas menores com marcas consolidadas em mercados nacionais. Por sua

vez, o foco para a capitalização reforça a preocupação com o desempenho financeiro das empresas e este fator incentiva ainda mais as fusões e aquisições para a valorização dos ativos das empresas (FOLD, 2002).

A tendência das fusões e aquisições também é acompanhada da redução e da terceirização das atividades de processamento de cacau por parte das indústrias de chocolates, incluindo marcas de grande porte.

A terceirização da atividade de moagem de cacau, que produz a massa de cacau denominada líquor, matéria-prima principal para a fabricação do chocolate, é uma estratégia de terceirização de uma atividade de menor lucro e de alta complexidade por parte das grandes indústrias de chocolates, visando à concentração e a um maior investimento no desenvolvimento de produtos e marcas (FOLD, 2002).

Apesar deste contexto, existem algumas exceções no comportamento dessas indústrias, principalmente daquelas que possuem a atividade de fabricação de chocolates como negócio principal. Como exemplos, podem ser citadas as empresas Ferrero Rocher e Lindt e Sprungli, que adotaram estratégias contrárias, voltadas para a verticalização da produção, com agregação dos processos de moagem de cacau e fabricação de chocolates, com o objetivo de garantir as qualidades específicas e diferenciadas nos produtos finais.

Com menor participação no retorno do valor agregado da cadeia de valor, encontram-se os pequenos produtores de cacau, que, de acordo com dados da International Cocoa Organization (2012), são responsáveis por 95% da produção mundial. O tamanho das propriedades dos pequenos produtores varia de 1 a 5 ha, e a produção é, em geral, caracterizada por pequena escala e baixos rendimentos.

A trajetória da participação da agricultura fami-

liar nas cadeias agroalimentares encontra limites para expansão e barreiras à entrada.

Na percepção do agronegócio, os pequenos agricultores são pequenos empresários, mas devem ser incluídos apenas nas discussões das políticas sociais, o que contribui para acentuar as dificuldades do segmento para obter vantagens competitivas nos mercados de qualidade, já que o acesso às tecnologias e à qualidade não é facilitado.

Neste contexto, os produtores da agricultura familiar submetem-se às mesmas condições impostas aos grandes e médios produtores, o que reforça as barreiras para a agregação de valor na pequena produção. Como, por exemplo, para a expansão da produção e comercialização de produtos artesanais, inseridos nos mercados de qualidade, que se caracterizam como de alto valor agregado. Para a inserção nestes mercados, os produtores sofrem barreiras à entrada referentes às complexas regras sanitárias, semelhantes às impostas aos segmentos de médio e grande porte do segmento agroindustrial (WILKINSON, 2008).

Na cadeia global de valor do cacau chocolate, com a perspectiva da escassez futura da matéria-prima cacau e com a necessidade da melhoria da qualidade e da produtividade, além da pressão dos consumidores por produtos éticos e sustentáveis, as grandes processadoras de cacau e as indústrias de chocolates já buscam parcerias e o desenvolvimento de projetos de apoio que garantam a sustentabilidade econômica e socioambiental da agricultura familiar de pequeno porte (BARRIENTOS; OKYERE-ASENSO, 2009). A busca de alternativas para a efetivação de parcerias entre grandes e pequenos produtores rurais ou do segmento agroindustrial torna-se uma estratégia para garantir a competitividade da cadeia de valor como um todo.

Com menor participação no retorno do valor agregado da cadeia de valor, encontram-se os pequenos produtores de cacau, que, de acordo com dados da International Cocoa Organization (2012), são responsáveis por 95% da produção mundial

Várias são as ações de grandes empresas processadoras de cacau e de fabricantes de chocolates como, por exemplo, a Delfi Cacau, a Cargill e a Mars Cacau, que desenvolvem programas e projetos de apoio técnico aos produtores de cacau, ao desenvolvimento de pesquisas e ao desenvolvimento sustentável das comunidades produtoras, no Brasil e no exterior (MOLES, 2011).

No contexto atual do mercado, que tende à redução de preços do cacau convencional em países produtores onde não existem organismos de controle e apoio aos produtores agrícolas, os produtores ficam sujeitos à instabilidade de preços e à incerteza de retorno, ante os investimentos realizados na produção.

Um dos países no qual a existência de organismo de apoio protege, de certa forma, os produtores, principalmente os de pequeno porte, ante as incertezas do mercado, é Gana, onde o conselho governamental, denominado Ghana Cocoa Board (Cocobod), atua com medidas para facilitar a produção e o processamento de cacau de boa qualidade de maneira eficiente, com custo acessível, promovendo as relações de parceria entre produtores, processadores de cacau e indústria de chocolates (COCOBOD, 2011).

A África é a maior região produtora de cacau do mundo, com participação de 71,4% na produção mundial de cacau no ano-safra 2011/2012. A América, com destaque para América do Sul, Brasil e Equador, figura na posição de segunda maior região produtora na safra 2011/2012.

O processamento do cacau (moagem) continua sendo realizado predominantemente nos países importadores de cacau.

A Europa foi responsável por 38% da moagem mundial (2011/2012), mas verifica-se também um cenário do crescimento da participação nesse processamento dos países tradicionalmente produtores (QUARTERLY BULLETIN OF COCOA STATISTICS, 2012).

**No contexto atual do mercado,
[...] os produtores ficam sujeitos
à instabilidade de preços
e à incerteza de retorno,
ante os investimentos
realizados na produção**

Houve ampliação do processamento de cacau em países produtores ao longo dos últimos anos (de 33,6% em 2001/02 para 37% em 2005/06), principalmente nos países africanos. Esta mudança pode ser justificada por fatores logísticos relacionados à maior facilidade de acesso aos portos e aos mercados consumidores europeus, como também à maior viabilidade para obtenção de escala e possi-

bilidade de negociação de melhores preços das amêndoas de cacau na compra direta dos produtores (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2008).

Diversas mudanças ocorrem na cadeia de valor do cacau chocolate, principalmente nas relações estabelecidas entre produtores e compradores. Os consumidores também assumem novos papéis de atuação e surgem como agentes impulsionadores de inovações (BARRIENTOS; OKYERE-ASENSO, 2009; FOLD, 2002).

Observam-se o crescimento dos mercados de consumo diferenciados, o estabelecimento de vínculos mais fortes entre os supermercados, as indústrias de chocolates e as processadoras de cacau e, ao mesmo tempo, o aumento da concentração do lado da produção (processamento de cacau e indústrias de chocolates), com a diminuição do número de fabricantes, tanto na indústria de chocolates, quanto no processamento do cacau (BARRIENTOS; OKYERE-ASENSO, 2009; FOLD, 2002).

As empresas processadoras de cacau têm papel fundamental na cadeia, sendo os principais formadores de preços e negociadores nos mercados futuros.

A indústria de chocolates, para manter a competitividade ante as novas demandas dos consumidores, atua na busca constante de inovações de processo e formas para a diferenciação dos produtos.

O mercado de chocolates pode ser subdividido em três segmentos:

Um refere-se ao nicho de chocolates de origem, que se encontra em maior expansão que o mercado de chocolates convencionais. Abrange os segmentos de chocolates com certificações de orgânicos e comércio justo.

Outro atende aos consumidores que identificam a qualidade do chocolate através do reconhecimento da marca e garantias de qualidade relacionadas aos aspectos da saudabilidade, preocupações sociais e ambientais.

E o terceiro se compõe de chocolates de baixo valor, destinados ao consumo em massa, fabricados em grandes volumes, caracterizados como chocolates de baixa qualidade, quase sempre com baixos teores de sólidos de cacau. São consumidos principalmente nos países em desenvolvimento como China, Brasil e Índia (BARRIENTOS; OKYERE-ASENSO, 2009, p. 88-107).

Apesar de o mercado processador de cacau e da indústria de chocolates utilizarem como matéria-prima em grande escala o cacau denominado cacau convencional, que é negociado como uma *commodity* agrícola, a segmentação dos mercados consumidores promove o desenvolvimento e o crescimento de novas formas de produção cacauífera, com a produção de amêndoas de cacau negociada de formas diferenciadas, em mercados distintos e com valores diferenciados.

Os principais mercados em expansão do cacau são os de origem, orgânicos e de comércio justo (INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION, 2012). Para atingir as características necessárias no produto final, no caso, os chocolates, é necessário a utilização de amêndoas de cacau de qualidade superior, o que demanda melhorias contínuas e controle de qualidade em todas as etapas do processo produtivo (da produção cacauífera ao processamento do cacau e à fabricação dos chocolates).

O mercado mundial de cacau distingue duas grandes categorias de sementes: cacau “fino” ou

“de aroma” e “a granel” ou “convencional”. De acordo com o conceito geral, mais tradicionalmente utilizado na linguagem mercadológica, grãos de cacau fino ou de aroma são produzidos a partir das sementes de variedade *Criollo* ou *Trinitário*, enquanto o cacau convencional é produzido a partir da variedade *Forastero*. Verificam-se exceções, como no Equador, por exemplo, onde a produção nacional de variedade *Forastero*, classificada como cacau fino ou de aroma no país maior produtor e exportador de cacau fino do mundo, configura na lista dos países produtores da Convenção Internacional do Cacau de 2010 (INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION, 2010).

O conceito de cacau fino ou de aroma está em processo de construção e não existem critérios oficiais nem padronização mundial para a classificação do cacau nesta categoria.

Apesar de não configurar na lista da **International Cocoa Organization** (2010) dos países produtores e exportadores de cacau fino, o Brasil está inserido neste mercado desde o ano 2000 e representa 1% de participação em volume de exportações (BASTIDE, 2012).

Esta inserção ocorreu devido à existência de outros dois conceitos: 1) a indústria aceita como cacau fino as amêndoas que resultarem em aroma e características originais de sabor: aroma delicado e típico de alguns tipos de cacau: aromas frutal, floral, madeira, amendoado, entre outros; 2) os pesquisadores dos segmentos do cacau e de chocolates classificam como cacau fino as amêndoas que apresentam o chamado aroma de constituição (presente nas amêndoas frescas) e/ou aroma de fermentação, que aparece durante o período de beneficiamento primário (MORORÓ, 2012).

As informações da **International Cocoa Organization** (2012) e do Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias (2007) são de que não existe um critério padronizado e universalmente aceito para definir se o cacau de uma determinada origem pode ser classificado como cacau fino ou de aroma.

Alguns critérios são considerados atualmente para a análise e definição do cacau fino, como: a origem genética das amêndoas de cacau; as características morfológicas das plantas; as características do aroma; as características químicas das amêndoas; a cor das amêndoas de cacau; o grau de fermentação obtido; o tipo de secagem utilizada, e o grau de acidez dos grãos. Apesar da ampla gama e especificidade dos critérios, estes ainda não são capazes de definir de uma maneira objetiva a qualidade do cacau, considerando a geração do aroma e do sabor diferenciados (ESTIVAL, 2013).

A situação apresentada gera gargalos aos fabricantes de chocolates, como a dificuldade para ter acesso às amêndoas de cacau padronizadas para a fabricação dos produtos. Essas dificuldades também se refletem no mercado internacional, onde os compradores buscam definir a compra do cacau com base nos critérios de grau de fermentação dos grãos e origem genética do cacau (INSTITUTO NACIONAL AUTÓNOMO DE INVESTIGACIONES AGROPECUARIAS, 2007).

A inexistência de padronização do conceito do cacau fino ou de aroma não impediu a construção e consolidação de um mercado mundial para este tipo de grão.

Com relação à produção mundial, o cacau classificado como convencional representou 94% do produzido e comercializado no mundo, e o cacau certificado, aproximadamente 6% do mercado em 2010 (KPMG CUTTING THROUGH COMPLEXITY, 2012).

A participação relativa da produção de cacau fino ou de aroma – neste caso, o não certificado (orgânico, origem, comércio justo ou sustentabilidade) – apresenta-se em declínio, considerando-se o cenário da última década, com queda de 50% na produção mundial neste período. A

significativa queda na participação da produção de cacau fino ou de aroma pode ser relacionada ao aumento da oferta, devido à expansão da produção de cacau convencional (INSTITUTO NACIONAL AUTÓNOMO DE INVESTIGACIONES AGROPECUARIAS, 2007).

No Brasil, de acordo com pesquisa sobre a cadeia produtiva do cacau (PwC AGRIBUSINESS RESEARCH AND KNOWLEDGE CENTER, 2012), 97% do cacau produzido e comercializado é classificado como convencional, e 3% é **classificado** como cacau fino ou de aroma e certificados (orgânico e/ou sustentável). De acordo com o trabalho de Estival (2013), o potencial de maior agregação de valor na comercialização, com possibilidades de pagamento de preços prêmios de até 100% sob a cotação do cacau na Bolsa de Valores de Nova York, foi identificado na comercialização do cacau fino ou de aroma no Brasil, que, na relação custo de produção e possibilidade de agregação de valor na comercialização, apresentou potencial mais atrativo como nicho de mercado de qualidade do cacau, mas menor inserção de produtores da agricultora familiar na participação nesse segmento.

O Equador produz 58% do cacau fino e de aroma comercializado no mundo, o que representa apenas 5,2% do cacau produzido no país, sendo que 94,8% do cacau produzido e comercializado é classificado e comercializado como cacau convencional (LA MESA..., 2011), resultados que sinalizam o grande potencial de expansão da produção, comercialização e agregação de valor através da ampliação do mercado do cacau fino e de aroma no país.

No Informe Anual 2006/2007 (**INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION**, 2012), é destacado que, a partir do ano de 2004, se verificou o crescimento das demandas dos mercados con-

A inexistência de padronização do conceito do cacau fino ou de aroma não impediu a construção e consolidação de um mercado mundial para este tipo de grão

sumidores por chocolates com maior percentual dos sólidos de cacau, o que se reflete no aumento e na consolidação do mercado consumidor dos chamados “chocolates negros” – com alto teor de sólidos de cacau na composição.

Essa transformação é mais perceptível nos mercados da Europa e da América do Norte. A evolução dessa demanda representou impacto direto no aumento das indústrias de moagem de cacau a partir do ano 2000. No contexto dos novos mercados mundiais, os chocolates com maior teor de cacau representaram 33% do total de guloseimas de chocolates lançadas no ano de 2006 (INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION, 2012).

Ainda de acordo com dados da International Cocoa Organization (2011), verificou-se que as novas demandas dos consumidores não se limitam aos aspectos físicos do chocolate com alto teor de cacau, mas ampliam-se para a necessidade de agregação de práticas de produção do cacau e de chocolates que satisfaçam às normas sociais, éticas, ecológicas, de segurança alimentar e econômicas. Este fenômeno é percebido através da expansão dos mercados do cacau e de chocolates com certificações de orgânicos, sustentabilidade, comércio justo e origem.

Considerando-se os dados do Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias (2007) e da **International Cocoa Organization** (2011), no contexto dos novos mercados de qualidades do cacau e de chocolates, comparados com o mercado de cacau convencional, o mercado do cacau fino ou de aroma pode ser classificado como de nicho, ainda pequeno com relação ao número de produtores, à escala de produção e à demanda.

Quando há alta dos preços, o cacau fino ou de aroma ou certificado é exportado pelos países produtores, mas, quando ocorre baixa nos preços, devido ao pouco incentivo dos exportadores, os agricultores misturam os grãos de ca-

cau fino ou de aroma ou certificados aos grãos convencionais ou de qualidade inferior para obter retorno e preços mais elevados na venda (ESTIVAL, 2013).

No caso do cacau fino ou de aroma, a situação da ausência de padronização influencia de forma negativa, tanto as negociações quanto a evolução das parcerias com as indústrias processadoras, quanto à credibilidade dos produtores como fornecedores de cacau de qualidade superior, **já que não há garantia de padronização** desta, como ocorre no mercado do cacau certificado como orgânico, sustentável ou comércio justo.

COOPERATIVAS DE PRODUTORES DA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA DO PARÁ

No estado do Pará, a pesquisa de campo teve como foco o estudo de três cooperativas de produtores de cacau localizadas nos municípios da região Transamazônica: Medicilândia, Uruará e Pacajá, que integram o Programa Cacau Orgânico da Região Transamazônica composto por 6 (seis) cooperativas.

As cooperativas participantes da pesquisa integram o Programa de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu, criado em 2005 com o objetivo de implantar a central das cooperativas orgânicas da Amazônia e proporcionar aos produtores cooperados o acesso aos mercados diferenciados.

Conduzido pela organização não governamental Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), com apoio da GTZ, grupo de cooperação técnica alemã, e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), o programa tem como principais princípios: certificação orgânica e comércio justo; promoção da qualidade; desenvolvimento do cooperativismo e da agricultura familiar; vendas coletivas e diretas; formação e oferta de preços diferenciados; re-



Figura 1
Esquema de localização das cooperativas integrantes do Programa Cacau Orgânico

Fonte: Fundação Viver, Produzir e Preservar (2011).

alização de parcerias de longo prazo com os compradores, e incentivo à produção e à comercialização de produtos de origem (FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR, 2011). A Figura 1 apresenta o esquema de localização das cooperativas integrantes do Programa Cacau Orgânico.

Participam do programa 105 propriedades rurais de pequeno porte, com 1.327 ha de plantação, e produção e comercialização anual de 900 toneladas por ano de cacau orgânico certificado (certificação Fair for Life).

A produtividade arroba (@) de cacau por ha dos produtores participantes do programa varia de 46@ por ha a 53@ por ha e é avaliada como boa pelos produtores.

As amêndoas de cacau orgânico produzidas pelos cooperados são comercializadas no mercado nacional para grande empresa de cosméticos, parceira comercial desde o início do programa, processadora de cacau brasileira de médio porte e fábrica de chocolates do mercado europeu. As figuras 2 e 3 apresentam produtos fabricados com o cacau produzido pelas cooperativas.



Figura 2
Produto final da indústria cosmética fabricado com as amêndoas de cacau orgânico

Fonte: Fundação Viver, Produzir e Preservar (2011).



Figura 3
Chocolate fabricado com cacau orgânico brasileiro

Fonte: Chocolatiers (2013).

Os preços médios obtidos pelos cooperados participantes do programa na comercialização do cacau variaram no ano de 2012 de R\$ 108,00 a @ no mercado nacional a R\$ 118,00 a @ no mercado exportador.

As principais dificuldades verificadas para a comercialização no mercado interno são a comparação dos preços ofertados no mercado convencional do cacau e a dificuldade para manter a regularidade do abastecimento para os clientes.

No mercado externo, os clientes reclamam dos altos preços do cacau brasileiro em comparação com os preços ofertados por outros países produtores.

As relações estabelecidas com os clientes são contratuais e a forma de pagamento utilizada é a prazo: 30% no ato do contrato e 70% quando o cliente recebe o produto.

A central das cooperativas consegue exercer poder de barganha na negociação dos preços ofertados aos clientes. De acordo com o responsável por uma das cooperativas entrevistado na pesquisa realizada no ano de 2012, a negociação é realizada de forma coletiva: “Compradores pedem para verificar as planilhas de custos dos produtores”, com o objetivo de negociação de preços justos.

As principais variáveis de qualidade solicitadas pelos clientes com relação às amêndoas de cacau, além da certificação orgânica Fair For Life, são: boa fermentação do cacau, através do atendimento aos padrões construídos pelo grupo de cooperativas com base nas demandas dos clientes; e secagem em assoalho de madeira, de acordo com a demanda específica solicitada pelos clientes. Estas apresentam dificuldade atual de melhoria e expansão devido à deficiência das estruturas de processamento dos produtores.

Sobre os critérios de qualidade exigidos pelos clientes, um dos presidentes das cooperativas fez a seguinte consideração:

Tem que ter o mínimo de estrutura e conhecimento para produzir com qualidade, o produtor necessita de capital para sobrevivência até que o processo de compra se desembarace e este receba o pagamento. A certificação garante a rastreabilidade, os clientes verificam se a legislação ambiental brasileira é cumprida então vê isso como uns dos pontos fortes tan-

to nas questões ambientais, quanto sociais. Os clientes fazem inspeções contínuas das áreas produtivas, trabalham como comitê local para melhoria contínua. (informação verbal)¹.

O pagamento diferenciado por qualidade é referente ao cumprimento do critério da oferta do cacau com certificação orgânica e de sustentabilidade; caso haja oferta de amêndoas de cacau que superem os critérios de qualidade exigidos no protocolo das certificações, não há pagamento de preço prêmio, de acordo com as informações dos entrevistados.

Sobre o desenvolvimento do mercado de qualidade do cacau, iniciou-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o processo para identificação geográfica do cacau orgânico do Pará, via FVPP e Ceplac.

A produção local enfoca hoje padrões de qualidade acima dos exigidos pela norma de identidade técnica da amêndoa de cacau, estabelecida pelo MAPA.

As mudanças do mercado do cacau aumentaram a qualidade deste. Apesar de o pagamento de preços diferenciados não ser imediato, a diferenciação de valor compensa, pois melhora a renda.

Hoje já fermentam o cacau adequadamente, mas necessitam melhorar a estrutura de beneficiamento do cacau para ampliação da qualidade. Promovem também o sistema de sombreamento e conservação ambiental integrado à produção do cacau – Sistema Cabruca. Possuem projeto para ampliação da central de cooperativas participantes do programa. Acreditamos que a visão das empresas compradoras do cacau sobre a qualidade é que essa é obrigação do produtor, assim como o fator da conservação ambiental, não querem pagar mais por isso... Aí existe o risco de que, no futuro, as exigências cheguem a um ponto em que não será mais pago preço prêmio ao produtor... (informação verbal)².

O transporte do cacau para comercialização é realizado através de frota terceirizada, e cada cooperativa é responsável pelo pagamento deste, da sua sede para a central das cooperativas localizada no município de Altamira (PA). Do município de Altamira, o cacau segue para embarque e escoamento logístico através do Porto de Belém.

A relação comercial estabelecida com os clientes nos mercados interno e externo é uma relação de parceria que abrange, além das relações de compra e venda, o processo de colaboração para o desenvolvimento dos produtores fornecedores do cacau orgânico.

A empresa brasileira de cosméticos, cliente da central das cooperativas, paga o frete e os impostos para a entrega direta na fábrica localizada em São Paulo. Além disso, possui uma política de sustentabilidade e de estabelecimento de relações para a melhoria dos processos dos fornecedores com o grupo de produtores desde o ano de 2007, oferecendo capacitações e acesso a financiamentos para aquisição de equipamentos e estruturas.

O cliente do mercado europeu ofereceu ao grupo de produtores integrantes da central das cooperativas apoio financeiro para este conhecer a Áustria e a fábrica de chocolates. A partir daí foi estabelecida uma parceria comercial, baseada na pesquisa para a melhoria da qualidade e o desenvolvimento do aroma das frutas nas amêndoas de cacau através dos processos de fermentação.

A estrutura atual de comercialização da central das cooperativas do Programa Cacau Orgânico tem capacidade ociosa atual de 30%. Pretende-se suprir a demanda ociosa com a produção de manteiga de cacau a partir do ano de 2014, pois, através de parceria com cliente, implantarão uma unidade para processamento do cacau e fabricação da manteiga.

As principais etapas do processo de transformação primário do cacau, executadas pelos produtores cooperados, são:

1) colheita do cacau (deve ser realizada de acordo com orientação dos técnicos sobre período correto da colheita);

¹ Responsável pela cooperativa, entrevistado na pesquisa de campo, 2012.

² Responsável pela cooperativa, entrevistado na pesquisa de campo, 2012.

- 2) separação dos frutos;
- 3) cuidado na quebra do cacau;
- 4) transporte higiênico em cochos limpos;
- 5) manter o cacau armazenado em área isolada

para fermentação (ausência de contaminantes e animais);

6) embalagem em sacos específicos (de acordo com a exigência da certificadora).

Na etapa da fermentação do cacau, os entrevistados representantes das

cooperativas citaram que o padrão de fermentação orientado pela Ceplac, com base no processo executado no estado da Bahia, não atende às suas demandas. Enquanto o padrão de fermentação dos produtores na Bahia para a produção de cacau com qualidade superior é de cinco a sete dias, o cacau do Pará, para gerar qualidade superior, necessita ser fermentado de nove a 12 dias. Os produtores atribuem essa diferenciação principalmente aos fatores climáticos e já conseguiram, com sucesso, a produção e replicação de tecnologias de processamento próprias com a utilização do conhecimento local.

Os produtores integrantes da central de cooperativas são orientados a realizar o controle formal dos custos de produção, pois cada cooperativa integrante necessita apresentá-lo regularmente como subsídio na realização das negociações com os clientes.

Os principais insumos utilizados são orgânicos: calda biológica, esterco e casca de café. A compra é realizada de forma individual, e os produtores possuem dificuldade para obtenção da quantidade necessária para o uso. Já utilizaram, segundo eles, a chamada “farinha de osso”, mas as exigências das instituições certificadoras não permitem mais a utilização desse tipo de insumo. Procuram, portanto, alternativas para que possam atender rigorosamente ao padrão exigido pelos protocolos das certificações.

A mão de obra das cooperativas é familiar, e a renda média dos produtores é de, aproximadamente, dois salários mínimos, de origem principal das atividades produtivas rurais.

A mão de obra das cooperativas é familiar, e a renda média dos produtores é de, aproximadamente, dois salários mínimos, de origem principal das atividades produtivas rurais

Sobre o mercado concorrencial, os entrevistados identificam a cooperativa de produtores de cacau orgânico localizada na Bahia, que, apesar de não ser concorrente direta, também trabalha na comercialização do cacau or-

gânico com características semelhantes, mas o fato de estar em bioma diferente garante o diferencial das amêndoas de cacau. Citaram também os intermediários ou atravessadores que exercem a concorrência através da oferta de cacau em grandes quantidades, a preços mais baixos, mas com qualidade inferior.

Como principais vantagens com relação aos concorrentes, analisam que estão organizados em cooperativas, com as quais as grandes empresas que demandam o uso do cacau no Brasil preferem trabalhar, já que as cooperativas organizadas possuem melhores condições para o fechamento dos contratos e estabilidade na oferta. A experiência no trabalho com o cacau de qualidade superior, nos processos de negociação e no conhecimento do mercado europeu também são identificados como vantagens competitivas.

Sobre as desvantagens, acreditam que precisam melhorar a estrutura para o beneficiamento do cacau disponível para os produtores cooperados. Existe também a demanda por capital de giro, para que as cooperativas possam oferecer aos produtores as mesmas condições de compra, venda e preços ofertadas pelos atravessadores.

Como problemas gerais da atividade foram citados a necessidade de parceria comercial com fábrica de chocolates brasileira que produza chocolates orgânicos; a necessidade do desenvolvimento de tecnologias de beneficiamento acessíveis aos produtores, e a difusão de técnicas para melhoria do manejo e aumento da produtividade.

Um dos entrevistados citou que, apesar do bom trabalho coletivo executado pela central das cooperativas no Programa Cacao Orgânico, o resultado final é que ainda não existe um equilíbrio entre as receitas e despesas.

Para a melhoria dos problemas identificados seriam necessários mais investimentos na infraestrutura das áreas rurais da região Transamazônica: estradas, luz elétrica, serviços de telefonia, entre outros. A disponibilização de assistência técnica rural contínua também foi citada como uma demanda urgente.

As principais instituições identificadas no apoio à cultura cacauera foram a Ceplac e a FVPP. Os entrevistados avaliaram as relações com esses órgãos, respectivamente público e não governamental, como boas, mas citaram que a ação da FVPP, através da central das cooperativas, apresenta maior impacto direto e proximidade com os produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade dos produtores da agricultura familiar, ligada à produção cacauera na região Transamazônica do Pará, no Brasil, foi construída com base no estabelecimento de relações sociais entre os produtores e na valorização do capital social, principalmente através da formação e da operação das cooperativas.

Foram identificadas também ações de apoio e assistência técnica, viabilizadas através do estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais, governamentais e empresas privadas. Essas parcerias favoreceram as cooperativas, para que estas alcançassem condições competitivas mínimas à inserção nos mercados de qualidade do cacau: processos de produção e comercialização.

O estabelecimento de parcerias para o acesso à assistência técnica e aos mercados tende a favorecer o aumento das capacidades competitivas dos produtores da agricultura familiar

Na análise das condições competitivas dos atores da cadeia de valor do cacau no Brasil, os produtores da agricultura familiar apresentaram-se como os atores com menor grau de competitividade, considerando-se a análise das atividades de gestão de apoio e primárias da cadeia de valor, sendo que as melhores condições competitivas entre esses produtores, que atuam organizados em cooperativas e associações, foram identificadas no grupo de cooperativas da região Transamazônica integrante do Programa Cacao Orgânico.

Pode-se concluir que as ações de parcerias com organizações não governamentais para a viabilização do acesso à assistência técnica e aos mercados estão associadas ao aumento para o potencial de inserção e estabelecimento nos mercados de qualidade do cacau no Brasil e no mundo, como identificado no grupo de cooperativas integrante do Programa Cacao Orgânico da região Transamazônica.

Na análise dos mercados de qualidade do cacau no Brasil, verifica-se que existem alternativas para que a produção cacauera não acompanhe essa tendência de apropriação industrial do processo produtivo rural, pois a qualidade do produto final, no caso do chocolate, depende diretamente das características relacionadas a sua origem, rastreabilidade e qualidade da execução da etapa do processamento pós-colheita do cacau e, conseqüentemente, dos processos produtivos realizados na matéria-prima (amêndoa de cacau) no ambiente da produção rural.

O estabelecimento de parcerias para o acesso à assistência técnica e aos mercados tende a favorecer o aumento das capacidades competitivas dos produtores da agricultura familiar. Mesmo que as condições competitivas de gestão individuais não sejam avaliadas como excelentes, o desenvolvimento de mecanismos coletivos de

coordenação, através do trabalho desenvolvido pelos empreendedores sociais das cooperativas e da organização não governamental, tende a favorecer o aumento da capacidade competitiva dos produtores.

A motivação dos grupos participantes analisados na pesquisa (cooperativas e organização não governamental FVPP) abrange tanto as perspectivas da competitividade técnica e a melhoria das condições de gestão, quanto a perspectiva da ampliação do valor gerado, com a criação do valor que possa ser compartilhado entre produtores, comunidades e com incentivo à participação de mulheres e jovens na construção de relações de produção e comercialização que sejam capazes de gerar mais empregos e melhorar a renda das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, no Programa Cacau Orgânico.

Os questionamentos que não se encerram nas reflexões apresentadas são os seguintes: se a indústria de chocolates recebe 74% do faturamento total do mercado global da cadeia de valor do cacau e de chocolates (PwC AGRIBUSINESS RESEARCH AND KNOWLEDGE CENTER, 2012), existiria interesse estratégico em tornar mais igualitária a distribuição do valor aos atores que atuam na cadeia? Quais questões permeiam os interesses das indústrias para o estabelecimento de ações estratégicas para a cooperação? Quem são os atores, entre as organizações governamentais, não governamentais e privadas, que teriam o maior poder para a promoção e o fomento à cooperação? A cooperação para a gestão necessita de fomento ou deve ser autônoma e autossustentável?

As respostas para esses questionamentos devem ser buscadas através da organização e articulação dos atores menos favorecidos, na perspectiva do retorno obtido na participação na cadeia de valor do cacau, nesse caso, os produtores, através da articulação integrada dos grupos, de grande, médio e pequeno porte, ou da agricultura familiar.

As reflexões apresentadas terão continuidade em trabalhos futuros, pois os autores acreditam que as desconstruções das questões relativas à cooperação tendem a criar novas perspectivas de análise sobre cooperação, gestão e competitividade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 1994.
- BARRIENTOS, Stephanie; OKYERE-ASENSO Kwadwo. Cocoa value chain: challenges facing Ghana in a changing global confectionary market. *Journal Für Entwicklungspolitik* [S.l.], v. 25, n. 2, p. 88-107, 2009.
- BASTIDE, Philippe. Qualidade do cacau no Brasil: atual e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CACAU, 3., 2012, Ilhéus, BA. *Anais...* Ilhéus, BA: CEPLAC; UESC, 2012. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/cbc/paginas/palestras.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20 jul 2011.
- CHOCOLATIERS. *Fine & unusual chocolate from Zotter, Grenada and more*. Disponível em: <<http://www.chocolatiers.co.uk/products/zotter-labooko-brazil>>. Acesso em: 17 maio 2013.
- COCOBOD. *Ghana Cocoa Board. About us*. Disponível em: <<http://www.cocobod.gh/aboutus.php>>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL CACAO (Genebra). *Convenio Internacional del Cação*. Genebra, CH: ONU, 2010.
- ESTIVAL, Katianny Gomes Santana. *Construções sociais dos mercados de qualidade do cacau no Brasil*. 2013. 320 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Food balance: commodity balances: crops primary equivalent: cocoa products*. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/home/index.html#DOWNLOAD>>. Acesso em: 17 jun. 2013.
- FOLD, Niels. Lead firms and competition in 'bi-polar' commodity chains: grinders and branders in the global cocoa-chocolate industry. *Journal of Agrarian Change*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 228-247, Apr. 2002.

FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR. *Criação de cooperativas orgânicas na Amazônia e criação de mercados diferenciados*. Piracicaba, SP: Imaflora, 2011. Palestra.

INSTITUTO NACIONAL AUTÓNOMO DE INVESTIGACIONES AGROPECUARIAS. *The difference between fine and bulk cocoa*: project to determine the physical, chemical and organoleptic parameters to differentiate between fine and bulk cocoa. Aug. 2007. Disponível em: <http://www.icco.org/about-us/international-cocoa-agreements/cat_view/50-projects.html>. Acesso em: 30 jun. 2011.

INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION. *International cocoa agreement*. 2010. Disponível em: <<http://www.icco.org/about/agreement.aspx>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

_____. *Informe anual 2009/2010*. Londo, UK: ICCO, 2011. Disponível em: <<http://www.icco.org/about-us/icco-annual-report.html>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

_____. *Informe anual 2010/2011*. Londo, UK: ICCO, 2012. Disponível em: <<http://www.icco.org/about-us/icco-annual-report.html>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

KPMG CUTTING THROUGH COMPLEXITY. *Study on the costs, advantages and disadvantages of cocoa certification*. Oct. 2012. Disponível em: <http://www.icco.org/about-us/international-cocoa-agreements/cat_view/30-related-documents/37-fair-trade-organic-cocoa.html>. Acesso em: 10 fev. 2013.

LA MESA del cacao fino o de aroma en la reserva de biosfera Sumaco: análisis de impactos del Programa Gesoren - GIZ. Quito, EC: GIZ. 2011. Disponível em: <http://sumaco.org/biblioteca/MCfA_estudio_impactos_2011.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013

MOLES, Patrícia. *Tendências do cacau sustentável no mundo e a experiência com o cacau Rainforest Alliance Certified*. 2011. Disponível em: <https://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/tendencias_em_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

MORORÓ, Raimundo Camelo. Aproveitamento dos subprodutos, derivados e resíduos do cacau. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CACAU, 3., 2012, Ilhéus, BA. *Anais...* Ilhéus, BA: CEPLAC; UESC, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/cbc/paginas/palestras.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

PWC AGRIBUSINESS RESEARCH AND KNOWLEDGE CENTER. *The brazilian cocoa industry market research*. Ribeirão Preto, SP: PwC Brazil, abr. 2012.

QUARTERLY BULLETIN OF COCOA STATISTICS. London, UK: ICCO, v. 38, n. 4, Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.icco.org/about-us/icco-news/210-november-2012-quarterly-bulletin-of-cocoa-statistics.html>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SENA, José Vladimir Cardoso. *Produção e efetivo do cacau no Nordeste. Informe Rural ETENE, Fortaleza, v. 5, n. 2, fev. 2011. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/ire_ano5_n2.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2012.*

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Cocoa study: industry structures and competition*. New York; Geneva: UNCTAD, 2008.

VIRGENS FILHO, Adonias de Castro. *Visão de futuro da cacauicultura no Brasil*. Ilhéus, BA: Ceplac/Cepec, jul. 2011. Disponível em: <https://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/Palestra_Visao_de_Futuro_-_Cacauicultura_no_Brasil_%28%29.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

WILKINSON, John. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Artigo recebido em 17 de agosto de 2014
e aprovado em 29 de agosto de 2014.

Normas para publicação

Os artigos devem:

- Ser enviados por e-mail, preferencialmente, desde que não excedam o limite de dois megabytes. Acima desse limite, em mídia de CD-ROM, acompanhada de cópia impressa.
- Ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Preferencialmente, ser assinados por, no máximo, três autores.
- Ser apenas um por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- Incluir, em nota de rodapé, os créditos institucionais do autor, referência à atual atividade profissional, titulação, endereço para correspondência, telefone, e-mail.
- Ter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25.
- Vir acompanhados de resumo e *abstract* com, no máximo, 10 linhas, entrelinha simples, contendo, quando cabível, tema, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões. Abaixo do resumo e do *abstract*, incluir até cinco palavras-chave e *keywords*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.
- Apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é título e subtítulo. O título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto. O subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo.
- Contar com tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) numerados consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e serem localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- Conter todo e qualquer tipo de ilustração acompanhado dos originais, de forma a garantir fidelidade e qualidade na reprodução, observando que a publicação é impressa em preto e branco. Se as fotografias forem digitalizadas, devem ser escaneadas em 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas com a extensão TIFF. Se forem em preto e branco, devem ser escaneadas em 300 dpi, em tons de cinza. Se for usada máquina digital, deve-se utilizar o mesmo procedimento com relação a dpi e extensão, de acordo com o item “Ilustrações” do *Manual de Redação e Estilo da SEI*, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”.
- Destacar citações diretas que ultrapassem três linhas, apresentando-as em outro parágrafo, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho de fonte 10 e sem aspas (NBR 10520:2002 da ABNT).
- Quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo.
- Evitar as notas, sobretudo extensas, usando-as apenas quando outras considerações ou explicações forem necessárias ao texto, para não interromper a sequência lógica da leitura e não cansar o leitor.
- Indicar as notas de rodapé por números arábicos, aparecendo, preferencialmente, de forma integral na mesma página em que forem inseridas.
- Conter referências completas e precisas, adotando-se o procedimento informado a seguir.

Referências

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou, no caso de autoria desconhecida, pela primeira palavra do título da obra seguida de reticências, ano e página. Quando incluída na sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas, e quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas.

Exemplos:

- A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152).
- “O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de menoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta” (LOSURDO, 2006, p. 240).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT.

Exemplos:

Para livros:

- BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

Para artigos e/ou matéria de revista, boletim etc.:

- SOUZA, Laumar Neves de. Essência e aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

Para partes de livros:

- MATOS, Ralfó. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: _____ (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.

Originais

Os originais apresentados serão considerados definitivos. Caso sejam aprovados, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente, cabendo ao mesmo fornecer informações adicionais, se necessário. Serão também considerados como autorizados para publicação por sua simples remessa à revista, não implicando pagamento de direitos autorais. A editoria-geral da SEI e a coordenação editorial do volume, em caso de aceitação do texto, reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, entre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição e expresso no *Manual de Redação e Estilo da SEI*, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”. Comprometem-se ainda a responder por escrito aos autores e, em caso de recusa, a enviar-lhes os resumos dos pareceres.

COLABORARAM NESSE NÚMERO:

Alceu Pedrotti

Amilcar Baiardi

Ana Emília de Quadros Ferraz

Andréia Alcântara

Angye Cássia Noia

Cinira de Araújo Farias Fernandes

Cristiane Nascimento Santos

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Durval Libânio Netto Mello

Edimare Ribeiro Costa

Eduardo Gross

Eliandro Francisco de Oliveira

Érica Imbirussú

Felipe Fonseca

Gilca Garcia de Oliveira

José Antônio Lobo dos Santos

Katianny Gomes Santana Estival

Ludmila Girardi Alves

Noeli Pertile

Patrícia da Silva Cerqueira

Paulo Fernando Meliani

Ricardo Pereira Castelo Branco

Solange Rodrigues Santos Corrêa

Thays Silva de Matos

Vitor de Athayde Couto

Wanderleya Fernandes dos Santos Freitas

Wilson Vasconcelos Dias



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



ISSN 0103 8117



977010381100-1